

MOVIMENTO Cultural

ANO VII - N:7 - JUNHO 1991

EDIÇÃO DA

Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

MOVIMENTO CULTURAL

ANO VII - Nº 7 - JUNHO 1991

FICHA TÉCNICA

Título: Movimento Cultural

Ano 7 - Nº 7, Setembro de 1991

Edição e Propriedade: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

Redacção e Administração: Av. Dr. Manuel de Arriaga, 6, 2º Esq. - 2900 SETÚBAL

Director: Eufrázio Filipe

Coordenador: Arlindo Mota

Conselho Redactorial: António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrázio Filipe, João Faria, Joaquina Soares

Secretária de Redacção: Raquel Sales

Colaboração: Alberto Martins, Alexandre Flores, António Calixto, António Modesto Navarro, António S. Brandão, António Simões Lopes, Arlindo Mota, Carlos A. Pésinho, Carlos Silva Santos, Carlos Vieira Faria, Cristina Monteiro, Edgar F. C. Costa, Eufrázio Filipe, Ezequiel Lino, Fernanda Figueiredo, Fernando António B. Pereira, Gilberto A. M. Guerreiro Gomes, Joaquina Soares, José Luis Judas, Luis Sá, Manuel Martins de Carvalho, Manuel da Mata de Cáceres, Mário Ventura, Miguel Boeiro, Sérgio Ribeiro, Vasco Graça, Vera Silva

Capa: Carlos António de Oliveira e Sousa

Arranjo gráfico: Eduardo da Conceição

Fotografias: Adelino Chapa; Eduardo da Conceição

Tiragem: 2000 exemplares

Composição e Impressão: Litomarco Artes Gráficas, Lda. - Ap. 34 - Casal do Marco - 2840 SEIXAL

ISSN: 0871-9233

Depósito Legal nº 25399/89

NOTA DA REDACÇÃO: FOTOGRAFIAS DE PEDRO SOARES (Nº 6, Setembro - 1989): Por razões técnicas as fotografias de Pedro Soares, insertas no último número, saíram seriamente desvirtuadas. Ao Autor e aos leitores apresentamos as nossas desculpas.

ÍNDICE

REGIONALIZAÇÃO

Introdução

Eufrazio Filipe 9

Regionalização e desenvolvimento

António Simões Lopes 13

Desenvolvimento e identidade regional

Carlos Vieira Faria 22

Para uma primeira avaliação da reforma dos fundos estruturais

Sérgio Ribeiro 29

Sobre as razões e critérios para regionalizar

Luís Sá 36

A descentralização regional como renovação do Estado

Alberto Martins 45

A regionalização Educativa, hoje

Vasco Graça 49

A regionalização da Administração e da Gestão dos Serviços de Saúde – Evolução e tendências actuais

Carlos Silva Santos 51

A Regionalização numa perspectiva turística

Edgar Fernando Coelho Costa 54

A regionalização – Uma perspectiva sindical

José Luís Judas 56

Bibliotecas e regionalização – Descentralização. Cooperação. Desenvol- vimento

António Calixto, Cristina Monteiro, Fernanda Figueiredo e Vera Silva 58

O Norte do Distrito de Setúbal num projecto cultural integrado com a área metropolitana de Lisboa?

António Modesto Navarro 62

A regionalização e a industrialização do mundo rural

Carlos Alberto Pésinho 65

Portas que Abril não abriu

Ezequiel Lino 66

Setúbal – Regionalização e desenvolvimento

Manuel da Mata de Cáceres 68

ANIMAÇÃO CULTURAL

Cultura e regionalização – a propósito do Festival de Cinema de Troia

Mário Ventura 73

O Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e a dinâmica da regionalização

Joaquina Soares 77

Almada: Foral de 1190

Alexandre M. Flores 86

PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

Do estuário do Tejo e da sua reserva natural

Miguel Boieiro 93

Breve contributo para um levantamento etnográfico de Santa Susana (Alcácer do Sal)

Manuel Martins Carvalho 97

O Centro Histórico de Setúbal – para uma caracterização

Fernando António Baptista Pereira 101

O Barreiro e os Caminhos de Ferro

Gilberto António Marques Guerreiro Gomes 111

ARTES E LETRAS

POEMAS

Viagens

Meditações

Arlindo Mota 117

Cidade

António S. Brandão 119

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

..... 123

NOTICIÁRIO SOCIOCULTURAL

Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela,
Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines 131

A revista "Movimento Cultural" vai entrar no seu sétimo ano de existência. Aqui têm sido publicados numerosos estudos originais sobre o Património Cultural e Natural, deu-se conhecimento da intensa e diversificada acção cultural das autarquias e acolheu-se a prestigiante colaboração de alguns dos mais insignes especialistas nos diversos domínios abordados.

Espaço de diálogo e reflexão, plural, a Revista "Movimento Cultural" mantém-se fiel aos seus propósitos iniciais: "Contribuir para uma maior compreensão sobre as nossas origens, estimular novas produções culturais e enriquecer o movimento cultural em geral", dedicando especial atenção ao Distrito de Setúbal.

Neste sentido e após os últimos números consagrados ao Ambiente (n.º 4), à Paz (n.º 5) e aos Descobrimentos (n.º 6), este aborda igualmente uma questão actual e oportuna, decisiva para o desenvolvimento integrado do País: a Regionalização, que constitui o dossier central da Revista, e que conta uma vez mais com a participação de destacados colaboradores e o depoimento essencial de alguns autarcas do nosso Distrito.

Apraz-me referir, a finalizar esta curta nota, um acontecimento paralelo do maior significado e que teve precisamente a sua génese no interior da Revista, inicialmente como separata: a publicação de um fascinante livro de fotografias de mestre Augusto Cabrita "Viagem ao Sul do Tejo", que assinalará da melhor maneira o relançamento da Revista "Movimento Cultural".

José Luís Lopes Pereira
Presidente do Conselho de Administração da
A.M.D.S.

A revista "Movimento Cultural" vai entrar na sua edição das 200 páginas. Aqui já são
publicadas muitas vezes artigos, poemas, contos, notícias, estudos, etc. que se encaixam
perfeitamente na linha da revista, e também a publicação de alguns estudos e artigos
de autores estrangeiros, que são sempre muito interessantes.

Espero de todos e de todos, que a revista "Movimento Cultural" continue a ser
uma publicação interessante e útil para todos os interessados em cultura e arte.
Estimamos muito a colaboração de todos os autores e colaboradores, e esperamos
que a revista continue a ser uma publicação interessante e útil para todos.

Neste sentido, e para os próximos tempos, esperamos que a revista "Movimento Cultural"
continue a ser uma publicação interessante e útil para todos os interessados em cultura e arte.
Estimamos muito a colaboração de todos os autores e colaboradores, e esperamos
que a revista continue a ser uma publicação interessante e útil para todos.

Assim, não restará a fazer-se com esta revista, que esperamos que seja uma publicação
interessante e útil para todos os interessados em cultura e arte. Estimamos muito a
colaboração de todos os autores e colaboradores, e esperamos que a revista continue
a ser uma publicação interessante e útil para todos.

João Luís Pereira
Presidente do Conselho de Administração
A.M.C.

As fotografias inseridas nesta secção são da responsabilidade do Conselho de Redacção e reproduzem imagens dos Concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sines.

INTRODUÇÃO

Eufrázio Filipe*

O princípio da unidade do Estado encontra-se consagrada constitucionalmente em termos bem precisos: "O Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios de autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública."

Estão afastados da regra constitucional tanto os entendimentos autonomistas, como a sobrançeria concentracionária. Está consagrada a autonomia local e a descentralização democrática.

Sabemos que não é fácil este equilíbrio, mas sabemos, também, que é desejável e imperioso um quadro que cumpra no terreno os princípios democráticos da Constituição.

A unidade do Estado não conduz à ideia de subordinação do Poder Local mas à ideia de descentralização, isto é, à ideia de organização da realidade económico-social e política, não através da vontade única, mas das vontades plúrimas e locais.

A especificidade do Poder Local, afirma-se na prossecução dos interesses próprios da população local enquanto comunidade que se faz representar e participa na vida do dia a dia.

A importância dos interesses locais impõe a autonomia como valor constitucional do Estado Português.

Pretendemos pois, em termos de concepção, que o Poder Local se afirme como

aparelho de poder em autonomia, no conjunto dos aparelhos de Estado, para prosseguir fins próprios na comunidade local, no sentido da participação efectiva dos cidadãos.

Sabemos que não é linear a demarcação dos seus contornos; sabemos que não é nítida a fronteira entre os fins próprios da população local e os fins colectivos da comunidade nacional, mas também sabemos como o poder central ilude e maltrata as autonomias, invade e secundariza os interesses das populações.

Sabemos ainda como não é fácil evitar a fricção no relacionamento do Poder Local com o Poder Central, muito menos quando o poder dos ministérios se assume como poder quase absoluto.

São alguns destes pontos de fricção que vamos aflorar.

1. A independência e sobreposição dos organismos da Administração Central.

O elevado número de organismos e institutos autónomos da Administração Central sobrepondo o seu domínio em pontos críticos do desenvolvimento urbano-industrial constitui o mais intolerável dos momentos de fricção – e tantas vezes ruptura – entre a Administração Central e o Poder Local.

Direcção-Geral dos Portos, Junta Autónoma das Estradas, CP, Ambiente, Recursos Hídricos, Ordenamento do Território, etc., etc., etc. são imensos os organismos que tecem as suas malhas sobre o território municipal, tornando dolorosa,

* Director da Revista "Movimento Cultural"
Presidente da Câmara Municipal do Seixal

qualquer decisão sobre matérias ou áreas dominadas por algumas destas instâncias.

É urgente o estabelecimento de definições integradas em todos esses sectores, que permitam a estruturação de órgãos unificados de decisão.

Enquanto estas instâncias não se institucionalizarem não haverá planeamento sério e participado no país e sem planeamento integrado a nível do território nacional, dificilmente se construirá a exigência constitucional: a regionalização como processo de descentralização do aparelho do Estado democrático.

2. O atraso na REGIONALIZAÇÃO é um importante ponto de dificuldade nas relações Poder Local-Poder Central.

Só no quadro sólido da institucionalização das Regiões Administrativas poderão desenvolver-se relações equilibradas entre o Poder Local e o Poder Central.

Sem Regiões Administrativas a tendência será sempre, como se vem manifestando, para a inconsistência das políticas centrais demasiado afastadas das realidades concretas, incentivadoras do improvisado e de vocações ancestrais para fracturas e desequilíbrios regionais, em prejuízo do interesse nacional.

É certo que o atraso por má fé política na Regionalização não paralisa as autarquias, mas enfraquece a democracia e o processo de desenvolvimento. Há no entanto exemplos por todo o país de iniciativas de associação de municípios com vista à realização de actividades intermunicipais.

As Associações de Municípios são uma realidade potenciadora da actividade autárquica mas há que reconhecer os seus limites e dificuldades, pois não abrangem as instâncias da administração central que controlam as grandes linhas do desenvolvimento, nem sequer o leque das competências municipais resulta alargado.

Neste quadro, sabendo limitadas as potencialidades de intervenção, não é justo deixar de referir o esforço de Planeamento regional, de que é exemplo o PIDDS (Plano

Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal) desenvolvido pela iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, contributo importante para o desenvolvimento dos Planos Directores Municipais, que o PROT não pode ignorar.

3. A DESCENTRALIZAÇÃO – DESCONCENTRAÇÃO gera com demasiada frequência ambiguidades políticas a que se deve pôr termo.

O comportamento do binómio, descentralização – desconcentração presente na vida portuguesa com especial acuidade em matéria financeira, leva-nos a afirmar que algumas atribuições das autarquias forjadas nos gabinetes, atentam contra o estado de direito.

Há ainda matérias em que por via administrativa se atribuem às autarquias competências que mais não são do que sobrecargas que nada têm a ver com a vontade das populações locais; nada têm a ver com a realização dos interesses específicos da comunidade local.

É necessário que o Poder Central assumam com clareza que, quem tem a competência para decidir não deve impor às autarquias os incómodos e os encargos da sua decisão.

É necessário clarificar que há áreas específicas do poder que caem fora da especificidade das competências locais e que não podem ser suportadas pelo orçamento municipal.

Outra perspectiva, entre tantas outras para abordar esta questão, é a tendência que se manifesta para o reforço da desconcentração de competências em prejuízo do esforço de descentralização. Para quem tenha dúvidas as CCR são exemplos acabados de desconcentração em prejuízo da descentralização. É necessário que se diga alto o que toda a gente pensa: O aparelho central desconcentrado ocupa anti-democraticamente o espaço das regiões administrativas, e até os G. Cívicos são desinteressantes figuras de estilo. Substituir os governadores civis por governadores regionais quase onipotentes é insistir e ampliar o erro.

4. Arbitrariedades e irregularidades no exercício da tutela.

Não recusamos a necessidade de fiscalização da actividade da Administração Pública – pelo contrário – mas repudiamos as formas irregulares de exercício da tutela.

A tendência para a partidarização do exercício da tutela em momentos de forte tensão política é outro dos pontos de fricção entre o Poder Local e o Poder Central.

Propendemos para que se defina um regime de tutela jurisdicionalizado que evite os abusos de actuação das tutelas e a perversidade dos processos de intenção, que por vezes mais parecem referendos radiofónicos.

5. A desarticulação das intervenções no desenvolvimento económico

A responsabilidade do desenvolvimento económico, cabe em primeiro lugar à Administração Central, que deve dinamizar todo o processo de planeamento, definindo objectivos nacionais, enquadrando democraticamente políticas económicas, sociais e culturais.

No entanto com a falta de políticas de desenvolvimento o crescimento económico apregoado para resolver as assimetrias regionais mais gritantes, têm esbarrado com muitas contradições e sido objecto de desigualdades sociais.

Assiste-se com despuorida frequência, à limitação da autonomia financeira das autarquias locais, fazendo repercutir nos orçamentos municipais, políticas económicas, da Administração Central, nomeadamente isentando de pagamento, determinadas taxas, que são receitas próprias das autarquias locais, sem procurar inscrever no Orçamento de Estado, as necessárias contrapartidas.

6. Fragmentação dos regimes jurídicos relativos à Administração Local

A necessidade de Codificação é evidente. Codificação e sistematização começam a ser resultantes da segurança que o consenso social exige da experiência que vários anos de Poder

Local justifica.

Sem um esforço legislativo neste sentido, sentiremos que todos os anos e várias vezes ao ano, os remendos legislativos transformarão a vida num inferno a quem quer que pretenda perspectivar as iniciativas da Administração Local.

Entendemos forçoso estabelecer um quadro de princípios para um novo relacionamento Poder Local-Poder Central.

Três princípios essenciais a nosso ver devem ser assumidos.

Princípio do respeito pela autonomia local

Para que este princípio essencial possa salvaguardar o bom relacionamento institucional dois aspectos devem ser respeitados:

- **Respeito pela autonomia política, porque as autarquias não são apenas estruturas da administração são ainda estruturas de poder político.**
- **Respeito pela autonomia financeira, porque as autarquias têm de ter uma previsão segura de meios financeiros e as suas fontes de receitas não podem oscilar por intromissão centralista.**

Princípio da distinção entre as estruturas de gestão/as estruturas de Poder, e as estruturas consultivas

Com frequência as autarquias são chamadas a participar em estruturas de gestão de objectivos que não decidiram, ou a estar presentes em órgãos consultivos cuja eficácia é nula.

Veja-se, por exemplo o caso das Comissões de Gestão do Ar, das Comissões Consultivas criadas no âmbito das CCR's que integram eleitos dos municípios ao lado dos técnicos da Administração Central!

Princípio da Cooperação Institucional

As instituições públicas terão de tender para a actuação harmoniosa (note-se que a

harmonia se consegue no respeito pela diferença democrática). A criação das regiões administrativas não sendo um ponto de

chegada representa um passo em frente que poderá contribuir para o fortalecimento do Estado e do regime democrático.



REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

António Simões Lopes*

Se, em jeito de sistematização, tivesse de enunciar a natureza das questões que pendem sobre a **Regionalização**, na perspectiva do desenvolvimento, eu começaria por destacar as associadas aos conceitos, que permanecem, mau grado as discussões de 15 anos no nosso país e as achegas de experiências de vários decénios em outros meridianos; para deslizar depois sobre questões de natureza política que, obviamente, se associam à operacionalidade (ou inoperância) do poder que continua, no mínimo, relutante em instituir a regionalização.

É de facto sintomático que permaneçam questões de ordem conceitual, por natureza básicas, que situo ao nível do conceito de regionalização e do próprio conceito de desenvolvimento. As de natureza política têm ainda o seu quê de conceitual, também, quando se ligam aos objectivos do desenvolvimento regional; e são, as principais delas, de carácter verdadeiramente fulcral, por ao nível dos objectivos se prenderem com a definição do **projecto de sociedade** a construir; havendo ainda as associadas ao carácter instrumental que uma política de regionalização deve assumir.

A primeira grande questão conceitual reside exactamente no termo **regionalização** e na tendência simplista, tão frequentemente registada, para ver a regionalização como fim em si mesmo; além da propensão para a catalogar como um **acto** quando a ela só deve

associar-se o carácter de **processo**.

Com efeito, por regionalização não deverá entender-se o acto simples, por mais complexo, de **divisão** do país em regiões; ou, preferivelmente, de agregação ou **agrupamento** de unidades territoriais mais elementares. Porque a regionalização é um verdadeiro processo de organização e de reestruturação da sociedade, embora não deixe de considerar nele o acto ou actos de constituição das regiões. Quer dizer, está efectivamente em causa a criação de um verdadeiro **poder**, a um nível intermédio face ao poder central e ao poder local, a criação de uma instância decisória com atribuições e competências de vária ordem, financeira, económica, social, política.

Desta forma, como é óbvio, nunca a regionalização poderia ser considerada fim em si mesma. Meio de reorganização e de reestruturação da sociedade, ela tem mero carácter instrumental ao serviço de um **fim** que tem de ser social, na perspectiva de que acrescentará eficiência ao processo de desenvolvimento e à sua gestão. E poderá ir-se mesmo mais longe, porque ao referir-se a estruturação da sociedade se está até a entrar no âmbito da organização política, com a possibilidade de introduzir alterações no modelo de gestão do processo democrático.

Punhamo-la, no entanto e neste momento, pura e simplesmente ao serviço do desenvolvimento; porque isso nos levará a uma segunda grande e também já velha questão conceitual: **desenvolvimento**.

* Reitor da Universidade Técnica

Estaremos todos definitivamente de acordo quanto ao conteúdo do termo **desenvolvimento** e quanto à sua assunção desse conteúdo?

Deliberadamente, ou despreocupadamente, continua com demasiada frequência a utilizar-se o termo **desenvolvimento** quando se fala apenas de **crescimento**; e os maus hábitos repetem-se, até porque o desenvolvimento é capaz de ser de facto uma questão sempre em aberto; talvez pela sua natureza própria que lhe dá carácter "relativista", relatividade que tanto tem de ser vista no plano temporal como no espacial.

Dou comigo a reproduzir reflexões anteriores já explicitadas algures (1986).

Qualquer conceito de desenvolvimento, para ser válido tem de ser "dinâmico", tem de evoluir, tem de se adequar à realidade temporal em que momento a momento nos situamos; tem de se pôr permanentemente em causa, não podendo, por isso – releve-se a insistência – ser estático. Todo o conceito de desenvolvimento, mesmo quando referido a um momento bem delimitado, é ainda relativo porque não pode ignorar a realidade envolvente do meio em que nos situamos; quer dizer, referir-se-á a um espaço físico concreto sem deixar de ter em conta outros espaços; e não apenas para por essa via encontrar capacidade de aferição, mas também (e não deveria ser isso o menos importante), para por essa via aceitar a diferenciação, sempre enriquecedora.

Estes últimos aspectos, não sendo contraditórios em si mesmos, testemunham plenamente algumas das mais vivas dificuldades associadas ao conceito.

A relatividade do desenvolvimento, no tempo, será talvez facilmente aceite. As regiões, os países, as comunidades em geral, serão em princípio – ou deveriam sê-lo – sempre mais desenvolvidas do que já foram. Impõem-no as componentes de ambição, de perfeccionismo, de ética, de moral, inerentes ao conceito. Simplesmente, daí deriva claramente também que nunca se será suficientemente desenvolvido. Desenvolvimento é desenvolvimento, é tirar do invólucro, é desabro-

char, é melhorar, é progredir quantitativa e qualitativamente, harmoniosamente; em si e no meio em que se insere. Nessa acepção é também crescer, mas a intenção perfeccionista não admite que sirva ao desenvolvimento um qualquer crescimento assim como a determinante ética, moral, o condiciona porque lhe impõe que seja útil ao desenvolvimento. A melhoria, o progresso, a harmonia e a perfeição que se buscam imprimem-lhe exigências de ordem qualitativa que devem enquadrá-lo.

A relatividade do conceito, que tanta complexidade lhe introduz, vem ainda de outra forma acrescê-la embora, sempre, enriquecendo-o. Assim como no tempo variam os critérios por que se afere o desenvolvimento, assim se deve aceitar que eles variem no espaço físico, num mesmo e determinado momento. Com o decorrer do tempo pode ter-se crescido, pode ter-se melhorado, pode ter-se progredido, a ambição e a busca da perfeição fazem no entanto com que o padrão dos objectivos, ainda que não esteja bem definido, vá sempre adiante da situação real atingida: nunca se será suficientemente perfeito, donde resulta que, ainda em termos relativos certa comunidade se apresente mais desenvolvida, sempre se desejará maior desenvolvimento.

Quer dizer, os critérios de aferição do grau de desenvolvimento vão-se modificando no tempo, eventualmente ir-se-ão tornando mais apurados, mais exigentes; mas não são os mesmos, até porque as mentalidades evoluem e as novas gerações podem adquirir o espírito crítico que, de uma forma lenta ou brusca, promova a revisão dos objectivos, dos padrões, dos "valores".

Questão mais complexa será no entanto, e insistimos, a aceitação de critérios diferentes acerca do que é desenvolvimento quando nos reportamos a um mesmo momento e consideramos a diferenciação espacial. De uma comunidade para outra comunidade não vão ser tomados necessariamente da mesma forma o desabrochamento, as melhorias, os progressos, a harmonia, até porque não serão necessariamente referenciados aos mesmos objec-

tos; assim como vão variar os quadros da ética, da moral, que enformam o conceito de desenvolvimento; a noção do que é perfeito, por exemplo, é intrinsecamente subjectiva.

Que enorme riqueza não advém para o conceito, e para a humanidade, dessa enorme diversificação; embora advenha também grande complexidade que põe em causa (ou pode pôr) a pretensa validade das comparações a fazer. De gravidade será passar por cima dessas dificuldades, ignorando-as; mais grave ainda será, no entanto, pretender impor os mesmos critérios, os mesmos padrões, reduzindo a diversidade; ou, de maneira não menos correcta, perigosa será a permeabilidade acrítica à aceitação dos padrões dos outros que traz consigo, em regra, para além da perda de identidade, um relegar para níveis de subdesenvolvimento em termos dos padrões alheios.

Ora a verdade é que a relatividade temporal dos valores de referência não só acontece em resultado de evoluções em regra lentas como, em si mesma, não criará situações de dependência ou "desprivilégio" traumatizantes para as gerações que já viveram, exactamente porque "já não estão cá". O mesmo não acontece com o relativismo espacial se desrespeitado, como está a sê-lo cada vez mais. Numa época em que as comunicações permitem a invasão sem peias das mais remotas parcelas do espaço físico terrestre, se as artes da persuasão se desenvolverem para fazer crer na superioridade dos padrões de alguns, se além disso aquelas artes e aquele sistema de comunicações estiverem justamente nas mãos desses "alguns" e se, para além disso, as "artes" e o "sistema" trouxerem compensações em poder expressas precisamente nos padrões e nos critérios dos que o dominam; se, adicionalmente, estiverem culturalmente "desprevenidas" as comunidades a influenciar -ou a invadir-, então a diversidade vai reduzir-se porque a homogeneização dos padrões vai acontecer. A humanidade em geral ficará mais pobre, embora "alguns" tenham conseguido aproximar-se mais dos seus objectivos; os "desprevenidos" terão caído nas malhas do subde-

envolvimento, nos termos dos "outros", inconscientes do seu próprio desenvolvimento. E será tanto mais irreversível o processo quanto mais tarde acorram a defender e a recuperar os seus próprios valores.

A relatividade espacial do conceito de desenvolvimento é questão válida a todas as escalas: certamente à escala dos Continentes; certamente entre países, mesmo próximos, e dentro dos países, embora naturalmente haja diferenças de grau quanto à gravidade da situação que têm muito a ver também com o distanciamento físico e com a escala de análise.

De todo o modo, parece claro que aos culturalmente mais desprevenidos se pode deparar uma verdadeira encruzilhada conceptual, devendo decidir o mais cedo e o mais conscientemente possível sobre o caminho do desenvolvimento que pretendem trilhar: retomar o seu, provavelmente nunca perfeitamente explicitado, sem os complexos que as comparações, tal como são feitas, normalmente determinam? Adoptar os que lhes propõem (ou impõem), com razoável probabilidade de, perante esses, ficarem, sem opção, condenados ao subdesenvolvimento?

Mas a encruzilhada conceptual apresenta-se ainda numa outra "vertente" que apesar de muito coçada nem por isso deve deixar de merecer referência: é a que respeita à explorada confusão entre objectivos e meios, cuja expressão mais clara se encontra na adopção por vezes do crescimento como sinónimo de desenvolvimento. Em termos conceptuais é geralmente aceite a inadmissibilidade da confusão; na prática, no entanto, pretensamente a coberto do desejo de fazer comparações objectivas, portanto quantificadas, privilegiam-se os indicadores de crescimento como indicadores de desenvolvimento. Ora não é qualquer crescimento que serve o desenvolvimento, mas o crescimento que no quadro da ética e da moral permita um progresso da sociedade de que todos possam beneficiar em termos de não verem acentuar-se os desequilíbrios-regionais, sociais, económicos.

E seria, de algum modo, de interesse,

mesmo em termos materiais, tomar o crescimento como objectivo?

Antes de tentar a resposta valerá a pena considerarmos a ambiguidade relativa, ou a imprecisão característica do termo **região**.

Portugal é uma "região" da Europa; mas Portugal é um conjunto de regiões mais ou menos diferenciadas. Olhando "para dentro", para as nossas regiões, o consenso será relativamente fácil quanto à necessidade de não acentuar assimetrias, quanto ao relevo a dar aos aspectos qualitativos que se prendem com a justiça social, com o equilíbrio, com a harmonia na distribuição; mas ao olhar "para fora", o afastamento acentuado dos níveis de vida de outros países da Europa desafia para o crescimento, embora a consciência dos conflitos de objectivos leve a logo procurar atenuar, a nível dos propósitos, os seus efeitos. As linhas estratégicas de desenvolvimento definidas no Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.) assentam em "promover a convergência real entre a economia portuguesa e a comunitária" e, simultaneamente, "assegurar a coesão económica e social no plano interno".

Como enunciado de propósitos, de

intenções, nada a dizer. Mas, na prática, quão gigantescas as dificuldades de conciliação; o inconciliável poderá ser mesmo a resultante, se ao primeiro propósito se der carácter de prioridade.

*

E voltando à pergunta: tomar o crescimento como objectivo principal será estratégia que valha a pena adoptar? Com que custos, e quando, poderá conseguir-se a convergência real entre a economia portuguesa e a comunitária?

Uns breves cálculos darão algumas respostas.

	P.N.B. per capita (dólares)	
	1978	1988
Portugal	1990	3650
Espanha	3470	7740
R. F. Alemanha	9580	18480

Fonte: World Development Report, 1980,1990



Independemente da análise imediata que leva a concluir que no período de dez anos que mediou entre 1978 e 1988 se acentuou a distância entre a "capitação do produto" em Portugal e nos outros dois países de referência (embora devido, em particular, ao comportamento na primeira metade do período), poderá especular-se acerca do tempo necessário para atingirmos o nível do "produto per capita" da Espanha e da R.F.Alemanha, promovendo um grande esforço de crescimento na nossa economia: quase diríamos, arvorando o crescimento em objectivo.

Ora, se fosse possível manter em Portugal, continuamente, um crescimento anual da "capitação do produto" de 5% (e sabe-se quanto a preservação dos equilíbrios macroeconómicos imporiam extremas cautelas na adopção de uma tal meta), concluir-se-ia que ainda assim seriam precisos 56 anos para alcançarmos a Alemanha e 26 anos para alcançarmos a Espanha se estes países "crescessem" ao ritmo de 2% ao ano (entre 1978 e 1988 o "produto per capita" cresceu em Espanha ao ritmo de 2,2% e na Alemanha 1,9%); quando em 1978 parecia serem precisos, nas mesmas hipóteses, 54 e 19 anos. E mesmo que aqueles países **parassem** nos valores de 1988, não "crescessem", portanto, "esperassem" por Portugal se quisermos, o nosso difícil ritmo continuado de 5% ao ano apenas nos permitiria atingir o nível do "produto per capita" da Espanha em não menos de 15 anos e o da Alemanha em mais de 33 anos.

Seria, parece, atitude demasiado negativa esta de nos entregarmos nas comparações em termos de desenvolvimento aos resultados do crescimento do produto, como se apenas as condições materiais de vida que por aí se avaliam valessem para comparação. Há valores culturais e valores espirituais que não serão menos de considerar, em qualquer circunstância; além de o crescimento do produto, tomado em si mesmo, nada nos dizer acerca da forma como a produção se reparte, acerca da harmonia e da justiça na distribuição.

Voltando a reflexões anteriores (1986),

pode acrescentar-se que o facto de ao conceito de desenvolvimento pertencerem atributos de ordem qualitativa (como a justiça social e a liberdade, por exemplo) dificulta a expressão quantificada dos objectivos do desenvolvimento; o que não quer dizer que ele não seja perfeitamente objectivável para os critérios a que deva referir-se. Afirmou-se já algures (1980) que podemos com toda a legitimidade traduzi-lo por acesso -acesso físico e acesso económico-; acesso de todos, onde quer que vivam, aos bens e serviços e às oportunidades consideradas mais essenciais, no sentido da satisfação das necessidades básicas.

A objectividade deste conceito é total; como passa a ser totalmente possível a quantificação, porque todo o acesso é quantificável, o económico como o físico. O conceito, expresso assim, respeita a relatividade e é ainda operativo e realista porque susceptível de incorporar a determinante política que lhe deve ser inerente e que vai ter tradução no que em cada momento fôr definido como essencial e no grau da "essencialidade", isto é, na definição dos objectivos de política tendo em atenção o realismo dos meios.

Ao conceito de desenvolvimento expresso desta forma passa ainda a ser inerente a variável espaço; porque se explicita que o desenvolvimento é para as pessoas onde quer que vivam; e porque assim deve efectivamente ser, e porque tudo -pessoas, recursos, actividades- tem localização espacial bem definida, basta de adoptar o termo desenvolvimento regional como se desenvolvimento e desenvolvimento regional fossem coisas diferentes. Desenvolvimento só pode ser desenvolvimento regional (1978).

*

E aqui vem entroncar-se uma terceira grande questão, que podendo situar-se ainda no âmbito dos conceitos é determinante em termos de **estratégia** do desenvolvimento, em termos de **política**, portanto: desenvolvimento regional entendido como desenvolvimento **da**

região ou como desenvolvimento **das** regiões?

Naturalmente ninguém contestará que a expressão desenvolvimento regional esteja correctamente aplicada quando o objecto de análise é, apenas, **uma** determinada região tomada isoladamente. Mas esse não é o uso mais rico do termo desenvolvimento regional, porque nenhuma região "funciona" de forma isolada e a interacção com outras condicionará sempre o seu próprio comportamento e desempenho. Toda e qualquer região se insere, com outras, num sistema; é sabido que, se o funcionamento do sistema depende dos elementos que o constituem e das suas características, não dependerá menos das relações que entre si estabelecem.

Com um exercício pedagógico de que me ocupei há cerca de 15 anos e que, apesar de todas as limitações, permanece como aproximação válida ao funcionamento inter-regional da economia portuguesa (apenas porque outras "aproximações" mais rigorosas e actuais continuam a faltar), pode demonstrar-se quanto a actuação sobre os elementos do sistema, por mais intensa e directa, leva em última análise à manutenção do sistema, se não forem alteradas as relações de



interdependência. Mais concretamente, a situação de dominância da região de Lisboa é de tal ordem e está "estruturalmente" tão cimentada, que ela não necessita praticamente de quaisquer "injecções" de investimentos directos para manter o seu domínio; pela via dos efeitos "indirectos" e dos efeitos "induzidos", acaba por apropriar-se dos resultados dos investimentos feitos noutras regiões, enquanto as relações de interdependência não forem alteradas. Qualquer que seja a região, estima-se que o seu processo produtivo apareça, em média, em mais de 1/3 dependente do de Lisboa, pelo que o esforço de investimento directo, onde quer que aconteça, cedo é absorvido por esta.

Relações regionais de interdependência

	Norte	Centro	Lisboa	Sul
Norte	0,354	0,274	0,194	0,167
Centro	0,255	0,293	0,190	0,176
Lisboa	0,342	0,375	0,564	0,368
Sul	0,049	0,058	0,052	0,289
	1,000	1,000	1,000	1,000

Em consequência, todo o processo de redução dos desequilíbrios se torna extremamente difícil, se ele não for conduzido de forma "voluntarista" para que se altere o quadro das relações inter-regionais. E a demonstrá-lo estará o facto de a situação registada na década de "cinquenta" por parte dos distritos cuja "capitação" média do produto andava em redor de 1/3 da "capitação" média de Lisboa não aparecer alterada significativamente trinta anos depois.

Produto por habitante nalguns distritos comparativamente ao de Lisboa

	1953	1980	1985
Bragança	0,36	0,37	0,39
Guarda	0,30	0,38	0,42
Viana do Castelo	0,33	0,38	0,38
Vila Real	0,36	0,36	0,35
Viseu	0,34	0,39	0,37

Fontes: III Plano de Fomento, para 1953; INE, Regionalização do VAB a preços de mercado, para 1980 e 1985.

Naturalmente, este tipo de verificação não é exclusivo do nosso país. Na Itália, apesar de se ter consagrado 1% do P.I.B. ao "Mezzogiorno" nos anos "cinquenta" e depois de se ter aumentado essa contribuição para 2% e mais até aos anos "setenta", considera-se que a industrialização do "Sul" foi um relativo insucesso, mau grado a obrigação legal, durante decénios, de as empresas públicas destinarem 60% dos seus investimentos ao "Mezzogiorno". Em 1951 encontrava-se no Sul apenas 16% da mão-de-obra industrial italiana; cerca de 40 anos depois o panorama não se tinha alterado, nem sequer aumentara significativamente na região o peso do emprego industrial; embora, naturalmente, outros indicadores ao nível da mortalidade infantil, da esperança de vida, da alfabetização, tenham melhorado de forma relevante.

O paralelismo em Portugal é evidente, parecendo desnecessário voltar a sublinhar quanto o desenvolvimento regional deve ser tomado como desenvolvimento **das** regiões, do sistema de regiões, e não de alguma ou algumas regiões tomadas isoladamente. Neste quadro, as intervenções devem ter em conta as interdependências do sistema; mas não devem, no que às regiões individualizada-mente respeita, menosprezar o conhecimento concreto dos problemas e a mobilização dos meios internos para resolvê-los. Em muitas circunstâncias o esforço de intervenção vem "de fora" e vem "de cima", sem adequadamente corresponder às necessidades internas das regiões nem significativamente mobilizar os recursos endógenos, nem alterar de forma relevante as relações estruturais de interdependência. No entanto, vai ficando demonstrado de modo incontroverso que a endogenização dos processos vem sendo determinante da eficácia. Ninguém conhece melhor os problemas do que os que os sofrem, assim como entre quem os vive se encontrará muito provavelmente quem melhor entenda das soluções a adoptar. Além disso, a retenção na região do esforço de investimento será tanto mais significativa quanto mais nele se envolvam recursos endógenos.

O aparecimento e a institucionalização das regiões como entes administrativos capazes de melhor gerirem os processos internos e de melhor orientarem as decisões de política para a resolução dos problemas, parece não sofrer contestação. Quando globalmente considerado, o país necessita de uma política de regionalização que sirva o desenvolvimento. A questão estará na configuração a dar a uma tal política.

*

Como sempre, na definição da política tem de começar-se pelos objectivos; e se o objectivo é **desenvolvimento**, e se desenvolvimento é **acesso** (das pessoas, onde quer que vivam, aos bens e serviços e às oportunidades que hão-de permitir-lhes a satisfação das necessidades básicas), então o desenvolvimento passa pela **organização do espaço** e pela necessidade de integrar as várias escalas da política, ou, se quisermos, as várias escalas da intervenção (local, regional, nacional); e deve fazê-lo numa perspectiva temporal de longo prazo, o que quer dizer que a sua operacionalidade ficará condicionada pelas políticas de médio e de curto prazos, e pela sua integração coerente. Simplesmente, as preocupações de **integração** são ainda extensivas ao conteúdo sócio-económico do conceito de desenvolvimento, já que só faz sentido tomar os aspectos económicos inseridos nos aspectos sociais mais gerais e nos aspectos culturais.

O desenvolvimento tem tradução objectiva, concreta, até quantificável, na noção de acesso, como já se deixou entender; esse acesso tem expressão económico-financeira, mas porque é em termos "reais" que importa considerá-lo, não pode deixar de ter também expressão física na disponibilidade dos equipamentos que permitam a satisfação das necessidades das populações. Considerado desta forma, passa a dispor-se, para o desenvolvimento, de uma função-objectivo quantificável e flexível que pode sempre ser condicionada pela disponibilidade dos meios. Aparentemente, já pode restringir-se a

amplidão do objectivo falando de necessidades básicas, embora seja quase desnecessário fazê-lo dada a relatividade do conceito; mas por aqui se exemplifica a sua flexibilidade como variável de política, visto que deixa em aberto sempre um vasto campo à decisão; e não apenas na definição dos objectivos, ao estabelecer-se o que em cada momento deva considerar-se básico; também no grau de acesso, na acessibilidade mais fácil ou mais condicionada que em termos de mínimo pretenda criar-se.

Um modelo a propor deve assentar nos princípios e nos pressupostos anteriores. Tem de garantir a integração no tempo e no espaço; tem de integrar o "económico" no quadro social mais geral; tem de ser operativo, flexível, realista.

Do modo como se conduziu a argumentação, o acesso leva a sublinhar a importância da localização dos equipamentos face à localização das pessoas, na perspectiva organizativa do espaço; e aí nos vão aparecer duas variáveis estratégicas instrumentais basilares: o grau de concentração dos equipamentos, associado a uma política de centros (mais vasta do que a política urbana) e o grau de acessibilidade a criar pelas vias e pelos meios de transporte (política de transportes). Uma e outras destas políticas estão obviamente condicionadas por preocupações de ordem económica e de ordem social mais geral, que naturalmente têm de compatibilizar-se. Por exemplo, a malha mais ou menos apertada da rede de centros deve depender do grau de rendibilidade mínima esperada para os equipamentos a instalar neles, porque, sem dúvida, algum grau de concentração tem de impor-se à localização dos equipamentos; e o fornecimento do equipamento, se obedece a princípios de ordem social não dispensa a consideração dos aspectos económicos, em sentido lato; ou, de outra forma, a consideração da rendibilidade social mínima a esperar desses equipamentos no que respeita à utilização a fazer e, portanto, aos mínimos populacionais a servir.

A questão não é complicada nem é nova; e até tem corpo teórico a enformá-la (1986).

Na base, naturalmente, repousam as preocupações da organização espacial da sociedade a que princípios de hierarquização podem ajudar a dar resposta. Com efeito, os equipamentos necessários à satisfação das necessidades básicas são hierarquizáveis; e se admitirmos o princípio de que os equipamentos se localizam em centros, como será geralmente de esperar, então passam os centros, por essa via, a ser susceptíveis de hierarquização; a qual, pelos centros, se transmite às suas áreas de influência, isto é, às suas regiões complementares. E como sempre é possível associar às várias "ordens" de equipamentos critérios de natureza social (por exemplo, distâncias máximas a percorrer para os alcançar ou, mais geralmente, acessibilidade mínima) e critérios de natureza económica (por exemplo, volumes populacionais mínimos que possam acorrer a utilizar esses equipamentos), a malha das regiões e portanto a rede de centros desejada podem ser facilmente determinadas após a definição política das necessidades consideradas essenciais e do grau de cobertura espacial dos equipamentos.

*

Pretende-se, com as considerações feitas, defender quanto o processo da regionalização é fundamental para o processo de desenvolvimento; e pretende-se, ainda, deixar o caminho aberto para a fundamentação **técnica** da própria delimitação de regiões, nada havendo que justifique a criação isolada destas porque o processo só adquire lógica e operacionalidade com a criação do sistema.

O problema estará em passar da componente técnica dos estudos à componente política da decisão e da actuação; e daqui, naturalmente, algumas restrições se hão-de impôr sobre as soluções técnicas, que mais não serão do que um quadro de referência para os políticos. Mas, ainda assim, um quadro de referência "obrigatório".

As regiões, na prática, hão-de resultar da agregação de unidades elementares (concelhos, na generalidade dos casos), mas devem

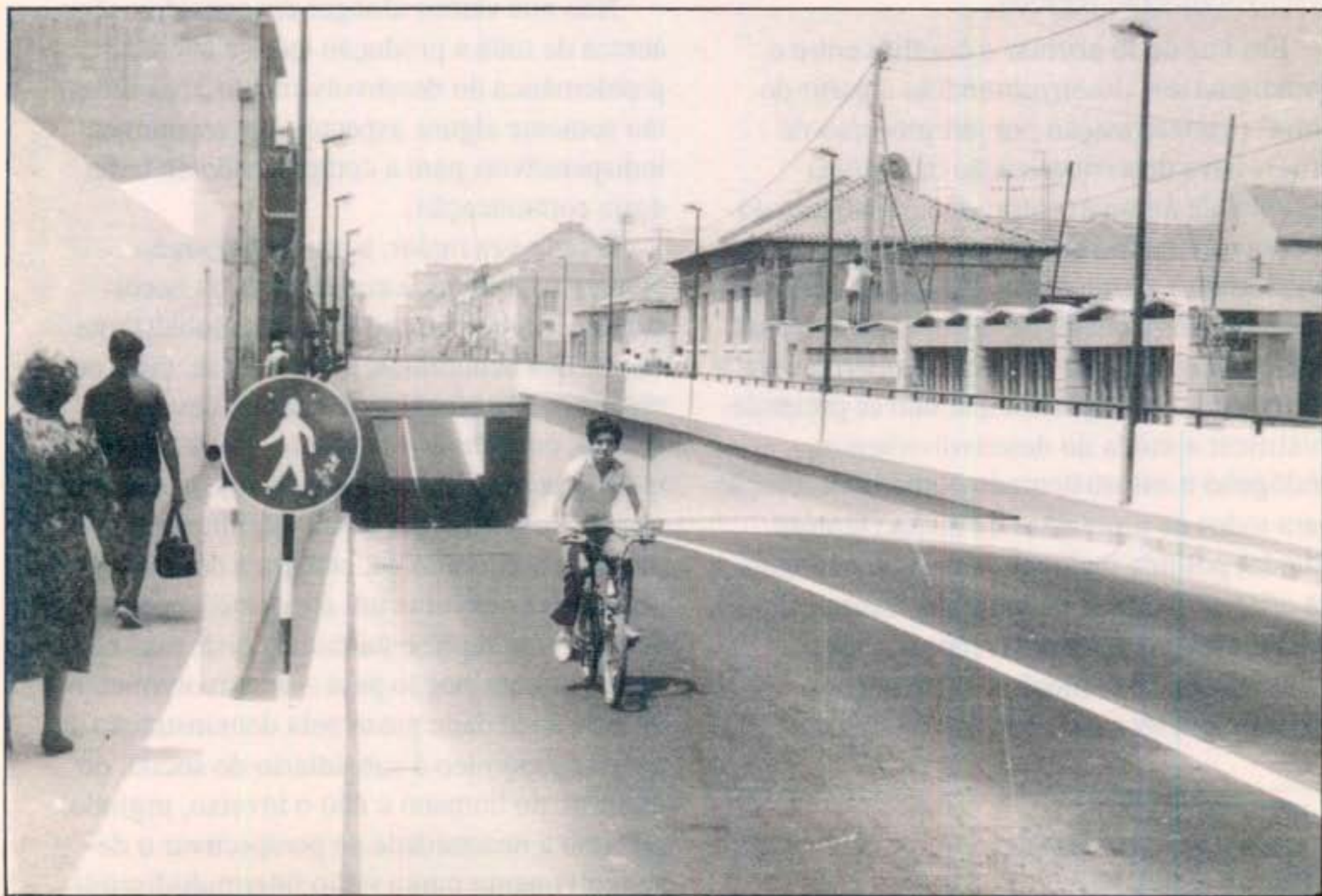
ter assegurada uma lógica organizativa que designadamente aponte para a rede de centros (base do sistema de regiões) e para a identificação dos que, com fundamentos de ordem técnica organizativa do espaço e do desenvolvimento, devam vir a desempenhar funções de capitais regionais. A decisão de formação de regiões não deve tomar-se na ausência desta perspectiva, até para não fazer despertar, e sobretudo não deixar que se imponham, os regionalismos fáceis e naturais, mas quase sempre actuantes numa óptica "emotiva" e "não racional", com riscos de estímulo de demagogia política, determinados por exemplo pelo facto de vários centros, em cada região, pretenderem desempenhar funções de capital regional.

Mas a grande questão é ainda, e sempre, a questão institucional do projecto de sociedade que pretendemos construir. Com a regionalização, que traz consigo a organização em regiões, procura-se que haja uma maior aproximação às pessoas com as vantagens de os problemas serem melhor conhecidos e

também melhor conhecidas as soluções, e de os recursos serem melhor mobilizados, porque se reforça a componente **endógena** dos processos de desenvolvimento. Os grandes objectivos económicos podem passar a inserir-se, mais facilmente e mais naturalmente, nos objectivos sociais. Os grandes objectivos de longo prazo terão resposta coerente nas orientações de médio e de curto prazo. Mas, para além disso, o próprio processo político se aproximará mais das pessoas; a democracia representativa poderá ser mais conseguida (1983). A democracia, em suma, cimentar-se-á.

Referências

- 1978 – "Desenvolvimento: desenvolvimento regional", Coimbra
- 1980 – **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria, modelos** (3ª edição, 1987), FCG, Lisboa
- 1986 – "Perspectivas de desenvolvimento: um ponto de vista", INA, Lisboa
- 1983 – "Regionalização e Desenvolvimento", Faro



Carlos Vieira de Faria *

APRESENTAÇÃO

O texto¹ que se segue de modo nenhum visa abarcar todas as questões que o título sugere. O seu objectivo é mais modesto e pretende apenas chamar a atenção para a dimensão cultural do desenvolvimento (regional).

A hipótese subjacente é a de que a identidade regional actua sobre o desenvolvimento económico e social e que, por isso mesmo, ela constitui uma dimensão importante do desenvolvimento regional.

Em vez de se afirmar o conflito entre o paradigma do "desenvolvimento a partir de cima" (caracterização por um processo de progressiva descentralização da política regional de âmbito central) e o paradigma do "desenvolvimento endógeno" (Development from below), defendemos a interpenetração e a complementaridade destes dois paradigmas tradicionais. Em vez da disjunção, propomos a conjunção. Isto significa que não se pretende mistificar a moda do desenvolvimento endógeno e autosustentado como uma solução para todos os problemas da nossa (sempre adiada) política regional. No actual contexto de crise económica de múltiplas causas, de mundialização das transacções sociais e económicas, de explosão das invenções científicas e técnicas, de crise do Estado

Providência, tudo isto parece apontar no sentido da necessidade de uma convergência dos dois paradigmas. O apelo à iniciativa, à mobilização e à valorização de recursos locais e regionais processar-se-ia, simultaneamente, com uma maior centralização de funções em certos domínios.

1. QUE DESENVOLVIMENTO? A FAVOR DE QUEM?

Não nos vamos alongar em considerações àcerca de toda a produção teórica sobre a problemática do desenvolvimento, mas referir tão somente alguns aspectos que reputamos indispensáveis para a compreensão do tema desta comunicação.

É cada vez maior, a nível da opinião pública sobretudo, a consciência da necessidade de uma perspectiva mais globalizante da política económica, aceitando-se, mais ou menos pacificamente, que não se deve, na prática, considerar os aspectos económicos isoladamente dos outros aspectos da realidade social. Com efeito, o desenvolvimento não é puramente económico, embora a componente económica constitua um elemento importante. A economia representa muita coisa, mas não é tudo. A contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade passa pela demonstração de que o económico é subsidiário do social, do cultural, do humano e não o inverso, urgindo por isso a necessidade de perspectivar o desenvolvimento numa visão intermultidiscipli-

* *Mestre em Sociologia*
Assessor da DGOT (MPAT)
Pofessor Auxiliar da UAL

nar.

Os objectivos duma política de desenvolvimento não podem mais ser formulados como objectivos de taxas de crescimento económico, enquadrados num sistema de comparação baseado apenas em índices económicos. O objectivo determinante de qualquer política de desenvolvimento é a justiça social, a dignidade e a liberdade. Este princípio implica que todo o sujeito, indivíduo ou grupo, onde quer que viva, tem o direito de acesso (em termos físicos também) aos bens e serviços considerados básicos no seio duma dada sociedade, devendo esta, através da sua organização política, económica, social e espacial, encontrar os meios indispensáveis à concretização de tal princípio.

Nesta concepção de desenvolvimento, o espaço emerge como uma dimensão fundamental, na medida em que aquele deve ter em conta a localização das pessoas, dos recursos e das actividades. O desenvolvimento é estruturalmente regional. A justiça, a dignidade e a liberdade têm de ser garantidas regionalmente a todas as pessoas onde e como elas estão. Uma alimentação adequada e equilibrada, mais saúde e bem-estar, maior acesso ao trabalho, ao lazer, à educação, à cultura, etc., são benefícios que se não devem ter por exclusivo das regiões mais favorecidas (do litoral, como acontece, infelizmente, em Portugal), mas também às restantes regiões. Por se tratar de necessidades básicas a que todo o cidadão tem direito, entendemos que, em rigor, enquanto tais disparidades regionais existirem, não poderá falar-se em desenvolvimento regional, nem deverá considerar-se desenvolvida a sociedade onde coexistem tão acentuadas desigualdades e disparidades regionais.

Um outro aspecto que reputamos de importante é o que diz respeito à distribuição. Com efeito, para que seja possível a todos, sem distinção, o acesso aos bens e serviços, aceites como básicos e prioritários numa sociedade, torna-se necessário que estes existam para poderem ser distribuídos. A este propósito, contudo, há que desmistificar a ideia, infelizmente muito generalizada, de que

é indispensável produzir riqueza hoje para distribuir amanhã por todos. O aumento de produtividade dos factores de produção é necessário para a criação de riqueza, mas a isso não deve reduzir-se uma política de desenvolvimento. Não pode tomar-se como "fim" aquilo que não é mais do que "meio". É indispensável, pois, que a riqueza a criar seja distribuída de modo justo e equitativo, evitando-se assim o agravamento das assimetrias ou a criação de novas desigualdades. Nenhuma justificação existe para que os objectivos de justiça e igualdade não sejam atingidos com aquilo que há efectivamente. Torna-se assim evidente que uma tal política económica exige a mobilização de todos os meios e recursos disponíveis em cada região, devendo o resultado de tal actividade económica beneficiar prioritariamente a respectiva população.

Ora, historicamente, o que aconteceu foi que os processos de industrialização e de urbanização, desencadeados após a II Grande Guerra na maioria dos países, com variações próprias às estruturas de cada um, se concretizaram de maneira assíncrona e sem controlo, originando assimetrias socioeconómicas e culturais, bem visíveis na existência de regiões desenvolvidas (regiões centrais), lado a lado com outras de carácter marcadamente subdesenvolvidas (regiões periféricas ou semiperiféricas). Em muitos desses países, o subdesenvolvimento de certas regiões assumiu, por vezes, aspectos dramáticos! Como consequência lógica da polarização do crescimento económico e da urbanização, as regiões centrais acabaram por sorver, em benefício próprio, a substância demográfica, técnica, económica e financeira das regiões periféricas, cuja dependência política, económica, cultural e institucional não deixou mais de agravar-se, apesar do discurso político sobre a beatitude da descentralização, da regionalização e do ordenamento do território!!!

Actualmente, as regiões mais desfavorecidas perderam, ou encontram-se em vias de perder, as suas forças produtivas, ou seus meios de iniciativa económica autónoma, os

seus agentes económicos, a sua mão-de-obra mais qualificada, a sua identidade cultural, face ao avanço do modelo cultural das regiões urbano-industriais que as reduz ao desempenho de um papel passivo de espectadoras e consumidoras.

2. REGIÃO E CULTURA – FACETA HISTÓRICA DO PROBLEMA

O tipo de desenvolvimento diferencial entre as regiões que acabámos de descrever sumariamente, não é recente. É um fenómeno que, embora historicamente se tenha desenhado a partir do Renascimento, só no século XIX se manifestou mais claramente através de um processo de homogeneização cultural onde a escola, o serviço militar, a imprensa escrita e, mais tarde, os "mass media" desempenharam papel significativo.

Antes do liberalismo, as regiões de cada país formavam um mosaico heterogéneo, apresentando cada região a sua especificidade cultural. Esta identidade regional manifestava-se a nível do económico, do religioso, da arquitectura e da paisagem, do vestuário e da gastronomia, do linguajar e da comunicação, dos usos e costumes típicos...

Com as revoluções do século XIX, generalizou-se uma vontade de unificação nacional. Este processo havia sido já iniciado no século XVIII pelos filósofos racionalistas e iluministas que, baseados no direito natural e na ideia do Indivíduo – livre por natureza mas vinculado racionalmente num modo específico e limitado de associação – atiraram para o monturo da história todas as organizações e grupos que não pudessem ser concebidos nestes novos termos. Estavam nestas circunstâncias, não apenas as corporações e as ordens religiosas (mosteiros), mas também as comunidades locais e regionais.

Os legisladores do século XIX, cada vez mais sensíveis aos desejos e pressões da nova classe que actuava no mundo do comércio, da indústria e da administração pública, inspiraram-se largamente nos escritos destes filósofos. Não havia, na verdade, nenhuma

dificuldade em transpor esses princípios filosóficos para as práticas política e jurídica, quando o inimigo comum, para a época, era a persistência das tradições medievais que haviam ultrapassado o seu tempo de vida útil e constituíam um impedimento ao desenvolvimento económico e às reformas administrativas.

O liberalismo e o centralismo político-económico-cultural aparecem, assim inteiramente relacionados, combinação indispensável, segundo tais correntes doutrinárias, à eliminação do património legado pelo antigo regime. Para além da homogeneização cultural e da unidade política (Nação), a supressão de particularismos regionais e locais (supressão dos direitos "banaís", foros e pensões), permitia a formação de um vasto espaço económico (nacional), facilitando a circulação de bens e a mobilidade de pessoas. Se as divisões territoriais se fundavam, até então, na diversidade local e regional, a partir daí estas constroem-se sobre uma divisão social do trabalho cada vez mais acentuada, repercutindo-se na organização do espaço pela oposição entre áreas bem desenvolvidas (centrais) e áreas mal desenvolvidas (periféricas). Já não é mais a oposição campo/cidade aquela que traduz a dependência e a desigualdade intra-regional que caracterizavam as sociedades agrárias e pré-industriais. Com a emergência das sociedades industriais, sobretudo depois da 2ª revolução industrial, a desigualdade e a dependência tornam-se inter-regionais (e internacionais) pela generalização do modelo de desenvolvimento desigual e dependente.

Este rápido olhar sobre a história permite constatar que a cultura desempenhou um papel de relevo, quer na formação e afirmação dos Estados-Nações europeus do século XIX, quer nas acções e movimentos que lutam contra a concentração económica e urbana, contra a centralização política e reivindicam uma maior autonomia económica e política para as regiões. Apesar do processo de homogeneização atrás referido, as sociedades modernas não dispõem hoje de uma unidade cultural, mas caracterizam-se ainda por uma

Figura nº 1 - DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E DEPENDENTE

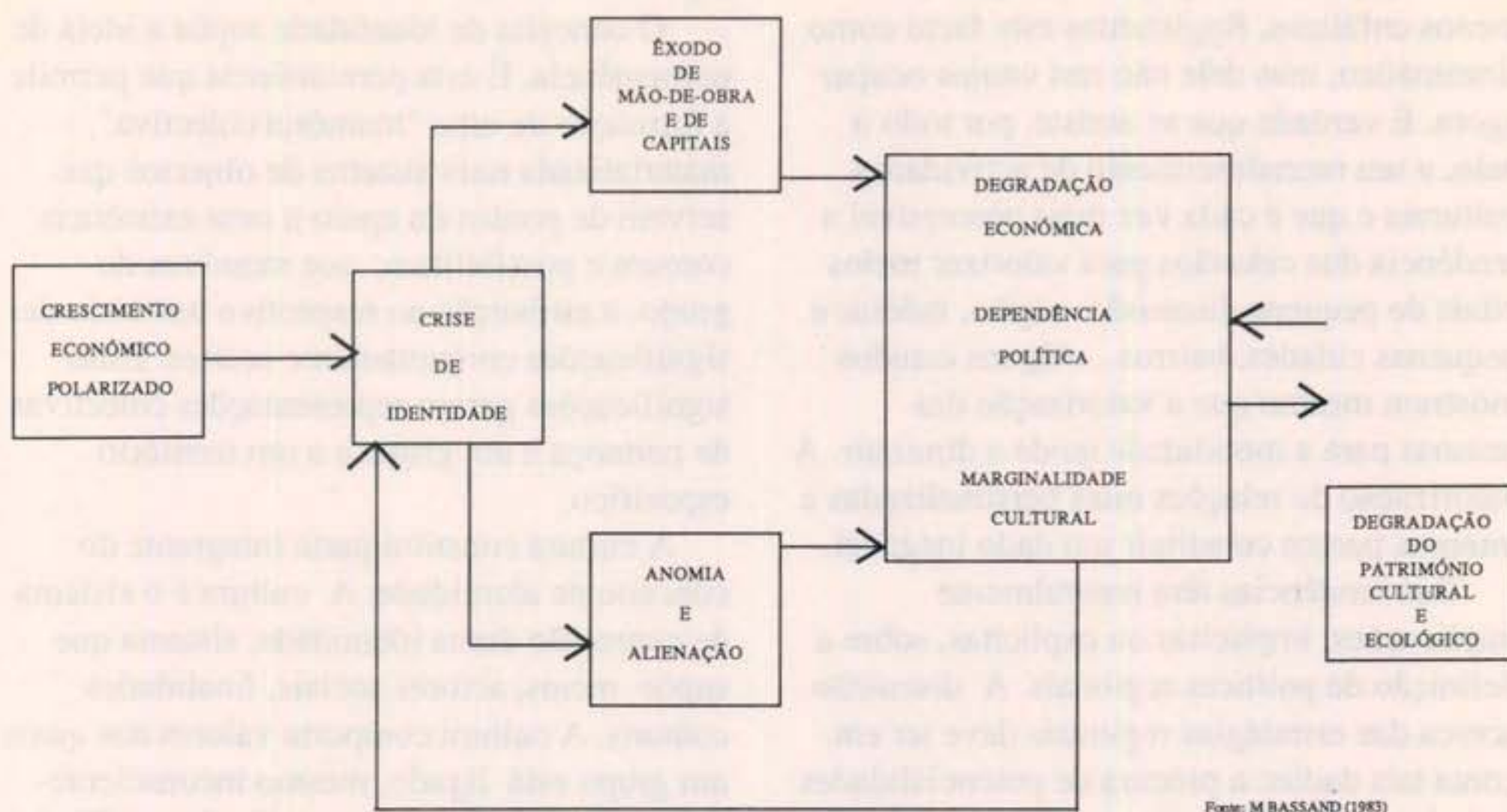
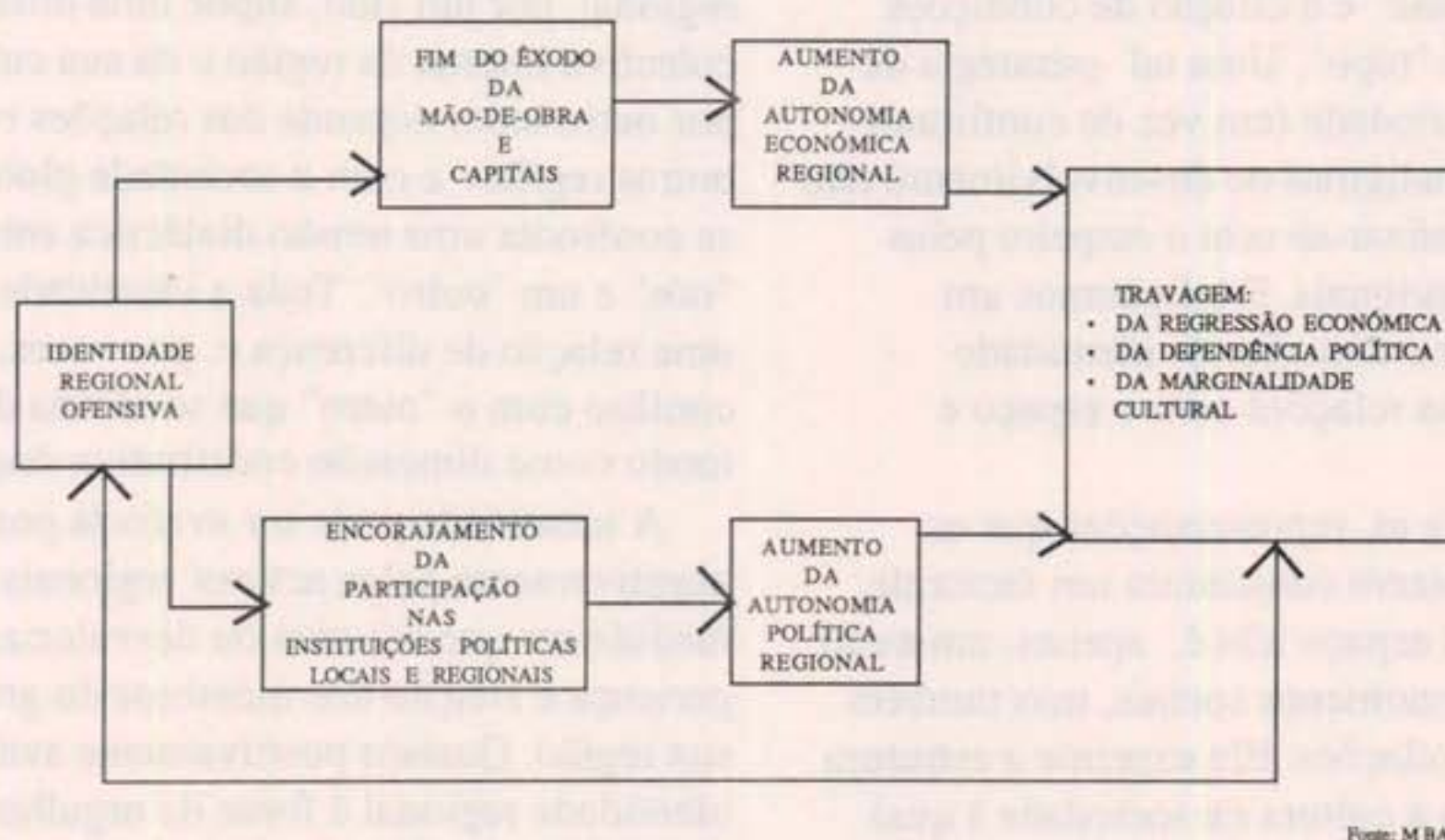


Figura nº 2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO



miríade de micro-culturas (sub-universos culturais) vivas e actuates. A tentativa de impor uma só cultura à sociedade como via de construção da sua unidade revelou-se ilusória.

3. IDENTIDADE REGIONAL

Caracterizado, em traços largos, o desen-

volvimento desigual e dependente, modelo de política económica existente, com maior ou menor intensidade, na maioria dos países, desde as revoluções liberais do século XIX, debruçemo-nos agora sobre a problemática das relações entre cultura e desenvolvimento regional.

A questão da identidade regional tem

propiciado, nos últimos anos, matéria para discursos políticos e partidários mais ou menos enfáticos. Registamos este facto como sintomático, mas dele não nos vamos ocupar agora. É verdade que se assiste, por todo o lado, a um recrudescimento de actividades culturais e que é cada vez mais perceptível a tendência dos cidadãos para valorizar meios vitais de pequena dimensão: região, médias e pequenas cidades, bairros... Alguns estudos mostram mesmo que a valorização das pessoas para a mobilidade tende a diminuir. A valorização de relações mais personalizadas e intensas parece constituir um dado inegável.

Tais tendências têm naturalmente implicações, implícitas ou explícitas, sobre a definição de políticas regionais. A discussão acerca das estratégias regionais deve ter em conta tais dados: a procura de potencialidades próprias e de autonomia, a valorização do processo "de baixo para cima". W. STOEHR resume esta procura através da expressão "autonomia selectiva", entendendo-se por ela a utilização do potencial endógeno de uma região para fins e preferências da mesma, com o apoio da "base" e a criação de condições favoráveis do "topo". Uma tal estratégia de complementariedade (em vez de conflitualidade) dos paradigmas de desenvolvimento não poderá concretizar-se sem o respeito pelas identidades regionais. Explicitemos um pouco melhor o conceito de identidade regional e suas relações com o espaço e cultura.

O espaço e as representações que os grupos dele fazem constituem um factor de identidade. O espaço não é, apenas, um mero suporte dos fenómenos sociais, mas também uma rede de relações. Ele exprime a estrutura social e ainda a cultura da sociedade à qual pertencem os actores sociais, individuais e/ou colectivos. O espaço apropriado é sinal do grupo social que o apropria e constitui, por isso mesmo, um elemento importante na elaboração da identidade colectiva dos actores sociais. Quando um poder quer modificar a identidade de um grupo (local, regional, nacional), a táctica mais utilizada é a introdução de mudanças no espaço desse

grupo, nas suas fronteiras, na sua organização especial e nas suas finalidades.

O conceito de identidade supõe a ideia de permanência. É esta permanência que permite a formação de uma "memória colectiva", materializada num sistema de objectos que servem de pontos de apoio a uma existência comum e possibilitam, aos membros do grupo, a atribuição ao respectivo território de significações conjuntamente aceites. Estas significações geram representações colectivas de pertença a um grupo e a um território específico.

A cultura constitui parte integrante do conceito de identidade. A cultura é o sistema de expressão duma identidade, sistema que supõe meios, actores sociais, finalidades comuns. A cultura comporta valores aos quais um grupo está ligado, mesmo inconscientemente e que definem um modo de ser. Ela é a linha que perpassa o tecido social. A identidade regional resulta do perfil cultural duma região. Ela será, portanto, a imagem específica que os actores duma dada região se dão de si mesmos. Isto significa que a identidade regional, por um lado, supõe uma dinâmica colectiva interna da região e da sua cultura e, por outro lado, depende das relações com as outras regiões e com a sociedade global. Nela se confronta uma tensão dialéctica entre um "nós" e um "outro". Toda a identidade implica uma relação de diferença e, por vezes, de conflito com o "outro" que se afirma deste modo como dimensão constitutiva daquela.

A identidade pode ser avaliada positiva ou negativamente pelos actores regionais, na medida em que valoriza ou desvaloriza a pertença e afeição dos membros do grupo à sua região. Quando positivamente avaliada, a identidade regional é fonte de orgulho e de solidariedade, de acção e de comunicação, de inovação e de autonomia, constituindo por isso uma dimensão fundamental do desenvolvimento. Segundo Michel BASSAND (1982), esta identidade é, por natureza, ofensiva e manifesta-se pela reivindicação de "viver, trabalhar e decidir na região", que se concretiza através da valorização dum processo de desenvolvimento endógeno,

levado a cabo, maioritariamente, por actores regionais. É, pois, uma identidade dinâmica e interveniente. A existência de uma tal identidade é tanto mais importante quanto é certo que nem todas as regiões apresentam, relativamente às políticas de ordenamento do território, uma massa crítica suficiente para assegurar e reivindicar uma política de desenvolvimento regionalizada.

Por seu turno, a identidade defensiva, segundo o mesmo autor, pode caracterizar-se por diferentes graus de resistência (cultural) à mudança ou pela luta contra a marginalização.

Uma situação de osmose entre os dois tipos de identidade regional poderá acontecer quando uma região, para salvar e preservar a sua identidade cultural, decide passar da resistência à identidade ofensiva, através da elaboração e apresentação de projectos de desenvolvimento. "A intensidade da valorização ou da desvalorização da identidade regional varia de região para região, de acordo com os seus dinamismos económico e cultural e com a posição dos actores na sua estrutura social" (M. BASSAND, *idem*).

Uma referência não poderá deixar de ser feita ao problema das relações entre a mudança e identidade regional. Afirmamos a existência de uma relação dialéctica entre permanência e mudança. Se a identidade regional valorizasse apenas a continuidade ela acabaria fatalmente, no contexto actual de transformações aceleradas, por se marginalizar, correndo assim o risco de estagnação, ruína e abandono. Não há, pois, identidade regional sem renovação, entendida esta como mudança segundo orientações próprias e, tanto quanto possível, autónomas.

4. PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A articulação da identidade cultural regional com o desenvolvimento permitiu, com base nalguns autores, nomeadamente em Michel BASSAND, caracterizar dois paradigmas de desenvolvimento regional.

A figura nº 1 tenta caracterizar o modelo de desenvolvimento desigual e dependente, inerente às políticas de crescimento

económico polarizado. Este paradigma de desenvolvimento provoca uma crise de identidade regional, por um lado, acelerando o êxodo dos habitantes e dos capitais e, por outro, suscitando nos que ficam atitudes de anomia e alienação. De tudo isto resultará aquilo a que se poderá chamar as três doenças das regiões periféricas: regressão económica, dependência política e marginalidade cultural, acompanhadas, na maioria dos casos, da degradação do património cultural e ecológico. Face a esta situação, **os actores regionais poderão adoptar estratégias defensivas (identidade defensiva) ou ofensivas (identidade ofensiva).**

A figura nº 2 sintetiza as ideias referentes ao paradigma do desenvolvimento endógeno. A ideia de desenvolvimento endógeno é, desde há muito, um dos temas maiores de acção para a UNESCO e outras organizações internacionais. Entendido como um processo integrado, global e endógeno, este modelo implica a mobilização de todos os recursos regionais (económicos, sociais e culturais) e a intervenção de actores regionais dinâmicos e inventivos. O facto do desenvolvimento endógeno recusar a dependência não significa, de maneira nenhuma, que a região em causa se deva isolar das outras regiões do país.

A implementação de um processo de desenvolvimento endógeno é, evidentemente, muito complexa. Por mais importante que seja o papel duma acção cultural regional, esta nunca poderá por si só romper o círculo vicioso da regressão económica, dependência política e marginalidade cultural. Somente por uma acção combinada no domínio da economia e da identidade regional, as regras periféricas poderão libertar-se do jugo da dependência e inventar o seu próprio futuro pela via da:

- * revalorização da especificidade cultural e histórica da região, conjugando tradição e modernidade;
- * abertura ao exterior com a modernização das infraestruturas e dos equipamentos.
- * reivindicação junto do Estado de ajudas específicas para esses fins;

- * garantia de uma estrutura de controlo local/regional e de um sector produtivo local-regional de bens e serviços;
- * dinamização da capacidade de iniciativa e de empreendimentos regionais;
- * implementação de um novo relacionamento entre o Estado e as regiões.

NOTA FINAL

Do que atrás ficou exposto, algumas ideias conclusivas podem ser avançadas sobre o tema:

- a situação em que se encontram algumas regiões é calamitosa. A crise em que vivemos não é apenas exógena, mas também endógena. O subdesenvolvimento contribui para criar uma situação de crise política e cultural;
- os efeitos negativos do subdesenvolvimento manifestam-se de variadas formas, nomeadamente, em atitudes que vão da descrença à apatia, da indiferença à resistência passiva, da discordância latente ou manifesta à revolta. A identidade regional pode constituir motor ou obstáculo ao desenvolvimento.
- sem identidade não pode haver autonomia nem participação dos habitantes nas orientações sobre o seu futuro. Não haverá, portanto, uma verdadeira política de desenvolvimento sem identidade colectiva. Parece ser claro também que a cultura só por si não basta para provocar desenvolvimento. Torna-se necessário

que existam recursos endógenos e que estes entrem em sinergia, ou seja, actuem de modo semelhante e independentemente. O desenvolvimento regional necessita de actores que elaborem projectos em comum e complementares.

- uma política de animação cultural deverá partir sempre da cultura vivida e da especificidade cultural regional. Isto significa que:
 - a instalação de equipamentos de lazer, difusão e de animação devem ser mantidos, estimulados, encorajados;
 - o património (habitat, festas, tradições, arte popular, etc.) deve ser salvaguardado e protegido;
 - as instalações escolares e universitárias, profissionais e de educação permanente devem ser multiplicadas com o objectivo de formar quadros económicos, políticos e culturais que, identificados com a sua região, sejam capazes de gerir e de inovar um desenvolvimento específico.

¹ O presente texto resulta do alinhamento de algumas reflexões elaboradas pelo autor, aquando da sua participação, em 1983/85, no projecto internacional que se realizou, sob a égide do PNUD-UNESCO, entre as Universidades de Genève e Nova de Lisboa, e o IACEP (organismo onde então trabalhou) subordinado ao tema "Développement Spatial et Identités Régionales". Uma primeira versão foi apresentada no Seminário sobre "Desenvolvimento Regional e Aproveitamento de Recursos", organizado pela CIUR-JNICT, em Coimbra (Novembro de 1985).

BREVE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- M. BASSAND e S. GUINDANI (1982), *Maldéveloppement Régional et Identité*, Presses Polytechniques Romandes, Lausanne.
- M. BASSAND e S. GUINDANI (1983), *Maldéveloppement Régional et Luites Identitaires*, in *Espaces et Sociétés*, nº 42, pp 13-26.
- P. BOURDIEU (1980), *L'Identité et la représentation*, in *Acts de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35, pp. 62-77
- C.V. FARIA (1985), *Setúbal: Cidade-Região Fronteira?*, in *Sociedade e Território*, nº 3, Afrontamento, Porto, pp 45-53.
- A. SIMÕES LOPES (1977), *Desenvolvimento Regional. Problemas e Estratégias para uma Política de Desenvolvimento em Portugal*, in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, F.C. Gulbenkian, Lisboa, pp 589-620.
- F. PERROUX (1981), *Pour une Philosophie du nouveau Développement*, Aubier-Les Presses del'Unesco, Paris.
- P. PELLEGRINO e Outros (1982) *Identités Régionales, Représentation et Aménagement du Territoire*, in *Espaces et Sociétés*, nº 41, Paris, pp 99-112.
- P. PELLEGRINO (éditeur) (1983), *Espace et Culture*, Ed. Georgi, Saint-Saphorin, pp. 231
- UNESCO (1980), *Domination ou Partage*, Paris.

PARA UMA PRIMEIRA AVALIAÇÃO DA REFORMA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Sérgio Ribeiro *

1. Acaba de ser distribuído o quarto relatório periódico da Comissão das CE sobre a situação e a evolução das regiões; tem o título **As Regiões da Europa na década de 90** e contém informações e dados do mais oportuno interesse.
2. Quanto à situação, são persistentes, como diz o relatório, as assimetrias regionais. Alguns quadros o mostram. Num, ordenando as quase 200 regiões do espaço da CEE por PIB/normas de poder de compra por habitante, a de maior nível, uma região holandesa, tem um valor que é superior 4,6 vezes à de menor, uma região grega. Mas as "regiões portuguesas do Norte, Alentejo e Algarve estão, com uma outra grega, entre as cinco de menor nível; noutro quadro, observa-se que a região de menor nível de PIB/ecu por pessoa ocupada é a portuguesa Norte, com 23% da média comunitária e representando 11 vezes menor produtividade que a mesma região holandesa.
3. Quanto à evolução futura, o mesmo relatório possibilita fazer cálculos que aqui transcrevo para ilustrar o que nos espera. Se durante 20 anos a média de crescimento PIB/SPA comunitário, tal como a Comunidade hoje ela é, for de 2%/ano, para que um Estado-membro que está a cerca de 50% desse PIB (é o caso de Portugal) passe a 70%, precisa de crescer mais 1,75%/ano, isto é, 3,75% durante esses 20 anos; se este Estado-membro tiver uma região a metade do seu PIB, repetem-se as contas, e dá 5,5%/ano para

chegar a 70% da média do país, e chegar a 49% (70% * 70%), menos de metade, da média comunitária. Pensemos no Alentejo a ter de crescer 20 anos a 5,5% ao ano... sem o Alqueva!

4. Vai realizar-se, em Novembro deste ano, a 2ª Conferência das Regiões/Parlamento Europeu. Será um momento azado para discutir esta problemática das regiões, da política regional, da descentralização, da democracia participada. A sua preparação é, já, uma privilegiada oportunidade. Na comissão de política regional e de ordenamento do território, fui encarregado de um co-relatório, dos oito que comporão os documentos de trabalho que se apresentarão a essa Conferência. Para esse relatório elaborei um primeiro documento, que agora sei que terei de reduzir a 1/2 páginas. Nunca seria trabalho perdido, mas aproveito-o, adaptando-o, para esta colaboração que muito me apraz concretizar.

1. A coesão económica e social face à realização do Mercado Único e com vista à União Económica e Monetária

(.....)

- b) A acção dos Fundos Estruturais e dos instrumentos de concessão de empréstimos CEE: avaliação da primeira fase de aplicação da reforma que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1989

Considerando a situação e evolução socio-

* *Deputado ao Parlamento Europeu*

económica das regiões da Comunidade, objecto do quarto relatório periódico da Comissão – **As Regiões na década de 90** –, segundo o qual "o exame das disparidades em matéria de rendimentos (PIB por habitante) e de produtividade (PIB por pessoa ocupada) confirma, de novo, a persistência de diferenças consideráveis entre as regiões da Comunidade" e que a "existência – e a persistência – de graves disparidades regionais em matéria de PIB por habitante e de taxa de desemprego podem ser imputadas a diferenças profundamente enraizadas relativas a vantagens concorrenciais, determinadas por um certo número de factores";

Considerando que o objectivo da **coesão económica e social**, inscrito no Acto Único, se tornou num imperativo face ao avanço na concretização do objectivo do mercado interno, e que os diferenciais de crescimento exigidos por uma convergência regional, tal como definidos no mesmo relatório, terão de ser da ordem de 1,5% a 2% para que, em 20 anos, uma região com PIB/SPA por habitante igual a metade da média comunitária atinja um nível equivalente a 70% dessa média;

Considerando que a reforma dos fundos estruturais, com base na comunicação "Realizar o Acto Único, uma nova fronteira para a Europa", adoptada em Fevereiro de 1987, visa tornar esses fundos em **instrumentos de desenvolvimento económico** para a aproximação desse objectivo da coesão económica e social;

Considerando ainda que, como o salienta e repete o Tribunal de Contas e a Comissão, "a reforma dos fundos não contém em si a mesma garantia do seu êxito".

Introdução

A avaliação da primeira fase de aplicação da reforma dos fundos estruturais comunitários, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1989 tem de se fazer tendo em conta o contexto em que se foi elaborando essa reforma, a ideia-força e os grandes princípios que a fundamentam, a adequação das disposições operacionais que foram escolhidas, o arranque da sua concretização e

a sua implementação após os dois primeiros anos, de 1989 e 1990.

O contexto, a ideia-força e os princípios fundamentais, e de certo modo também as disposições operacionais, representam um todo teoricamente coerente que importa recordar para tomar como referência aferidora que possibilite a avaliação da aplicação da reforma para que existem os primeiros resultados da sua aplicação.

O contexto em que a reforma dos fundos estruturais foi elaborada definia-se por uma situação conjuntural marcada indelevelmente pela gravidade do desemprego, e pelo alargamento da Comunidade a Espanha e Portugal, podendo dizer-se que esse alargamento – nele incluindo o que respeitou à adesão da Grécia – transformava profundamente, quantitativa e qualitativamente, o espaço comunitário.

Neste curto espaço de tempo, entre a concepção da reforma e começo da sua aplicação e a avaliação que se pretende fazer, o contexto alterou-se substancialmente. Não deixou de ser um problema maior o do desemprego, mas a questão do emprego, e da sua qualidade, teria ganho foros de, pelo menos, igual prioridade; a Comunidade Económica Europeia não se alargou mais uma vez, no que respeita ao número de Estados-membros, mas os acontecimentos da Europa central e leste, para além de outros reflexos, já e efectivamente, o espaço comunitário e, ainda mais recentemente, a crise e guerra do Golfo, ilustram profundas transformações no contexto envolvente, com cada vez mais interpenetrados efeitos numa Europa em mudança.

Ademais, mesmo que se procurasse confinar o contexto exclusivamente à própria Comunidade, esse contexto redutoramente interno teria sido significativamente alterado. Tanto que a construção do mercado interno, decorrente do Acto Único, parece ultrapassada pelos objectivos da União Económica e Monetária e da União Política – embora para eles **concorra, como passo a ter de ser dado** –, enquanto se reúnem as Conferências Inter-Governamentais.

Sendo outro o contexto, seria outra, hoje, a reforma de fundos estruturais que se avalia, se hoje se lhe definissem a ideia-força, os grandes princípios e as disposições operacionais que deles decorrem. De modo nenhum está em causa a necessidade de reverter os fundos estruturais em "**instrumentos de desenvolvimento económico**" para que as políticas estruturais permitam que **todas** as regiões da Comunidade participem nos processos em curso e deles beneficiem. Nem esta observação representa uma crítica aos grandes princípios então enunciados e às disposições operacionais então definidos e regulamentados, mas sim uma forma de sublinhar a indispensável prevalência do dinâmico sobre o estático.

Esta avaliação confronta a enorme dificuldade de ser feita após dois anos de aplicação da reforma dos fundos estruturais, em que o primeiro, 1989, foi dominado pelas negociações dos chamados Quadros Comunitários de Apoio (QCA), elemento nuclear das disposições operacionais, e em que o segundo ano, 1990, constituiu o ano crucial para o **arranque operacional** dessas QCA, ao mesmo tempo que se lançaram **iniciativas comunitárias**, sendo recentíssimos os dados a ele referidos, ainda não trabalhados, ainda não objecto de relatório da Comissão.

Por outro lado, mais de 75% das autorizações do FEDER no ano de 1989 referem-se a acções decididas no âmbito dos regulamentos anteriores à reforma dos fundos estruturais, pelo que a aplicação desses regulamentos continua, e continuará, a representar um elemento de peso significativo na gestão orçamental dos exercícios de 1989, 1990 e ainda posteriores.

Concentração

O primeiro princípio, de **concentração das intervenções nos cinco objectivos prioritários**, acompanha a decisão de **duplicação dos fundos** e é, o de **mais fácil avaliação** dado o seu aspecto quantitativo, ou quantificável.

Do total da verba plurianual (1989/93) de 60,3 mil milhões de **ecus**, deverão caber 38,3 mil milhões, isto é 65% do total, às regiões menos desenvolvidas, ou seja, as regiões do objectivo 1, e com as verbas para o objectivo 2, as regiões em declínio industrial, a parcela destes dois objectivos deverá vir a ultrapassar os 75%.

Quer o relatório anual sobre a execução da reforma dos fundos estruturais, referido a 1989, quer as informações já disponíveis relativas à execução de 1990, permitem fazer uma avaliação positiva desse princípio de concentração, com cerca de 12,5 mil milhões comprometidos no objectivo 1 face aos 12,7 mil milhões previstos, e 2,4 mil milhões para o objectivo 2, ao nível do previsto.

Verifica-se, no entanto, que as novas possibilidades proporcionadas pela regulamentação decorrente da reforma, e que prevêm que as contribuições comunitárias possam cobrir até 75% do custo total das despesas públicas para as medidas aplicadas nas regiões do objectivo 1, raramente foram utilizadas pelos Estados-membros. Por este facto, o esforço de concentração foi insuficientemente concretizado nos QCA aprovados e teve por consequência o aumento do esforço financeiro dos orçamentos nacionais, como se sublinha no relatório anual sobre a execução da reforma dos fundos estruturais, referido a 1989.

Programação operacional

O primeiro período da concretização da reforma dos fundos estruturais, estes dois anos de 1989 e 1990, foi necessariamente marcado pelo esforço de programação. Esforço por parte dos Estados-membros, que tiveram de apresentar planos plurianuais e de calcular e calendarizar a mobilização dos meios nacionais e as contribuições comunitárias a solicitar para reforço das políticas nacionais; esforço por parte da Comissão, para elaborar, em colaboração com cada Estado-membro, e as suas autoridades regionais, os QCA como resposta comunitária, quer no que respeita à definição de eixos prioritários de intervenção,

quer no que respeita às contribuições comunitárias a afectar a cada objectivo, e Estado-membro a Estado-membro.

Por esta via, o **programa operacional** (PO) tornou-se, sob a forma de abordagem pluri-fundos ou integrada, a modalidade de intervenção preponderante para a concretização dos QCA substituindo a metodologia dos projectos.

Quanto a outros modos operacionais, salienta-se o escasso recurso, pelos Estados-membros, a uma nova modalidade de intervenção, a **subvenção global** – artº 5º 2.c) – que, no entanto, tem a virtualidade de ser intervenção flexível e directa possibilitando uma melhor adaptação às necessidades dos agentes locais e, por outro lado, um encurtamento dos circuitos financeiros graças ao pagamento directo aos responsáveis pelas acções de desenvolvimento.

Ainda se refere que, entre as modalidades de intervenção, o recurso a medidas de **apoio à assistência técnica e aos estudos preparatórios de definição das acções** – artº 5º 2. e) –, também nova, tem sido pouco utilizado, não obstante poder ser de particular interesse para as regiões mais atrasadas.

Como o próprio Comissário Bruce Millan sublinha (em documento apresentado a reunião informal dos ministros das políticas regionais e de ordenamento do território, de 23/24 de Novembro de 1990) a abordagem integrada confronta um certo número de resistências, exigindo a mudança de métodos tradicionais, quer nos Estados-membros, quer na própria Comissão.

Por outro lado, esta abordagem integrada implica também um esforço no que respeita à "engenharia financeira", articulando e equilibrando as subvenções, concedidas essencialmente pelos três fundos estruturais, e os empréstimos, através sobretudo do Banco Europeu de Investimento (BEI). Esse equilíbrio tem-se revelado difícil, por a metodologia e os critérios bancários não se adaptarem facilmente aos de uma programação operacional, baseada numa abordagem integrada e visando objectivos predominantemente sócio-regionais.

A operacionalidade da aplicação da reforma dos fundos estruturais tem merecido observações críticas, por parte de alguns Estados-membros, relativamente a eventual lentidão de processamento e excessiva burocracia. Tais observações terão o seu fundamento objectivo no facto da avaliação e aprovação dos programas operacionais exigirem mais tempo que os projectos, recusando-se a Comissão a aceitar o qualificativo de burocrático para atrasos que importa à exigência de cumprimento de obrigações regulamentares, sem prejuízo da necessidade de simplificação de procedimentos.

Associação ("partenariat"), o princípio-chave

O princípio da associação ("**partenariat**") é o princípio-chave da reforma dos fundos estruturais porque determina e condiciona a aplicação dos outros princípios; definida, pelo regulamento-quadro, como "uma concertação estreita entre a Comissão, o Estado-membro em questão, as autoridades competentes por ele designadas a nível nacional, regional, local ou outro, agindo todas as partes na qualidade de parceiros que prosseguem um objectivo comum", a associação deverá abranger todas as fases das acções: preparação, financiamento, acompanhamento e avaliação das acções.

No entanto, a designação de quais as autoridades competentes a nível nacional, regional, local ou outro, se prerrogativa do Estado-membro, da estrutura da sua organização regional, não é indiferente ao cumprimento do princípio da associação, que tem implícita as ideias de descentralização, de participação de autoridades regionais, e não ser o resultado de processos meramente de desconcentração.

Sem prejuízo do princípio da subsidiariedade, a partir do qual as acções estruturais conduzidas pela Comissão devem ser **complementares** das iniciativas desenvolvidas localmente, é necessária uma melhor definição do papel de cada parceiro, o que se apresenta particularmente difícil onde não

existem (ainda) estruturas regionais adequadas.

Por outro lado, nos dois primeiros anos de aplicação da reforma dos fundos estruturais, surgiram problemas no que respeita ao princípio da associação em razão do que alguns Estados-membros consideram a influência crescente, e eventualmente excessiva, da Comissão na definição das políticas regionais a adoptar, como decorre do volume significativo das contribuições comunitárias, e da Comissão recusar um papel puramente passivo.

O princípio da associação se, até pela sua novidade, teve concretização relativamente (e diversamente) satisfatória na negociação dos QCA para as regiões dos objectivos 1., 2., e 5.b), será ainda mais essencial e exige atenções particulares nas fases de acompanhamento e de avaliação.

A adicionalidade e a sua verificação

A duplicação da dotação dos fundos estruturais canalizará um volume importante de recursos orçamentais para um número limitado de regiões. Segundo o princípio da adicionalidade, ao aumento anual das dotações dos fundos deve corresponder um aumento pelo menos equivalente da totalidade das intervenções públicas, ou assimiláveis, com finalidade estrutural nos Estados-membros em causa.

Este princípio esteve presente, enquanto compromisso, na fase de elaboração dos QCA, e a Comissão tem afirmado repetidamente que procederá a verificações e avaliações periódicas da adicionalidade durante a concretização dos QCA.

Para tanto, é necessário que a Comissão ponha em prática um sistema de acompanhamento que permita avaliar a realidade da contrapartida nacional ao esforço comunitário, sem que, ao fazê-lo, dê razão a observações críticas sobre excessivo controlo ou interferência que ponha em causa o princípio da subsidiariedade e acresça o peso burocrático dos procedimentos, devendo o acompanhamento e avaliação constituir um domínio

privilegiado de cooperação entre os Estados-membros, nos seus vários níveis, e a Comissão, e representar, por isso mesmo, a concretização efectiva do princípio da associação.

As iniciativas comunitárias no quadro da reforma

A definição das novas **iniciativas comunitárias** constituiu o segundo vector da aplicação da reforma dos fundos estruturais, referido a 1990. A Comissão procurou, nestas iniciativas, um equilíbrio entre a aplicação regional das políticas comunitárias (ENVIREG, STRIDE, REGEN) e a solução de problemas comuns a determinadas regiões (RECHAR, INTEREG, REGIS) ou categorias de pessoas (NOW, HORIZON, EUROFORM), algumas delas já aprovadas formalmente, outras com acordo de princípio.

O financiamento dos programas operacionais possibilitando a concretização de todas estas iniciativas implicou a reserva de 3,8 milhares de milhões de **ecus**, para o período 1990-1993, a que se deverão juntar 1,7 milhares de milhões de **ecus** para financiamento de iniciativas comunitárias anteriores à reforma (STAR, VALOREN, RESIDER e RENAVAL).

A execução orçamental em 1989 e o relatório do Tribunal de Contas

A avaliação real do começo da aplicação da reforma dos fundos estruturais passa, necessariamente, pela apreciação da execução, e não obstante o facto dos esforços de todos os parceiros se terem concentrado na preparação dos QCA, já algumas intervenções operacionais tinham sido adoptadas no final de 1989.

O relatório anual sobre os fundos estruturais, referido a esse ano, conclui que os compromissos decorrentes das decisões tomadas e os compromissos realizados em função dos programas existentes permitiram uma utilização satisfatória dos créditos de compromisso e de pagamento disponíveis.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas,

particularmente no seu relatório sobre o FEDER, baseando o seu parecer sobre a diversificação dos modos de intervenção, acompanha a análise da execução orçamental com considerações sobre os objectivos e princípios definidos, e traduz um relativo desfasamento entre estes e a realidade.

Apesar dos elementos positivos que nota, o Tribunal de Contas refere que "a diversificação limitou-se bastantes vezes a prosseguir sob uma outra forma acções financiadas anteriormente no âmbito de projectos individuais", acrescentando que "as insuficiências de concepção e de preparação reduziram o suplemento de eficácia esperado das novas intervenções, limitando-se a simples modalidades de financiamento".

Sendo o essencial da reforma dos fundos estruturais, os programas apresentam, segundo o Tribunal de Contas, "numerosas lacunas, particularmente ao definir de maneira insuficiente ou inadequada os objectivos e as suas prioridades (e) a relação entre os objectivos a realizar e os meios a utilizar não está muitas vezes claramente definida".

Ainda segundo o mesmo relatório do Tribunal de Contas, outra lacuna importante reside na estrutura e na aplicação dos sistemas de acompanhamento e avaliação pois "os programas não contêm praticamente indicadores ou critérios que permitam avaliar os seus níveis reais de adiantamento e de êxito", pelo que, mais adiante, se sublinha ser "primordial que (a Comissão) se assegure do rigor do acompanhamento e da avaliação das acções e que ponha efectivamente em prática as recomendações que daí resultam".

A realização no ano de 1990

A realização dos montantes previstos nos planos de financiamento dos QCA, para o ano de 1990, foi muito condicionada pela possibilidade de aprovar todos os programas operacionais e as respectivas formas de intervenção dada a sua chegada tardia, e também pelos atrasos no arranque de outros programas já aprovados, pelo que se terá verificado uma sub-utilização dos créditos

comunitários em 1990.

Por isso, o comissário Bruce Millan dizia, no documento já referido, do final de 1990, que era de recear que, na sequência dos primeiros atrasos observados na concretização dos programas existentes, os desvios entre as programações dos créditos e as realizações se venham a tornar mais sérios, sendo um "perigo real que exigirá respostas rápidas da parte dos Estados-membros (e) os primeiros atrasos na concretização das acções parecem **suficientemente inquietantes** para que a Comissão e os Estados-membros tomem as disposições necessárias para acelerar as realizações e assim se permita o êxito dos objectivos da coesão económica e social".

Breve referência à gestão financeira

No mesmo documento, e vindo ao encontro dessas preocupações e também de observações do relatório do Tribunal de Contas relativo a 1989, são feitas observações sobre dois aspectos da gestão financeira que deverão ser melhorados:

– uma simplificação dos circuitos financeiros, com a explícita referência a uma solução que seria a de se proceder, com o acordo dos Estados-membros, a entregas directas às autoridades que gerem os programas, o que, mais uma vez, torna chave o princípio da associação e a necessidade de uma real descentralização das estruturas regionais, segundo opções adequadas de cada Estado-membro, para que esse princípio possa ser efectivo e eficaz.

– melhoria da circulação das informações relativas às atestações de pagamentos.

Conclusões

Sendo ainda difícil fazer a avaliação completa da primeira fase de aplicação da reforma dos fundos estruturais, até pela sua característica inovadora de implementação de novos instrumentos e metodologias em cumulação com a execução de projectos anteriores à reforma, esta avaliação tem de ser continuada e ser simultânea com a fase de

acompanhamento e de avaliação dos programas encetados e das iniciativas lançadas.

O estabelecimento de um sistema de acompanhamento eficaz, valorizando o princípio da associação, e a procura de modalidades de gestão financeira que arti-

culem subvenções e empréstimos, e integrem estes na prossecução dos objectivos e na observância, necessariamente flexível, dos grandes princípios definidos, são indispensáveis para o êxito da reforma dos fundos estruturais.



SOBRE AS RAZÕES E CRITÉRIOS PARA REGIONALIZAR

Luis Sá *

Há um geógrafo francês, André Frémont, que escreveu um livro chamado "Região, espaço vivido" (1). No fim de contas, esta expressão coloca a questão de que a região, quer como entidade geográfica, quer como entidade de outro tipo, de natureza administrativa, tem de ser, acima de tudo, um espaço sentido como uma entidade autónoma por quem nele habita. Esta é uma questão que tem de estar sempre presente em todo o debate sobre este problema. Existe um conjunto de textos, por exemplo, do prof. Manuel Porto (2), presidente da Comissão Coordenadora da Região Centro, ou do Dr. António Vitorino (3), do PS, actualmente Juíz do Tribunal Constitucional, que colocam o problema da dimensão das regiões, não dentro da ideia de que devem ser um espaço vivido, como comunidades de população, mas discutindo qual é o espaço óptimo para o desenvolvimento. Nesta dinâmica, aparecem as comparações (particularmente nítidas no texto do prof. Manuel Porto) com as regiões da CEE. E aqui, imediatamente, o que é que se conclui? Que pode ter que haver regiões em Portugal, mas Portugal tem o tamanho de Castela, portanto, o tamanho de outras regiões europeias. Logo, as regiões têm de ser muito poucas; e, assim, vemos o ministro Valente de Oliveira dizer que Portugal deve ter duas ou três regiões. Para efeitos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional vimos

mesmo partir do princípio que Portugal era uma única "região".

Esta é uma concepção que julgo de rejeitar; estou de acordo com a afirmação de que é difícil encontrar uma identidade regional muito forte e com contornos bem definidos em várias regiões do país, mas o nosso empenhamento através do debate e da participação popular e municipal tem que ser construir as regiões como um espaço tanto quanto possível vivido pelas populações. É certo que, à partida, as aspirações regionalistas podem ser mais fortes (e são) numas áreas do que noutras. Mas desencadear o processo, com base em áreas de partida, poderá permitir criar regiões onde se registar imediatamente o consenso e deixar amadurecer a questão onde eventualmente, de momento, a identidade regional for menos marcada.

Ao longo da história, houve entre os municípios e o Estado-Nação estruturas administrativas com áreas muito diversas. Em geral, a divisão administrativa superior foi extremamente variável e não permitiu criar em várias áreas do país uma identidade regional muito forte. Tradições relevantes têm os municípios e as comarcas, estas, segundo muitos, ameaçadas de extinção. Mas isto não deve ser pretexto para nós nos esquecermos de que com identidade mais ou menos marcada há um Algarve, um Alentejo, ou vários, Trás-os-Montes, Beira Interior ou Beira Litoral ou o Minho, ou até divisões menores, se essa for a vontade popular, e partirmos do princípio de

* *Director da Revista Poder Local*

que, por critérios tecnocráticos, por critérios que não são os nossos, por similitude com a CEE, estamos obrigados a adoptar áreas e a retalhar o país artificialmente.

A opção pelas grandes áreas regionais visa também garantir, que, se a pressão popular e democrática obrigar efectivamente a criar regiões em Portugal, estes órgãos eleitos pela população tenham de herdar todo o aparelho burocrático criado pelo poder PSD e, particularmente, pelas comissões de Coordenação Regional. Isto é, há o risco real, e eu creio que o projecto de estratégia da direita é claramente este, de, se chegar a haver regiões eleitas, e eles tentarem que não existam, estas se vejam forçadas a estar penduradas num aparelho burocrático que não controlam inteiramente – todo um aparelho técnico com hábitos, com serviços, etc., que funciona com uma dinâmica própria, ligado directamente, por um lado, ao Governo, por outro lado à CEE, com dificuldade de aceitar uma direcção efectivamente democrática e participada das Regiões Administrativas. Em resumo: o tamanho da região deve ser encontrado à luz da ideia de comunidade vivida pelas populações, acima de tudo com base na ideia de que a região deve ser construída de baixo para cima.

Naturalmente que a dimensão das regiões administrativas deverá influenciar a extensão e natureza das atribuições e competências que para elas vierem a ser transferidas.

Quanto ao conceito de regionalização, prefiro com toda a nitidez reservar este conceito para a criação de órgãos eleitos pela população (4). É extremamente frequente, e estou-me a lembrar do Livro Branco da Regionalização de 1980, do trabalho do Instituto de Estudos e Desenvolvimento e de outros trabalhos, incluindo textos do próprio Governo, utilizar o conceito de regionalização para a criação de serviços dependentes do Governo nas regiões. Utiliza-se mesmo o conceito de regionalização para as próprias Comissões de Coordenação Regional; falou-se de regionalização a propósito da criação de departamentos regionais do Ministério da Agricultura no tempo do ministro António

Barreto, falou-se em regionalização do Ministério da Educação. É uma utilização inadequada do conceito de regionalização. Este deve ser reservado para a criação de órgãos situados nas regiões, eleitos e controlados pelas populações respectivas. Esta clarificação é necessária, sob pena de facilitar, no fim de contas, um processo que, parafraseando o ministro Valente de Oliveira, do Plano e Administração do Território, favoreça que a desconcentração possa ser o pior inimigo da descentralização (como efectivamente tem sido orientação do Governo). Isto porque cria serviços mais próximos das populações – não ficando tudo no Terreiro do Paço – e permite responder mais eficazmente a alguns problemas; mas permite também diminuir poderes municipais, ingerir-se ou controlar o seu exercício, e desarticular boa parte da vontade e das reivindicações de descentralização. E, neste sentido, pode limitar a própria dimensão das aspirações populares à regionalização. Sem dúvida que há um lugar importante numa "reforma administrativa" para a desconcentração. Mas a pedra angular dessa reforma deve ser a descentralização, entendida como transferência de poderes para órgãos eleitos pela população, e encarada como um instrumento privilegiado para aproximar o poder dos cidadãos, desburocratizar e estimular a participação, como aliás prescreve a Constituição.

Objectivos da Regionalização

Quanto aos objectivos da regionalização, há acima de tudo o objectivo do aprofundamento da democracia.

A regionalização não pode ser concebida como uma questão menor. É uma questão estratégica. Por um conjunto de razões.

Toda a concepção de partilha horizontal dos poderes do Estado, criada designadamente pelos filósofos da democracia burguesa, das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, está posta em causa por aquilo a que se tem chamado o Estado de partidos e pela interpenetração crescente do poder político, Administração Pública e do poder económico.

Isto leva a uma forte concentração de poderes no Governo (favorecida pelas orientações que têm sido adoptadas) e, por detrás do Governo, em certas oligarquias e grupos económicos. Não é uma questão que possa ser colocada independentemente de qual é o partido, qual é a orientação de classe, qual é a atitude perante as liberdades, a democracia, etc.. Em todo o caso é um problema importante que leva, por exemplo, pessoas com convicções muito diversas a colocar preocupações acerca dos perigos para o próprio sentido que deveria ter a democracia representativa, prejudicada pelo domínio de pequenas oligarquias. Está em causa, afinal, o problema da "elitização" da democracia.

Naturalmente até houve tentativas de levar isto mais longe. Lembro, por exemplo, da campanha em torno da "Maioria-Governo-Presidente", em que o Presidente, que ainda poderia introduzir alguns elementos de contradição neste processo, ficaria também ligado a um centro de poder, que tudo comandaria, por detrás de órgãos que deveriam assentar na separação, controlo recíproco e partilha do poder.

Isto coloca um problema com particular actualidade: se está posta em causa a separação horizontal dos poderes, há que dar ainda mais força e actualidade ao problema da partilha vertical do poder, isto é, da partilha do poder entre os órgãos de soberania e as regiões, municípios e freguesias, isto é, no seio da Administração Pública, entre o centro e as várias periferias.

Há necessidade efectiva de restaurar o policentrismo da democracia, os mecanismos de controlo e de partilha do poder, de pluralidade do poder. Por outro lado, esta dinâmica leva em boa medida aquilo a que já alguém chamou a "incultura cívica" traduzida no alheamento do cidadão comum em relação à política, no reinado do "marketing", na transformação da política em espectáculo, no desaparecimento da participação real no debate político.

Há aqui um problema de fundo, e que leva a uma extrema necessidade de revalorizar os pequenos espaços de prática da democracia;

não são os últimos redutos da democracia, mas são ou podem ser lugares autênticos, e com um lugar essencial, de intervenção e participação democrática.

Há um artigo do prof. Simões Lopes (5) que diz, a certa altura, que só há democracia nos pequenos espaços, o que, em certo sentido, tem razão de ser. A tendência da democracia representativa nesta parte do mundo é para o cidadão comum, reduzido ao alheamento, à desinformação e à passividade cívica, ser remetido à função de votar de quatro em quatro anos, com taxas de abstenção cada vez maiores, como se viu há pouco nos EUA (em Portugal também têm crescido). Isto coloca como questão às forças democráticas e de esquerda, o problema de vitalizar todos os pequenos espaços de intervenção e participação democráticas. É a região, é o município, é a freguesia, é a empresa, o bairro, a colectividade, a cooperativa.

Vale a pena comparar a questão da abertura da TV à iniciativa privada com aquilo que se poderia passar com as rádios locais. Em relação à TV quem pode disputar é um conjunto de potentados que, em última instância, não vão significar mais participação. Em relação às rádios locais, muito mais do que as questões regionais e locais terem mais espaço, o problema que se põe é poder desaparecer a própria distinção entre a informação como produto e o utente da informação. Isto é, as rádios poderiam gerar processos de participação. Naturalmente que isso seria mais favorecido por um processo que não tivesse sido discriminatório e pouco transparente, como aconteceu em Portugal.

Portanto, vemos como também aqui, ao mesmo tempo que há um movimento para transformar a informação numa realidade cada vez mais uniforme, cada vez mais controlada por instâncias transnacionais ou supranacionais, poderia haver simultaneamente um movimento interessante no sentido de revitalizar o que é local e o que é regional, processos de participação que são parte, ou deveriam ser, de processos mais gerais, que contrariassem o alheamento crescente dos cidadãos.

Creio que, para as formações democráticas e de esquerda da Europa, esta não deve ser uma questão meramente tática: "não estamos no poder, vamos tentar ter um bocadinho de poder"; deve ser antes uma questão baseada numa concepção de fundo e de ordem estratégica, que faz parte de uma concepção mais geral: a de que há um lugar para a democracia representativa, eleitoral, mas que esta é bem pobre, limitada e amputada se não for completada com espaços de participação directa bastante amplos. Ora, quando se fala em aprofundamento da democracia, tem que se dar um lugar à regionalização nesse processo, e à descentralização em geral.

A CEE dá muito maior actualidade e premência à questão da criação das regiões administrativas, não apenas por causa do mercado único e das necessidades de planeamento para enfrentar a tendência de agravamento das desigualdades regionais que um processo de integração capitalista acarreta, mas igualmente porque, no momento em que o Estado pode perder poderes para instâncias ainda mais distantes do cidadão, se impõe revitalizar formas de participação e de intervenção democráticas a um nível que lhe esteja mais próximo.

A regionalização impõe-se também, sem dúvida, por causa das desigualdades regionais, embora não se possa encarar as regiões administrativas e a existência de órgãos eleitos como uma espécie de panaceia para este problema. Sem dúvida que têm um papel, mas esta questão não é separável do sistema económico, de questões de fundo. Mas creio que numa concepção de desenvolvimento autêntico, ou seja, crescimento económico mas também combate às desigualdades, preservação dos recursos ambientais, cultura, ensino, etc., há efectivamente um lugar importantíssimo para aquilo que é essencial num processo de desenvolvimento: ele não vir só de fora, basear-se acima de tudo na mobilização dos recursos endógenos. Ora, o grande recurso endógeno é a população, são os recursos humanos. Um processo de regionalização pode e deve mobilizar as populações para o desenvolvimento, sobre-

tudo se for acompanhado da transferência de recursos financeiros significativos, que permitam dar uma base efectiva, forte, a esse processo de mobilização para o desenvolvimento.

Também aqui a correcção de assimetrias regionais é tornada mais premente com a perspectiva do mercado único comunitário: Portugal é tratado actualmente como sendo uma só região pela CEE, mas as desigualdades entre as suas várias regiões são profundas e não cessaram de se agravar.

*

Como objectivos da regionalização, permitia-me propor mais três.

Um, referido noutra contexto, mas que penso que é extremamente importante, é o objectivo da reforma administrativa. As regiões administrativas são uma base segura e indispensável para um processo de reforma administrativa democrática. Já se fala disto ciclicamente desde há muitos anos; houve um ministro francês que disse que é uma questão que todos os governos deviam falar e falar, não acontece nada depois de se falar nisso, mas dá votos porque toda a gente acha bem. Quando falo em reforma administrativa não é no sentido de reforma administrativa do marcelismo ou da direita; houve Ministério da Reforma Administrativa, Secretariado da Reforma Administrativa, actualmente há um Secretariado da Modernização Administrativa. A essência da Reforma Administrativa democrática devia ser a ideia de administração aberta, assente na participação e no direito dos administrados e da opinião pública à informação, que mobiliza e está orientada para o desenvolvimento, procura a participação popular dos cidadãos e desenvolve formas de descentralização e desburocratização.

Uma outra questão é o problema da área dos serviços desconcentrados: em relação ao Ministério do Planeamento e Administração do Território, do qual dependem as Comissões de Coordenação Regional, os serviços periféricos dependentes têm áreas diferentes.

Outros ministérios têm retalhado o país como entendem, dificultando uma acção coordenada dos vários intervenientes no processo de decisão administrativa. Isto é perfeitamente anárquico.

Em 1977 foi feito um estudo pelo Ministério da Administração Interna que apontava para 42 divisões administrativas regionais diferentes, quer na Administração Central quer nas empresas públicas. Esta questão não foi resolvida desde então.

A outro nível podem apontar-se outros aspectos. Continuamos a ter quase metade dos trabalhadores da Administração Pública concentrados em Lisboa e Porto (6). Se virmos o índice de tecnicidade no conjunto dos trabalhadores da Administração Pública, vemos que aí a questão ainda é mais grave. Como é que se pode ter uma política de desenvolvimento se a própria Administração Pública começa por estar concentrada em Lisboa, Porto e no litoral? Se houve algum esforço relevante de fixação de técnicos, com todas as dificuldades, foram essencialmente os municípios que os fixaram, porque o que foi feito a esse nível por parte da Administração

Central foi bem pouco em face das necessidades. São questões que merecem também alguma reflexão.

Um outro objectivo que também é de referir como razão para a regionalização é a própria preservação dos poderes municipais. Durante o debate sobre esta questão na Assembleia Constituinte surgiu o problema, e houve quem colocasse a questão de não dever haver regiões administrativas por receio de que as regiões a criar retirassem poderes e afogassem os municípios, no momento em que o poder municipal ainda não está restaurado. O que é certo é que a situação desde então evoluiu muito. Hoje em dia temos as Comissões de Coordenação Regional a interferir permanentemente na actividade autárquica. Temos municípios que estão obrigados, sob pena de perderem uma série de financiamentos, a fazer Planos Directores Municipais, mas no momento em que encomendam o Plano Director Municipal cai-lhes em cima uma Comissão de Acompanhamento, que inclui um série de organismos da Administração Central, que a maior parte das vezes não planeiam e não sabem sequer o que



é que querem para o território municipal; ingerem-se, travam, demoram. Os municípios fizeram planos que muitas vezes ficam seis, sete, oito, nove anos sem serem aprovados. Neste momento, têm que cumprir os prazos impostos pelo Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março, mas o objectivo fica impossibilitado pelas demoras e dificuldades criadas pela Administração Central. É significativo o facto de, desde que foi regulamentada a figura dos Planos Directores Municipais, em 1982, uma parte dos Planos Directores Municipais terem sido aprovados por ratificação tácita, isto é, por mero decurso do tempo, e mesmo assim o Governo impugna o facto de estarem aprovados. A situação melhorou um pouco com a nova legislação, embora se levantem novos e complexos problemas. Um deles é exactamente a elaboração de Planos Regionais de Ordenamento do Território, decididos e aprovados pelo Governo, e a sua (in)compatibilidade possível com os PDM's. Em geral mantêm-se a questão da ineficácia da Administração Pública e a necessidade de criar estruturas de planeamento efectivo, que deve ser de baixo para cima, a partir dos municípios; mas impõe-se que os municípios tenham um interlocutor, com uma política coerente e um diálogo fácil, que permita que, naquilo que não é da competência municipal, o município saiba o que pode ou não fazer e que isto lhe seja dito com rapidez e prontidão. O melhor interlocutor deve ser a região administrativa.

De resto, a revisão constitucional acautelou o perigo que as regiões poderiam representar para a autonomia municipal, já que esclarecem que a actividade que cabe às regiões se deve desenvolver "sem limitação dos poderes dos municípios".

Uma outra razão que justifica a Regionalização é, no fim de contas, o próprio equilíbrio e coerência do Estado. A situação ficou muito desequilibrada a partir do momento em que foram prontamente criadas as regiões autónomas dos Açores e Madeira e não foram criadas as Regiões Administrativas no Continente. É uma situação de

desequilíbrio e há que ter consciência de que esta situação tem efectivamente que ser corrigida.

Mais: o edifício institucional traçado pela Constituição da República tem uma coerência interna: todos os órgãos devem ser eleitos do topo à base. É o que temos: a nível de freguesia, a nível de município, a nível nacional há a eleição dos órgãos de poder. Ao nível de poder intermédio, porém, há uma situação anárquica, uma pulverização de poderes que, em boa medida, não se coordenam e se paralisam mutuamente. As Comissões de Coordenação Regional, cada vez mais poderosas, têm, em boa medida resolvido este problema, mas têm-no feito à custa de grandes prejuízos para a autonomia autárquica.

Nesta matéria não tem sentido dizer que as associações de municípios podem ser uma alternativa à Regionalização. Seja o que for que se pense do edifício institucional para as áreas metropolitanas, ou para outro local qualquer, as associações de municípios são feitas para os municípios coordenarem o exercício de poderes entre si, e para reivindicarem junto de outras instâncias do poder. Não são criadas, em princípio, para receber poderes que, actualmente, pertencem à Administração Central. Portanto, não resolvem a questão, nem da descoordenação de quem actualmente intervém num determinado território, nem o problema da descentralização e da partilha democrática do poder e da existência de órgãos eleitos ao nível regional.

*

Voltando à questão das áreas, permito-me dizer que é uma questão a desdramatizar por duas razões: primeiro porque, por tudo o que tentei dizer acerca da importância e necessidade de criação das regiões administrativas e de ser uma questão urgente para o regime democrático em Portugal e para o aprofundamento da democracia. Como é importante regionalizar há que contornar aquilo a que o prof. Freitas do Amaral chamou, no curso que dá na Faculdade de Direito e na Universidade

Católica, a pedra de toque – e porventura "o calcanhar de Aquiles do processo de regionalização" (7). Se o prof. Freitas do Amaral diz que a questão das áreas é o calcanhar de Aquiles, nós temos que nos entender para que a regionalização não tenha, tanto quanto possível, um calcanhar de Aquiles. Logo, a questão das áreas de partida não deve inviabilizar qualquer processo de regionalização. Isto não porque se possam querer regiões de qualquer maneira, mas porque a regionalização deve ser encarada como um processo aberto: criadas determinadas regiões administrativas, por exemplo, com base nos distritos ou nas antigas províncias, a do Algarve, do Alentejo ou do Baixo e Alto Alentejo, ou Minho, etc., a própria evolução do debate e da vontade popular podem levar a correcção dessas áreas de partida. Seria prejudicial para o processo pretender à viva força fazer uma regionalização uma vez por todas; estas coisas não são eternas, quem estuda a história da Administração Pública em Portugal e, em particular, a história das divisões administrativas, verifica que ao longo do tempo foram muito variáveis. A criação de estruturas administrativas deve ser vista como baseando-se em processos móveis, segundo a evolução demográfica, as necessidades que se vão revelando, a evolução da vontade popular. O que importa é criar mecanismos que permitam que a vontade popular se exprima e que o faça não dramatizando divergências, questões de capitais, se é esta ou aquela região, se se incorpora nela este ou aquele município. A proposta do PCP de partir da divisão distrital e criar mecanismos para que sejam as próprias populações a definir as regiões que pretendem, através da consulta às Assembleias Municipais, tem a ver com a ideia de que a região deve ser um espaço assumido e querido pelas populações; mas foi dito ao PS e ao PRD que havia toda a disponibilidade para partir quer da proposta de sete regiões com divisão vertical que o PS propôs, quer da proposta de onze regiões, baseada nas antigas províncias, que propôs o PRD. A ideia é que o mecanismo para chegar a definir as áreas deve ser flexível para que,

uma vez definidas as áreas de partida pela Assembleia da República, as Assembleias Municipais se pronunciem; depois deve passar-se imediatamente à eleição daquelas que se pronunciem a favor, o que seria o caso do Algarve ou doutras; quanto às restantes abrir-se-ia um processo, por lei da Assembleia da República, de haver mudanças de concelhos de uma região para outra, fusões de áreas de partida numa só, divisão de áreas de partida por várias regiões. Se nós quiséssemos uma região de planeamento definida por critérios estritamente tecnocráticos e sobretudo para se relacionar com a CEE, se quiséssemos uma região burocrática, podíamos retalhar o país como entendéssemos; se quisermos a região como espaço vivido, como instrumento de devolução de poderes às comunidades regionais, então teremos de construir a região de baixo para cima.

Do ponto de vista da legislação e regulamentação comunitária, a regionalização no nosso país é um dado adquirido e são-lhe aplicáveis todas as disposições como se ela estivesse efectivamente feita. Veja-se, a título exemplificativo, a reforma dos fundos estruturais, os incentivos ao desenvolvimento industrial e agrícola incluídos nos diversos programas comunitários. Uma questão importante que se põe é quem é que vai fazer planeamento. A CEE vai obrigar cada vez mais, no quadro da reforma dos fundos estruturais, e porque está interessada, através dos financiamentos, em influenciar muito mais os processos económicos e sociais, a que cada acção que seja objecto de financiamento esteja integrada em planos. Quem é que vai fazer o planeamento? São os órgãos eleitos pelas populações, as regiões e os municípios, com a participação popular, ou são as CCR's, o Governo e forças do grande capital, eventualmente com alguma consulta aos municípios, atrabiliária? O facto de termos aderido à CEE obriga a cumprir ainda com mais urgência a Constituição da República, seja nesta questão das regiões administrativas, seja noutros planos em que importa, ainda mais do que antes, preservar mecanismos de participação e decisão democrática, da mesma forma que

torna ainda mais urgente manter as alavancas essenciais da economia de Portugal.

A Questão das Áreas Metropolitanas

Mais uma questão, a das áreas metropolitanas. A questão decisiva para as áreas metropolitanas está fora delas, isto é, em boa medida as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto estão extremamente interessadas em que haja regiões do interior, na medida em que se se criarem condições mais favoráveis para o desenvolvimento equilibrado no país, para criar postos de trabalho e condições de vida no interior do país, deixa de haver esta pressão brutal sobre a grande Lisboa e o grande Porto. É difícil aprovar um plano viável para as áreas metropolitanas sem definir o objectivo de conter o crescimento descontrolado da população. Há questões que têm de ser resolvidas ao nível de cooperação, município a município, ou associações de municípios. Mas as áreas metropolitanas podem ter um papel de coordenação entre os municípios, sem prejudicar a sua autonomia; mas devem ter acima de tudo um papel de coordenação entre os municípios, a Administração Central, as empresas públicas e as várias entidades que actuam neste terreno. Diria que deveriam ter competências próprias muito restritas, pois há o perigo, à semelhança do que aconteceu numa série de países, de esvaziar o poder municipal. Então que solução institucional? No fundamental, há vários modelos pelo mundo: um deles é o de extinguir os municípios da periferia da área metropolitana e ficar um município enorme, o que constitui uma solução pouco democrática, de rejeitar, que tem custos; há a possibilidade de uma federação obrigatória de municípios que a meu ver não resolve o problema, pois quem decidiria questões centrais dificilmente seriam eles, até porque, em geral, não implicam a transferência de novas competências; há ainda outras possibilidades: criar uma região ou uma estrutura intermédia, de enlace entre a Administração Central e a Administração Local, dotada de poderes de coordenação; e há a possibilidade, que a

Constituição da República prevê, de uma autarquia metropolitana, que não seja uma região administrativa nem um município. Seria esta a melhor solução, até por criar um sistema baseado em órgãos directamente eleitos. Mas quem não tem vontade política de regionalizar também não tem de criar autarquia metropolitana, apesar de a Constituição prever esta possibilidade. Outra questão importante, pelo menos enquanto não forem criadas as áreas metropolitanas, é que os municípios, para dialogarem com a Administração Central, para coordenarem acções entre si, tenham criado uma associação de municípios da área metropolitana de Lisboa. Se os municípios não fizessem isto, em vez de terem um papel determinante ou influência nas grandes opções, designadamente no plano das infraestruturas, poderiam perder capacidade negocial e ficarem sujeitos a factos consumados.

Sobre a vontade de regionalizar

Última nota, sobre a existência ou não de vontade de regionalização no país. O problema não se deveria pôr, porque a Constituição já resolveu, impondo a existência de região administrativa. Quem tem consciência de que a regionalização é necessária para a democracia participativa, para o desenvolvimento, para a reforma administrativa, etc., deve contribuir para esclarecer e alargar a vontade de regionalizar. Simultaneamente, a vontade de regionalizar que se vai alargando deve pesar nas decisões políticas. Existe, aliás, uma curiosa contradição por parte do Governo entre o entrave à regionalização e a elaboração de documentos que a pressupõem como é o caso, por exemplo, do chamado Plano Nacional do Ambiente. O facto de estas coisas não aparecerem muito em certa comunicação social, e de pesar muito mais a política-espectáculo, leva também a que se substime muito a vontade de descentralização e regionalização que existe no país. Com o esclarecimento e o empenhamento cívico, esta vontade pode ser cada vez mais nítida. Tudo está em que

aqueles que estão empenhados na regionalização vejam o que é essencial e que os une e não derivem para as questões secundárias. O importante é que todos se empenhem em conjunto numa acção de esclarecimento e mobilização cívica. Quem tem razão e não desiste de combater acabará por ver a razão reconhecida pela realidade. É uma questão de convicções firmes, paciência e empenhamento na luta.

Notas

(1) André Frémont, *A Região, Espaço Vivido*, Almedina, Coimbra, 1980 (Trad. da ed. da P.V.F., Paris, 1976).

(2) Ver designadamente *Os Países da Península Ibérica e a*

problemática regional da CEE, Separata do vol. 3, nº 3, Outubro de 1984 da Revista "Economia", Lisboa.

(3) António Vitorino, *A Regionalização e as Instituições do Poder Político – A óptica constitucional da regionalização, comunicação apresentada na Conferência sobre a Regionalização e Desenvolvimento*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, Lisboa

(4) Ver desenvolvimento da questão destes conceitos em Luís Sá, *Regiões Administrativas – O Poder Local que Falta*, Caminho, Lisboa, 1989 e bibliografia citada.

(5) Ver *A questão Regional e a participação*, em *Estudos de Economia*, Vol. I, nº 1, Set-Out., Instituto Superior de Economia.

(6) *Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública*, 1986, Ministério das Finanças, Secretaria de Estado do Orçamento, Direcção-Geral da Administração Pública, 1989.

(7) Diogo Freitas do Amaral, *Curso de Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 1987, p. 544.



A DESCENTRALIZAÇÃO REGIONAL COMO RENOVAÇÃO DO ESTADO

Alberto Martins

Os "cadernos Municipais", desde o início da sua publicação sempre consideraram a "regionalização" como uma prioridade nacional, merecedora de um debate aberto, em todos os níveis de intervenção democrática e institucional.

O artigo junto, do nosso colaborador Alberto Martins, e publicado em Abril de 1987 permanece actual e sintetiza bem a posição assumida pela Direcção da Revista, ao procurar dinamizar uma abordagem que, em primeiro lugar, identifique e clarifique as grandes noções consensualmente aceites.

Estes são os princípios que ajudarão a estabelecer um programa de regionalização do Continente em bases sólidas, que as populações envolvidas entendam e em que desejem participar.

Leonor Coutinho

Co-Directora da Revista "Cadernos Municipais"

A regionalização será um passo decisivo de territorialização da democracia se corresponder a uma efectiva partilha do poder político.

E essa partilha faz-se, sem prejuízo da unidade do Estado e das tarefas essenciais e exclusivas deste, por um pluralismo espacial articulável a um Estado democrático forte. Pois só este tem a capacidade de recriar instâncias de decisão, devolver e delegar competências, redistribuir poderes e funções, sem perda de eficácia e sem fragilização da sua unidade.

Não esqueçamos que foi em nome das exigências unitárias que a centralização se afirmou como expressão democrática primeira e necessária do liberalismo.

No nosso tempo, abolida a diferença jurídica de privilégios entre pessoas e localidades, e institucionalizada a democracia, **há que renovar o Estado pela descentralização regional. E esta renovação corresponde à tríplice necessidade de aprofundamento da democracia política, de racionalização do desenvolvimento e gestão económica, e, de**

vitalização da identidade cultural das parcelas (e) do todo nacional.

Tem vindo, por isso, a ganhar crescente adesão política o entendimento de que a democracia representativa não se pode reduzir à representação das instâncias do poder político central: Governo, Parlamento, Chefe de Estado.

Uma teoria democrática e moderna de separação de competências, e funções ao nível do Estado, conduz-nos à evidência da partilha territorializada do poder político. A qual compreende que, sem perda da necessária e nuclear representação e competências dos órgãos de soberania, é imprescindível uma clara devolução ou distribuição de funções pelas diversas parcelas do "território" do Estado.

Mas, esta repartição ou devolução de competências que é uma expressão de solidariedade das colectividades públicas exige, para ser eficaz, a transferência paralela, e simultânea, de recursos financeiros, meios humanos (serviços) e bens patrimoniais.

Assim, a democracia política é cada vez

menos aceite como a estrita realização da liberdade política e igualdade jurídica dos cidadãos, traduzível numa participação electiva sazonal e numa delegação "permanente" de poderes e de representação.

À ideia representativa clássica apõe-se, hoje, uma vertente participativa que exige a igualdade de privilégios e direitos não só entre pessoas mas, também, entre localidades, e compreende a necessidade de se criarem mecanismos actuantes de participação regular dos cidadãos e das localidades.

O que implica uma outra geografia da liberdade na organização do "território do Estado" dos seus serviços e agentes de administração, capaz de se adequar a um novo modo, e tempo, de desenvolvimento.

A regionalização não é o milagre do desenvolvimento

A regionalização não é o milagre do desenvolvimento.

E sempre se terá de reconhecer que os recursos de um dado país, ou região, são limitados, e o seu grau de desenvolvimento condicionado pelos projectos globais. Mas, certamente que **um desenvolvimento auto-centrado nos recursos humanos e materiais de uma região, numa lógica de desenvolvimento endógeno, é o mais adequado à rentabilização das suas especificidades e o que mais rapidamente promoverá os ajustamentos necessários ao desenvolvimento.**

Sem se cair num autarcismo regional, de resto obviamente condenado, a regionalização da planificação nacional poderá corresponder a uma reposição de ajustamentos e de reequilíbrios, e de compatibilização de políticas sectoriais, alcançando uma mais intensa solidariedade interespaçial.

Não se espere, porém, da regionalização – que é um processo complexo e continuado no tempo – "ou abre-te sésamo" da imediata resolução das assimetrias regionais". Estas não se limitam por decreto, e, só faseadamente, com uma estratégia de desenvolvimento global e regional, poderão ir sendo resolvidas.

Esta estratégia de desenvolvimento regional deverá ter como objectivo uma melhor repartição dos equipamentos sociais, a criação de novas estruturas de produção e de empregos, o melhoramento das condições de acessos entre as localidades e o reforço da institucionalização das instâncias políticas de intervenção regional.

A elaboração do plano regional

Ao fazer referência no artigo 257, da Constituição da República, às atribuições das regiões "participação na elaboração e execução do plano regional, de coordenação e apoio à acção dos municípios e de direcção dos serviços públicos", fica salientado, neste âmbito, a importância que a planificação representa para a Autarquia Região.

Mas desde logo avulta o papel geralmente entendido como precário, a atermo-nos ao texto constitucional, de uma mera participação no plano regional e não, como a natureza das funções da autarquia exigem, de elaboração autónoma do seu plano.

Não faz, aliás, sentido que uma pessoa colectiva territorial autárquica não exerça a inerente autonomia de planificar e programar as acções que lhe cabem.

O que não quer dizer, naturalmente, que os planos regionalizados não devem ser elaborados em consonância com o plano nacional, do mesmo modo também os planos directores municipais têm que ter aquele em conta.

Acorre que é, ainda, de relevante importância o facto do Plano nacional, que é o plano global por excelência, dever ser regionalizado, sobretudo participado na sua elaboração e na execução pelas regiões, ainda que elaborado, necessariamente, sob a exclusiva responsabilidade do Estado Central.

Só a necessidade de a Constituição da República não fazer coincidir as regiões administrativas como as regiões-plano, que de qualquer modo, após a última revisão é uma simples opção indicativa, mas, sobretudo, **a necessidade de por revisão constitucional conferir o papel de "elaborar e executar o plano regional" exclusivamente à Região**

Administrativa.

A regionalização como pacto de Estado

A regionalização não pode ser identificada como o sucedâneo pobre de "nacionalismos" encapotados.

Em Portugal não há fenómenos credíveis, em termos de consciência colectiva, de reivindicação nacionalista. Daí o poder encarar-se a regionalização política-administrativa (já existente) e a regionalização administrativa a instituir como soluções naturais e não como desvios de percurso de qualquer luta política – aspirando à federação ou à independência nacionalista.

Num Estado Unitário como o nosso, as desigualdades geográficas, económicas, culturais e políticas existentes, se por um lado constituem uma dificuldade da delimitação regional, por outro são o melhor estímulo da regionalização.

Tudo o que é diferente aspira, legitimamente a poder desenvolver a sua autonomia e autenticidade, a exprimir a sua diferença. E entre nós, há, além do mais, a consciência generalizada de um tratamento desigual entre parcelas do território nacional que poderá ser minimizado com o reforço do seu poder político.

Os portugueses de muitas regiões do país têm a noção precisa, e exacta, de serem tratados desigualmente em relação a parte dos seus compatriotas; verificando-se uma crónica distinção entre as condições de vida no litoral e no interior.

E, se bem que a distinção entre zonas mais ou menos desenvolvidas tenha, entre nós, toda a propriedade a nível interno, no plano da Comunidade Europeia, ganha um acentuado relativismo, pois Portugal é, como um todo uma zona globalmente menos desenvolvida.

Naturalmente que nas considerações sobre o papel revitalizador da regionalização não se podem acolher perspectivas partidárias em absoluto distintas e inconciliáveis (quer quanto à delimitação territorial das regiões, suas competências, ou restante edifício regional), pois, a regionalização como instrumento de aprofundamento da democracia e desenvolvimento tem que ser

assumida como um autêntico Pacto de Estado, como arquitectura constitucional material e, por isso, aspirando à mais alargada convergência possível.

Assim, a questão da institucionalização concreta das regiões ganha, neste contexto, particular ênfase quando para obviar à exigência constitucional da criação simultânea das regiões (artº 256) se desdobrou esta exigência na possibilidade de autonomizar a institucionalização concreta de cada região.

O que, desde logo está coberto pela prescrição também constitucional, de votação favorável da "maioria das assembleias municipais que representam a maior parte da população da área regional".

Ora, o processo constitucional se, por um lado ganha todo o sentido em definir a territorialização do Estado num plano unitário, nacional e igual, por outro, não pode desprender-se das particulares características de diversas parcelas do todo nacional. Não só porque nem todas as zonas integráveis em espaços regionais são igualmente homogêneas mas, também pela existência de agrupamentos de interesses locais mais ou menos parcelares e contraditórios, ou até espúrios, que só se depuram num debate claro, público e nacional.

A regionalização só constituirá, até por isso, o início de uma profunda reforma do estado se for assumida como um projecto faseadamente assumido e realizado, que aspira à maior convergência possível, em que a definição de competências entre as comunidades locais e o Estado se faça continuamente de modo flexível e concertado.

Deste modo, a institucionalização concreta das Regiões – que não a sua estruturação normativa – ganhará em ser realizada sem exigências de simultaneidade, sobretudo se isso corresponder a uma maturação distinta das opções das diversas parcelas regionais, de acordo com mecanismos próprios de auscultação e deliberação intermunicipal.

O município como referência nuclear das novas articulações regionais

Mas, a regionalização tem que se

estruturar no reconhecimento dos municípios como um elemento nuclear **das novas articulações políticas e administrativas.**

E deverá corresponder a um fortalecimento dos municípios capacitando-os para dar o passo seguinte na sua estruturação e institucionalização; a cooperação intermunicipal e intra-regional.

É hoje geralmente aceite que os municípios têm vindo, no geral a ganhar a batalha da gestão e da satisfação das necessidades colectivas elementares – passado, já, a dezena de anos sobre a "fundação" do poder local democrático. **Mas está ainda distante a sua imposição como exercício exemplar da democracia política, vitalização dos impulsos e movimentos sociais e renovação das identidades culturais das comunidades.**

"O pão para a boca" a nível municipal (saneamento básico, habitação, água, rede viária) tem-se elementarmente realizado deixando, porém, por cumprir o sentido mais global do ecoambiente social.

Mas se já algo se fez, apesar da carência de meios e das, muitas vezes, frágeis "élites" locais, importa prosseguir o iniciado favorecendo o Município como uma estrutura básica em que se alicerce a Região-Administrativa e se estruture com ela. **Sobretudo, obviando-se a que a região corresponda a uma refeudalização administrativa – novo interposto de bloqueios ou vassalagens – que dificulte a acção municipal.**

Ora, e como a Constituição expressamente o proclama após a revisão de 1982, "serão conferidas às regiões, designadamente tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios sem limitação dos respectivos poderes", artº 257 do CRP.

Se partirmos desde logo de que as diversas Autarquias: Região, Município e Freguesia, têm competências distintas, e não se estruturam numa lógica hierárquica, melhor entendermos o sentido desta disposição consti-

tucional.

A qual não pode ser realizada senão no plano de um reajustamento normativo, em que sobretudo as tarefas de coordenação administrativa das actuais funções do Estado sejam acompanhadas de soluções homólogas de desconcentração de serviços, sem prejuízo da "limitação dos respectivos poderes" dos municípios.

É no entanto difícil, não obstante a imposição crescente do princípio do subsidiário – atribui às comunidades de base o máximo de competências que estas podem regularmente cumprir – conceber tarefas novas, de coordenação e apoio à acção dos municípios, sem uma racionalização e readaptação dos actuais poderes e competências municipais, com a consequente limitação e condicionamento de alguns desses poderes e o alargamento de outros.

"A direcção dos serviços públicos" –, contida no artº 257 da Constituição remete, desde logo, para a natureza das funções novas que serão cometidas à Região, e para aquelas que do Estado vão ser transferidas para esta.

Mas este processo de descentralização regional tem que se harmonizar, conti-nuamente, com uma desconcentração e readaptação das funções do Estado de modo a que a desconcentração administrativa, ao nível periférico, seja pré-ordenada pela descentralização "política" regional.

A renovação do Estado pela descentralização regional só se cumprirá, em suma, se for assumida como um processo que – sem prejuízo da unidade do Estado e das tarefas de direcção que lhe cumprem – active eficazmente o policentrismo político e o pluralismo espacial, estimule as energias vitais que das comunidades de base poderão servir de modelo de desenvolvimento endógeno, numa lógica de complementaridade dos interesses locais com os interesses nacionais, recriando fundamentalmente num novo sentido de solidariedade nacional, inclusive entre as colectividades públicas.

A REGIONALIZAÇÃO EDUCATIVA, HOJE

Sabe-se como a regionalização é uma necessidade amplamente sentida. Ela assume prioridade no debate nacional sempre que se aproximam eleições sendo, todavia, ciclicamente adiada logo que uma qualquer força política hegemoniza o poder legislativo e/ou executivo.

No domínio educativo a situação tem sido idêntica com a regionalização e a descentralização do Ensino. Pior, nesta área a regionalização não só tem sido menos defendida do que, por exemplo, no plano administrativo como ainda algumas iniciativas de transferência de competências, falsamente denominadas de regionalização, vieram criar resistências e mal entendidos muito generalizados.

No entanto, quando em 1986, se logrou alcançar na Assembleia da República um vasto consenso político para a definição da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) ficaram consagrados alguns princípios essenciais que hoje importa reter.

Muito justamente diz a Lei que *"o sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das*

actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico (Artº 43º 2). Diz ainda que para este efeito "serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e desconcentração dos serviços cabendo ao Estado, através do Ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção."

Ainda a Lei, no seu Artº 44º 2, define que *"a nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei."*

Estas medidas de regionalização, que pressupõem a efectiva descentralização de responsabilidades, articulam-se com a atribuição de um papel fundamental à gestão democrática das escolas. Elas perspectivam claramente a existência de um virtuoso espaço de decisão e orientação regional, isto é, um poder pedagógico e administrativo situado entre o ministério da Educação e as escolas. Este âmbito de direcção tem vastas responsabilidades próprias (v. obras de Eurico Lemos Pires e de António Sousa Fernandes e exerce-se de forma participada por múltiplos intervenientes nunca se confundindo, portanto, com a simples existência de meros organismos desconcentrados do M.E.

Para evitar um longo adiamento da execução destas medidas de regionalização os deputados entenderam por bem acrescentar a

Vasco Graça *

* Professor
Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

estes artigos, que haviam aprovado por unanimidade¹ que "*enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no número 2 do Artº 44º serão definidos por decreto lei no prazo de um ano.*"

Com a "naturalidade" que lhe é peculiar o **governo não apenas não cumpriu a Lei como iniciou mesmo um caminho que vai no sentido de combater a regionalização.**

O M.E. tem vindo a criar e a desenvolver Direcções Regionais de Educação cujos princípios da sua constituição e do seu funcionamento são claramente opostos aos da regionalização prevista na Lei de Bases. Elas são apenas estruturas desconcentradas que mais não visam do que tornar mais eficaz o funcionamento da administração central e a sua capacidade de controlo sobre as escolas. Simultaneamente o ME procura desvirtuar e limitar o exercício da Gestão Democrática dos estabelecimentos de ensino.

É neste quadro que importa afirmar que a regionalização é, para a Educação, uma necessidade fundamental. O Sistema Educativo, tal como tem existido, é inadequado às necessidades e fomentador do agravamento das assimetrias pré-existentes. A regionalização, mercê de uma vasta descentralização de competências, de incrementação de um efectivo entrosamento da iniciativa das autarquias, dos professores, dos alunos, dos pais e de outros parceiros, mediante, ainda, um funcionamento plenamente democrático, constituirá um factor decisivo para uma profunda e, certamente, positiva mudança no Sistema Educativo.

É, no entanto, visível que, **a par da ofen-**

siva antiregionalizadora levada a cabo pelo governo e pelo Partido que o suporta, existe também um ineludível débito de debate e de intervenção na luta pela regionalização do Ensino seja por parte dos professores seja por parte das autarquias. As razões deste aparente alheamento, quando não mesmo hostilidade, são múltiplas e algumas radicam em razões objectivas que merecem ser seriamente ponderadas. As experiências de transferência de atribuições educativas com que os últimos governos "brindaram" as autarquias constituem um forte motivo de desconfiança e de resistência. Aliás, já em 1983, o Sindicato dos Professores denunciava que estas medidas eram a melhor forma de inviabilizar a regionalização.

É certo que existem algumas propostas e ideias mais ou menos consensualizadas sobre medidas que seriam necessárias quer no âmbito local quer no regional. Mas há que reconhecer a falta de vigor com que têm sido assumidas face à ofensiva centralista do ME.

Esta será certamente uma situação que não se poderá prolongar por muitos mais anos. Importa clarificar o que se entende hoje por conteúdo e alcance da regionalização do Ensino. Impõe-se agregar forças suficientes para lutar para que tal passo não continue eternamente adiado. É que os homens do Século XXI já estão nesta Escola que, seguramente, não está à altura de responder às suas necessidades. E também a regionalização pode contribuir para alterar esta situação.

¹Esta unanimidade refere-se à Comissão Parlamentar que elaborou a Lei e em que participaram deputados do PSD, do PS, do PCP, do PRD, do CDS, do MDP-CDE e dos Verdes

A REGIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE-EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS ACTUAIS

Carlos Silva Santos *

Durante os últimos anos tem crescido o interesse dos estudiosos e investigadores, tanto nacionais como internacionais, pelas novas formas e modelos de organização e gestão de serviços de saúde. Entre as diversas propostas e experiências ensaiadas sobressai a Regionalização dos Serviços de Saúde, entendida como correspondência entre os recursos, sempre escassos, e as necessidades reais e sentidas pelas populações.

No nosso país as discussões sobre regionalização têm-se centrado preferencialmente sobre temas autárquicos, onde a componente política do exercício do poder assume peso relevante. Outras áreas de prestação de serviços da responsabilidade estatal, como a saúde, a segurança social e o ensino, poderão beneficiar muito da sua aproximação aos directamente interessados. A discussão pública das vantagens da regionalização destes serviços reforçará inevitavelmente a causa da democracia participativa, considerada, pela generalidade dos autores, como elemento essencial ao desenvolvimento da saúde do futuro.

Quais as razões que levam os técnicos de saúde ligados à administração e gestão de serviços a defender a regionalização?

A - O NÍVEL QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA OFERTA DE CUIDADOS DE SAÚDE

Os serviços de saúde, Centros de Saúde e

Hospitais concelhios e distritais, têm uma organização estrutural no distrito mas independentes entre si. A Administração Regional de Saúde referente a cada distrito é a entidade com autonomia administrativa e financeira que dirige todos os centros de saúde e hospitais concelhios. Cabe-lhe a responsabilidade da prestação dos cuidados de saúde primários ou primeiros. Os Hospitais distritais, cada um com a sua área de influência, estão organizados numa estrutura autónoma vertical sem inter-relação entre si. Esta organização de serviços depende directamente do gabinete do Ministério da Saúde, de tal modo que todos os responsáveis pela administração e gestão são de nomeação tutelar, independentes de qualificação adequada à função.

A principal consequência é o diferente aproveitamento dos meios disponíveis com baixa rentabilidade, deterioração da qualidade dos cuidados prestados e desmotivação dos profissionais.

É sentido por todos que os centros de saúde não funcionam bem, o atendimento é muitas vezes desumanizado e a acessibilidade apresenta numerosos obstáculos tanto burocráticos, como físicos e económicos.

Os serviços estão longe dos utentes, funcionando como que independentes destes, não correspondendo às necessidades de quem os procura. São os consumidores que têm, muitas vezes, de se adaptar à oferta, levando a utilizações desequilibradas e mesmo excessivas de certo tipo de cuidados de saúde.

A regionalização dos serviços de saúde, ao

* *Médico de Saúde Pública e Ocupacional*

atribuir aos representantes da população a administração e gestão dos meios existentes, iria, invariavelmente, harmonizar as necessidades com as disponibilidades, levando a uma melhor resposta aos problemas de saúde/doença diagnosticados na região.

B - O PLANEAMENTO INTEGRADO DOS SERVIÇOS

A prática de administração centralizada e centralizadora é sem dúvida pecado mortal de um verdadeiro sistema de planeamento. O planeamento em saúde é hoje uma necessidade objectiva que visa possibilitar um desenvolvimento integrado dos serviços, rendibilizar os meios humanos e materiais disponíveis tendo como fim último a melhoria do estado de saúde da população.

A regionalização permite que o planeamento quer das novas instalações quer dos novos serviços e cuidados a prestar esteja de acordo com as necessidades locais, potenciando os meios existentes através de uma adequada coordenação e integração.

A avaliação e o controle do planeamento regional passa a ser acessível às populações locais.

C - A EQUIDADE NO FINANCIAMENTO

A distribuição dos custos de saúde é muito desigual de região para região pelo que a definição clara de princípios de equidade entre regiões levaria ao reforço dos meios nas áreas mais desprotegidas. Todo o interior, de norte a sul, beneficiaria de mais e melhores serviços, contrabalançando o seu depauperamento em saúde, fortemente associado ao empobrecimento económico e social.

D - A PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES

A participação das populações é considerada, por numerosos autores e organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde, a pedra de toque de um moderno serviço de saúde. A questão mais comumente levantada por aqueles que não abdicam do seu poder centralizador é a incapacidade dos representantes das populações de gerirem

serviços de saúde. Repete-se aqui a estafada e hoje desacreditada tese de que os eleitos para as autarquias não saberiam gerir os meios postos à disposição. A realidade demonstrou que a gestão autárquica ultrapassou em eficácia e eficiência a administração central como o comprova a elevada estima e consideração que lhes prestam as populações.

Na saúde como noutras áreas de prestação de serviços não se espera que sejam os eleitos os prestadores directos de cuidados, mas tão somente os administradores e gestores dos programas e planos de actividades. As direcções dos centros de saúde, dos hospitais e das regiões de saúde como órgãos técnicos seriam constituídas por profissionais competentes, nomeadas pelos órgãos eleitos a nível local e regional, com o imprescindível contributo dos próprios técnicos de saúde.

E - A COORDENAÇÃO COM AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

A saúde não pode desligar-se das actividades económicas e sociais e mesmo culturais. O desenvolvimento económico é potenciador de melhor saúde na medida em que fornece as condições materiais a uma melhor qualidade de vida, como são a alimentação, a habitação, a educação e a fruição dos tempos de lazer. Mas por outro lado a saúde das populações e em particular dos activos é componente essencial ao desenvolvimento económico, como o atestam, pela negativa, os crescimentos económicos e urbanísticos anárquicos assentes na degradação da saúde de vastas camadas de população.

O contributo das autarquias para a saúde das populações é muito mais vasto e significativo do que é vulgarmente reconhecido. Os ambientes em que se vive e trabalha, bem como os estilos ou hábitos de vida têm um papel muito mais importante na saúde ou na sua ausência do que os serviços de saúde. São da responsabilidade das autarquias o saneamento básico, o fornecimento de água potável, a urbanização e ordenamento dos espaços e a criação de infraestruturas sociais e culturais. Às autarquias se deve, em primeiro

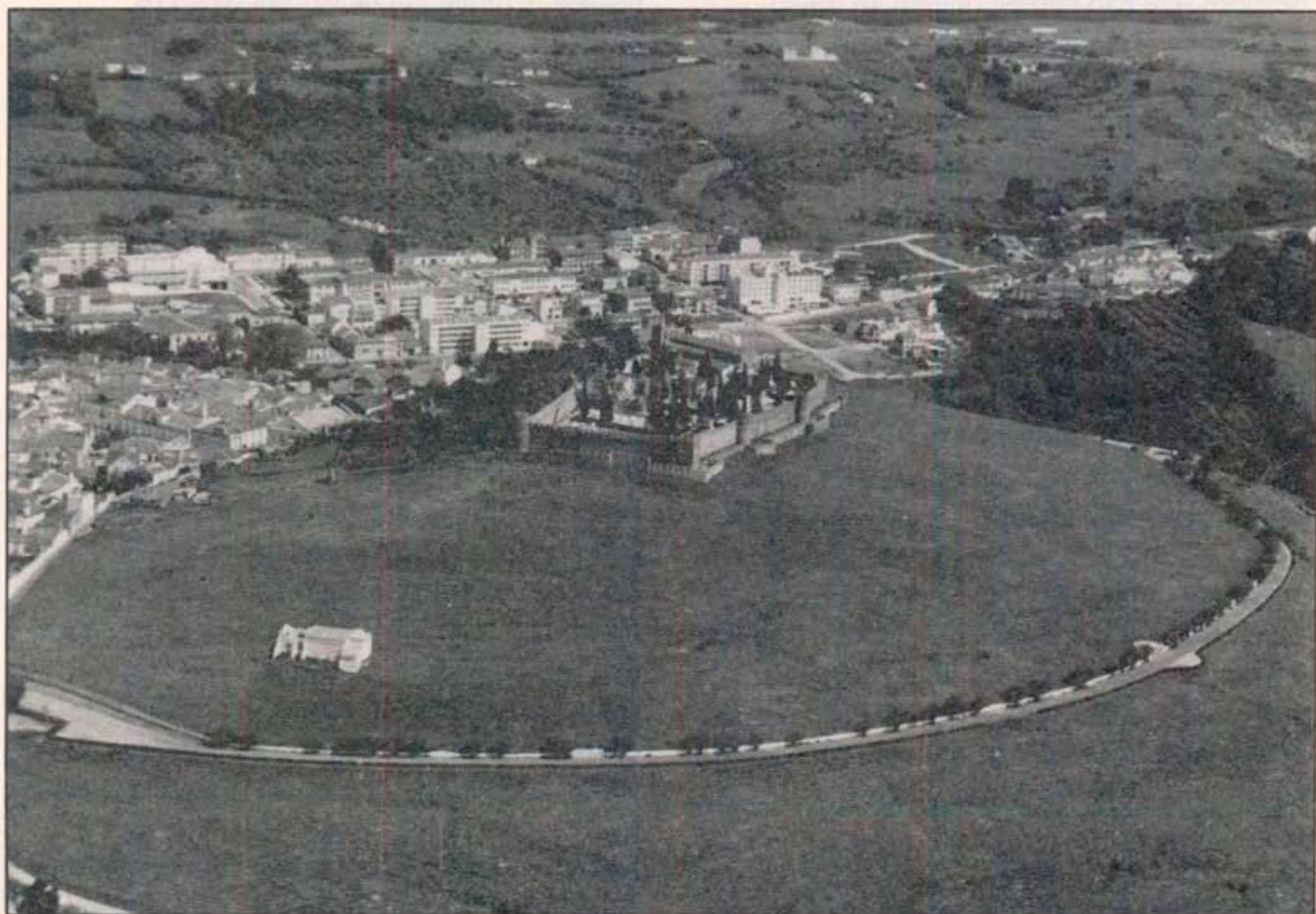
lugar, a melhoria da generalidade dos indicadores de saúde, mesmo não sendo responsáveis pelos serviços de saúde.

A regionalização permitirá um melhor e mais rápido desenvolvimento económico e sua articulação total com a saúde e bem estar das populações.

Em conclusão poderemos afirmar que a

saúde das populações como componente do desenvolvimento será um beneficiário directo da regionalização administrativa onde se incluirá obrigatoriamente a regionalização dos serviços de saúde.

Está implícito que quem entrava a regionalização assume o ónus de prejudicar a saúde dos portugueses.



A REGIONALIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA TURÍSTICA

Edgar Fernando Coelho Costa *

Turismo e Região resumem imagens e significados particularmente ligados ao tempo em que vivemos. O conceito de Região é um conceito de diferença. Quando abordamos o tema Região dirigimo-nos sempre para as raízes e as tradições. Evocamos diferenças para sublinhar potencialidades e recursos que se querem dignificados e preservados.

Do Turismo chegam-nos apelos à viagem, à descoberta, ao conhecimento e à estadia nos destinos que não correspondem ao nosso quotidiano. Temos do Turismo a noção de indústria, o conceito de uma actividade que se quer profissional, competente e eficiente. Temos do Turismo o compromisso com o acto de cultura, a inovação permanente, a diversificação de produtos, a diferença regional como elo fundamental na motivação turística.

Neste sentido a Região corresponde a um nível de abordagem de fácil significado turístico. Quem melhor do que a Região significa gastronomia, artesanato, folclore, usos e costumes, tradições populares? Quem mais do que a Região evoca o aspecto da arquitectura popular, a paisagem, o espaço natural, o litoral e a praia? De facto a Região é o produto de todos os produtos turísticos, e convém sublinhar que o Regional não omite o Nacional, enriquece-o pela diversidade, pelo contributo. Acrescenta-lhe sentidos e dimensões.

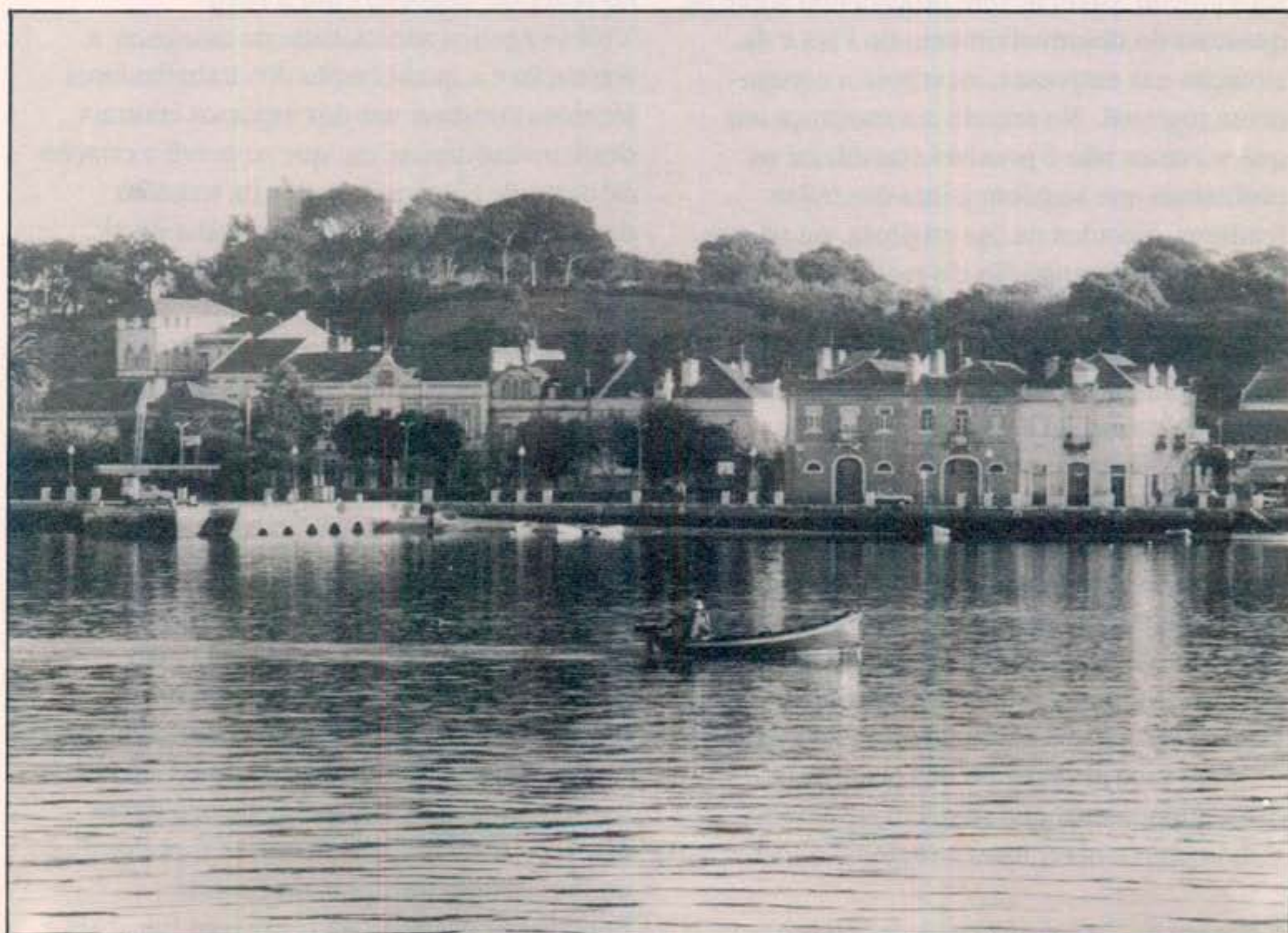
O Turismo (actividade) e a Região (espaço) estabelecem um conjunto de relações que têm uma vertente de gestão. A gestão do sector turístico à dimensão da Região é a regionalização turística. Regionalização turística que deve acentuar as características próprias do espaço regional, mas deve fazê-lo numa lógica aberta. Turismo e fronteiras são realidades opostas. Turismo é liberdade, é chegar a todo o lado, é poder atingir todas as opções, é tomar contacto com todos os produtos turísticos. Neste sentido a regionalização turística não pode vincar fronteiras, não deve acentuar limites administrativos. Ao promover a Região e todo o seu colorido próprio apenas se pretende que a estadia na região seja, em simultâneo, a descoberta da região. Mas a descoberta da região deve ser também um estímulo à descoberta das outras regiões.

Regionalização turística, no entendimento da Costa Azul, é construir um grande painel de realidades distintas. O painel é Portugal. E Portugal é prioridade porque à escala mundial é frequente que nem o nosso país nem a nossa realidade nacional tenham ainda criado uma imagem e desenvolvido conceitos de prestígio e de atracção. A regionalização, que representa os mosaicos do painel, é a forma mais operacional e mais eficiente de promover as nossas realidades. Ao regionalizar-se a gestão turística, numa lógica obviamente avessa às fronteiras e aos limites, pretende-se benefícios de escala, de proximidade e de conhecimento.

* *Presidente da Região de Turismo da Costa Azul*

Ninguém melhor do que a Região conhece a Região e ninguém melhor do que a Região

pode promover o país através das tradições e das realidades do espaço regional.



A REGIONALIZAÇÃO – Uma perspectiva sindical

José Luís Judas *

Para uma organização social que se encontra estruturada em todos os Distritos do País, como acontece com a CGTP-IN, a regionalização constitui um objectivo bem concreto. A falta de interlocutores legítimos e representativos a nível regional dificulta a intervenção sindical e impede a correcta resolução dos problemas económicos e sociais.

Desde há muito que a reflexão a que o Movimento Sindical vem procedendo sobre as questões do desenvolvimento do País e da situação nas empresas, incorpora a componente regional. No mundo em mudança em que vivemos não é possível considerar os problemas que se põem à luta dos trabalhadores, isolados na sua empresa ou no seu sector. A reestruturação e a reconversão dos sectores em crise, quantas vezes concentrados geograficamente, tem de ser perspectivada não só a nível tecnológico mas também no conjunto da região em causa e nas suas ligações às outras regiões.

O reforço das competências das Uniões Distritais que o nosso último Congresso aprovou, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento regional, confirmou e veio reforçar este tipo de intervenção sindical, de que são exemplos as iniciativas sobre o Vale do Ave ou sobre o plano integrado de Setúbal.

Sem uma abordagem dos principais estrangulamentos que se põem ao desenvolvimento a nível local e regional não é

possível propor as medidas necessárias. Isto implica, entre outros aspectos, a inclusão das questões da formação profissional, da qualificação dos trabalhadores, do reforço da sua intervenção organizada. A introdução das novas tecnologias, alterando profundamente a organização do trabalho nas empresas, vai obrigar a dar maior importância à formação e qualificação dos trabalhadores.

Como se pode verificar recentemente, no processo negocial com a Ford-Volkswagen, a necessidade de assegurar a formação e a qualificação dos trabalhadores técnicos constitui um dos aspectos centrais deste investimento, em que se prevê a criação de cerca de cinco mil postos de trabalho directos, dos quais quase dois mil a nível técnico, e dez mil postos de trabalho indirectos.

A internacionalização da vida económica é uma necessidade cada vez mais presente e a entrada de Portugal na C.E. veio acelerar ainda mais este processo. Na C.E. o problema da Regionalização foi um dos mais discutidos no âmbito da reforma e a duplicação dos Fundos Estruturais, as importantes decisões tomadas em 1988 para contribuir para uma maior coesão económica e social e, em particular para o desenvolvimento e reconversão das regiões menos desenvolvidas.

Os textos estão aprovados pelo Conselho de Ministros da C.E., apesar de não terem acolhido favoravelmente todas as pretensões do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social, da Comissão Europeia e

* Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

dos representantes de muitas das regiões constituídas em países da C.E., ainda assim reforçaram as possibilidades de intervenção dos poderes regionais e locais, quer no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Regional e Quadros Comunitários de Apoio, quer no âmbito dos Programas e iniciativas comunitárias.

As "autoridades competentes designadas pelos Estados-Membros ao nível nacional, regional, local ou outro" com capacidade para elaborar os pedidos de contribuição dos Fundos Estruturais, "os intermediários desi-

gnados pelo Estado Membro interessado de comum acordo com a Comissão" no que respeita à concessão de subvenções globais, tal como vem referido no Regulamento de aplicação dos Fundos Estruturais, permitem deduzir que "autoridades competentes" não podem confundir-se com os organismos do governo central. Esta dedução é reforçada pelo Regulamento do FEDER que consagra o princípio da "parceria regional" entre a Comissão, o Estado Membro, e "as autoridades competentes.... no que se refere à execução das acções a nível regional".



BIBLIOTECAS E REGIONALIZAÇÃO

Descentralização • Cooperação • Desenvolvimento

António Calixto *
Cristina Monteiro *
Fernanda Figueiredo *
Vera Silva *

A historiografia romântica atribuiu todos os males com que deparou o século XIX ao centralismo monárquico que, sobretudo a partir do século XV, enformou a governação do Reino. Para os intelectuais revolucionários dos anos 30 e 40 do século passado, a visão de uma Idade Média municipalista era uma arma ideológica contra o absolutismo centralizador.

Estabelecido o liberalismo, cedo se verificou o quanto a centralização do poder era uma constante histórica impossível de vencer com golpes de magia, pena ou espada. A **Geração de 70** ao estudar as "causas da decadência dos povos peninsulares" mais uma vez assestou as armas contra o catolicismo e o absolutismo monárquico, na luta contra o autoritarismo e o conservadorismo ultramontano de muitos dos nossos próceres do liberalismo e da mentalidade da classe dominante.

A "tentação totalitária" que tem atacado a forma de governar o país no século XX indicia o quanto as nossas instituições bebem numa matriz centralizadora. Lembremo-nos de João Franco, Pimenta de Castro, Sidónio Pais, Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Centralismo e autoritarismo têm percorrido a nossa história recente de mãos dadas e é bom não esquecer que até 25 de Abril de 1974 os presidentes das câmaras municipais eram nomeados pelo governo central.

Não surpreende assim que o regime saído da Revolução de Abril tenha tido tanta dificuldade em estabelecer um quadro consensual

para uma política de regionalização. Não são pois infundados os receios de que a uma regionalização formal acabe por se impor um quadro institucional privilegiador da tomada de decisões centralizada.

REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Em contradição aparente com o que acima afirmámos, verificámos que alguns dos nossos mais graves problemas resultam da falta de definição clara de políticas a nível nacional. Esta contradição é mais aparente do que verdadeira, pois na verdade, a tomada de decisões centralizada não tem hipóteses de contemplar particularismos e na verdade desconhece o país.

É obviamente o que se passa com a falta de uma política nacional global para um sistema de informação ou, por outras palavras, um programa de desenvolvimento que contemple todas as bibliotecas e centros de documentação do país, desde a Biblioteca Nacional às Bibliotecas públicas, centros de documentação e bibliotecas especializadas, e ainda às bibliotecas escolares.

Na falta deste plano nacional global, o Instituto Português do Livro e da Leitura, em colaboração com as Câmaras Municipais, têm desenvolvido o **Programa de Leitura Pública** que começa agora a dar os seus frutos no florescimento de bibliotecas de leitura pública um pouco por todo o país.

Estas bibliotecas, particularmente numero-

* *Bibliotecários*

sas e activas na região abrangida pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, desempenham um importante papel no desenvolvimento da leitura pública e, em muitos casos, extravasam claramente as suas funções, com um papel abrangente e diversificado no contexto (da falta) de uma política de informação.

Independentemente do que virá a ser o programa de leitura pública em termos regionais, o papel das Bibliotecas no quadro das atribuições de uma região terá certamente de se enquadrar numa perspectiva cultural que se reporte cada vez mais aos cidadãos e às necessidades, providenciando a oferta de melhores serviços, explorando as potencialidades que se oferecem num quadro de intervenção e de recursos mais alargado.

Num cenário previsível de regionalização pode-se perspectivar a actuação das Bibliotecas em três vertentes: descentralização, cooperação, desenvolvimento.

BIBLIOTECAS E DESCENTRALIZAÇÃO

A excessiva centralização geográfica, orgânica e funcional de equipamentos culturais favorece a dependência, a passividade, o monolitismo cultural e obviamente serviços com menor identificação e peso no quotidiano das pessoas. A acção de uma rede coesa de bibliotecas em termos regionais trará vantagens aos utentes e aumentará a rentabilização dos recursos disponíveis.

A sua intervenção tem igualmente reflexos positivos em termos nacionais: permitirá através do quadro regional a conciliação entre os esforços feitos a nível local com as atribuições/objectivos do poder central no que concerne ao equipamento cultural do território ao proporcionar a generalização do acesso a bens culturais e informativos, o que pela sua dimensão se reveste obviamente de interesse nacional.

O relatório "Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais" apresentado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC), de Julho de 1986 preconiza que à Administração Central compete planificar e dirigir a política

nacional de leitura pública, promover estudos sobre a situação do país neste domínio, desenvolver modelos de intervenção junto das autarquias e propor normas para a implantação da rede de bibliotecas públicas. Esta acção pressupõe o apoio técnico aos responsáveis pelas bibliotecas através do trabalho de equipas de técnicos nomeados pela Administração Central.

Entre o Poder Central e o Poder Local existe, na gestão da rede de leitura pública, um vazio administrativo. Este vazio não poderá ser preenchido pela desconcentração de poderes, mas sim por uma descentralização efectiva.

A descentralização pressupõe uma articulação a nível regional da política de leitura pública, que se deverá processar, em nosso entender, não através de um delegado do poder central, ainda que recrutado localmente, tal como propõe o Relatório acima mencionado, mas que este representante faça parte de um organismo coordenador, cujos restantes membros sejam nomeados regionalmente.

No quadro da regionalização os órgãos regionais e locais terão uma maior capacidade de intervenção que se concretiza no seu próprio poder de decisão, que advirá não só de uma descentralização administrativa, mas também de uma descentralização financeira.

Com uma maior autonomia municipal estarão também criadas condições para uma maior autonomia das bibliotecas municipais. Ao disporem de mais e melhores recursos materiais e humanos, às bibliotecas municipais terá também de se lhes alargar o campo de autonomia no que concerne à gestão organizativa e financeira dos próprios serviços.

Neste quadro a exploração das potencialidades dos serviços de leitura pública em termos de uma política nacional será decisiva para uma participação cultural criativa, estimulará o desenvolvimento do sentido crítico tão necessário ao exercício consciente da cidadania política, permitirá a democratização do acesso à cultura e à informação. As bibliotecas municipais serão ainda instituições privilegiadas para potencializar e desenvolver a qualidade do "capital

humano", de uma região, condição indispensável para o desenvolvimento económico local.

BIBLIOTECAS E COOPERAÇÃO

A cooperação entre as Bibliotecas integradas num quadro regional permitirá um maior aproveitamento e rentabilização dos recursos existentes em termos de instalações, fundos documentais, recursos humanos e organizativos, proporcionando melhores serviços aos utilizadores.

A definição do quadro regional é fundamental para o planeamento, organização e definição de uma rede de bibliotecas cooperantes, de forma a fazer-se a necessária concertação programática.

A multiplicação da actividade editorial em vários suportes torna difícil às Bibliotecas responderem, a nível concelhio, a todos os pedidos ocasionais ou específicos em termos de referências e/ou de documentos. A redundância de trabalho técnico e o isolamento caracterizam o quadro actual.

A cooperação na partilha e melhor utilização dos recursos poderá desenvolver-se em vários campos: selecção, aquisição, tratamento e empréstimo documental, produção de informação bibliográfica, formação contínua de quadros, acções de promoção e animação destes espaços. Campos há como o informático e o audiovisual em que será de extrema utilidade uma reflexão em termos colectivos sobre os seus objectivos e critérios de funcionamento.

Decisões sobre o "modelo cooperativo" a adoptar numa realidade regional: "centralizado" (biblioteca central de empréstimo), "semi-descentralizado" (especialização de fundos) ou "descentralizado" terão necessariamente de integrar uma avaliação prévia em termos de recursos e serviços.

A discussão das questões relativas à cooperação regional entre as Bibliotecas Municipais existentes deve envolver os responsáveis políticos, os técnicos destes serviços e os seus utentes. A definição de opções e objectivos deve ser objecto de

estudos específicos partindo do levantamento e caracterização da situação e potencialidades de cada zona de forma a identificarem-se os recursos existentes, detectarem-se os problemas e procurarem-se as soluções apropriadas.

Uma rede coesa em termos regionais terá como pressupostos, legislação adequada, financiamentos, pessoal especializado, acesso às novas tecnologias de informação e uma estrutura de coordenação sólida capaz de: definir alternativas estratégicas, prever as consequências directas e indirectas que envolvem o funcionamento de uma rede regional em cooperação, determinar custos financeiros e outros, estabelecer princípios organizacionais e mecanismos de controlo comuns, harmonizar o funcionamento destes serviços com as opções e política cultural regionalmente estabelecida.

A manutenção de catálogos colectivos, rotação entre as cooperantes de acções culturais e de animação, implantação de uma rede de empréstimos dotada de uma velocidade de resposta, acesso a bases de informação comuns são projectos que devem ser desenvolvidos e que se podem esperar do papel das bibliotecas municipais num quadro de atribuições regionais viradas para o desenvolvimento.

O futuro próximo trará sem dúvida a necessidade de uma cooperação cada vez mais estreita e de órgãos coordenadores no quadro de associações de bibliotecas municipais e dos organismos de coordenação das regiões administrativas.

BIBLIOTECAS E DESENVOLVIMENTO

As Bibliotecas Municipais devem ser encaradas como parceiros/agentes no processo do desenvolvimento integrado. Enquanto espaços colectivos vocacionados para a acção informativa, educativa e cultural são instituições de base que gerem/geram recursos imprescindíveis.

Hoje em dia, crescimento, progresso e bem estar material são complementados com aspirações e expectativas culturais e informativas. O conceito de "qualidade de vida" tal

como hoje é entendido passa pelo acesso e usufruto das potencialidades dos recursos culturais e informativos. A oferta cultural faz com que um local ou uma região sejam privilegiados e escolhidos em termos de "onde vale a pena viver".

Muitas das Bibliotecas que já estão em funcionamento ou vão ser instaladas a curto prazo, contribuem para a regeneração urbana, para a criação de empregos, para a promoção da imagem regional através de iniciativas complementares que desenvolvem – quer autonomamente quer em colaboração com outras bibliotecas e instituições – e sobretudo para dar resposta às necessidades informativas, culturais, educativas e de lazer dos cidadãos que podem usufruir dos seus serviços.

As Bibliotecas Municipais são recursos educativos de primordial importância, sendo com frequência o único sistema de informação disponível para a comunidade escolar, abrangendo por vezes mesmo o nível universitário. Com o desenvolvimento de novas tecnologias o ensino está a tornar-se cada vez mais individualizado e é clara a tendência para formas de auto-aprendizagem formal ou informal que se prolongam por toda a vida.

Cada vez mais as Bibliotecas Municipais desempenham já, e tenderão a desempenhar um importante papel no desenvolvimento económico das comunidades onde estão inseridas. De facto é hoje consensual a importância do papel da informação para a tomada de decisões de carácter político e económico nomeadamente na inovação e aumento de produtividade das organizações. As bibliotecas municipais serão num futuro próximo o cordão umbilical que ligará muitas empresas de pequena e média dimensão aos canais de informação nacional e internacional, vitais para a expansão e mesmo sobrevivência. As novas tecnologias da informação, nomeadamente e a telemática, têm certo um lugar de destaque nestas bibliotecas, e porão os utilizadores locais em contacto quase imediato com as mais importantes bases de dados nacionais e internacionais. Mesmo organismos da Administração Pública local e regional serão grandes utilizadores destes

serviços.

Segundo John Myerscough "a nova Europa económica começa com a cultura", o que revela da importância e significado atribuído a esta como elo unificador, campo dentro do qual não se pode subtrair a importância das Bibliotecas Municipais, serviços que pertencem aos sectores de cultura e da informação e que são considerados mercados em expansão.

As bibliotecas como infraestruturas culturais são vantajosas para a comunidade e devem procurar o seu espaço na liderança da promoção cultural da região.

São um "investimento transtemporal" no passado (garantem a preservação patrimonial e identificação cultural), no presente (permitem o acesso à cultura, à informação e à formação permanente) e no futuro (contribuem para o desenvolvimento do potencial humano de uma região e através das possibilidades de actualização que oferecem, ajudam a alcançar uma melhor adaptação ao futuro).

A regionalização contribuirá decisivamente para a concretização/consolidação dos objectivos expressos. Num contexto regional as bibliotecas municipais estarão mais habilitadas a dar uma resposta eficaz às necessidades dos seus utilizadores, fazendo parte do quotidiano das populações e desenvolvendo a sua acção em consonância com os seus interesses, problemas e actividades. Quanto maior for esta proximidade, também maior será a adequação dos serviços prestados pelas bibliotecas municipais, respeitando as especificidades locais e regionais.

Elemento imprescindível a qualquer processo de regionalização, pólo importante de dinamização local, a biblioteca municipal beneficiará das potencialidades que a regionalização encerra, ou seja, a sua intervenção sairá reforçada com a existência de planos para o desenvolvimento económico, social cultural e pela utilização e disponibilização de sistemas de informação que rentabilizem o investimento dos poderes locais e regionais.

O NORTE DO DISTRITO DE SETÚBAL NUM PROJECTO CULTURAL INTEGRADO COM A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA?

António Modesto Navarro *

Para principiar, mais duas perguntas:

1ª – Esse grande evento "Lisboa capital europeia da cultura", terá de ser exclusivamente assumido e representado em 1994 pela capital?

2ª – O Centro Cultural de Belém vai ajudar à descentralização da cultura no País e à criação de uma perspectiva metropolitana de identidade da Área?

O distrito de Setúbal tem sub-regiões diferenciadas. A norte, os concelhos do Barreiro, Montijo, Moita, Alcochete, Seixal, Almada, Sesimbra, Palmela e Setúbal têm já direito à integração plena no que poderá vir a ser a chamada Área Metropolitana de Lisboa. Assim, para responder à 1ª pergunta, adiantaria que "Lisboa capital europeia da cultura" só poderá ser representativa em 1994, no contexto da Europa, se contiver e der a conhecer todos os traços culturais de que se compõe, com forte participação das comunidades regionais do país que a têm erguido e valorizado ao longo dos séculos e, sobretudo, desses e doutros concelhos (como Oeiras, Amadora, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira e Loures) que a rodeiam e que lhe fornecem diariamente centenas de milhares de cérebros e braços, de pessoas que transportam consigo hábitos e culturas dos sítios onde vivem e para onde levam traços dessa Lisboa diária e multiforme que tudo influencia.

Por outro lado, para adiantar respostas

necessárias à 2ª pergunta, a "grande obra de regime", essa "pérola" cavaquista que dá pelo nome de Centro Cultural de Belém, não poderá ser entregue a empresas diversas e ao rigor dos lucros já perspectivados por dirigentes "culturais" e estrategas do negócio culturalista e aparentado, mas sim terá de dar respostas capazes a outras dinâmicas culturais e às identidades regionais e nacional, sob pena de se tornar rapidamente numa nova Amoreiras salaia onde tudo quanto vem a Lisboa, de parvo e alienado, tem de vir desaguar, para dar sentido à vigarice plena de chegar à cidade e não ver o que ela é realmente como cidade de povo, de trabalho, de tradições e de riqueza cultural em destruição permanente, levada a cabo exactamente por outros saloios e esper-tos, interessados em ocultar o essencial e promover o que a esvazia e descaracteriza.

O norte do distrito de Setúbal tem muitas palavras a dizer, em tudo quanto de bom e mau se passa. E terá de as dizer rapidamente, enquanto é tempo de afirmar identidades em destruição sistemática e novas realidades que não vão sendo tão acompanhadas, salvo raras excepções (como acontece nomeadamente no concelho de Seixal) com a força, o ânimo e a capacidade que se poderia adivinhar possíveis em áreas político-culturais vocacionadas para isso mesmo – criar projectos e espaços capazes de acompanharem e influenciarem positivamente as evoluções e involuções económicas e sociais das duas últimas décadas. Obra vasta e exigente, que melhor seria levada a cabo se as condições de relação

* *Escritor*
Animador Cultural

com os poderes centralizados em Lisboa fossem outras, se houvesse disponibilidades financeiras e técnicas em conjunto e perspectivas sérias, por parte dos últimos governos, de dar respostas coerentes e concertadas aos anseios das populações e às mudanças que mal ou bem se foram operando e/ou foram operadas.

A questão é clara e está (tem de estar) no centro da discussão: valerá a pena levar a cabo melhorias da condição material das populações (falo, sobretudo, das novas camadas e classes que se foram mudando nas últimas décadas para os concelhos do norte do distrito de Setúbal) sem as fazer acompanhar de projectos integrados de desenvolvimento sociocultural? A luta das ideias é feroz, hoje em dia, e nada nos garante que uma população composta de indivíduos já isolados, que sai da porta de casa de carro ou de transporte público apinhado, que regressa a casa tarde, continue atenta às realidades do meio quando a reivindicação da estrada, das infraestruturas do bairro, ou de outros aspectos assim materializados, e relativos ao bem-estar imediato, são resolvidos e nada mais resta que ficar no isolamento "contentinho" e destruidor que caracteriza camadas da pequena e média burguesia, desgastadas ao fim do dia perante o televisor que lhes oferece a mentira e o divertimento esvaziador de alguma riqueza humana.

Esta gente tem angústias e anseios, mas pouco se bate pelas coisas, se não é solicitada à participação na vida comum do meio, se não é atraída por espaços e realizações culturais e sociais que deverão ter em conta as suas tendências e formação (em certas áreas mais evoluídas que a das populações tradicionais e ainda arreigadas a hábitos de partilha e de vida colectiva). Por isso, caberá aos responsáveis regionais e locais, e caberá a poderes centrais diferentes, finalmente democráticos, que venham a mudar estruturas vigentes e a criar outras, darem respostas eficazes ao que é urgente e entra pelos olhos dentro, propiciando o aparecimento de condições para que o desenvolvimento local e

regional seja integrado e integre realidades já existentes, como esse rio Tejo que une as duas margens em vez de as separar e é, por si só, um mundo de culturas a conhecer, o associativismo tão decisivo que foi no século passado e é neste, como os novos tipos de intervenção e de associativismo que vêm nascendo, para além dessa imensa capacidade de criar cultura, ideias e vida partilhada, que não se concentra, bem longe disso, numa cidade afinal tão pobre como é Lisboa, mas sim tende a alargar-se e a fundamentar-se lá onde as pessoas vivem em conjunto e participam.

O que terá de caracterizar a nossa vida, nas próximas décadas, não será o que as forças da destruição e do entreguismo cavaquista desejam, quando criam condições e deixam, de novo e de forma mais intensa e violenta, que grupos estrangeiros se sirvam deles (que ainda ocupam os poderes centralizados) e dos grupos "nacionais" para comprarem e assumirem as realidades e riquezas materiais e também espirituais deste povo que sofre a perda continuada da sua identidade e independência. O que terá de vir ao de cima, com a nossa capacidade de resistência e de intervenção, é o que caracteriza ainda as regiões e as populações locais, com todas essas componentes materiais e espirituais trabalhadas e desenvolvidas em conjunto, para que a razão maior do ser humano, a felicidade e a paixão de viver e de mudar continuamente, tenha enfim condições propícias, sempre na sua diversidade e em liberdade, consubstanciando assim as novas aquisições da luta no mundo pela democracia e pelo progresso em transformações e substituições atempadas do velho pelo novo, logo que este irrompe e se afirma.

Ninguém pode parar a transformação e a mudança, a não ser pela violência e pela destruição. É o que faz este ainda governo de Cavaco Silva/PSD, ao evitar e ao combater realidades e dinâmicas locais e regionais, ao negar e ao tentar substituir-se à regionalização e ao alienar riquezas materiais e espirituais que pertencem, ou devem pertencer, a Portugal e aos portugueses. Mas a vontade, a

inteligência e a cultura são sempre maiores e acabam por vencer, quando os objectivos a atingir são mais profundos e radicam na

vontade real das populações e nas raízes de que as regiões e a vida local se alimentam e se fazem.



A REGIONALIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

Carlos Alberto Pésinho *

A regionalização do país, definida na Constituição da República, poderia ser uma das mais promissoras transformações geradas na estrutura do Estado pós 25 de Abril, e corre o risco de se tornar mais uma promessa eternamente adiada.

Argumenta-se por vezes com a falta dos estudos necessários para que se possa avançar com a Regionalização; mas a verdade é que, ao longo de mais de uma década, muitos foram os estudos, os debates, as ideias apresentadas. O destino de todo esse trabalho tem sido a gaveta.

Entretanto, a própria legislação vai criando situações que reforçam a necessidade do nível Regional na Administração Pública. E, como a vida não pára, os desajustamentos e os prejuízos que a ausência da regionalização, cria, não param de crescer.

Basta-nos olhar para o nosso Concelho de Palmela, e para o seu enquadramento na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, e os exemplos são visíveis.

O acelerado crescimento industrial do nosso Concelho tem sido uma realidade muito noticiada e comentada nos últimos anos. Se em toda a década de 70, se instalaram no nosso Concelho menos de 10 empresas, só nos anos de 1989 e 90 os processos de instalação de novas unidades são superiores à centena. Dois desses processos, por si só, alteram radicalmente a face do nosso Concelho: o projecto FORD, nas Carrascas e o projecto

FORD-VOLKSWAGEN, em Vila Amélia. São centenas de milhões de contos de investimentos, milhares de novos postos de trabalho, com consequências difíceis de prever na rede de infraestruturas básicas, nos equipamentos colectivos, no crescimento demográfico e urbano. E estas consequências verificar-se-ão igualmente nos Concelhos limítrofes, nomeadamente nas localidades mais próximas de Vila Amélia. Os municípios enfrentarão estes desafios através da cooperação, mas não deixa de ser visível que a inexistência de um nível regional de afectação e mobilização de recursos deixa os municípios numa posição mais difícil perante decisões exteriores à região.

As experiências de estudos e projectos de planeamento e desenvolvimento regional de que o nosso distrito e a nossa Península de Setúbal são férteis (o PIDDS, a OID, o PROTAML), comprovaram também, a meu ver, a necessidade de regionalização.

A evolução recente do sistema educativo aponta também para essa necessidade – aliás, consagrada na própria Lei de Bases do Sistema Educativo. O planeamento da rede escolar, da formação de docentes, da rede de novas escolas profissionais são alguns dos problemas que dificilmente terão solução só no plano concelhio ou nacional.

Penso que, havendo vontade política, haverá regionalização – para bem das populações e do país.

* *Presidente da Câmara Municipal de Palmela*

Ezequiel Lino *

Portugal, volvidos 17 anos sobre a Revolução dos Cravos, permanece um país desigual. Uma nação com assimetrias verdadeiramente insustentáveis numa Europa que se diz orgulhar de séculos de pensamento, ciência e descoberta. E a verdade é que o 25 de Abril arrastou consigo, desde os primeiros momentos, ilusões que tardam em concretizar-se. Depois de cinquenta anos sombriamente ligados a um regime provinciano e tacanho, Portugal ressuscitou. E consigo, renasceram igualmente conceitos e valores tantos anos amordaçados: democracia, solidariedade e progresso.

O facto é que hoje, quase uma vintena de anos após a Revolução, continuam por implementar políticas de genuíno carácter social. Políticas que respondam, sem ambiguidades, aos mais profundos anseios das populações. Políticas, enfim, que impeçam, em definitivo, a sublimação de um "Statu Quo" nacional essencialmente materialista e individualista.

Vive-se, assim, o postulado das contradições, através de carros de grande luxo e o abandono dos meios de transportes públicos, os inacessíveis andares de preços proibitivos e a flagrante falta de habitação social, exuberantes mas lamentáveis reflexos, entre outros, de uma sociedade inequivocamente desajustada.

Mas não se ficam por aqui as falhas desta sociedade portuguesa a que chegámos. São as

provas de ostentação permanente com que somos obrigados a conviver. Os casos de corrupção que afectam os partidos, grupos e personalidades ligadas ao poder; os jogos de bastidores que já ninguém esconde a nível da administração central; os escândalos de "Gente da Alta" sofregamente insatisfeita com os índices a que conseguiu alcandorar-se, sem que o mais comum dos mortais possa sequer saber quando, como e porquê. E a juntar a tudo isto, uma mania que governantes confesos da actual situação não conseguem esconder: o gosto por tudo decidir, a apetência para uma postura de "Quero, posso e mando" que só os beneficia, mau grado o prejuízo do princípio básico em qualquer país mais desenvolvido da **divisão e efectiva descentralização do poder**. As autarquias, e penetrando agora no assunto que nos é mais sensível, não viram ainda recompensados os esforços notáveis que têm levado a cabo, no sentido de chamarem a si alguns dos direitos que lhes competem. Que nos competem. Os deveres, boa parte dos deveres que nos cabem, esses, já o Governo no-los lembrou. Ficamos, pois, à espera dos outros...

Encetar um novo caminho, é, pois, aquilo a que se propõem as câmaras deste país. Por sua iniciativa e vontade. Porque o processo de descentralização nunca esteve, de facto, na mente dos governos que sucessivamente têm ocupado as cadeiras do poder na capital. Criou-se a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, articulada por associações distritais. Torres Pereira foi o

* *Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra*

primeiro responsável máximo pela organização. E em dois mandatos sucessivos, bem se poderá dizer que o homem de Sousel esteve à altura dos acontecimentos. É agora a vez de Mário de Almeida, de Vila do Conde, que parece ter incutido um maior ritmo no alcançar dos diversos objectivos a que os autarcas portugueses pretendem chegar. Mesmo assim, sem subsídios atempados e dignos; permanentemente afectados nas suas estruturas pelos incontornáveis processos do FEF, do IGAPH e outros que tais, o desalento parece querer por vezes emergir no comportamento dos titulares do poder local em Portugal. Como se isso fosse o mais ansiado dos objectivos do poder central...

Acusadas, à falta de melhor argumentação, de constituir um "lobby", as câmaras portuguesas continuarão, mesmo que lutando pela sua sobrevivência em condições de ostracismo, a pugnar pela concessão de maior credibilidade à sua acção; pela atribuição de verbas honrosas por parte do Estado (concretizando assim este uma das suas finalidades); pela implementação de medidas e políticas tendentes a satisfazer as mais elementares necessidades das populações; e, cumpridas estas, responder depois a objectivos de

formação cultural, ética e sociológica, pois só assim, as autarquias, que têm de resto um passado comprovadamente importante no contexto nacional, poderão cumprir cabalmente para com os munícipes que as votaram e designaram.

Finalmente, uma palavra para a paz. Mas, qual paz?, aquela que implicitamente se reclama das minhas palavras?, a paz institucional que poderia existir entre os poderes local e central?, a paz que traria múltiplas e óbvias vantagens para o povo português em geral, munícipes em especial?, ou a paz no mundo, entre os povos e os estados?, entre diferentes culturas, religiões e regimes? Curiosamente, ou talvez não, parece-me que Portugal, hoje, se coloca melhor relativamente à segunda hipótese. Felizmente, à parte alguns graves aspectos reveladores de um alinhamento militar um tanto ou quanto suspeito para com a NATO e os EUA, o que nos falta é implementar a paz no país. De outro modo, não será possível arrancar para o processo de modernização e justiça social por que nós, autarcas, tanto temos batalhado mas a que os governos não têm dado seguimento. NEM PAZ.



SETÚBAL – REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Manuel da Mata de Cáceres *

Falar de Regionalização é, nos tempos que correm, um lugar comum.

Porém, a dignidade e importância do tema, devia não apenas constar da agenda de todos os responsáveis políticos, mas também ser tratado com grande serenidade e sentido de responsabilidade.

Infelizmente, assiste-se a um desfraldar da bandeira da regionalização de uma forma avulsa, e com as propostas mais díspares.

Em minha opinião, impõe-se que se clarifiquem certas situações.

1 – Poder-se-á falar de regionalização aqui, em Portugal, país pequeno, onde, salvo raras excepções, não existem regiões de fácil delimitação geográfica, histórica, política ou cultural, como se estivéssemos em Espanha, por exemplo?

2 – Estará o processo do Poder Local, a nível do Município, perfeitamente concluído, de modo a que se possa, sem preocupações, avançar para novos patamares da Administração, partindo do pressuposto que este importante e indispensável alicerce está sólido, definido e terminado?

3 – Há um consenso nacional, a nível das principais forças políticas e no seio das próprias populações acerca deste tema?

Clarificadas estas (e outras questões) poder-se-á então avançar para esse projecto tão importante, quanto complexo.

O que tem acontecido é a apresentação de várias propostas, justificadas mais por uma

minoría de agentes políticos do que pelas comunidades envolvidas, sem um esforço sério de se conseguir um acordo global, susceptível de passar a acções concretas.

Assim, a vida administrativa económica e política do País arrasta-se no marasmo da concretização, dia a dia agravada por actos administrativos que, a nível do Poder Local, mais não fazem do que criar dificuldades e roubar a legitimidade conquistada democraticamente em eleições.

Urge, por isso, definir um quadro de intervenções, com potencialidades de passar à prática, sem devaneios, nem oportunismos de qualquer espécie.

Trata-se de matéria difícil, e não compatível com eventuais aspirações mesquinhas dos que apenas sonham com mais lugares na cena política portuguesa e que, desse modo, apenas reforçam as motivações centralizadoras do Poder instalado. Ao Governo cabe, pois, uma acção decisiva, assumindo responsabilidades e mostrando vontade política através de acções concretas nesta área, em vez de sistemáticas medidas intervencionistas que vêm afectando a capacidade do Poder Local.

Reportando-nos, agora, a Setúbal igualmente afirmamos ser necessário clarificar de uma vez por todas que a região, embora na órbita da área metropolitana da Capital, jamais poderá abdicar da sua identidade autónoma de centro urbano, com personalidade cultural e económica própria, porque possuidora da sua história e de um núcleo de potencialidades que

* Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

sempre nos identificaram como tal.

Setúbal e todas as zonas envolventes são possuidoras de potencialidades múltiplas e diversificadas: localização geográfica privilegiada, boas acessibilidades, com escoamento fácil para leste e para o sul do país; recursos turísticos excepcionais, com duas reservas naturais, – Parque da Arrábida e Estuário do Sado –, serra, rio, mar e belas praias; um porto de mar com condições naturais fora do comum o que por si só constitui um factor de desenvolvimento de excepcional importância; mão-de-obra relativamente abundante e mais qualificada do que em muitas outras regiões do país; um património cultural de relevo.

Fruto destas boas condições, já na década de sessenta se instalou, em Setúbal, um parque industrial que proporcionou ao concelho e à região um quadro de prosperidade superior à de outros distritos.

Em nosso entender, porém, não terão sido tomadas, nessa altura, todas as medidas que, a montante, seriam necessárias para garantir o pleno êxito desse surto de crescimento.

Nesse período, registou-se de facto um enorme crescimento demográfico e uma acentuada dinamização da vida social e económica da cidade.

Mas, na realidade, não se cuidou da rede viária, susceptível de proporcionar as acessibilidades de que o normal funcionamento das actividades económicas carecia; os Serviços públicos de Saúde e de Educação não foram tratados por forma a dar resposta adequada aos novos problemas; as telecomunicações ficaram aquém das exigências criadas pelo novo tecido económico e social setubalense; o parque habitacional e as infraestruturas de saneamento não acompanharam o ritmo industrial.

O que se passou, então, terá sido mais um fenómeno de crescimento, do que um verdadeiro desenvolvimento, enquadrado por um conjunto de mecanismos cautelares que um tal processo sempre requer.

A juntar a estas lacunas, refiram-se, também, as mudanças políticas resultantes do 25 de Abril, os choques petrolíferos de 73 e de 82, com todas as profundas influências que

tiveram no contexto mundial e, obviamente, na dependente economia nacional.

Em resultado de tudo isto, decorridos escassos vinte anos, o quadro de prosperidade depressa cedeu lugar a uma situação de crise, com empresas a mostrarem-se inviáveis, salários em atraso, desemprego, agitação social e política.

E, assim, a região passou a ser pintada a traço negro, quer do ponto de vista económico, quer social e político, com todas as consequências negativas que essa imagem criou: uma região de conflitualidade geral, proporcionadora de baixa produtividade, desmobilizadora do investimento, pouco atraente para os responsáveis políticos e para os agentes económicos.

Retrato imerecido para tão bela, tão apetrechada de recursos endógenos e tão hospitaleira cidade.

E eis-nos chegados aos finais da década de oitenta, que trouxe consigo a adesão à Comunidade Económica Europeia e a criação de uma nova oportunidade para Setúbal fazer valer as suas potencialidades e mostrar o querer das suas gentes.

Ganhou-se, na região, uma maior maturidade política e também, nos planos partidário e laboral, se passou da agitação pela agitação, à luta por objectivos mais realistas e de resultados mais sólidos.

Esta mudança nos comportamentos sociais e políticos atingiu, refira-se, não só os trabalhadores e as suas organizações, como também os agentes económicos e os responsáveis político-partidários.

E os resultados aí estão, numa fase embrionária, é certo, mas a evidenciar os seus primeiros sinais.

Pacificaram-se os ânimos, reflectiu-se sobre a realidade local e regional, formaram-se consensos e elaboraram-se planos.

A Administração Central ouviu os clamores do Poder Local e, com recurso a verbas comunitárias, para investimento de cerca de noventa milhões de contos, lançou-se a Operação Integrada de Desenvolvimento para a Península de Setúbal.

Com estes meios financeiros, a investir em

áreas como o saneamento, as acessibilidades, ou o turismo e com os recursos próprios das Autarquias, procura-se, agora, um novo salto qualitativo, capaz de arrancar a região da crise e relançá-la no patamar do progresso a que tem direito e de que as suas populações carecem.

Mas um problema se coloca.

Que desenvolvimento queremos, agora?

Há que fazer uma leitura correcta dos erros do passado, perspectivar o ano 2000 e o novo século que se aproxima, com toda a sua carga de inovações científicas e tecnológicas a surgir num ritmo cada vez mais acelerado.

Por isso, exige-se capacidade de fixar orientações e definir prioridades, com os representantes do mundo científico, dos agentes empresariais, das autarquias e dos trabalhadores, através de uma análise cuidada da realidade que nos cerca e não "à vol d'oiseau", ignorando a complexidade das questões em causa, no mundo moderno e exigente em que vivemos.

Só assim conseguiremos o desenvolvimento integrado, harmonioso e solidário, contemplando a vertente económica, com respeito pelo nosso património ecológico, mas também as áreas da cultura, do desporto e da educação, num processo atento aos valores da solidariedade e às patologias sociais, por forma a garantir a coesão social indispensável à solução dos problemas dos mais desprotegidos e dos mais fracos.

Por isso, e para efeito, foram criados parques industriais, capazes de acolher empresas com capacidade de adaptação às exigências concorrenciais do mercado actual, e não poluentes.

Fizeram-se as diligências necessárias à modernização e à ampliação do porto de mar, verdadeiro pólo catalizador, que queremos seja, de toda a vida empresarial da região,

com a criação de eixos viários que melhorem as suas acessibilidades, com a construção de um terminal rodo-ferro-portuário, equipamento essencial para que o novo tecido empresarial de Setúbal, possa vingar e cimentar-se.

Com esta postura política, propomo-nos dar um contributo para o desenvolvimento regional, em diálogo com todos os parceiros sociais da nossa área de intervenção específica e com o apoio do Poder Central.

Da nossa parte, estamos conscientes de que ocupamos um lugar importante para o desempenho desse papel e resta-nos esperar que a Administração Central compreenda a importância do nosso trabalho e nos proporcione os meios necessários para lhe darmos expressão concreta. De contrário, muitos projectos podem ficar comprometidos. Se todos cumprirmos, Setúbal será, a curto prazo, um verdadeiro centro urbano, moderno e organizado, e não um simples amontoado de casas, de fábricas e de pessoas, sofrendo desse flagelo que o desenraizamento social representa e que tanto dificulta a gestão da cidade.

Lutamos por uma Setúbal onde coexistam a cidade económica, a cidade urbanística e a cidade cultural.

O nosso projecto de desenvolvimento regional passa pela compatibilização do progresso económico com a preservação do ambiente, e pela simbiose do crescimento material com os valores da cultura, criando e apoiando todos os oásis de solidariedade, nesta selva em que a nossa sociedade se vem transformando.

Trabalho e diálogo são as nossas armas.

Servir as populações, com vista a melhorar a sua qualidade de vida, os nossos propósitos.

Uma maior colaboração e mais descentralização de poderes e de meios, a nossa esperança.

Animação cultural

CULTURA E REGIONALIZAÇÃO

– a propósito do Festival de Cinema de Troia

O Festival Internacional de Cinema de Troia, fundado em 1985 – realiza-se este ano a sua sétima edição –, teve origem em objectivos puramente culturais, mas a sua concretização só foi possível devido ao potencial de promoção turística que caracteriza estes certames em todo o mundo. Em alguns casos, as razões geográficas e políticas permitem que tais iniciativas se transformem em verdadeiras acções de prestígio nacional, de que são exemplos os Festivais de Cannes, Veneza, Berlim ou Moscovo. Quando assim acontece, as verbas envolvidas na sua organização podem considerar-se astronómicas, embora devidamente compensadas, quer pelo prestígio externo dos respectivos países, quer pelos proveitos da sua acção comercial (mercados de filme, em particular).

Fazer um Festival de cinema em Portugal, onde o desenvolvimento cultural é ainda incipiente, assume a feição de uma acção idealista ou, se as ambições excedem a modéstia do meio, uma manifestação de tendências suicidas. No geral, a persistência do projecto gera nos seus promotores neuroses de impotência ou complexos de "pedintes" institucionais e, à distância, um relativo e compreensível desânimo, comum a todos os planos abortados ou incompletos.

Em primeiro lugar – e o leitor já o terá percebido – coloca-se o problema dos custos de uma organização sem receitas próprias, o

que significa ter de explicar a um sem número de entidades, públicas e privadas, algumas vezes em vão outras com reduzido êxito, o interesse cultural e nacional de tal iniciativa, a fim de obter as verbas, razoavelmente elevadas, indispensáveis à sua realização. Em segundo lugar, existe o problema profissional, pois um Festival, embora deva funcionar de forma permanente, não pode dispor ao longo de todo o ano de um corpo numeroso e habilitado de pessoas para trabalharem apenas durante dez dias. Trata-se de um aspecto que explica alguns improvisos, problemas inesperados, surpresas indesejáveis.

Se assim é – perguntar-se-á –, por que motivo se faz um festival de cinema? Mais concretamente: por que estranhas razões um professor universitário e um escritor – Salvato Menezes e eu próprio – enfrentaram, e prosseguem, a tarefa de levar a cabo essa manifestação numa região a que, inicialmente, nada de sólido os prendia?

Em princípio, por um desafio de descentralização, contra uma capital que ainda concentra a esmagadora maioria das acções culturais que se verificam neste país. Foi por isso muito agradável realizar, logo em 1985 – com continuidade nos anos posteriores –, uma extensão do nosso Festival em Lisboa, o que nem se pode dizer que seja o contrário do que habitualmente ocorre, pois, em geral, o que acontece em Lisboa, aí acontece e morre.

Depois, por se pensar que os festivais de cinema existentes em Portugal – todos eles meritórios pelos mais diversos motivos – não

Mário Ventura *

* *Escritor*

Director do Festival de Cinema de Troia

tenham conseguido ultrapassar a mediania a que estão condenadas as obras cujo fim não é o lucro, o que justificava a nosso ver o aparecimento de uma manifestação que a si própria impusesse objectivos rígidos de afirmação externa, por forma a ombrear com os certames do género já então existentes em toda a Europa.

Finalmente, porque à partida se dispôs de um patrocinador – a Torralta –, que colocava à nossa disposição todo o capital de hospitalidade sem o qual nenhum festival de cinema consegue ultrapassar, em qualidade, repercussão e prestígio as fronteiras da sua própria zona geográfica. Esta terceira razão veio, aliás, a ser determinante, pois sem esse apoio nunca os promotores do FesTroia teriam corrido o risco gratuito de fazer um festival em tudo idêntico aos já existentes.

Após sete anos de labuta – durante os quais a teimosia sempre superou a neurose –, podemos dizer que o Festival de Cinema de Troia logrou atingir todos os objectivos inicialmente definidos, com destaque para a repercussão externa, o que faz com que Troia e a Costa Azul sejam hoje conhecidas em todo o mundo, por obra desse meio extraordinário de comunicação que é o Cinema.

No conjunto das suas primeiras seis edições, o Festival de Troia trouxe à região mais de setecentas personalidades do cinema mundial, que se familiarizaram com os seus costumes e tradições, levando do nosso país uma experiência rica de sensibilidade e hospitalidade. Durante o mesmo período, o FesTroia tornou-se o único festival português de cinema reconhecido pelas principais organizações mundiais da especialidade: a FIAPF (Federação Internacional das Associações de Produtores de Filmes), a FIPRESCI (Federação Internacional da Imprensa Cinematográfica), e a OCIC (Organização Católica Internacional do Cinema). Empenhando uma parte do seu esforço na organização de manifestações paralelas de alcance cultural externo, o nosso Festival foi pioneiro ao promover, entre outras, as seguintes reuniões: Colóquio Internacional sobre o Cinema Português,

Encontro de Países Produtores de Filmes – dedicado às cinematografias de pequena produção, e que este ano volta a realizar-se –, e o Simpósio Internacional sobre Cinema e Televisão no sul da Europa Antes e Depois de 1992. Fiel à política de só programar películas inéditas entre nós – nas secções competitivas e informativa –, apresentou até à data mais de seiscentos filmes que, por motivos puramente comerciais, nunca serão projectados nos circuitos de distribuição normal. Organizou um mercado do filme, que este ano se realiza pela terceira vez, e que logo na primeira edição registou um



apreciável volume de negócios, além de facilitar o intercâmbio entre países que anteriormente quase se desconheciam. Finalmente, e mercê de uma diversificada e criteriosa política de prémios, contribuiu para a afirmação internacional – e em alguns casos também nacional – de películas que enfrentavam as dificuldades impostas pelos grandes circuitos mundiais de distribuição.

Tudo isto não impede, porém, que permaneça de pé um dos problemas que os organizadores do Festival de Troia consideram dos mais importantes no referente à sua

projectão cultural: trata-se da ligação às populações do distrito, que desde o início se considerou como um dos principais objectivos, mas cujo desenvolvimento permanece ainda numa fase incipiente.

É certo que um festival de cinema se destina em princípio – de acordo com a interpretação rigorosa dos regulamentos da FIAPF –, a todos aqueles que de alguma forma se encontram relacionados com a actividade cinematográfica, e aos representantes dos meios de Informação. Trata-se de uma regra limitativa, é certo, que deixaria ao nosso Festival o exclusivo papel de veículo de promoção externa, não apenas da região onde se localiza, mas do próprio país que representa. Foi em perseguição desta finalidade que se criaram todos os grandes festivais de cinema europeus, e os governos dos respectivos países sempre a consideraram suficiente para justificar as elevadas verbas que atribuem à sua organização (Recorrendo a um exemplo próximo, a Espanha, refira-se que o Festival de Cinema de San Sebastian – que à semelhança do FesTroia é reconhecido pela FIAPF – recebeu em 1989, de subsídios estatais e autárquicos, a verba de 246 mil contos, enquanto os apoios ao nosso Festival, no mesmo ano, não alcançaram sequer os 20 mil contos).

Apesar da limitação imposta pela FIAPF, porém – que a nosso ver já justificaria amplamente a existência do Festival de Troia –, sempre pensaram os seus organizadores que seria desejável a extensão às populações do distrito, quer no sentido de despertar ou fortalecer o gosto pelo espectáculo cinematográfico, quer para as envolver no diálogo que, através de um meio de comunicação de grande expressividade, se pode estabelecer com os povos de todo o mundo, desenvolvendo e reforçando o seu espírito de fraternidade.

Sem muito pessimismo, pode dizer-se que este tem sido, porventura, o objectivo mais difícil de realizar. Aparte experiências isoladas, e nem sempre continuadas – Grândola, Setúbal, Barreiro e Seixal –, não foi possível estabelecer uma cooperação que, lenta mas

seguramente, aproveitasse as potencialidades do cinema, por forma a integrá-lo num plano vasto de actuação cultural. Dificuldades logísticas explicam em parte esta incapacidade – se é justo designá-la assim –, mas a origem mais profunda do problema residirá talvez numa concepção imperfeita do fenómeno cultural, no contexto daquilo a que se convencionou chamar regionalização.

Vejam – numa explicação simples, embora não simplista, e a justificar uma controvérsia séria – o ponto de vista que decorre das palavras precedentes.

O fenómeno da Cultura — seja ele da responsabilidade do governo ou das autarquias – não pode de alguma forma limitar-se à promoção de actos mais ou menos multitudinários, cujo êxito e importância se meçam pelo maior ou menor número de pessoas que neles participem (assistam). A actividade cultural não é apenas isso, e em muitos casos não é sequer isso, não sendo raro cair em fenómenos de perversão quando se pretende à viva força captar a participação massiva de pessoas, o que em geral apenas se obtém por forças das modas ou do aproveitamento publicitário. Extremando a afirmação: se o acto cultural tivesse em mente apenas as grandes massas, então deveríamos ficar satisfeitos com a televisão – que é um acto de cultura, embora deformada pelos interesses mais diversos –, deixando de lado todas as formas de criação artística que, no seu espaço próprio, têm vindo a tornar-se um objectivo de minorias. Seria absurdo, se assim fosse, embora se reconheça que a televisão, ao assumir-se como veículo de todas as formas de expressão cultural, detém uma força com a qual se torna difícil competir.

Se a Cultura não é um estado de espírito – a definição seria demasiado tosca –, ela deve porém constituir-se em predisposição mental que se conquista muito lentamente, que tem o seu terreno mais frutificante na escola, e cujas motivações têm de ser absolutamente desinteressadas, na medida em que não obtêm reconhecimento por parte daqueles que são o seu objecto, e muito menos a sua participação massiva. A Cultura ajuda – eu diria que só ela

o pode fazer – a mudar as mentalidades, e neste campo ninguém deve esperar que os resultados sejam espectaculares ou visíveis a breve prazo.

A ausência da reflexão sobre esta perspectiva tem dado origem a decepções e a equívocos de graves consequências. Exemplos existem, por todo o país, em que as autarquias empenharam meios avultados na promoção de actos do maior interesse cultural, verificando com surpresa, porém, que não conseguiram sensibilizar grandes sectores da população, enquanto outras lograram o imediatismo de um público vasto, com a introdução do elemento espectáculo que, em muitos casos, só indevidamente se classifica de cultural.

A meu ver, o certo e o errado dividem-se igualmente por ambas as experiências. Está errado quem pensava que acções de elevada qualidade cultural deviam atrair um público numeroso; está errado quem pensa que a adesão popular é suficiente para qualificar de culturais actos que em realidade o não são. Ambos estão certos, porém, nas respectivas iniciativas, porque todas devem ter o seu lugar

numa sociedade que preza acima de tudo a transformação das mentalidades.

O que fica dito transcende, naturalmente, o tema inicial deste texto – o Festival de Cinema de Troia –, embora não lhe seja alheio, mas assume sem dúvida a maior importância no contexto da chamada Regionalização. São, sobretudo, reflexões de quem encara com a maior preocupação a ausência de uma análise profunda e continuada sobre a política cultural das autarquias. Análise obrigatoriamente colectiva – tal como se verifica noutros sectores do desenvolvimento –, despida de preconceitos, juízos feitos ou pruridos localistas. Por várias vezes o FesTroia tentou, mas sem êxito, promover um debate entre os agentes culturais do distrito, sobre o que deve ser a política cultural das autarquias, e como levá-la à prática. Realizam-se discussões alargadas sobre o turismo, indústria, urbanismo, ecologia, etc., mas o debate sobre a Cultura continua inexplicavelmente à espera de melhores dias. No fundo, talvez, porque todos receamos enfrentar aquilo que conhecemos mal...

O MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE SETÚBAL E A DINÂMICA DA REGIONALIZAÇÃO

Joaquina Soares *

O MUSEU E A PROBLEMÁTICA DA REGIONALIZAÇÃO

A criação do MAEDS como estrutura regional descentralizada, ou seja, enquanto expressão do poder da região e centro de produção científico-cultural territorialmente "ancorado" (o que não significa autárquico), ocorre num período marcado pela afirmação do poder local como estratégia sócio-política de minimização dos efeitos da crise económica dos anos 70. A falência do modelo de desenvolvimento dos pólos de crescimento, e do associado regime "fordista" de acumulação, arrastou o Estado Keynesiano, forte e intervencionista, dos abastados anos 60. Deixa de haver crescimento para distribuir; implementam-se medidas de austeridade; as políticas de **welfare state** desestruturam-se; a crença no livre jogo das regras do mercado e na figura do empresário schumpeteriano voltam à ribalta. A fragmentação do poder surge como estratégia simultaneamente dispersora dos efeitos negativos da crise sobre a esfera política e mobilizadora dos recursos humanos e naturais endógenos a favor do objectivo central de desenvolvimento local/regional.

O novo paradigma de desenvolvimento "localista/regionalista", associado à valorização do papel das PME's, da especificidade sócio-cultural regional, das economias de gama e de localização, da pequena escala, assenta na noção básica de sistema produtivo

local, organizado em rede (network economies) segundo uma lógica de complementaridade de especializações. As economias de escala são alcançadas por via externa a cada empresa **de per si**. O sistema produtivo local, quando bem estruturado, segue a lógica do regime de "acumulação flexível" e integra-se, como um todo, no processo da crescente mundialização da economia. A uma política de menos Estado não correspondeu, em grande parte das economias ocidentais, um simples retorno aos esquemas liberais. Ocorreu uma nova divisão do poder político, mais democrática, mais dispersa territorialmente, com a emergência da região dotada de autonomia financeira e política: "On est passé d'une problématique d'Etat volontariste (...) à une problématique que j'appellerais de concertation, par la reconnaissance d'un certain nombre d'acteurs légitimes en tant qu'acteurs de la décentralisation, mais également révélateurs d'un mouvement plus profond qui est l'aspiration à un certain type de développement plus autocentré" (1).

O sucesso deste novo modelo de desenvolvimento tem em Itália um exemplo já clássico: "La suppression de la Cassa del Mezzogiorno en rendant les régions plus indépendantes du pouvoir central, donne plus de force à leurs institutions pour promouvoir des actions de développement qui apparaissent dans deux directions. La première est l'extension des PME's (...) la seconde est l'implantation de technopoles (...) Chaque région d'Italie a son propre regard sur

* Directora do MAEDS

l'aménagement, en fonction de sa structure socio-géographique et des choix politiques des assemblées regionales (...)" ⁽²⁾

O processo de acumulação capitalista explora, assim, durante o período crítico, novas vantagens, decorrentes do postulado da existência de comunidades de interesses comuns em que todas as fracções de classes sociais locais se unem ao serviço da criação de emprego, do desenvolvimento económico, da potenciação dos recursos endógenos, iludindo as contradições de interesses, o mecanismo da luta de classes ⁽³⁾. Ganhou-se, contudo, em participação da sociedade civil, em democraticidade. Retoma-se, de alguma forma, o conceito de distrito industrial marshalliano: "(...) entidade sócio-económica caracterizada pela co-presença activa, numa área territorial circunscrita, natural e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas industriais. Comunidade e empresas tendem, por assim dizer, a interpenetrar-se reciprocamente" ⁽⁴⁾.

Em Portugal não foram criadas as condições político-administrativas necessárias à concretização do modelo de desenvolvimento de base regional de que temos vindo a falar, muito embora as excelentes "performances" obtidas em alguns casos pontuais tenham posto a descoberto as vantagens económico-sociais e culturais dos processos de descentralização. Consignada na Constituição da República, desde 1976, a existência de autarquias dotadas de órgãos representativos, autonomia administrativa e financeira e constituídas por freguesias, municípios e regiões administrativas, ainda não se concretizou plenamente. Não só as regiões administrativas não foram criadas, como as autarquias locais instituídas (freguesias e municípios) se debatem com fortes carências financeiras. A administração local gere, em média (para o período de 1975-1990), 6,4% do total de receitas do sector público administrativo ⁽⁵⁾; se considerarmos apenas o período de governo e maioria parlamentar PSD, essa média anual desce para 5,8%.

Durante os anos 80, constituiu-se um significativo corpo de legislação respeitante à administração local e ao "desenvolvimento"

regional com destaque para a definição de figuras de planeamento/ordenamento do território como o PDM e o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território). O número irrisório de PDM's aprovados, decorridos oito anos sobre a sua institucionalização, ilustra a existência de graves bloqueamentos ao funcionamento do poder local ⁽⁶⁾. Este, na actual divisão social do trabalho político, entre o Estado e as Autarquias, detém quase só funções do âmbito da reprodução social. Nestas condições "(...) ce que peut faire chaque municipalité séparément est assez limité et surtout ne peut inclure aucun objectif de transformation plus structurelle de l'économie et des rapports de production (...). Les élus locaux sont ainsi amenés à clamer haut et fort leur volonté d'intervention alors que leurs pouvoirs de transformation réelle des pratiques économiques est faible" ⁽⁷⁾.

No que respeita à administração regional, verifica-se uma total ausência de legitimidade democrática. O poder regional emana directamente do poder central e tem expressão nas CCR's, "(...) fruto da administração marce- lista. Constituem um embrião meramente burocrático do poder regional. Dependentes do Ministério do Plano e Administração do Território, reflectem uma desconcentração do poder central (...) estas comissões burocráticas que se têm apresentado em Bruxelas como legítimas representantes das regiões não repousam sobre uma base representativa e democrática" ⁽⁸⁾.

Não bastando o adiamento indefinido da regionalização, o poder central não poupou as estruturas de vocação supra-municipal, correspondentes aos distritos, e já com um relativo enraizamento territorial. Referimo-nos às Assembleias Distritais, sucedâneas das Juntas Distritais. Este nível institucional, dotado de um órgão deliberativo onde todos os municípios do distrito estão representados e com um executivo presidido por um representante do poder central (governador civil) até

Março de 1991, poderia ter funcionado na base do diálogo entre poder central e poder local. Pelo menos no que respeita à Assembleia Distrital de Setúbal verificou-se a instalação de uma situação de ruptura. O D.L. 288/85 de 23 de Julho e a Lei nº 14/86 de 30 de Maio vieram objectivamente desactivar as Assembleias Distritais através da transferência para a administração local, sem nenhum mecanismo de compensação, de 50% de todas as despesas com o pessoal e serviços distritais que as Assembleias decidissem manter⁽⁹⁾. Na voragem da extinção de serviços, perdeu-se em Setúbal o mais antigo museu existente na cidade – o Museu Oceanográfico –.

Dois distritos (Beja e Setúbal) de maioria de esquerda (CDU), defensora de políticas de bem estar social, de redução de desigualdades sociais e regionais, optaram pela manutenção dos respectivos museus regionais.

O MAEDS atravessou, na segunda metade dos anos 80, um período cheio de dificuldades. A presidência da Assembleia Distrital foi então da responsabilidade da governadora civil, Irene Aleixo. Deixaram de se efectuar as reuniões necessárias à aprovação de orçamentos e planos, vigorando, ano após ano, o regime de duodécimos e de salários em atraso. O pessoal técnico, sem vínculo, foi dispensado. As despesas correntes restringiram-se exclusivamente ao pagamento de pessoal do quadro, rendas, água e luz. Não fora a vitalidade do museu e a pretendida paralização do MAEDS teria sido consumada com as medidas finais de desmontagem da linha telefónica e de uma campanha movida contra a instituição, nos meios de comunicação social (acções da iniciativa de Irene Aleixo, igualmente associada à desmontagem do Museu Oceanográfico).

Perante esta situação adversa, operou-se uma estratégia de resistência assente na capitalização da boa inserção regional e da imagem de prestígio afirmada. Foram activados diversos mecanismos de solidariedade institucional e privada, empresarial e personalizada. A actuação do MAEDS passou por uma reestruturação, introduzindo maior flexibilidade na distribuição de funções e

horários, promovendo a formação profissional dos seus funcionários, implementando o trabalho em equipa, fomentando o interesse de cada um pelo futuro da instituição.

Os programas de actividades valorizaram os recursos humanos próprios, as colecções e o meio envolvente próximo. As realizações reduziram-se em número, mas apurou-se a sua adequação às necessidades e público projectados. Um dos impactes positivos desta "prova de fogo" foi a estruturação de um serviço educativo concebido em termos de centro de interpretação da região de Setúbal, tendo o museu por ponto de partida e desenvolvendo-se para o exterior, sem soluções de continuidade. A realidade envolvente foi explorada, numa perspectiva de ecomuseu, em duas direcções: histórico-arqueológica e sócio-cultural. O trabalho do serviço educativo deixou-se atravessar pelo princípio da parceria, registando-se quer relações de cooperação duradouras, quer acordos de projecto, com os estabelecimentos de ensino.

Na área da investigação adoptou-se uma política de cooperação, participando o MAEDS sobretudo com trabalho qualificado e trabalho técnico especializado.

MAEDS: UMA ESTRUTURA DESCENTRALIZADA DE ESTUDO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO

O MAEDS foi criado em finais de 1974 pela Comissão Administrativa da Junta Distrital de Setúbal que tomou posse após o 25 de Abril.

O museu abriu ao público em 1976 com um programa de empenhada intervenção cultural na região. Francamente aberto ao exterior, recusou, porém, ser veículo de cultura "importada", nomeadamente de Lisboa (84% das exposições temporárias apresentadas até ao final de 1990 foram organizadas pelo próprio museu). Consolidou um núcleo de produção própria quer no domínio da divulgação cultural, quer no da investigação arqueológica.

O perfil "clássico" de museu português foi fortemente questionado através do discurso

materialista histórico da exposição permanente, da desmistificação do objecto museográfico enquanto expressão isolada e única do génio humano, da concretização de uma concepção de leitura contextualizada dos espécimes museológicos, em que se tenta surpreender o sistema de relações económico-sócio-culturais subjacente à realidade dos diversos vestígios materiais que fizeram, mais ou menos ilesos, uma determinada travessia do tempo. Há lugar para a "obra de arte" e para o mais simples artefacto.

Recorramos então ao poeta e deixemo-lo, na linguagem que todos entendem, abrir a porta do museu:

"Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis.
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilónia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu?
....
Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos"

(do poema *Perguntas a um operário letrado* de Bertolt Brecht).

O conceito de museu como estrutura de produção científico-cultural assumido pelo MAEDS está longe de se ter afirmado no nosso país, facto que decorre não só do enraizamento da ideia tradicional de museu (repositório de peças raras), mas também da incipiência organizativa do sistema científico nacional. No que respeita à investigação arqueológica seria desejável a criação de uma maior articulação entre museus nacional e regionais e institutos de arqueologia universitários, devendo este sub-sistema científico ser considerado globalmente em termos de financiamento e de programação do INIC. Um dos aspectos mais relevantes da estrutura do MAEDS é a definição de um espaço nuclear de debate, ensaio, investigação, inovação. Exportam-se actividades em fase de banalização e acolhem-

-se outras que exigem ensaio, experimentação (perspectiva de centro de incubação). Não estamos vocacionados para a produção massificada. Recusa-se expressamente o gigantismo quer no que concerne à actividade, quer no que respeita às próprias colecções. Sempre que possível, o espólio móvel deve ser integrado nos seus ambientes natural e cultural. Defende-se o tratamento museográfico do património cultural regional, **in situ**. A opção do MAEDS pela qualidade, com prejuízo da quantidade, não arrastou consigo efeitos perversos significativos no que respeita a manifestações de "elitismo". Pelo contrário, mantém bons níveis de comunicação com a comunidade local.

O serviço à comunidade e a participação no debate de questões que se colocam à região fazem parte da actividade "normal" do MAEDS. O museu é entendido como "casa-comum" que guarda memórias da aventura humana, não em torre de marfim, qual cioso convento beneditino, não em relicário como fanático ou mercador, mas em fórum, onde o seu questionamento as torna profícuas e mesmo relevantes para a afirmação da identidade regional. A recuperação do passado com os olhos postos no futuro abre ao museu regional, descentralizado, um vasto campo de intervenção no espaço da educação, ordenamento e reabilitação do património cultural, promoção do turismo cultural, criação de sinergias, requalificação, enfim, do perfil da região.

A fim de darmos corpo às afirmações expostas procederemos a uma rápida revisão da actividade do MAEDS.

Programa Científico

De forma bastante sintética, e tomando como principal indicador a escavação arqueológica, verifica-se que entre 1976 e 1990 o museu organizou ou co-participou em escavações arqueológicas realizadas em 48 estações (uma ou mais campanhas) distribuídas entre Vila Velha de Ródão e Faro, sendo 81% das mesmas localizadas no distrito de Setúbal. Na totalidade das jazidas intervencionadas, 54,2% são pré-históricas, 35,4% são da Idade do Ferro e Época Ro-

mana e 10,4%, pós-romanas. Uma parte muito significativa do trabalho de investigação é condicionada pelas exigências do desenvolvimento urbano-industrial do distrito. Encontram-se no entanto definidos os seguintes projectos de longo prazo:

- Transição da economia de caça-recolocção para as primeiras formas de economia de produção de alimentos no Sul de Portugal;

- O povoado do Monte da Tumba e o processo de calcolitização no Sul-Centro de Portugal;

- Pré-existências de Setúbal;

- Ânforas e comércio no litoral a Sul de Sines;

- Produção anfórica no vale do Sado (este projecto foi da iniciativa do Instituto Pierre Paris, da Universidade de Bordéus e do Museu Monográfico de Conimbriga que convidaram o MAEDS para nele participar).

A perspectiva de trabalho pluridisciplinar tem sido concretizada quer através de acordos pontuais, quer através de protocolos de cooperação com diversas instituições científicas, nomeadamente o Laboratório de Paleobiologia e Estratigrafia da Universidade Nova de Lisboa.

A investigação é desenvolvida no Centro de Estudos Arqueológicos dirigido pelo arqueólogo Dr. Carlos Tavares da Silva e co-financiado, nos dois últimos anos, pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. Os resultados são publicados na revista do museu, "**Setúbal Arqueológica**", ou em outras publicações da especialidade. A preocupação de discutir aqueles resultados, de trocar ideias, rever metodologias, actualizar técnicas, tem motivado a realização de diversas reuniões científicas de que destacamos a I Mesa Redonda sobre Pré e Proto-história do Sudoeste Peninsular (1979), o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (1985), a Mesa Redonda sobre Cerâmicas Árabes, Medievais e Modernas (1985), o I Encontro UNIARC/MAEDS (1985), dedicado aos povoados calcolíticos do Centro/Sul do país.

Divulgação e Animação Cultural

A divulgação em geral e a formação têm estado no centro das preocupações do MAEDS. Com efeito, este museu levou a cabo o primeiro e por enquanto único curso, no país, de Antropologia Pré-histórica (1980-83). Teve a duração de três anos e contou com noventa inscrições. Foram ministradas as seguintes disciplinas: Arqueologia Pré-histórica I; Métodos de Pesquisa Pré-histórica; Aspectos Epistemológicos da Investigação Pré-histórica; Geologia do Quaternário; Matemática Aplicada à Arqueologia I; Arqueologia Pré-histórica II; Arte Pré-histórica; Matemática Aplicada à Arqueologia II; Idade do Ferro no Sul de Portugal; Colonização Romana no Sul de Portugal; Prospecção Arqueológica Aerofotográfica; Matemática Aplicada à Arqueologia III; Introdução ao Estudo da Cerâmica Pré-histórica do Sul de Portugal; Tipologia dos Artefactos Líticos; Desenho Arqueológico.

Embora com um carácter mais restrito, refira-se uma outra acção de formação, da responsabilidade do museu que decorreu no segundo trimestre de 1988 e consistiu na orientação de um seminário do curso de técnicos auxiliares de museologia do IPPC. Este teve uma importante componente prática. As aulas teóricas incidiram sobre os seguintes temas: Museu e formas de comunicação; animação da exposição permanente; planeamento de exposições (painéis, vitrinas, organização do espaço); inventário e classificação de espécimes museológicos; conceito de conservação e seus limites; climatização; técnicas fotográficas e fotografia; iniciação ao tratamento de cerâmicas, metais e documentos gráficos.

Com carácter menos extensivo e mais centrado quanto à temática, foi realizada mais de uma dezena de seminários dirigidos sobretudo a professores. A título de exemplo, refiram-se: As Origens de Setúbal (1980); Evolução Urbana e Património Construído de Setúbal (1984); Introdução ao Estudo da

Geologia do Quaternário e das Primeiras Indústrias Pré-históricas (1983/84); Introdução à Arqueologia da Arrábida (1984); Tróia e a Romanização do Estuário do Sado (1982); O tempo da Escrita (1984); Desenvolvimento e Recursos Naturais e Culturais da Região de Setúbal (1989).

Das 79 conferências organizadas pelo MAEDS (média anual de 6 conferências), 73,4% incidiram sobre temática arqueológica, 13,9% sobre História e Património Construído e as restantes 12,7% dividiram-se, em partes iguais, pelo Património Natural e por temas de etno-sociologia.

Embora haja a preocupação de servir um público diversificado, é a população estudantil que absorve a maior parte da produção do museu nos domínios da divulgação e animação culturais. Além das visitas guiadas ao museu que diariamente se realizam, o serviço educativo tem vindo a trabalhar na organização de programas de animação que fazem apelo ao conceito de ecomuseu. Aqueles programas desenvolvem-se em múltiplos espaços articulados entre si e com o museu. Têm sido privilegiados o Centro Histórico de Setúbal e a Estação Romana de Tróia onde decorreram mais de uma centena de acções. Outros espaços, particularmente ricos em conteúdo cultural, têm sido esporadicamente animados. Merecem destaque, entre outros, o santuário e jazida paleontológica do Cabo Espichel, as quintas de Setúbal dos sécs. XVIII e XIX, o Convento da Arrábida.

Dos programas integrados de animação, com a frequência média de um por ano, importa referir: "A Linguagem da Cidade onde o Museu se Descobre", dedicado à descoberta, no Centro Histórico de Setúbal, de ofícios artesanais (1982); "Hans C. Andersen Visita Quintas de Setúbal" (1985), programa sobre a envolvente rural da cidade e a sua integração na problemática da expansão urbana, reservas agrícolas, espaços verdes e de lazer e património arquitectónico rural (teve a participação de várias áreas disciplinares: Português, História e Ciências da Natureza); "Processo de Hominização", sessão

experimental sobre técnicas de fabrico de instrumentos líticos; "Centro Histórico de Setúbal: Encontro com a História" (1988), experiência pedagógica de ensino da História de Portugal a partir da História local materializada no património construído. Esse património e a própria organização urbana do Centro Histórico foram animados através de curtas representações teatrais em diferentes momentos da visita (percurso histórico teatralizado) com a colaboração de actores do TAS.

Nesta área de intervenção, merecem ainda registo as projecções de filmes, nomeadamente os ciclos do cinema arqueológico e etnográfico e de diaporamas sobre arqueologia regional, património construído e etnográfico, realizadas quer no museu, quer em estabelecimentos de ensino.

A renovação do interesse pelo museu junto do público que habitualmente o frequenta é, em parte, assegurada pela apresentação de exposições temporárias. Estas têm a importante função de compensar a rigidez que qualquer exposição permanente comporta. São um instrumento de intervenção "atempada" e actualizada. Entre 1976 e 1990, o MAEDS produziu 51 exposições temporárias das quais 34,5% abordaram temas de carácter etno-sociológico, 31% foram de artes plásticas, 16,4% incidiram sobre arqueologia, 14,5% sobre património construído e 3,6% sobre património natural. Atenda-se ao peso das exposições sobre temática etno-sociológica. Este facto ilustra bem o carácter complementar das exposições temporárias face à exposição permanente e denuncia a existência de uma certa vocação de museu "integrado" ⁽¹⁰⁾ que a realidade empírica acabou por imprimir ao MAEDS. Vocação que, gerida com prudência, pode trazer vantagens em dinamismo e inserção no meio social.

Ao contrário das exposições produzidas, as que foram organizadas por outras entidades e apresentadas no museu, em número de 10, são maioritariamente sobre arqueologia, facto que sublinha a direcção privilegiada das relações institucionais mantidas pelo MAEDS.

Um outro campo em que os museus



Foto de Eduardo da Conceição.

O relacionamento do MAEDS com a população escolar da região constitui um dos aspectos fulcrais da actividade daquela instituição.

regionais podem dar um importante contributo é o das actividades artesanais, divulgando-as, participando na formação dos agentes envolvidos na produção, dinamizando, em suma, as potencialidades criativas regionais. As actividades artesanais com forte implantação territorial, dependendo de **know how** local e transformando recursos endógenos, podem originar verdadeiros "nichos produtivos" de qualidade que deverão ser avaliados a dois níveis: rendimento directo e vantagens não directamente mensuráveis, mas importantes para a recomposição do perfil específico e qualificado da região, reforçando a sua imagem de prestígio e potenciando a sua capacidade competitiva.

O MAEDS efectuou três intervenções prespectivadas segundo a óptica atrás exposta. A primeira decorreu em 1981/82 e

incidiu sobre o queijo de Azeitão, produção artesanal de qualidade que remonta à primeira metade do séc. XIX e que em 1981 se encontrava em plena crise (apenas duas das nove queijarias existentes trabalharam nesse ano). O programa de revitalização então lançado ("Queijo de Azeitão: uma actividade em vias de extinção") foi concretizado com o apoio do Parque Natural da Arrábida e consistiu na organização de uma exposição sobre a história, tecnologia e qualidades organoléticas do queijo, na realização de uma "prova", edição de texto de larga tiragem e realização de amplo debate com eco na imprensa local e diária. Sublinharam-se então os seguintes aspectos: promoção e manutenção da **qualidade e tipicidade do queijo de Azeitão**; **pastagens** melhoradas e apuramento de raças; desenvolvimento do associativismo entre pro-

dutores; definição de região demarcada.

O círculo de intervenientes no processo foi-se alargando. Em 1984, viria a ser criada a ARCOLSA (Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida) e em 1986 (Decreto-Regulamentar nº 49/86 de 2/10), a Região Demarcada do Queijo de Azeitão.

Em 1986/1987, o programa de apoio às actividades artesanais foi dirigido para a produção de pão de tipo caseiro, a partir de farinhas de mistura, pouco manipuladas, com técnicas tradicionais. Esta acção estendeu-se aos concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Seixal. Teve por base uma exposição, visitas guiadas a unidades moageiras tradicionais ainda em funcionamento, como o moinho de maré de Corroios e os moinhos de vento da Serra do Louro (Palmela), visitas a unidades de panificação e contou com uma parte teórica orientada pelo Prof. Dr. Luis Rego de Aguiar.

Em 1990, a atenção do MAEDS dirigiu-se para a produção de azulejos artesanais em Azeitão, Palmela e Setúbal. Sublinharam-se as vantagens comparativas que a região oferece à referida actividade, em parte decorrentes de nela se concentrar grande riqueza azulejar e, quiçá, o mais importante núcleo de azulejaria arcaica do país.

Realizou-se uma exposição com azulejos antigos e com a produção mais representativa das oficinas da região de Palmela-Setúbal. Organizaram-se visitas guiadas às referidas oficinas e aos principais núcleos de azulejaria antiga da Península de Setúbal, nomeadamente Quinta das Torres e Quinta da Bacalhoa. Promoveu-se uma acção educativa sobre azulejos antigos e azulejos artesanais em que participaram 1 500 alunos, 22 professores e 23 estabelecimentos de ensino. Muitos destes incluíram o azulejo no programa de trabalhos manuais e na área de educação visual.

A fim de avaliarmos a área de influência potencial do museu elegemos, como indicador, a distribuição geográfica das deslocações das suas exposições itinerantes.

Num período de 14 anos, organizaram-se

34 exposições itinerantes. Do total das deslocações, o concelho de Setúbal (exterior do museu) absorveu 36,8%, seguindo-se-lhe Lisboa e Seixal com 7,9% cada; Almada com 5,3%; Alcácer do Sal, Benavente, Grândola e Palmela com 3,9% cada; Coruche, Loures, Évora, Porto e Torrão com 2,6% cada e, finalmente, Barreiro, Castelo Branco, Entroncamento, Faro, Moita, Nisa, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém e Torres Novas com 1,3% cada.

Tentámos sublinhar as potencialidades da descentralização em termos de protagonização, inovação e resistência à crise, ilustrando-as com a experiência do MAEDS que acompanhámos desde os primeiros passos. Pensamos que a regionalização em Portugal se concretizará. O atraso de uma década, em resultado de uma estabilidade governativa paralisadora, não será facilmente recuperável quando se vislumbram já os contornos de nova viragem comandada pelo mercado único europeu. Adivinha-se uma recentralização do poder político, não nos velhos moldes de um Estado-uma Nação, mas distribuído, quiçá, de forma polinucleada, de acordo com a rede de "eurocidades" e a duas escalas distintas: europeia e regional. Resta-nos porém repetir o ditado popular: "Mais vale tarde que nunca".

(1) GAUDEMAR, J. P., L'Aménagement du Territoire: Nouvelles données?. *L'Espace Géographique*, t. XVIII, nº 4, 1989, p. 282.

(2) SERONDE-BABONAUX, A.M., L'Aménagement du Territoire: Nouvelles données? *L'Espace Géographique*, t. XVIII, nº 4, 1989, p. 275.

(3) Ver a este propósito o estimulante artigo de Edmond PRETECEILLE, Paradoxes politiques des restructurations urbaines. Globalisation de l'économie et localisation du politique. *Espaces et Sociétés*, nº 59, 1991, pp. 5-35.

(4) BECATTINI, Giacomo, As pequenas e médias empresas e os distritos industriais no desenvolvimento italiano recente. *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*, Coimbra, 1990, p. 15.

(5) Relatórios do Banco de Portugal.

(6) Cf. LOPES, R. Gonçalves, *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, 1990.

(7) As palavras de Edmond PRETECEILLE adequam-se bem à realidade portuguesa. Do artigo citado na nota 3, p. 24.. Tem havido uma permanente

discrepância entre o discurso dos detentores do poder político e as realizações efectivas nos domínios de desenvolvimento regional e descentralização criando-se um "núcleo de perversão" que impede uma análise clara da situação por parte do eleitorado.

(8) Cf. SANTOS, Margarida, Regionalização – novo passo simulado. Jornal **Semanário** de 28/3/1991, p. 34.

(9) O DL 5/91 de 8/1/1991 acabou por transferir a totalidade das despesas dos serviços distritais para os

municípios; o executivo das assembleias distritais passou a ser eleito de entre os seus membros.

(10) Ver a propósito: - GARCIA, Coral Ordóñez, La Casa del Museo, México, D.F.. Une expérience de "musée intégré", **Museum**, vol. XXVII, nº 2, 1975, pp. 71-77.

- HERREMAN, Y., MORA, S. Gonzalez de la, SCHMIDHUBER, G., Mexique: musées 1972-1980, **Museum**, vol. XXXII, nº 3, 1980, pp. 89-102.



ALMADA: FORAL DE 1190

I. HISTÓRIA

Almada era uma terra, um município, onde a instituição concelhia atingia algo de autonomia e maturidade social e económica, após a concessão do primeiro foral datado de 1190, dado por D. Sancho I. Almada tinha sido uma terra muçulmana, uma importante praça militar a sul do Tejo, na qual se movimentavam gentes e mercadorias, de complexa vida interna com o Termo que envolvia e alimentava. Conquistada pelas forças cristãs de D. Afonso Henriques em 1147, Almada encontrava-se na posse dos cavaleiros de Sant'Iago, por carta assinada por D. Sancho I, em 26 de Outubro de 1186, onde gozava de paz e de certa prosperidade, mas outras vicissitudes estavam para lhe suceder. Em meados de Abril ou Maio de 1191, as forças sarracenas sob o comando do miramolim Iacub Abu Yussuf al-Mansur (hábil político e guerreiro) com a ajuda de Kaid Abu-Abdallah Ibn-Wasir, "empurraram" os cristãos para norte do Tejo, como também promoveram a ocupação e a destruição do castelo de Almada. Almada teria sido reconquistada por volta dos anos 1195 e 1198, coincidindo com a presumível chegada de colónias de francos às terras entre Tejo e Sado.

Nos finais do século XII, o Foral de 1190 doado pelo filho de D. Afonso Henriques à "vila e termo de Almada" é uma das mais

antigas fontes documentais que nos conduzem ao conhecimento da vida local no período de formação e organização de Portugal. O Foral estabelece uma série de regras de carácter essencialmente tributário e penal, aplicáveis a um aglomerado rural e marítimo que se

Alexandre M. Flores *



ARMAS DA "VILA DE ALMADA"

* Coordenador do Grupo de Trabalho para as Comemorações do Foral.

desenvolvia em redor do castelo e da sua região, contendo já aspectos específicos para a constituição do respectivo município. O grande interesse do diploma régio reside no facto de através dele se surpreenderem muitos aspectos da vida municipal, da vida económica e social da comunidade a sul do Tejo. Poderemos compreender o que se comprava ou vendia, o que se produzia nos campos e herdades, o que se caçava e pescava, o que se vestia, as categorias ou "classes" sociais, a organização municipal, as pequenas "indústrias" dos mesterais, os transportes e os direitos ou deveres em geral. A "vila" era o centro administrativo e de serviços, de produção de bens e de comércio. As oficinas ("tendas") do alfaiate, do sapateiro, do correeiro, etc., eram locais onde os produtos eram vendidos. Um espaço privilegiado no Termo para uma pequena burguesia que ia prosperando e onde se complementarizavam diversas actividades ligadas à sociedade, economia rural e marítima, religião, organização militar, justiça. Os antigos usos e costumes (direito consuetudinário) ainda se mantinham como tradição oral na vida concelhia, se bem que o Foral constituísse o principal "código" do novo concelho e da urbe rural e marítima, complementado depois pela legislação geral do reino e/ou as leis e determinações emanadas do poder central.

O Foral surge, assim, da necessidade de aplicar normas de conduta nos aglomerados populacionais recentemente conquistados e, em parte, demograficamente heterogéneos. Tratando-se de uma concessão régia, especifica também os privilégios e obrigações das várias "classes sociais" e, conseqüentemente, as prerrogativas reais.

Importa registar a referência de "concelho" (concílium) que aparece referido no documento: "*O concelho mude anualmente os seus alvazis*". O "concelho" era, na época, a assembleia geral dos "vizinhos" que se reunia periodicamente (em princípio, uma vez por semana) e exercia a sua jurisdição procurando arrecadar receitas com vista a fazer face às despesas. Após a conquista cristã, os membros da comunidade de Almada e seu Termo têm

assegurado o direito de reunião para deliberar sobre as carências ou interesses locais. O referido "concelho" constituía, de facto, um instrumento democrático na época, em oposição ao sistema administrativo muçulmano em que a autoridade no Islão vinha de cima para baixo, de Deus, através do Profeta ou do Califa, seu representante — na relação com os governantes e administradores. Ao contrário da anterior carta de alforria de 1170 e concedida por D. Afonso Henriques aos mouros forros, o foral de 1190 só era extensivo a cristãos, homens livres que viviam na "vila e seu Termo". Ao lado dos cristãos, viviam os "mouros forros" e os judeus, sob protecção régia.

O Alcaide era o governador militar da vila e oficial do rei, acumulando as funções da magistratura municipal e intervindo nos negócios administrativos e de jurisdição. Mas, em relação ao "alcaide-menor", o rei é categórico: "E o meu nobre homem a quem eu confiar Almada (como alcaide) não nomeie para lá outro alcaide (o alcaide-menor) que não seja natural de Almada". As relações existentes entre as "classes" sociais eram desiguais como, por exemplo, entre cavaleiros e peões. Esta desigualdade está bem patente no foral, em que os cavaleiros valiam (em imunidades) em juízo, como infanções de Portugal e ricos-homens, e os peões como cavaleiros-vilãos de outra terra. A palavra peão, derivada de "pedon", significava o homem que militava a pé por não estar nas condições de comprar cavalo, exceptuando os que estivessem ao serviço alheio. Os membros do clero eram possuidores de certa imunidade no foral, sendo abrangidos na categoria dos cavaleiros, tornando-se-lhes extensivo quer no foro como no direito consuetudinário destes. Um outro funcionário na vida municipal: o saião, exercia funções idênticas ao porteiro do alcaide e também ligado às fianças, aos arrastos e penhoras.

No Foral aparecem outros membros da comunidade local "homens-bons", adaís, besteiros, vassalos, servos, mordomos, almotacés, mercadores, padeiras, cavadores, ferreiros, sapateiros, mesterais, almocreves,



D. SANCHO I.

relegueiros... Ao lermos o documento (existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) podemos fazer várias análises, entre as quais, a vida social e económica de Almada do século XII, onde havia uma participação activa dos membros da comunidade, quer na eleição de responsáveis pela administração local (alcaide-menor, alvazis e almotacé), quer na defesa do território, quer na exploração agropecuária, no comércio, etc.

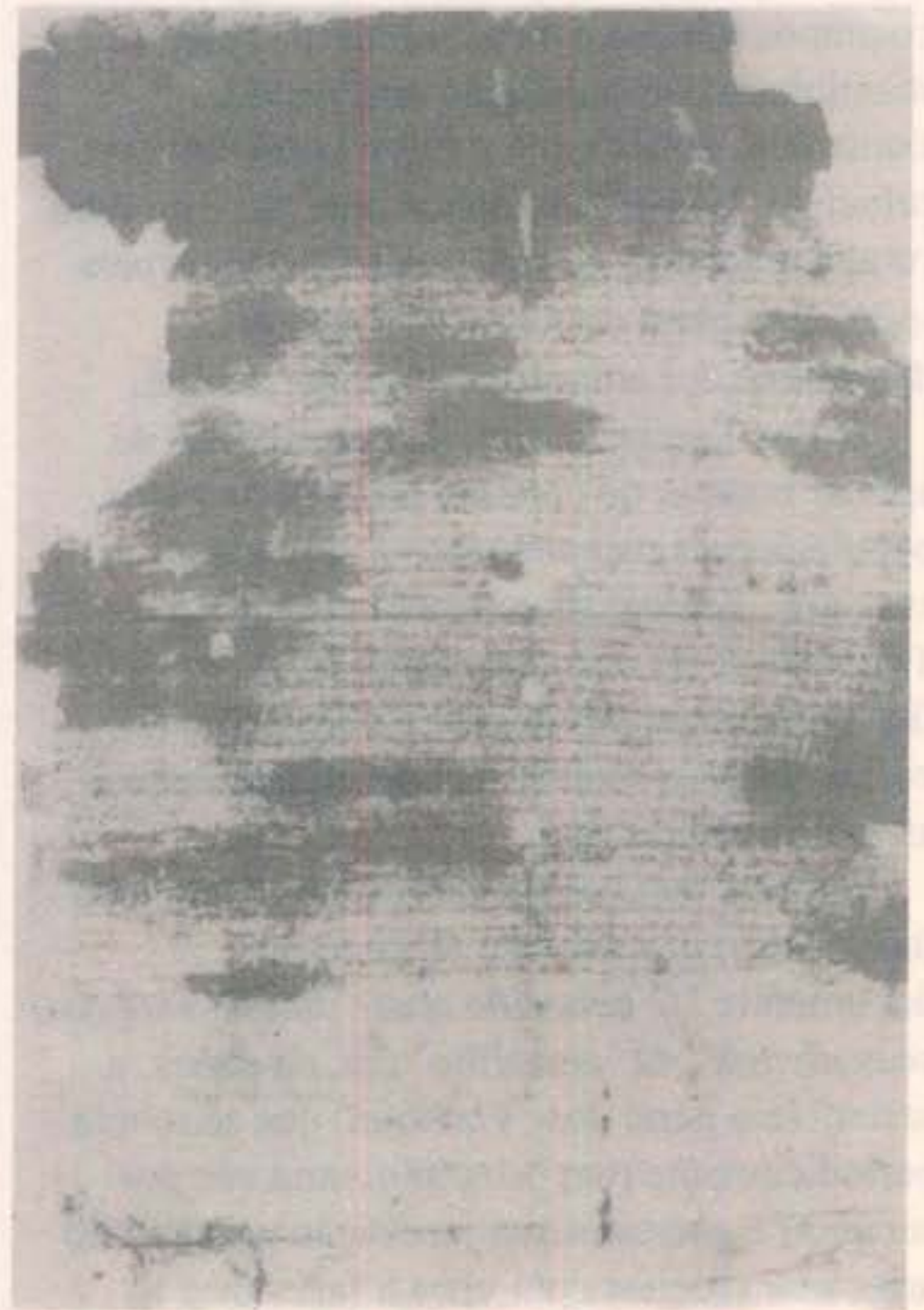
O Foral de 1190 foi, sem dúvida, uma das mais importantes fontes escritas para a história municipal almadense que se manteve, praticamente, inalterável até ao século XVI, sendo só reformado por D. Manuel I. À medida que o poder real se fortalecia ao longo do séc. XV, o foral do concelho de Almada (assim como a maioria dos concelhos do País), foi perdendo a base da autonomia municipal, transformando-se quase numa simples enumeração dos tributos dos concelhos. Contra a vontade dos povos, a administração municipal ia perdendo o espírito democrático dos antigos forais da época de organização e formação de Portugal.

II. 800 ANOS DO FORAL DE D. SANCHO I: 1190-1990

Em Agosto de 1190, o Rei D. Sancho I concedeu aos moradores do "Castelo e das herdades d'Almada" um foral (depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa) que estabelece uma série de regras de carácter essencialmente tributário e penal, aplicáveis a um aglomerado rural e marítimo que se desenvolvia em redor do seu castelo e no restante termo (compreendendo então, do ponto de vista territorial, os actuais concelhos de Almada e Seixal) durante a Idade Média, em especial, no séc. XII.

O Foral de Almada de 1190 é o primeiro diploma com aspectos específicos para a constituição do respectivo município.

Entre outras disposições, o documento insere as de direito penal e processual e, ao mesmo tempo, regulava matérias que diziam



Foral de Almada, dado por D. Sancho I, em 1190 (A.N.T.T., Maço 1 dos Forais, nº 6)

respeito à vida económica do concelho.

A Câmara Municipal de Almada pretendeu formalizar o propósito de assinalar a efeméride. Decorridos 800 anos de história municipal almadense e sendo certo que contribuir para o melhor conhecimento da nossa terra, é competência do Poder Local.

Em Abril de 1990, o Departamento da Cultura da nova Vereação da Câmara Municipal constituiu um grupo de trabalho,

constituído por Alexandre M. Flores coordenador, Ângela Luzia, Luís P. Antunes e Luís de Barros, que sugeriu inúmeras iniciativas culturais. Apesar das dificuldades nomeadamente financeiras, a Câmara Municipal tem vindo a deliberar diversas acções que comemorem, com alguma dignidade garantida, os **800 anos do Foral de Almada de 1190**, até Agosto de 1991. Com ela, procurar-se-á distinguir o significado e o alcance da importância histórica do diploma régio e concorre-se para uma avaliação do papel dos almadenses na história de Portugal.

III. ACTIVIDADES CULTURAIS EM ALMADA

* EXPOSIÇÕES

- FORAL DE D. SANCHO I, DADO À VILA DE ALMADA, EM 1190.
Exposição itinerante a percorrer todo o concelho (1990-1991).
 - FORAL DE D. SANCHO I, DADO À VILA DE ALMADA : 800 ANOS DE HISTÓRIA MUNICIPAL.
Exposição patente na Biblioteca Pública, nos meses de Julho e Agosto. Exposição descentralizada aos professores e estudantes dos estabelecimentos de ensino (interessados), de Setembro de 1990 a Maio de 1991.
 - VÊR ALMADA CRESCER
Exposição patente ao público na Galeria Municipal (Março-Abril de 1991)
- #### * CONCERTOS
- ARTE DE TROVAR E DE TANGER
Espectáculo do grupo La Batalha, dirigido por Pedro Caldeira Cabral, no

Cine-Teatro da Academia Almadense (2 de Agosto de 1990).

- "QUARTETO DE CORDAS DE ALMADA" (26 de Março 1991)
- CONCERTO pelo CORO AR's MÚSICA E GRUPO DE METAIS DE ALMADA (4 de Abril 1991).
- CONCERTO pelo "QUARTETO DE CLARINETES" (20 Abril 1991)
- CONCERTO PELA "BANDA DOS BOMBEIROS V. DA TRAFARIA" (28 Abril 1991).

* CICLO DE CONFERÊNCIAS

- ALMADA VISTA POR...
Conferências (Setembro - 1990 a Março de 1991).
Série de colóquios proferidos por: Prof. Doutor José Mattoso, Prof. Doutor Borges Coelho, Investigador Eurico da Fonseca, Vereador António Matos, Eng^o Carlos Rosado, Prof. Arqt^o Sidónio Pardal, Dr. Paulos Rodrigues, Publicista A. Pereira Ramos, Dr. Alexandre Castanheira, Hélio Quartim, Escritor Modesto Navarro, Eng^o Joaquim Sarmiento, Arqt^o Cortez Pinto, Arqt^o António Janeiro, Eng^o João Bandeira, Diamantino Joaquim, Dr. Jorge Custódio.

* VISITAS GUIADAS

Série de visitas: "Estações Arqueológicas", pelo arqueólogo Luis de Barros (30 Março 1991); "Centro Histórico de Almada", pelo Arqt^o António Janeiro (7 de Abril 1991); "Fortalezas de Almada e seu Termo" por R. H. Pereira de Sousa (21 de Abril 1991), "Centro Histórico de Almada", pelo Escritor Romeu Correia (22 Abril 1991).

- 13ª EDIÇÃO DAS "24 HORAS A NADAR" NA SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE, DEDI-

CADA AOS 800 ANOS DO FORAL DE D. SANCHO I

Iniciativa desportiva com exposição fotográfica e documental alusiva à efeméride. (Outubro 1990)

*** INICIATIVAS EDITORIAIS**

- 800 ANOS DO FORAL DE D. SANCHO I: 1190-1990.

Poster ilustrado a cores reproduzindo o foral e o rei; Autocolante.

- FORAL DE ALMADA 1190. Texto de divulgação (Junho 1991)

- ALMADA NO TEMPO DE D. SANCHO I (Julho 1991)

- FORAIS DE ALMADA E SEU TERMO

2º volume da colecção iniciada em 1983 (1991)

- REVISTA "AL-MADAN" Número especial dedicado aos 800 Anos do Foral de D. Sancho I, em 1190. (1991)

e ainda as seguintes edições:

- ALMADA ANTIGA E MODERNA: III. FREGUESIA DA COVA DA PIEDADE (Abril 1990) – Edição da C.M.A.

- ESTÓRIAS DE ALMADA ANTIGA: CONTOS (Maio 1990) – Edição da Junta de Freguesia de Cacilhas.
- PRAGAL: CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA (Julho 1990) – Edição da C.M.A.
- BERNARDO FRANCISCO DA COSTA: VIDA E OBRA (Setembro 1990) – Edição da Junta de Freguesia de Cacilhas, com a participação da C.M.A. e das Juntas de Freguesia de Almada e da Cova da Piedade.
- VER ALMADA CRESCER (catálogo e texto da exposição) (Março 1991).
- 1^{AS} JORNADAS DE ESTUDO DO CONCELHO DE ALMADA. – Edição da C.M.A. e da Freg. da Cova da Piedade.
- ANTÓNIO JOSÉ GOMES: O HOMEM E O INDUSTRIAL – Edição da Junta de Freguesia da Cova da Piedade.
- INTERVENÇÕES arqueológicas: 1984-1989 – Edição da C.M.A.
- PALESTRAS E OUTRAS ACÇÕES CULTURAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E OUTRAS.

Património cultural e natural

DO ESTUÁRIO DO TEJO E DA SUA RESERVA NATURAL

Miguel Boeiro *

Gaivota, linda gaivota
Asas brancas do meu tejo
Dá-me a tua boa rota
A altura do ensejo
Do amor que em mim brota
Na ternura de um beijo
Que floresce à beira-mar
E enleva o meu sonhar...

*De "A Voz do Regresso" de Manuel Rei
Edição da Câmara Municipal de Alcochete -
Janeiro/91 -*

1. O rio Tejo é também a nossa pátria

A identidade duma região ou sub-região é caracterizada pela predominância de determinadas singularidades geográficas e sócio-económicas do respectivo espaço biofísico. A interdependência entre todos os factores, ou seja, o jogo de influências que mutuamente exercem entre si, cria a genuinidade, mais ou menos vincada da região e a idiosincrasia dos seus habitantes.

Quem, como nós, sempre viveu e trabalhou ao pé do estuário do Tejo não pode deixar de ser estimulado pelo contínuo fluxo e refluxo das suas marés. É como se o magnetismo pendular desse extraordinário espelho de água acabasse por integrar, organicamente, o nosso ser por via duma pressão psicológica omnipresente. O fenómeno é naturalmente muito íntimo e só se nos revela na sua plenitude, quando nos afastamos por algum tempo

dos horizontes taganos. O poeta disse que a nossa pátria é a língua portuguesa, pois bem, noutra escala e salvaguardadas as devidas proporções, ousamos afirmar que o rio Tejo é também a nossa pátria.

2. Mas o Tejo é grande

Todavia, o conceito de Tejo é demasiado amplo. Basta recordar que sendo o maior rio ibérico, possui uma extensão de 1119 quilómetros, dos quais 230 em Portugal, 43 na zona de fronteira (Tejo internacional) e os restantes 846, em território espanhol. A sua bacia hidrográfica é composta por centenas de afluentes que drenam para o rio principal as chuvas recolhidas numa superfície total de 81 mil quilómetros quadrados.

3. O estuário

Evitemos, todavia, a dispersão e cinjamos nos apenas à parte que, por ora, mais nos

* Presidente da Câmara Municipal de Alcochete



interessa – o Estuário do Tejo, elemento condicionante da chamada Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.). O estuário é, na sua definição mais simplista, a zona de junção onde se verifica a mistura da água doce do rio com a água salgada oceânica. O mar imprime ao estuário os seus movimentos cíclicos de enchente e de vazante, distribuindo pelas águas estuarinas a sua salinidade. Durante seis horas a água corre em direcção ao mar, para nas seis horas seguintes se dar o movimento inverso.

A salinidade varia com a proximidade da foz e com o inconstante volume do caudal de água doce. É no choque repetido de meios hídricos de densidades diferentes que ocorrem diversas precipitações químicas e se sedimentam estratos orgânicos susceptíveis de produzir e sustentar variadíssimas formas de vida. A vegetação halófila e o plâncton são a base de complexas cadeias alimentares que determinam nos estuários, uma produtividade biológica cinco vezes mais activa que nos melhores terrenos férteis do planeta.

4. As actividades estuarinas

Atentemos na extraordinária riqueza do nosso estuário com uma área de 32 mil hectares e um comprimento de 80 quilómetros, medido desde a foz até ao limite de influência da maré dinâmica.

Neste privilegiado espaço (há quem chame **mar interior**, em virtude das suas grandes dimensões) verificam-se múltiplas actividades que por vezes se incompatibilizam entre si. Refira-se algumas:

- Actividade portuária importante

A jurisdição da APL no estuário do Tejo causa, por vezes, alguma controvérsia, como é exemplo, o caso do projecto do fecho da Golada ligando o Bugio à Trafaria.

- Actividade piscatória considerável

Embora já longe da fartura descrita pelo cruzado Osberno aquando da conquista de Lisboa aos mouros, segundo o qual, o Tejo seria composto por $\frac{2}{3}$ de água e $\frac{1}{3}$ de peixe, é ainda assim significativa a quantidade de pescado que constitui o ganha-pão de

muitas comunidades ribeirinhas.

– Local de desova e crescimento para várias espécies de peixes e mariscos, alguns de alto valor comercial.

É o caso da faneca, da enguia, do ruivo, da patruça, do linguado, que utilizam o estuário como maternidade.

Outras, como o robalo (espécie particularmente abundante), utilizam o estuário como "jardim de infância".

Podemos afirmar que a produtividade piscícola da zona costeira depende em grande escala das condições existentes no estuário do Tejo.

– Santuário de aves migratórias.

Este atributo é de tal maneira valioso que a Reserva Natural do Tejo foi muito justamente considerada uma das dez mais importantes zonas húmidas da Europa.

– Nas margens do estuário estão localizados grandes e diversificados complexos industriais que despejam no rio os seus efluentes não tratados ou insuficientemente tratados. As águas são envenenadas com teores mais ou menos elevados de substâncias tóxicas que desequilibram gravemente o ecossistema apesar da propriedade autodepuradora que o estuário detém.

– Predominância, especialmente a montante, de explorações agrícolas e agropecuárias.

Estas explorações drenam, por vezes, as suas escorrências nocivas provenientes de resíduos orgânicos e de tratamentos herbicidas, bactericidas e insecticidas (suiniculturas e mondas químicas dos arrozais, por exemplo).

– Envolvimento pela população da Grande Lisboa com cerca de dois milhões de habitantes.

A maior parte do esgoto doméstico desta população é ainda lançado no estuário sem qualquer tratamento.

– A área costeira adjacente é uma zona de praias de recreio de importância turística considerável e o próprio estuário configura-se um atraente espaço vocacionado para a prática de actividades náuticas lúdico-desportivas.

5. As Zonas protegidas do Estuário do Tejo

Existem no estuário três reservas oficialmente classificadas: A Reserva Natural do Estuário do Tejo com 14 560 hectares e dentro desta, a Reserva Integral de Pancas com 1 013 hectares e a Reserva Integral do Mouchão do Lombo do Tejo com 29 hectares. A criação destes espaços protegidos foi oficialmente determinada pelo Decreto-Lei nº 565/76 de 19 de Julho com o propósito de conservar os "habitats" e os locais de passagem de aves migratórias.

A importância da R.N.E.T. é reconhecida internacionalmente. Em Novembro de 1980, foi efectuada a sua inscrição no mais importante acordo mundial de preservação de zonas húmidas – a Convenção de Ramsar.

A existência da Reserva Natural do Estuário do Tejo é para os portugueses e especialmente para todos os que vivem na área de influência do estuário, um honroso privilégio, mas constitui, igualmente, uma responsabilidade enorme que obrigatoriamente temos que assumir perante a comunidade internacional. Daí a preocupação que devemos ter para que não se degradem as condições de manutenção deste ímpar biosistema. De entre os numerosos atentados provocados contra o estuário e a sua reserva natural, configura-se de especial gravidade o projecto de ampliação do Campo de Tiro de Alcochete, unidade militar situada muito perto da reserva de Pancas. A intensificação dos ruídos provocados por aeronaves e reben-tamentos no solo e subsolo, e o alargamento, numa primeira fase, da área do CTA de 2 mil para 8 mil hectares, admitindo-se numa fase posterior que a ocupação poderá atingir os 20 mil hectares, preocupa-nos de sobremaneira.

São naturalmente ridículas, afirmações de que o barulho não é nocivo para a permanência das aves no estuário do Tejo. Conhecem-se, aliás, estudos científicos que demonstram os terríveis efeitos produzidos em todos os seres vivos pelos estrondos violentos. Se outros argumentos não houvesse e muitos há (desde razões de natureza económica e cultural a motivos atinentes à

segurança de pessoas e bens), bastaria a enumeração das características da avifauna do estuário para provocar a firme oposição de todas as pessoas sensatas, ao projecto do Campo de Tiro.

6. A avifauna

De facto, a importância geo-estratégica do estuário é acentuada pela sua localização no sudoeste da rota migratória do paleártico ocidental. Esta rota assinala fundamentalmente, o percurso das aves provenientes do norte da Europa que buscam as amenidades do inverno no continente africano.

Da população invernante que passa pelo nosso país (112 mil aves migratórias), mais de metade (60 mil), vêm ao estuário do Tejo, para nidificar ou alimentar-se conveniente e sossegadamente a fim de repor as energias gastas no longo percurso.

Inventários efectuados em sucessivas contagens, permitem concluir que a avifauna do estuário monta a 124 espécies, a saber:

		Espécies	
Aves Aquáticas	{	Anatídeos (patos)	13
		Limícolas	28
		Larídeos (gaiivotas)	14
		Outras aquáticas	13
Aves de presa	{	Rapinas	8
		Passeriformes	48
		124	

Deste conjunto, absolutamente espectacular, devemos destacar o grupo das limícolas, isto é, aquelas que buscam o seu alimento no

lodo. Salienta-se aqui o precioso "alfaiate" (*Recurvirostra avosseta*) e a particularidade de 60% a 75% de toda a população europeia utilizar o estuário do Tejo. É por isso pertinente que o símbolo da R.N.E.T. seja constituído pela figura estilizada daquela ave pernalta.

Entre as "outras aquáticas" não poderemos deixar de mencionar o flamingo (*Phoenicopterus ruber*) que chega em bandos de centenas, do norte de África. Esta curiosa ave que muitos desconhecem existir às portas de Lisboa, chama a atenção pela sua bela plumagem (cinzenta quando jovens, branca nos semi-adultos e rosa nos adultos).

A abundante avifauna existente no estuário e em particular na sua reserva natural, confere-lhe o epíteto de paraíso ornitológico e ao mesmo tempo, local de eleição para estudiosos e cientistas nacionais e internacionais.

Concluimos, anotando uma precaução que deve ser tomada pelos leitores: este sucinto relato é demasiado incompleto e destituído de rigor metodológico para servir de base a algo.

E um desejo: que, todavia, ele possa ser útil aos amantes do Tejo, para os incentivar à descoberta, à denúncia de arbitrariedades contra a natureza e a sociedade e ao aproveitamento racional e pleno duma riqueza que a dita nos proporcionou.

BIBLIOGRAFIA

- Correia, Araújo, "O Tejo"
 Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, "Divisão do Estuário do Tejo em Zonas Homogéneas"
 Associação do Amigos do Tejo, "Que Tejo, que futuro"
 Rufino, Rui, "Avifauna do estuário do Tejo"
 Associação Amigos da Terra, Boletim "Zonas Húmidas"

BREVE CONTRIBUTO PARA UM LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO DE SANTA SUSANA (ALCÁCER DO SAL)

Manuel Martins de Carvalho *

No interior de Alcácer do Sal, a 15 Km da sua sede em direcção a Évora, fica a aldeia de Santa Susana.

De características acentuadamente rurais, só as enormes chaminés quebram a horizontalidade dominante das habitações de um só piso, juntas umas às outras, constituindo ruas e largos. A cal concede às superfícies uma textura rica e o branco ajuda a manter o asseio tão característico do Alentejo.

O povoado, bastante interessante do ponto de vista da arquitectura popular, é sede de Freguesia com o mesmo nome.

A agricultura é a actividade predominante. Na sua área (166,5 Km²) domina a grande propriedade agrícola – as herdades. Em tempos, enormes, hoje menores devido às partilhas. Naturalmente que também existe a pequena propriedade, resultante da divisão da herdade em pequenas parcelas para aforar, e que apesar da sua transformação em propriedade perfeita ainda são designadas por **foros**.

Mas não é só a divisão da propriedade que condiciona o uso da terra.

O clima é do tipo mediterrânico com influência atlântica, quente e seco, com pouca pluviosidade média anual (concentrada no Outono e Inverno), com um Verão longo, por vezes escaldante e um Inverno curto e suave.

O mês de Agosto é o mais quente com temperaturas que facilmente ultrapassam os

35°C e Janeiro o mês mais frio com mínimas que rondam os 0-1°C. Os meses mais chuvosos são Janeiro, Março e Dezembro e em Julho e Agosto quase que não chove.

Sobre o maciço antigo, a região apresenta-se mais ou menos aplanada, sem acidentes de relevo, mas profundamente recortada pelas linhas de água como é característico dos solos xistosos. Quase toda a área da Freguesia é ocupada por terras **delgadas**, pouco profundas, com bastantes limitações à produção agrícola. No entanto não será de excluir a existência de alguns **barros**, contendo elevadas proporções de argila, profundos e que bem tratados são mesmo produtivos.

O calor e as terras secas são condições excelentes para o desenvolvimento de uma vegetação espontânea constituída por sobreiros e azinheiras, zambujeiros, medronheiros, estevas, rosmaninho, alecrim e outras espécies mediterrânicas. Apesar da pouca fertilidade dos solos, tem sido povoada desde tempos bastante remotos. São abundantes os vestígios dessa ocupação humana.

A existência de uma anta na Herdade de Vale de Figueiras de Cima e os machados e enchós encontrados dispersos por toda a Freguesia testemunham uma presença desde o Neolítico. São conhecidas quatro necrópoles da Idade do Bronze, onde foi encontrado um importante espólio cerâmico e de metal (cobre), assim como algumas braceletes e adornos em ouro.

Da ocupação Sidérica, conhece-se unicamente o Castro romanizado dos Cas-

* Animador Cultural da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

telejos e os Romanos deixaram-nos vestígios de uma calçada na Biscainha e *Villae* em Berlonguinho e Portagem. Em 1565 já era Capela Curada. Os números de que dispomos relativos à população reportam-se apenas aos Recenseamentos Gerais da População (INE) desde 1864 e são os seguintes:

ANO	POPULAÇÃO
1864	401
1878	384
1890	431
1900	522
1940	2329
1950	1427
1960	1346
1970	1139
1981	785

Não são referenciados os Censos de 1911 a 1930 uma vez que a Freguesia estava anexada à de Santiago, sendo desanexada em 1936.

Na leitura dos números, o ano de 1940 chama-nos a atenção. Não só porque é o ano em que se regista maior número de habitantes, mas sobretudo pelo ritmo vertiginoso com que se atingiu esse número.

É verdade que a única forma de actividade industrial na Freguesia – as minas de Jungéis (*) – surge em 1939. O número de postos de trabalho criados então atraiu, concerteza, trabalhadores de outras zonas. Mas, pen-

samos, que não é só às minas que se deve este aumento da população, até porque ele já se fazia sentir na passagem do século.

É sabido que até ao final do século passado, a paisagem agrícola do Alentejo era bem diferente daquela que conhecemos hoje. A maior parte da sua área era constituída pela grande **charneca** e montados matagosos. Só as melhores terras – os **barros** e as **vargens** –, em áreas reduzidas dentro das grandes herdades eram cultivadas.

Por vezes limpava-se uma pequena parcela de terra para a sementeira, que só voltaria a ser cultivada 10 ou 14 anos depois, dando origem a um ciclo – **charneca, desbravamento, sementeira, charneca** – pouco compensador.

Com a introdução de adubos químicos a par de uma política de protecção à produção de trigo nacional – Lei dos Cereais, conhecida pelo povo, como a Lei da Fome – assiste-se ao desbravamento progressivo da grande charneca.

É a este movimento, que terminaria por volta de 1930, que se deve certamente o considerável aumento da população.

Nesta labuta participavam os trabalhadores locais, algarvios e populações do Norte. Na luta contra os bravios, muitos foram os que se fixaram. Desbravaram, semearam e colheram, entregando um quinhão da produção ao proprietário, valorizando uma terra que nunca

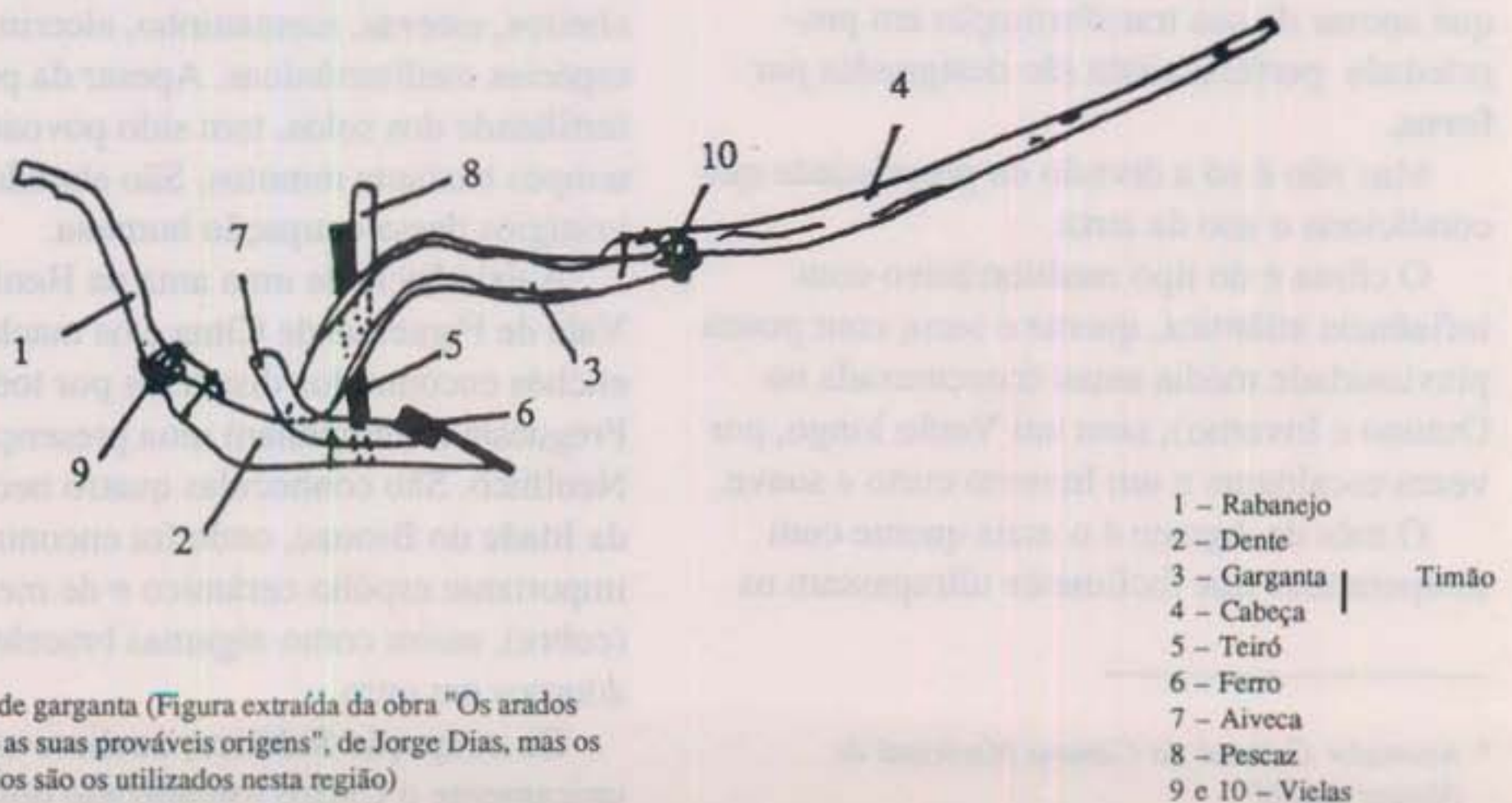


Fig. 1: Arado de garganta (Figura extraída da obra "Os arados Portugueses e as suas prováveis origens", de Jorge Dias, mas os termos referidos são os utilizados nesta região)

lhes havia de pertencer.

Ao mesmo tempo a área cultivada pelos lavradores aumentava, aumentando por isso o número de trabalhadores de cada **lavoura**.

São dessa época algumas técnicas e alfaias agrícolas que registámos e recolhemos.

A LAVOURA

Num sistema rotativo de afolhamentos, dava-se mais ou menos descanso à terra conforme a sua capacidade produtiva e a vontade do lavrador.

Em regra semeava-se trigo no 1º ano, cevada ou aveia nas **relvas** e depois um longo pousio de 4 a 8 anos. Excluíam-se deste ciclo, algumas terras fortes (por exemplo os barros de Berlonguinho) que eram semeadas todos os anos. A **folha** que se pretendia semear, era primeiro **alquevada**. Em Janeiro, com a ajuda do **arado** ou da **charrua**, dava-se-lhe um primeiro **ferro**. Geralmente o alqueve ficava em branco até à próxima sementeira, mas se a terra se prestasse semeava-se logo grão. Em Maio voltava-se a lavrar dando à terra um segundo ferro – o **atalho**. A partir do fim de Setembro, mas geralmente pelos Santos iniciava-se a sementeira. Uma passagem de **grade** ou **arrojão** preparava o **alqueve** para receber a semente, enterrada por um último ferro.

Todos estes trabalhos culturais, descritos

sumariamente, desencadeavam uma série de tarefas sujeitas a regras, preceitos e praxes. A agarra do gado e a **amansia**, as **águadas**, as **merendas**, a forma como se conduzia o arado, a **solta** e até as histórias que a este respeito se contam, constituem matéria que abordaremos noutros apontamentos. Por agora damos conta do tipo de arado utilizado então.

O ARADO

As lavouras faziam-se com **arado** de pau ou com charrua de aiveca móvel, puxados por uma **junta** de bois ou uma **parelha** de muares.

Falemos então do arado.

No início dos **cortes**, e **desbastes** do montado, o **abegão** ou outra pessoa entendida, ia assinar os paus que serviriam para **madeira**. Aqueles que pela sua configuração eram apropriados ao fabrico de alfaias, depois de cortados, seguiam em bruto para o Monte. Aí eram preparados a **machado** e **enchó**, pouco alterando a sua configuração inicial. Para a construção do arado eram necessárias essencialmente quatro peças: o **rabanejo**, o **dente**, a **garganta** e a **cabeça**.

O **rabanejo** é um pau mais ou menos encurvado, formando um cotovelo na sua extremidade mais estreita que serve de **mauzeira**. O **dente** é muito forte, de secção rectangular, colocado de cutelo, com a ex-

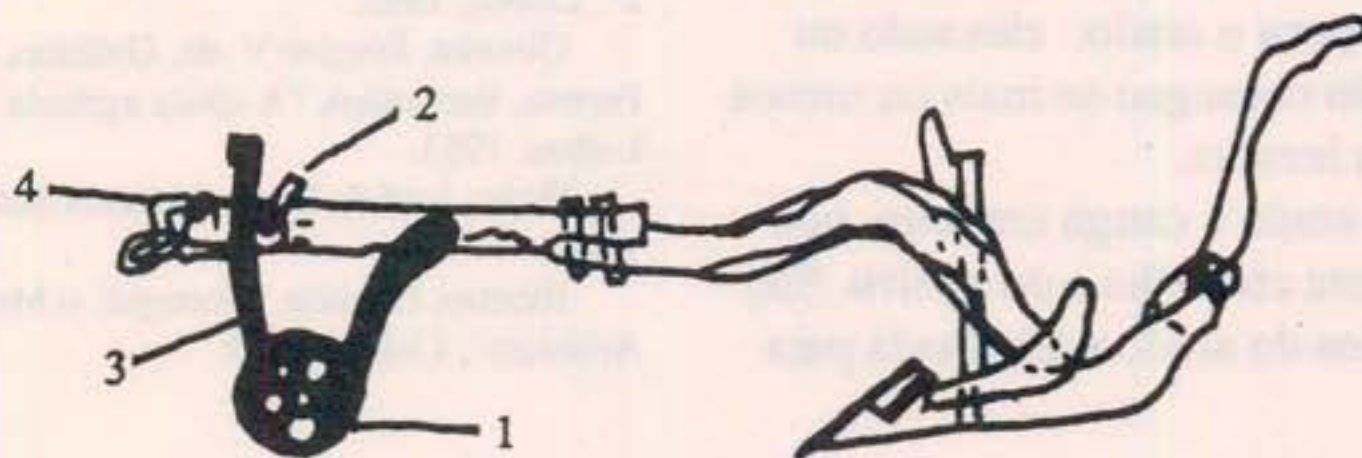


Fig. 2 Aravessa

- 1 – Rodete
- 2 – Chaveta
- 3 – Tenazes
- 4 – Boca de lobo

tremidade posterior inflectida para cima, formando um cutelo onde prende o **rabanejo**. A **garganta**, de secção mais ou menos quadrada, apresenta-se arqueada e por vezes com uma dupla curvatura. A **cabeça** é uma vara de secção igual à da **garganta** mais fina e que a prolonga até à extremidade onde se opõe o gado.

Afeiçoadas as quatro peças fundamentais, o **abegão** inicia a construção do arado. Empalma o **rabanejo** no cotovelo do dente com dois **tarugos** de madeira e por vezes uma argola de ferro, a **viela**. Adiante do empalme, na zona de inflexão do dente existe uma concavidade que recebe a **espiga da garganta**. Mais ou menos a meia distância entre esta concavidade e a extremidade do dente situa-se um orifício perpendicular onde entra uma peça de madeira ou ferro, com cerca de meio metro – a **teiró** – que sustem o **timão**.

O **timão** é o conjunto formado pela **garganta** e pela **cabeça**, empalmadas pelo mesmo processo utilizado para o **rabanejo**. Dois paus desmeados, pregados junto ao **ferro** de lavrar são as **aivecas**. Uma de cada lado do **dente**, têm a extremidade posterior ligeiramente afastada e encurvada para cima.

O ferro de lavrar, de forma lanceolada, encaixa na extremidade do dente por meio do seu **alvado**.

O **timão**, como já se disse, é constituído pela **garganta** e pela **cabeça**. No dorso da garganta existe uma abertura perpendicular onde entra a **teiró** que se aperta apenas com uma cunha, o **pescaz**. É na fixação do **timão** à **teiró** que se **tempera** o arado; elevando ou baixando o **timão** consegue-se mais ou menos profundidade na lavoura.

O engate do arado à **canga** era feito por intermédio de uma chavelha e do **apeiro**. São também utensílios do arado a aguilhada para

conduzir os bois e as **brochas e corneiras** com que estes se prendem à canga.

Infelizmente não conseguimos ainda recolher nenhum arado completo. Mas possuímos uma **aravessa** que o substituiu e que apenas difere do arado na **cabeça**, parte desta suprimida. Na vara que resta, foi montada uma pequena roda de ferro – o **rodete** –, que gira entre duas barras dobradas em V – as **tenazes**. Estas barras têm a extremidade do braço posterior fixa e presa à vara, enquanto que a outra extremidade é regulável e firma-se por meio de uma chaveta. É regulando o afastamento entre a roda e a cabeça que se **tempera a aravessa**, por isso a **teiró** perde a sua função de reguladora. A ligação à **canga** é feita pelo **estrofo**; um cambão de madeira com uma extremidade curva que engata no **apeiro**, e a outra ligada a uma corrente com um gancho terminal que prende na argola aplicada a uma peça de ferro existente na ponta da **aravessa** – a **boca do lobo**.

Com este breve apontamento que naturalmente carece de rigor científico, pretendemos apenas sensibilizar para a necessidade de salvaguardar um valioso património de carácter etnográfico, directamente ligado ao trabalho do povo.

(*) entretanto esgotadas

BIBLIOGRAFIA:

Dias, Jorge, "Os arados Portugueses e as suas origens", 1982.

Fundação Calouste Gulbenkian, "Projecto Alcácer nº 2", Lisboa, 1983.

Oliveira, Ernesto V. de, Galhano, Fernando e Pereira, Benjamim, "A alfaia agrícola Portuguesa", Lisboa, 1983.

Picão, José da Silva, "Através dos campos", Lisboa, 1983.

Ribeiro, Orlando, "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico", Lisboa, 1963.

O CENTRO HISTÓRICO DE SETÚBAL

— para uma caracterização (1)

Fernando António Baptista Pereira *

1. DEFINIÇÃO

O **Centro Histórico de Setúbal** é, grosso modo, definido pela mancha urbana compreendida dentro das duas cinturas de muralhas — as medievais (séc. XIV) e as seiscentistas — a que poderemos ainda acrescentar o Bairro Salgado (conjunto de moradias e pequenos prédios construídos na 2^a e 3^a décadas do nosso século) e o Parque do Bonfim (Rossio desde o século XVI e hoje frondoso jardim público).

Toda esta vasta mancha conserva o traçado urbano original, que documenta as várias fases evolutivas do urbanismo em Portugal, tal como a maioria dos alçados se apresenta intacta nos seus valores composicionais ainda que, infelizmente, degradados em muitos casos. Os diversos largos e praças que pontuam, de forma original, a malha urbana oferecem enormes possibilidades não apenas para a continuação e alargamento das funções de sociabilidade que sempre lhes couberam mas também para novas funções de animação económica e, em particular, turística, dadas as aprazíveis condições climáticas da zona. Uma parte significativa do traçado urbano do núcleo de origem medieval do Centro Histórico foi já, há largos anos, objecto de proibição do trânsito automóvel, sendo

reñovada a pavimentação em função da exclusiva circulação pedonal, o que contribuiu largamente para a animação comercial e turística da área e compensou a tendência de terciarização desertificante que se estava a verificar, abrindo um novo tipo de vivência nesses espaços da Cidade.

2. HISTÓRIA

O núcleo urbano de Setúbal é objecto de ocupação desde a Idade do Ferro e conheceu particular incremento durante a Época Romana: enquanto na Traversa dos Apóstolos (Freguesia de São Sebastião) foram encontrados vestígios da presença fenícia, na área que pertence hoje à Freguesia da Anunciada e que é constituída por diversas ruas no sector oriental do Bairro do Troino foram descobertos, desde 1957, numerosos vestígios do centro industrial romano existente nas duas margens do Estuário do Sado, designadamente uma ânfora intacta cheia de moedas, tesouro este depositado no Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Após a queda do Império Romano do Ocidente deu-se a decadência desse centro urbano e industrial e até o abandono do lugar, que terá sido progressivamente invadido pelas areias do Sado. Só com a reconquista definitiva de Palmela e Alcácer aos Mouros, nos inícios do séc. XIII, e o estabelecimento, na região, da Ordem de Santiago, o território que é hoje Setúbal voltará a ser ocupado por uma população que se dedicou principalmente às

* *Conservador do Museu do Convento de Jesus, em Setúbal. Assistente da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa*

actividades piscatória e de exploração e comércio do sal.

A 1ª Carta de Foral foi concedida em 1249 aos moradores de Setúbal que, um século depois, custearam a primeira cintura de muralhas que rodeou a então vila. Limitavam a muralha, a ocidente e norte, a Ribeira do Livramento, a poente, a Ribeira de Palhais e, a Sul, a Praia. Ficava, pois, de fora o Arrabalde de Troino, provavelmente constituído por pobres "palheiros" de pescadores. Que ele já deveria existir à época do levantamento das muralhas trecentistas prova-o a **Lenda da Anunciada** que faz remontar ao século XIII o "milagre" que esteve na origem da Confraria e, mais tarde, da própria freguesia que lhe herdou a invocação. Conservada em cópia quinhentista, a lenda conta que, recolhendo uma pobre mulher uns cavacos deitados à praia para alimentar uma fogueira com que se aquecesse, lhe veio às mãos um pedaço que, sempre que o atirava para as labaredas, fugia ao fogo com inusitado estrépito. Ao reparar melhor nele, viu que se tratava de uma pequena imagem da Virgem. Considerado um milagre, logo a população da vila lhe tomou devoção e mandou erguer uma ermida no local onde fora encontrada a imagem (e onde durante séculos se ergueu a Igreja da Anunciada e onde posteriormente funcionou, durante algumas décadas, o quartel dos Bombeiros Voluntários de Setúbal).

Entretanto, o Arrabalde de Troino, que no século XV viu instalarem-se junto à sua área os dois primeiros Conventos de Setúbal (o de S. Francisco (1410) e o de Jesus (1490)), foi aumentando de expressão urbana, a ponto de o rei D. João III aconselhar, em 1533, a compra da quinta da Herdade (hoje Saboaria) para expansão da Cidade. Vinte anos depois, a 14 de Março, D. Fernando, Arcebispo de Lisboa, determina a criação da Freguesia da Nossa Senhora Anunciada, por desmembramento de S. Julião. A nova freguesia ficava com 428 fogos, sendo a sede da paróquia erecta na ermida pertencente à Confraria, para o que foi necessário obter autorização desta, o que, uma vez concedida, o Rei muito agradeceu.

As freguesias historicamente mais antigas

– Santa Maria e São Julião – confinavam-se originalmente ao perímetro amuralhado medieval. Delas foram desmembradas, em 1553, as freguesias da Anunciada e de São Sebastião, que acabaram por integrar não apenas os arrabaldes que cresceram, a partir dos séculos XV e XVI, para ocidente e para oriente do perímetro urbano amuralhado, mas também algumas ruas do interior do mesmo. Este viu o seu traçado urbano organizar-se em torno dos principais templos ou de largos: uma malha de tipo radial liga o largo do Poço do Concelho a Santa Maria; outro núcleo de irradiação terão sido os largos da Ribeira Velha (onde se instalaram os Paços Municipais até ao séc. XVI) e da Misericórdia (mercê do hospital que aí funcionou do séc. XVI ao XIX); e dos adros de São Julião se veio a formar a velha Praça do Sapal, hoje de Bocage, que viu, no séc. XV, aí chegar a água do Aqueduto dos Arcos (construído em 1487) e, no séc. XVI, a construção dos novos Paços Municipais.

Em 1582, dois engenheiros militares ao serviço de Filipe II – o Capitão Giacomo Fratino e o Arquitecto Filipe Terzi – acompanharam o monarca na sua visita a Setúbal e um deles terá levantado a mais antiga planta que se conhece da cidade. Nela se apresenta com nitidez a forma da Praça do Sapal, também depois chamada "das couves", em virtude do mercado de legumes que se fazia junto às Casas da Câmara: a norte, os Paços Municipais frente aos quais se erguia a fonte alimentada pelo Aqueduto dos Arcos, que entrava no perímetro amuralhado pela Porta do Buraco de Água (hoje Rua Tenente Valadim); a sul, a Igreja de São Julião e Paço do Duque; a oriente, a Rua dos Ourives (designação actual) ligava com a Praça a Rua Direita; a ocidente, a Rua dos Sapateiros (designação anterior à actual) ligava, através da Porta Nova, a Praça com o Arrabalde de Troino; a saída nordeste da praça fazia-se pela Rua Detrás da Guarda e pela travessa e Porta de Santa Catarina (para o Sapal de Troino em que se erguia o Convento de Jesus).

Em 1582, o Arrabalde de Troino apresenta

o traçado urbano de tipo ortogonal que ainda hoje preserva, na sua parte oriental, estendendo-se até à Fonte Nova e desta para Norte, pela actual Rua da Brasileira, rodeando pela parte ocidental o Outeiro da Saúde. A norte, o Sapal de Troino estava já ocupado pela Cerca e Convento de Jesus, alimentado por um anel de água retirado do **aqueduto dos arcos** que, vindo de Alferrara, ia abastecer, intra-muros, a fonte da Praça do Sapal ou das Couves (hoje Praça do Bocage). A Fonte Nova, existente desde o século XIV e alimentada por uma nascente vinda do Outeiro da Saúde, revelava-se tão importante para as gentes da nova freguesia que foi remodelada diversas vezes ao longo dos tempos e, por último, nos finais do século XVIII, que lhe deu a forma actual. Outras fontes, como a de São Caetano e a de São Francisco ou desapareceram ou estão irreconhecíveis.

A freguesia de São Sebastião foi também criada em 1553, como vimos, ficando constituída por trezentos e sessenta e um fogos espalhados pelos lugares de Palhais, Fontainhas, Fumeiros e Hortas e ainda por diversas ruas que se situavam dentro do perímetro amuralhado medieval, entre o Postigo do Ouvidor e a Porta da Vila. A divisão feita nessa altura com a paróquia de Santa Maria passava, pois, mais a ocidente da linha divisória actual. A nova freguesia era, então, a que menor número de fogos integrava. Poucos séculos depois tornou-se a mais populosa, contando hoje cerca de metade dos habitantes do concelho.

A criação da nova freguesia em meados de quinhentos consagrou o crescimento urbano de Setúbal para oriente da cintura de muralhas medievais e seguiu-se à determinação régia (de 1533) de mandar abrir a Porta de São Sebastião para melhor serventia do Povo que, até então, só dispunha das Portas do Sol e dos Apóstolos para comunicar directamente com o arrabalde de Palhais/Fontainhas. A nova Porta tomou o nome da Ermida de São Sebastião que se erguia frente a ela (ao centro do actual Largo do Miradouro) e que fora

fundada pelos anos de 1490. Foi nela que foi instituída a nova freguesia que aí se manteve até 1821, data em que foi deslocada para a Igreja dos Grilos, sendo em 1835 transferida para a Igreja do extinto Convento de São Domingos, onde ainda hoje se encontra a sede da paróquia. A Ermida de São Sebastião, que fora profundamente remodelada no século XVII e embelezada nos inícios do século XVIII, foi muito danificada pelo terramoto de 1755 e, apesar das reparações levadas a cabo, não conseguiu escapar à ruína progressiva, tendo sido demolida entre 1849 e 1857 pela Câmara Municipal.

Se, em 1582, na mais antiga planta conhecida de Setúbal, a expressão urbana do arrabalde de Palhais se reduzia, praticamente, à linha de casas que ainda hoje define o sector mais antigo da barreira ribeirinha das Fontainhas e às duas mais antigas ruas do Bairro de São Sebastião, em 1641, numa planta mais rigorosa levantada pelo engenheiro militar João Gilot, visando a implantação das fortificações modernas, já tinha atingido os contornos que perdurarão sensivelmente até 1800. Curiosamente, a designação de Palhais sobrepunha-se, então, à de Fontainhas, que era considerado apenas **um lugar** do arrabalde. Entre a 2ª metade do séc. XVI e os finais de setecentos, o arrabalde foi dotado de importantes institutos religiosos: em primeiro lugar, o **Convento de São Domingos** (fundado em 1563) cuja igreja, apesar de reconstruída após 1755 conserva a estrutura quinhentista, bem como alguns sectores conventuais anexos; o **Colégio dos Jesuítas**, fundado em 1655 e alargado em 1703, em terreno que contornava, pelo lado exterior, a muralha medieval (obrigando ao entaipamento da Porta dos Apóstolos), ocupado episodicamente, após 1758, pelas Freiras Bernardas de Lisboa e, finalmente, adaptado a palácio burguês do século XIX; e o **Convento de Santa Teresa** da Ordem de Santo Agostinho, popularmente conhecido por "Grilos", fundação setecentista que, após a extinção dos Conventos, albergou, a partir de 1859, o primeiro Liceu Municipal do país (hoje instalações do tribunal). A centúria de

seiscentos terminou legando novos limites urbanos definidos pelo perímetro da nova cintura de muralhas, dentro da qual se incluíam a cerca do Convento de São Domingos e, anexadamente, a partir de 1703/4, o cemitério da Santa Casa da Misericórdia (restaurado nos anos de 1770-3). Foi esta vizinhança que ditou o reaproveitamento da cerca do extinto Convento para cemitério público, inaugurado em 1861 e ampliado em 1892. Em 1864 colocou-se uma lápide numa casa da Rua de São Domingos assinalando o nascimento, 99 anos antes, de Manuel Maria Barbosa du Bocage. Os finais de oitocentos assistiram à construção do **Bairro Baptista**, beneficiando da recente inauguração da via férrea Setúbal/Barreiro e da localização próxima da estação, facto que explica a sua implantação em área estranha ao crescimento até então "natural" da cidade (seguindo as margens do estuário).

A Restauração de 1640 trouxe, como vimos, uma nova cintura de muralhas, que, desta feita, enquadrava, além de Palhais, o Arrabalde de Troino. A época filipina construiu, entretanto, o Forte de S. Filipe (1592-1600).

Nos séculos XVII e XVIII aumentaram também os institutos religiosos na área da freguesia da Anunciada: em resultado de um voto formulado em plena peste de 1598, foi construído e embelezado ao longo de seiscentos, o Recolhimento e Igreja da Saúde; nessa mesma centúria instalaram-se os Frades Trinos (Largo da Fonte Nova) e os Carmelitas Calçados (Largo João Vaz); os Carmelitas Descalços conseguiram, no século XVIII, passar de instalações provisórias na Ermida do Livramento para o novo Convento e Igreja que, depois da extinção das Ordens Religiosas, decretada em 1834, e de obras de reconstrução, foi consagrada como nova sede paroquial, abrindo ao público em 1878. Dez anos antes havia sido extinta a Confraria da Anunciada, tendo todos os seus bens passado à Misericórdia de Setúbal, com a expressa menção de esta conservar e administrar o Hospital de Mulheres que aquela Confraria instituiu.

A protecção às mulheres e às crianças, num meio em que predominavam as profissões ligadas ao mar, foi preocupação muito sentida nos séculos XVII (Recolhimento da Saúde), XVIII (Recolhimento da Soledade) e XIX (Asilo da Infância Desvalida).

Em 9 de Janeiro de 1753, nasceu, segundo a tradição, numa casa da Rua da Brasileira, a grande cantora lírica Luísa Rosa de Aguiar Todi, falecida oitenta anos depois, em Lisboa.

No século XVIII, a Freguesia mais populosa da então Vila de Setúbal era a de S. Sebastião, logo seguida da Anunciada. Ao longo do século XIX, o desenvolvimento económico e social transformou a vila num dos mais importantes centros comerciais do país, pelo que foi elevada a Cidade em 1860. Obras de embelezamento urbanístico levaram à abertura da Avenida da Praia (Luísa Todi) e à plantação, frente a Troino, do aprazível jardim "Passeio do Lago", junto do qual chegou a existir, na beira mar, uma elegante Sociedade de Banhos.

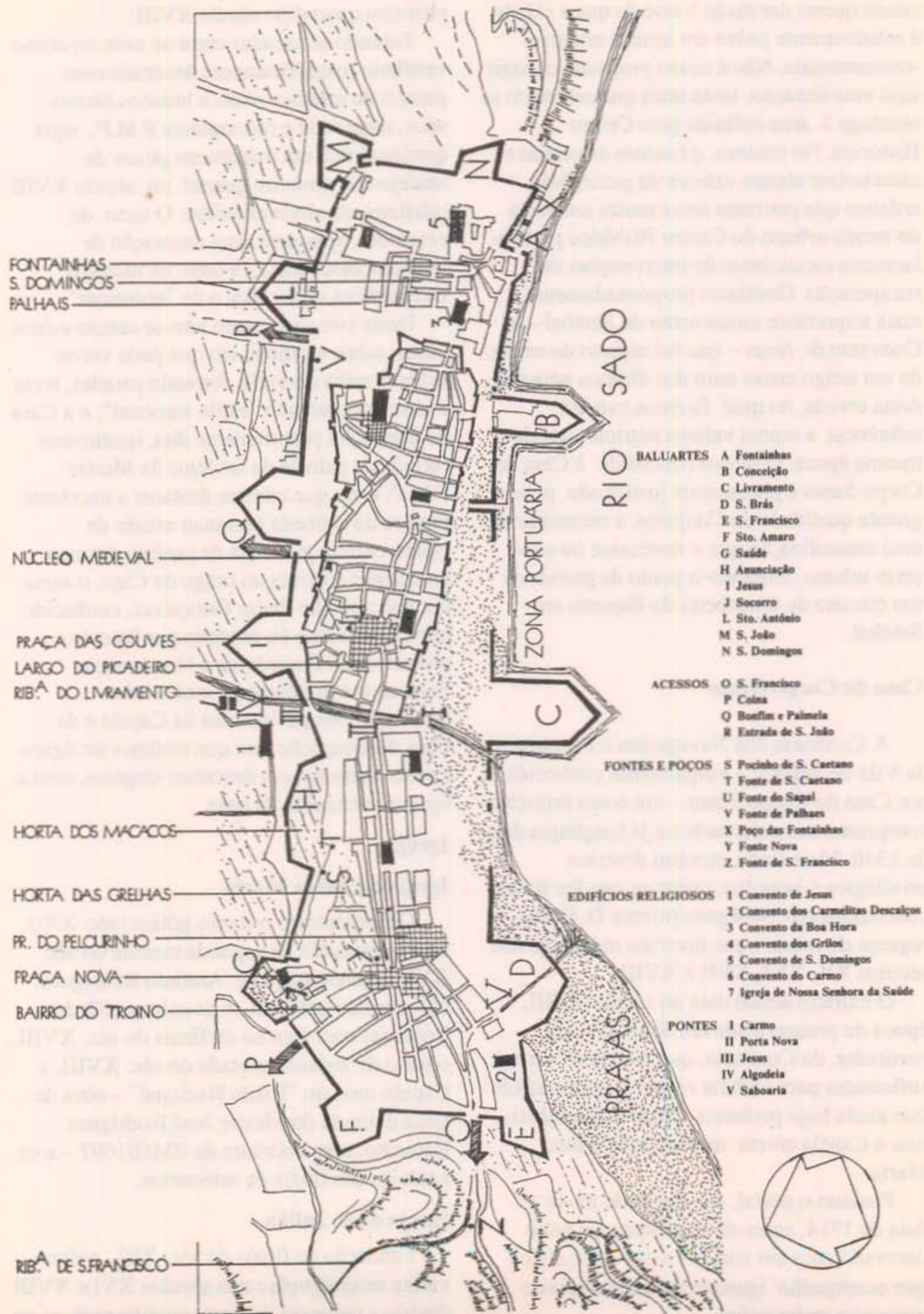
A industrialização acelerada dos finais de oitocentos e dos primeiros decénios do século XX conferiu ao sector ocidental do núcleo urbano da freguesia da Anunciada o tipo de imagem que ainda hoje apresenta: bairros operários que se encavalitam no antigo tecido urbano do bairro dos pescadores e instalações industriais de épocas várias (fábrica do gás, fábricas de conservas, estaleiros navais, oficinas metalúrgicas, etc.). Dos três largos que se abriam na grande muralha urbana de Troino, o século XX destruiu o de São Pedro também chamado Marquês de Pombal e do Pelourinho (para aí deslocado da Ribeira Velha no século XVIII), ao mesmo tempo que tem procurado embelezar os dois restantes (Teófilo Braga e João Vaz) em que se podem ver alguns belos exemplares de palacetes setecentistas, raros em quase toda a cidade.

3. ALGUNS MONUMENTOS E SÍTIOS DE INTERESSE HISTÓRICO E PATRI-MONIAL

Uma recente monografia sobre Setúbal (V.

Ilustração I IDEOGRAMA DE SETÚBAL: CIDADE MERCANTIL

Fonte topográfica: Planta da praça e vila de Setúbal, lev. por Maximiano J. da Serra (1804)



Silva, 1990) reduziu arbitrariamente e drasticamente o número de monumentos de Setúbal, parecendo querer dar razão à tese de que a cidade é relativamente pobre em termos artístico-monumentais. Não é nosso propósito corrigir aqui essa situação, tanto mais que este texto se restringe à área definida pelo Centro Histórico. No entanto, quisemos enumerar e caracterizar alguns valores do património artístico que pontuam áreas muito sensíveis do tecido urbano do Centro Histórico particularmente carenciadas de intervenções de recuperação. Omitimos propositadamente o mais importante monumento de Setúbal – o Convento de Jesus – que foi objecto de estudo de um artigo nosso num dos últimos números desta revista, no qual fizemos extensa referência a outros valores patrimoniais da mesma época. O relevo concedido à Casa do Corpo Santo é plenamente justificado pela grande qualidade do Conjunto, a necessitar de uma musealização que o revalorize no contexto urbano, tornando-o ponto de partida de um circuito de descoberta do Barroco em Setúbal.

Casa do Corpo Santo

A Confraria dos Navegantes e Pescadores da Vila de Setúbal – vulgarmente conhecida por Casa do Corpo Santo – viu o seu primeiro compromisso confirmado na já longínqua data de 1340. Mais tarde, recebeu diversos privilégios e isenções, como os que lhe foram concedidos em 1444 pelo Infante D. Pedro, regente do reino, e por diversos monarcas nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII.

O edifício actual data do século XVIII, época de prosperidade em Setúbal e, em particular, da Confraria, que dispôs de verbas suficientes para mandar erguer o belo edifício que ainda hoje podemos visitar e que substituiu a Capela erecta na Matriz de Santa Maria.

Passado o portal, em que pode ler-se a data de 1714, entra-se num espaçoso pátio decorado com um curioso silhar de azulejos que acompanha igualmente a escadaria de acesso ao andar nobre.

Trata-se de uma composição de urnas e cariátides em azulejo azul e branco do primeiro quartel do século XVIII.

Subindo as escadas entra-se num espaçoso vestíbulo magnificamente decorado com painéis de azulejos azuis e brancos historiados, onde se lê o monograma P.M.P., sigla que identifica um importante pintor de azulejos do primeiro quartel do século XVIII infelizmente ainda anónimo. O tecto, de caixotões, apresenta uma decoração de tradição seiscentista, à base de motivos fitomórficos estilizados e de "brutescos".

Deste compartimento tem-se acesso a duas outras salas: a capela, em que pode ver-se soberba talha dourada, forrando paredes, tecto e altar, no chamado "estilo nacional"; e a Casa do Despacho propriamente dita, igualmente forrada de painéis de azulejos do Mestre P.M.P. e em que cumpre destacar a excelente pintura da abóbada (em mau estado de conservação), já tocada de espírito barroco, com cenas alusivas ao orago da Casa, o santo dominicano São Pedro Gonçalves, conhecido por Corpo Santo ou também por Santelmo, protector dos Pescadores e Navegantes. Pormenor extremamente curioso é a decoração dos pavimentos da Capela e da Casa do Despacho, em que azulejos de figura avulsa alternam, em desenhos singelos, com a tijoleira vermelha de base.

Igrejas

Igreja de Santa Maria

Originalmente romano-gótica (séc. XIII), foi reconstruída na segunda metade do séc. XVI, segundo traça de António Rodrigues. No interior destacam-se as colunas (Ordem Toscana) com frescos de finais do séc. XVIII, o tecto da segunda metade do séc. XVIII, a Capela-mor em "Estilo Nacional" – obra de talha dourada do Mestre José Rodrigues Ramalho, com escritura de 03/02/1697 – e os azulejos dos finais de setecentos.

Igreja de S. Julião

Fundação de finais do séc. XIII, sofreu várias reconstruções nos séculos XVI e XVIII devido a tremores de terra, modificando-se na

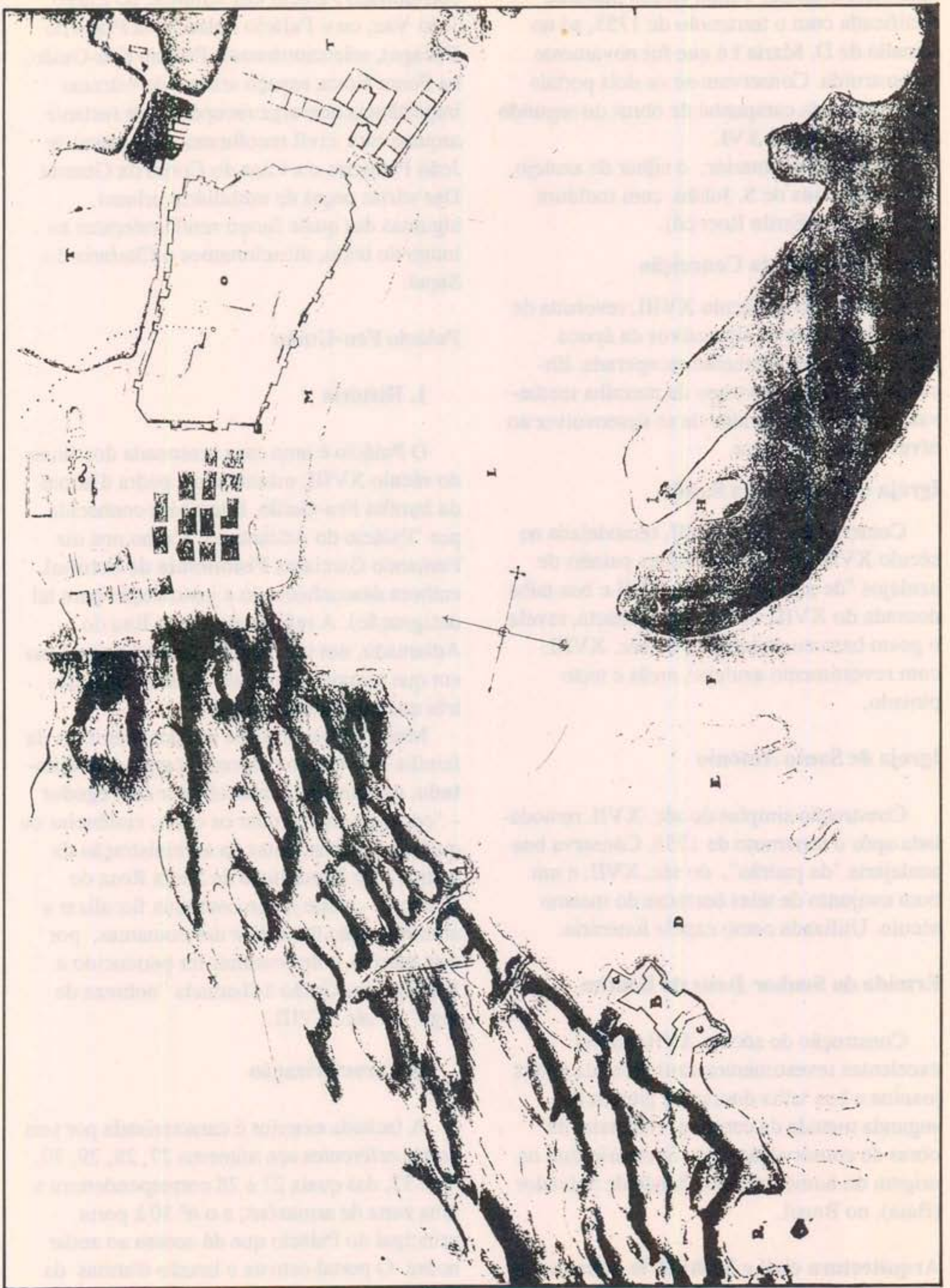


Ilustração II (Traça da Villa de Setvbal e sva Bara), 1582

aparência original. Tendo ficado bastante danificada com o terramoto de 1755, só no reinado de D. Maria I é que foi novamente reconstruída. Conservam-se os dois portais manuelinos da campanha de obras do segundo decénio do século XVI.

Refira-se, no interior, o silhar de azulejo, narrando a vida de S. Julião, com moldura policromada (Estilo Rococó).

Igreja de N^a Sr^a da Conceição

Construção do século XVIII, revestida de excelentes azulejos figurativos da época joanina, foi recentemente recuperada. Encostada a um antigo troço da muralha medieval, tem a particularidade de se desenvolver ao nível do piso superior.

Igreja do Outeiro da Saúde

Construção do séc. XVII, remodelada no século XVIII, possui excelentes painéis de azulejos "de padrão" do séc. XVII e boa talha dourada do XVIII. A Sacristia, intacta, revela o gosto barroco dos inícios do séc. XVIII, com revestimento azulejar, arcás e tecto pintado.

Igreja de Santo António

Construção simples do séc. XVII, remodelada após o terramoto de 1755. Conserva boa azulejaria "de padrão", do séc. XVII, e um bom conjunto de telas barrocas do mesmo século. Utilizada como capela funerária.

Ermida do Senhor Jesus do Bonfim

Construção do século XVII, possui excelentes revestimentos azulejares da época joanina e boa talha dourada e pintura da segunda metade da centúria. Necessita de obras de conservação. Este Santuário está na origem do homónimo da Cidade de Salvador (Baía), no Brasil.

Arquitectura civil e Mobiliário urbano

Entre os vários palacetes da nobreza setecentista, alguns deles brasonados (como o

abandonado Palácio dos Albinos, no Largo João Vaz; ou o Palácio Salema, na Praça do Bocage), seleccionámos o Palácio Feu-Guião, na Fonte Nova, espaço urbano de extrema importância que urge recuperar. Da restante arquitectura civil escolhemos o Hospital de João Palmeiro e a Casa do Corpo da Guarda. Das várias peças de mobiliário urbano, algumas das quais foram sendo referidas ao longo do texto, mencionamos o Chafariz do Sapal.

Palácio Feu-Guião

1. História

O Palácio é uma casa brasonada dos finais do século XVIII, ostentando a pedra d'armas da família Feu-Guião. É também conhecida por "Palácio do Adeantado" (como nos diz Fernando Garcia na **Fisionomia de Setúbal**, embora desconhecendo a justificação para tal designação). A referência a uma Rua do Adiantado, nas imediações, dirá respeito à rua em que morava o dono do Palácio, uma das três que ladeiam o imóvel?

Muito provavelmente um dos membros da família Feu-Guião exerceu o cargo de **Adiantado**, geralmente conhecido por **corregedor** – "corregger ou emendar os erros, violências ou quaisquer outras faltas na administração da justiça" (do **Elucidário** de Santa Rosa de Viterbo) – a este cargo competia fiscalizar a administração da justiça nas comarcas; por este motivo, é de presumir ter pertencido a Família Feu-Guião à chamada "nobreza de toga" do séc. XVIII.

2. Caracterização

A fachada exterior é caracterizada por seis portas referentes aos números 27, 28, 29, 30, 31 e 32, das quais 27 e 28 corresponderiam a uma zona de armazéns, e o nº 30 à porta principal do Palácio que dá acesso ao andar nobre. O portal ostenta o braço d'armas da Família que terá mandado construir o Palácio.

De salientar que as três janelas voltadas a sul e as oito janelas de sacada viradas a

nascente (fachada principal), têm moldura superior em estuque ao gosto Rococó, dos finais do século XVIII, inícios do XIX.

O pavimento do átrio é de pedrinhas brancas e pretas formando quadrados alternados.

Do átrio da entrada sobe-se ao primeiro andar por uma escada de pedra com corrimão, cujas guardas são forradas de azulejos da época (segunda metade do século XVIII).

No andar nobre, apenas uma das salas apresenta frescos dos finais do século XVIII bastante deteriorados, estando os restantes compartimentos muito modificados e totalmente descaracterizados.

Casa do Corpo da Guarda

Mandada construir em 1650, foi bastante arruinada pelo terramoto de 1755, tendo sido então reconstruída.

Trata-se de um edifício de dois pisos cuja função é militar, em que sobressai o nártex, formado por arcos abatidos sobre os quais se abre um terraço. Este modelo de edifício foi inspirado no tipo de Paços do Concelho do século XVI e viria a inspirar a reconstrução da Câmara de Setúbal no século XVIII.

Hospital Medieval de João Palmeiro

Tema sem dúvida interessante na história social, a assistência à pobreza e à doença constitui um capítulo não insignificante na história de Setúbal. Como porto de mar, Setúbal recebia com frequência a visita de nacionais e estrangeiros que, à chegada, necessitavam de pernoitar e receber cuidados assistenciais. Daí a proliferação destas instituições desde o século XIV. Só no século XVI, as medidas de centralização reduziram o seu número.

Albergarias e hospitais tinham a dupla função de albergar e de prestar assistência médica. Eram sustentadas por confrarias e irmandades.

Nos finais do século XV e ao longo do século XVI assiste-se à implementação de

medidas de centralização fundindo os pequenos hospitais nas recém-criadas Misericórdias.

O hospital ou Albergaria do Terreiro de Santa Maria, também chamado dos Palmeiros ou de João Palmeiro, deve ser o mais antigo ou dos mais antigos. Subsiste ainda hoje o portal gótico desse hospital. Servia a instituição para "recolher e dar cama, água e luz por três dias", aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela ou à Terra Santa, aos estrangeiros mercadores que demandavam Setúbal ou aos doentes que necessitavam de tratamento e de repouso.

Este hospital e o de Maria Pipa, de localização ainda incerta, foram absorvidos em 1566 pela Casa do Espírito Santo, instituída pela Misericórdia, pelo que a documentação que lhes diz respeito se encontra recolhida no Arquivo da Confraria depositado no Museu de Setúbal.

Chafariz do Sapal

Nome pelo qual é conhecido este chafariz mandado construir em 1697 por ordem da Câmara de Setúbal e mudado em 1937 da Praça do Bocage para a Praça Teófilo Braga. É constituído por uma bacia recortada sobre a qual se ergue um corpo central com três esferas armilares, dois anjos e carrancas, entre outros elementos decorativos.

Na parte posterior, em que outrora existia um tanque para os cavalos, podem ver-se dois interessantes relevos representando galeões do século XVII.

Além de um significativo número de registos de azulejos do século XVIII, o Centro Histórico de Setúbal possui, ainda, inúmeros outros valores patrimoniais que aqui foram apenas referenciados e que a bibliografia a seguir indicada trata com maior ou menor desenvolvimento.

(1) Memória descritiva redigida, em finais de 1990, a pedido da Câmara Municipal de Setúbal, a partir de textos por nós elaborados ao longo dos últimos anos. Publicamo-la com ligeiras alterações.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, **Anos 20 em Setúbal**, conjunto de textos editados em 1986 aquando da exposição "Setúbal - Anos 20" organizada pelo Museu de Setúbal/Convento de Jesus e pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, C.M.S. e Museus Municipais, 1991.

AAVV, **Setúbal na História**, Setúbal, Edições Lasa, 1990.

Actas do 1º Encontro de História Local do Distrito de Setúbal (25 a 27 Nov. de 1988), volumes I e II, Setúbal, ESE/Instituto Politécnico de Setúbal, Janeiro - 1990.

ALMEIDA CARVALHO, **Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense**, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1968 - 1972.

BAPTISTA PEREIRA, FERNANDO ANTÓNIO, "Uma visita a pé ao Centro Histórico de Setúbal em duas horas", in **Repórter de Setúbal**, Setúbal, 16-8-85.

Idem, "Remodelação Urbana da Praça do Bocage" (História)", in **Actual**, Ano I, nº 6, 24 de Dezembro 1987.

Idem, "Três Obras de Arte do Distrito de Setúbal Pouco Conhecidas do Público" in **Movimento Cultural**, Revista dos Municípios do Distrito de Setúbal, Ano II, nº 3, Dezembro 1986, pp. 58-65.

Idem, "Sobre o Manuelino de Setúbal" in **Movimento Cultural**, Revista dos Municípios do Distrito de Setúbal, Ano IV, nº 6, Setembro 1989, pp. 31-39.

Idem, **O Museu de Setúbal**, Lisboa, Editora Soctip, Outubro 1990.

Casas e Ruas na História de Setúbal, exposição do Museu de Arqueologia e Etnografia, Junta Distrital de Setúbal, 1977-78.

Freguesia Nº Srª Anunciada - História e Património,

catálogo de exposição no Pavilhão Distrital, Setúbal, 14 Março - 17 Abril 1988.

GARCIA, FERNANDO, **A physionomia de Setúbal, Estudo de Geographia Humana**, Setúbal, 1918.

História da Freguesia de S. Sebastião, Exposição Documental, Junta de Freguesia de São Sebastião - Setúbal, 29 Março - 3 de Maio 1987.

Muralhas Medievais de Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Assembleia Distrital, 1982.

PIMENTEL, ALBERTO, **Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal**, Lisboa, Edição da C.M.S., 1879.

PORTELLA, M.M., **Arquivo Portela** (inédito), Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Idem, **Diário Histórico Setubalense**, Setúbal, Edição da C.M.S., 1915.

VIEIRA DE FARIA, CARLOS, "História Urbana de Setúbal (Olhar o Passado - Perspectivar o Futuro)" in **Setúbal na História**, Setúbal, Edições Lasa, 1990, pp. 41-91.

VIEIRA DA SILVA, J.C., **A Igreja de Jesus**, Setúbal, Salpa, 1987.

Idem, **Setúbal**, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

Ilustração I

Fonte: Carlos Vieira de Faria, "História Urbana de Setúbal (Olhar o Passado - Perspectivar o Futuro)" in **Setúbal na História**, Setúbal, Edições Lasa, 1990, pp. 41-91.

Ilustração II

A Mais Antiga Planta de Setúbal, Giacomo Fratino ou Filipe Terzi, 1582, A.N.T.T. - Códice Cadaval

O BARREIRO E OS CAMINHOS DE FERRO

Gilberto António Marques Guerreiro Gomes *

A Câmara Municipal do Barreiro e a CP – Caminhos de Ferro – EP estão a preparar uma exposição subordinada ao tema **O Barreiro e os Caminhos de Ferro**.

Este primeiro texto, que ao tema se dedica, assume-se como o resultado dos trabalhos de investigação, patrocinados pela CMB/CP, com os quais se pretende iniciar a divulgação de um conjunto de materiais e o debate de uma série de problemas que, segundo cremos, definem a matriz do conhecimento e da modernidade do Barreiro e sua região.

Tem a Autarquia presente, bem como a Empresa, que a memória, os vestígios materiais, e a paisagem ferroviária – tão rica, densa e geradora de sinergias que a montante e a jusante redefiniram o espaço múltiplo –, constituem um património que temos o direito de usufruir e o dever de preservar.

Trazer ao Barreiro e aos Caminhos de Ferro, esta história feita de momentos partilhados, constituirá, um encontro com a nossa própria memória.

1 – A COMPANHIA NACIONAL DE CAMINHOS DE FERRO AO SUL DO TEJO

A construção do caminho de ferro do Barreiro a Vendas Novas⁽¹⁾ e de um ramal para Setúbal foi concedida a um grupo de capitalistas da praça de Lisboa por concurso

realizado em 6 de Dezembro de 1854.

Por escritura pública de 25 de Janeiro de 1855 organizaram-se os estatutos da Companhia concessionária do caminho de ferro do Sul do Tejo, tendo o Governo aprovado os referidos estatutos pelo Decreto de 6 de Fevereiro de 1855.

A Companhia realizou um capital social de 1 400 contos de réis, dividido em 14 000 acções de 100\$000 réis. A primeira emissão de 9 000 acções foi tomada pelos concessionários Tomás da Costa Ramos, António Gomes Brandão, João Pedro da Costa Coimbra e Francisco da Silva Melo Soares de Freitas, cada um com 2 025 acções, enquanto José Gonçalves Franco ficava com 900 acções.

De harmonia com os estatutos da Companhia, os cinco accionistas constituíram-se directores da empresa, tendo escolhido entre si para Presidente – Francisco da Silva Melo Soares de Freitas, Secretário – João Pedro da Costa Coimbra e Tesoureiro – António Gomes Brandão. Em Assembleia Geral Extraordinária de 2 de Julho de 1855 foi decidido emitir as restantes acções para o total de capital autorizado, de modo a fazer face às despesas da construção em curso. Posteriormente, adquiriram títulos da Companhia Nacional – José Rodrigues Penalva, o Conde de Bolhão e António Alves de Sousa, tendo este obtido o lote de acções pertencentes a José Gonçalves Franco.

Em 1 de Fevereiro de 1861 foi aberto à circulação pública o caminho de ferro do

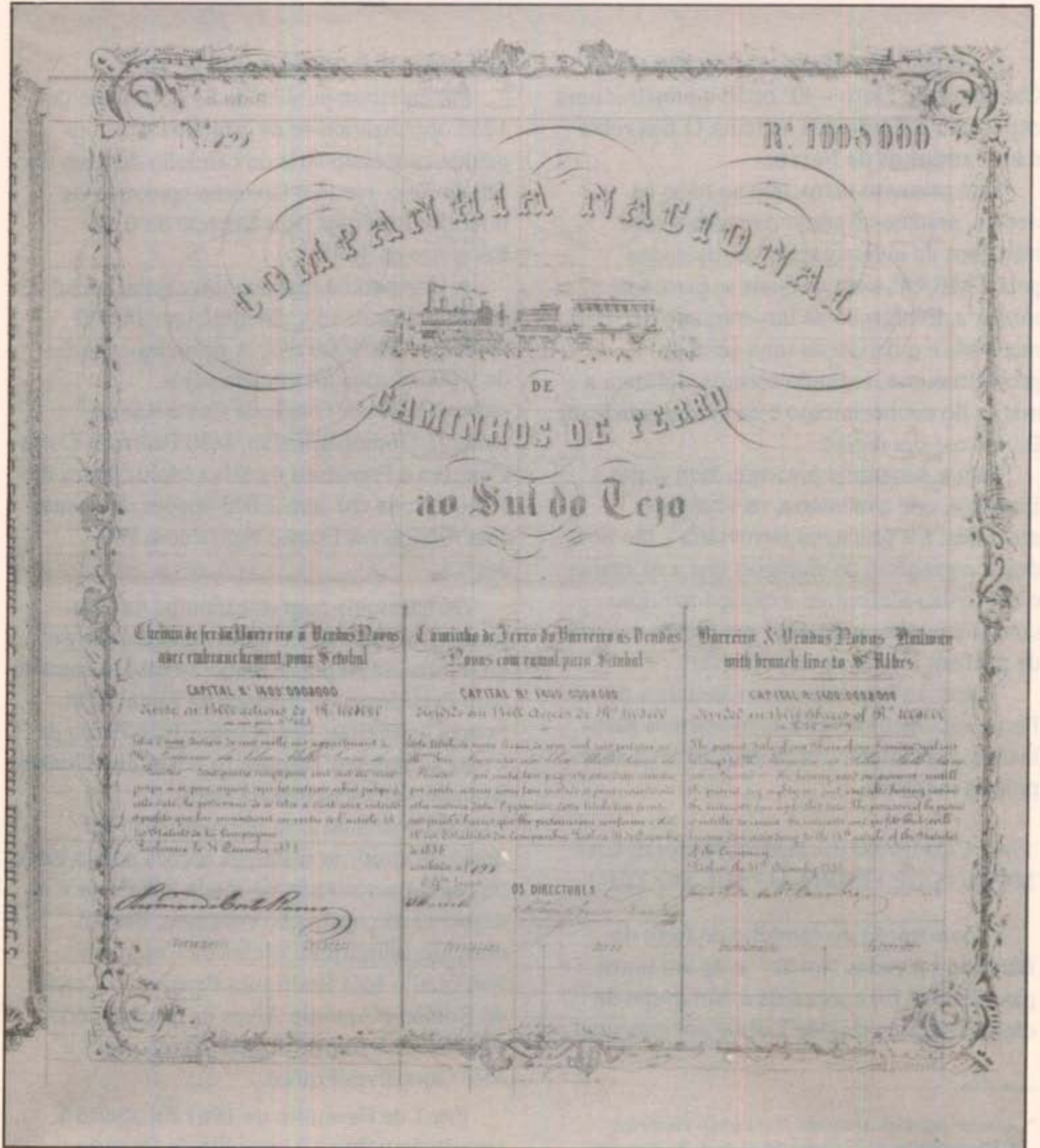
* *Assessor para as Áreas do Património Histórico e Museológico na Câmara Municipal do Barreiro*

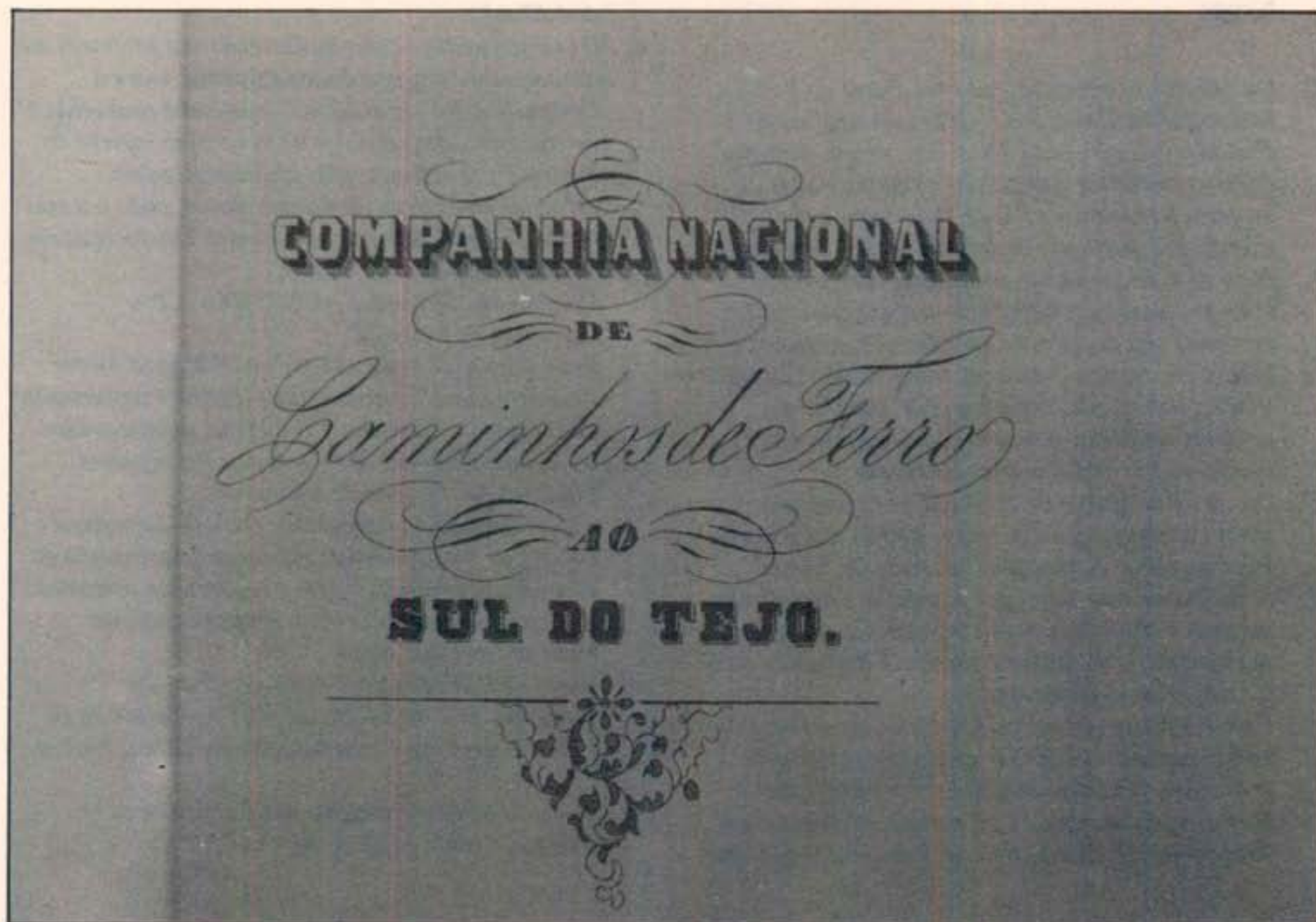
Barreiro a Vendas Novas e ramal de Setúbal,⁽²⁾ tendo a Companhia enfrentado desde o início uma conjuntura que lhe penalizou a exploração.

A irregularidade do serviço de barcos (de Lisboa para o Barreiro pela companhia de Navegação do Tejo), a inexistência de uma estação fluvial no Barreiro, a diferença de bitola⁽³⁾ entre a rede do Sul (Barreiro – Vendas Novas e ramal de Setúbal) com 1,44

m e a rede do Sueste (Vendas Novas – Évora e Linha de Beja) com 1,67 m, a individualidade de duas companhias que, actuando no mesmo segmento de mercado, nem sempre, apresentavam sistemas de exploração compatíveis e complementares,⁽⁴⁾ todos estes motivos se conjugaram para uma oferta de transporte de má qualidade.

Aliada a uma exploração cheia de dificuldades, a fraca elasticidade dos mercados





nas terras além Tejo gerava resultados insignificantes e desencorajadores para as empresas, cuja única motivação acabava por residir na construção ferroviária e nos subsídios auferidos.

O Governo decidiu adquerir a 7 de Agosto de 1861 a Linha do Sul após um negócio pouco claro, em que, perante um pretense interesse de D. José de Salamanca (detentor da concessão das Linhas do Norte e Leste), D. Pedro V⁽⁵⁾ pressionou o seu governo para o "inconveniente de pôr nas mãos de um estrangeiro todo o sistema de comunicações aceleradas".⁽⁶⁾

Por Portaria do Ministério das Obras Públicas de 2 de Agosto de 1861 fazia o Governo constar à direcção da Companhia Nacional:

"Constando a Sua Majestade El-Rei que a Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo pretende fazer trespasse do seu contrato, manda o Mesmo Augusto Senhor pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, declarar

à mencionada Companhia que não a autoriza a efectuar o pretendido trespasse, e que, se ela quiser abandonar a concessão que lhe foi feita, o Governo adquirirá para si, garantindo à Companhia as mesmas vantagens e preço que lhe foram oferecidos...".

O resto desta pequena história da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro é fácil de adivinhar.

Como ensinam os princípios de economia, em que o mecanismo dos preços funciona pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, o Governo, perante o "interesse" de D. José de Salamanca, pagou pelo resgate da concessão da Linha do Barreiro a Vendas Novas e ramal de Setúbal o preço de 939 . 730\$950 réis. Juntando esta verba à subvenção já paga à Companhia pela construção, o Governo acabou por despender um total aproximado de 1. 851. 105\$074 réis, ou seja "pouco menos de 27. 000\$000 réis por quilómetro assente em terrenos dos mais fáceis".⁽⁷⁾

Iniciou-se assim, de um modo atribulado, a história do caminho de ferro a Sul do Tejo.

Notas

1. *Da primitiva concessão, feita aos Pares do Reino e latifundiários alentejanos – Marquês de Ficalho e José Maria Eugénio de Almeida –, de um caminho de ferro de Aldeia Galega para Vendas Novas, o projecto ferroviário a Sul do Tejo acabou por transferir o seu ponto de partida para o Barreiro. O facto de o novo traçado contemplar um percurso mais promissor em relação ao tráfego ferroviário (servindo terras como o Lavradio, Alhos Vedros e Moita, em vez das charnecas entre Aldeia Galega e Vendas Novas) não deverá excluir hipotéticas pressões exercidas por políticos com interesses locais, ou por latifundiários da região.*
2. *Desde 31 de Março de 1858 que se encontrava aberto à exploração o percurso entre o Barreiro e Bombel, numa distância aproximada de 50 Km.*
3. *Actualmente está ainda por clarificar a decisão (da máxima importância e com implicações até aos nossos dias) – da adopção da bitola espanhola para a rede ferroviária portuguesa. Como é que se estruturou a decisão, em meados do século passado, de iniciar, a construção da rede ferroviária (Lisboa-Santarém e Barreiro-Vendas Novas) na bitola de 1,44 m, quando em Espanha a Real Ordem de 31 XII 1884 já definira a bitola como*
4. *de 1,67 m?*
4. *Os relatórios dos fiscais do Governo são profícuos no levantamento dos problemas existentes entre a Companhia dos "brasileiros" (como era conhecida a de capitais portugueses) e a Companhia inglesa do Sueste. Os problemas avolumavam-se principalmente na estação de Vendas Novas, onde o transbordo de passageiros e mercadorias era obrigatório, devido à diferença de bitolas.*
Documentação Avulsa – CNCFSF – CP – Caminhos de Ferro EP.
5. *Foi o Duque de Saldanha (segundo Magda Avelar Pinheiro) quem fez constar a D. Pedro V a pretensão de D. José de Salamanca. Saldanha, administrador da Companhia Real dos Caminhos Portugueses (fundada por D. José de Salamanca...), concessionário do caminho de ferro de Larmanjat e homem de muitos negócios (e sempre carenciado de dinheiro, segundo D. Pedro V) parece ter preparado o terreno, no qual o Rei sem grande espaço de manobra teve que entrar.*
6. *Carta de D. Pedro V ao Visconde de Sá da Bandeira, de 2 de Agosto de 1861, in Cartas de D. Pedro V aos seus Contemporâneos, Lisboa 1961, p. 298.*
7. *Jayme Larcher, O Resgate dos Caminhos de Ferro..., Lisboa 1883, p. 16.*

Artes e Letras

VIAGENS

Arlindo Mota *

I

Foi no tojo das palavras,
No rigor da intenção,
Que rebentou as amarras,
Penetrando no que são.

Cortou as asas do tempo,
Perfumou o seu olhar,
E adormeceu ao relento,
Só na pressa de acordar.

Apesar dos sobressaltos,
Das dunas que sempre havia,
Amor era o tempo exacto,
Para tudo o que fazia.

II

Como um vulgar marinheiro,
Inventou-se num porão,
Percorrendo o mundo inteiro.

Os portos foram surgindo,
Mas nem por isso mais perto

Se encontrou do destino,
Como se fosse sumindo.

Dobrou o cabo da esperança,
Fundou um novo universo,
Temeu o vento e a bonança.

Não foi Quixote, nem Pança.
Para tal, faltou-lhe o jeito.

III

Percorreu tudo, se é tudo
o que pode imaginar;
Descobriu novas paragens
Por uma nesga do mar,
Viajou por latitudes
Ainda por localizar.
Por fim, sentou-se num canto
– Entre rio e outro rio,
Entre mar e outro mar –
Cansado de correr tanto
indeciso no lugar,
Aí ficou até hoje.

Arlindo Mota (n. 1946) vive em Setúbal. Presidente da SALPA – Associação Para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal, director da Revista "Património". Para além de colaboração esparsa em jornais e revistas, publicou dois livros de poesia: "Canto Viageiro" e "Incertos Dias".

I

Cibila criara, na refração do medo,
A emoção e assomava, tímida,
Entre os dedos, uma flor inominada.
Nos lábios circula-lhe um sorriso, enquanto
recorda tranquilamente a infância:
Que luz se oculta por detrás do arco-íris?
Que ilumina os poetas, suscita adesões,
Desperta os sentidos? Para além do musgo,
que se esconde entre as pedras?

II

Quem controla o desejo, a emoção
Ou a ternura?
A paleta, responde o pintor.
A palavra, atalha o poeta.
Juntos, distribuem a luz
Que inunda de côr o planeta.

III

Desenhou um polígono, rigorosamente
geométrico. Depois serenamente,
intentou descrevê-lo por palavras.
Em vão. Quantas faces, quantos
sonhos, fruto de imaginação?

CIDADE

1.

Lá de cima do miradouro o rio aquieta-se.
Os barcos esperam a noite o outro dia para
nova viagem.

A avenida vai-se transformando tal como o
cais. Tudo melhora com a nova imagem.

Importe/exporte – navegações, carrega e
descarrega com/solidão do rio. As motori-
zadas passam as fábricas. Ao homem novo
falta ainda este sabor europeizado das frontei-
ras maiores.

De dia o bulfício, o trânsito infernal. À noite a
serenidade da serra que domina. Na manhã o
regresso dos barcos carregados para abrir a
praça. O futuro vem aí ou já se vê?

É esta cidade que amamos estrangeiros de
todas as terras, nela secretamente, com a mãe
que chama.

2.

Os bairros mais antigos, as tradições a pleni-

António S. Brandão *

tude nos dias de verão, o quente sabor do
inverno aqui. São saudades quando andamos
longe, é a nossa cidade pequenina a agitar-se
no rumor do dia. O Largo da Ribeira Velha, a
Rua dos Ourives, o Poço do Concelho,
saudade da Rua dos Almocreves, Miradouro,
Troino, nomes na irreversível urbanidade,
salteada de agitadas construções. Serão as
preces ao Senhor do Bom Fim, são os nossos
nomes mutantes no imperceptível. Largo da
Misericórdia pedra a pedra no passeio diário
citadino, reconversões das casas de comércio,
cada novo dia um lugar novo. Aqui ficamos
assim na calma do rio quando não sobe às
casas e à praça. Amamos com beijos e abraços
no país pequeno que recriamos em cada
bairro.

Temos um nome algumas vezes hesitante
enquanto esperamos muito mais que tudo, das
águas talvez, que chegue até nós a sábia
palavra do futuro.

António S. Brandão (n. 1957) é professor no ensino preparatório e no Conservatório Regional de Setúbal. Tem participado em recitais de poesia e música. Está publicado no anuário de Poesia "Assírio e Alvim". Tem para publicação "Na margem Deste Rio", livro recomendado pelo Prémio de Poesia Bocage, da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

3.

Atravessar a avenida. A praça. O parque.
Procurar a sombra nos portais
Invadida de betão fugindo do mar por não
crescer por aí devorar o que resta das quintas
e dos campos.

A camioneta no coração na encruzilhada
perfeita onde desaguam diariamente um mar
de homens e mulheres. Com eles a saudade da
planície a travessia fugaz a esta banda. O
silêncio da noite cortado pelo comboio.

A cidade dorme. Descansa das suas batalhas
romanas e tão antigas.

Aparece o cheiro do pão aqui e ali. É uma
réstea do dia que começa. Dos barcos haverá
notícia pela manhã crescendo. A serra dorme
talvez com o ouvido alerta, e vigia lá de cima
o sono pelas ruas.

Somos nós aqui, aqui na esperança dos

capitais insufláveis da emergência contingen-
tada do benemérito pão da diocese nas horas
precisas e negras da assombração.

Mas abrimos ainda os braços sobre a areia.
Falamos do verão muito nosso e no olhar o
mar é assustadoramente toda a nossa dúvida.

4.

A casa nesta margem do rio.
No quintal da casa a laranjeira que secou.
Na margem ficam os barcos
e os marinheiros que suspendem as redes
nas mãos a noite e o dia.

A organização vital.

A medição pelo sol e pela lua.

Partir e chegar

ver nesse jogo do rio com o mar

a chave, a profecia

curso vagaroso do tempo secular

a terra perturbável

o homem a mudar.

Publicações recebidas

RECENSÃO EFECTUADA POR ARLINDO MOTA

Publicações recebidas

AS NOVAS PROFISSÕES

• ANDREA APARO

Edição da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal 1989

"As Novas Profissões", de Andrea Aparo, resultou de um estudo elaborado por diversos especialistas preocupados com os efeitos sociais da introdução das novas tecnologias no universo laboral em Itália.

Como se adverte no prefácio da edição portuguesa "o livro não deve ser lido como um receituário para os que buscam emprego ou desejem mudar de ocupação, tão pouco deverá ser feita uma transposição mecânica das ideias expostas para a realidade portuguesa. Muitos assuntos de primeira importância para Portugal não figuram nele e apresenta alguns que estão muito pouco desenvolvidos no nosso país."

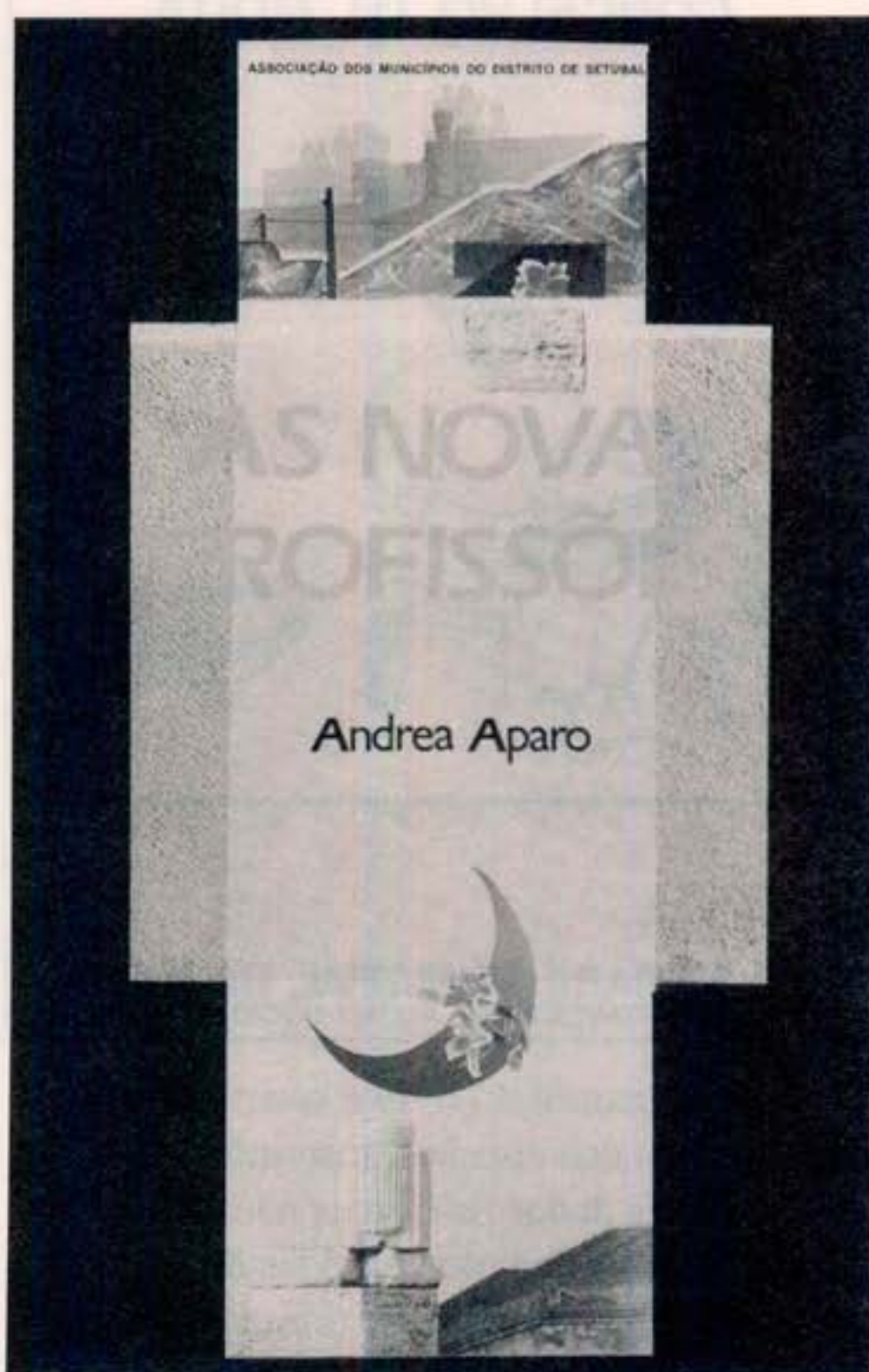
O interesse da obra não sai no entanto prejudicado por isso. A vasta informação que condensa referente às possibilidades de trabalho resultantes das novas tecnologias, o grande leque de oportunidades profissionais que nos oferece em cada domínio tratado, e uma recolha exhaustiva dos organismos nacionais envolvidos em investigação e desenvolvimento, dos cursos existentes em Institutos Politécnicos e Universidades e pelos principais programas comunitários neste campo.

Para além da vastíssima informação complementar que inclui o mais completo directório dos cursos e instituições que os ministram existentes em Portugal no ensino superior (público ou privado), coordenada por Guilherme Arroz e Arlindo Mota, é de destacar a Introdução daquele professor universitário e investigador do INESC em que se tenta analisar as grandes alterações que se divisam a nível da estrutura de emprego e de que destaca cinco grandes tendências:

- aumento do nível médio de formação e cultura para o exercício de uma profissão;
- continuação da diminuição da necessidade de trabalho físico;
- diminuição da necessidade de trabalho

- de rotina mesmo aníve intelectual;
- da necessidade de mudança de profissão ou das qualificações para exercer uma profissão durante a vida.
- diminuição possível na quantidade global de emprego.

As dificuldades de adaptação para os trabalhadores não se podem escamotear. "O que parece ser necessário é não nos opormos à subida da maré com baldes de areia. Há que reconhecer que a maré vem aí e que é necessário usar a sua força". Razões de sobra para a recomendação deste livro actual e oportuno.



O ARTESANATO TRADICIONAL NO CONCELHO DA MOITA

• MARIA CLARA CURADO SANTOS

Fotografia de Jorge M. Feiteira da Silva
Edição da Câmara Municipal da Moita 1990.

Obra destinada a divulgar as artes e ofícios característicos da zona da Moita, alguns dos quais se encontram em vias de

extinção, demonstra a atenção que a Câmara Municipal da Moita põe na preservação do artesanato local.

Como sublinha a autora "o artesanato tem que ser visto como um conjunto cultural complexo que envolve formas de pensar sentir e exprimir a realidade circundante, cujo valor antropológico não pode ser negligenciado" e que por isso mesmo faz parte da memória colectiva de um povo, do seu património cultural.

O ARTESANATO TRADICIONAL NO CONCELHO DA MOITA



 **CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA**
DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SÓCIO-CULTURAL

A parte central do livro é constituída por depoimentos dos artesãos, inserindo interessantes e úteis dados referentes não só à biografia e ao ofício do entrevistado, como uma descrição das matérias primas e ferramentas utilizadas na feitura das peças. São ainda numerosos e diversos os ofícios inventariados: Abegão; Arraiolos; Cadeiras e mochos com fundos de palhinha; Cestaria; Construções Navais; Empreita de Palma; Ferrador; Instrumentos Musicais; Latoaria; Miniaturas de Barcos Característicos do Tejo; Olaria; Redes de Pesca; Tecelagem; Veleiros Náuticos.

O pequeno volume apresenta ainda um

conjunto de gráficos com a idade dos artesãos, habilitações literárias e sua ocupação principal, e um mapa síntese descrevendo os centros artesanais ainda existentes no Concelho da Moita, com a indicação das actividades praticadas.

AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE DOS TRABALHADORES RURAIS EM SAN- TIAGO DÓ CACÉM (1910-1914) - JOÃO MADEIRA

• **ESCRITURAS MATRIMONIAIS EM
SETÚBAL NO SÉCULO XVIII - LAU-
RINDA ABREU**

SALPA - Associação Para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal 1991

Este terceiro volume da Biblioteca Património – Ensaio, editada pela Associação de Defesa do Património de Setúbal – SALPA, reúne os dois ensaios distinguidos pelo júri da primeira edição do "Prémio Almeida Carvalho".

O trabalho de João Madeira "As Associações de Classe dos Trabalhadores Rurais em Santiago do Cacém – 1910/1914" (galardoado com o primeiro prémio) visa a caracterização do movimento sindical nos primórdios da República, descrevendo a génese, a vida associativa e a acção reivindicativa levada a cabo pelos trabalhadores rurais nesse período, bem como a vaga repressiva de 1913, que se abateu sobre o movimento sindical em geral e o sindicalismo rural em particular.

Através da obra assiste-se, de forma viva, ao percurso titubeante da Primeira República, com a fragmentação do Partido Republicano e o acentuar da natureza de classe de regime instaurado em 5 de Outubro, simbolizado pelos sangrentos acontecimentos de Setúbal, em 1911.

O recurso a fontes históricas, como os arquivos da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a do Tribunal da Comarca de Santiago do Cacém e sobretudo a periódicos e de-

JOÃO MADEIRA

AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE DOS TRABALHADORES RURAIS EM SANTIAGO DO CACÉM

1910-1914

LAURINDA ABREU

ESCRITURAS MATRIMONIAIS EM SETÚBAL NO SÉCULO XVIII



COLECCÃO PATRIMÓNIO

ENSAIO 3

SALPA - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal

poimentos orais, a par de obras impressas, confere a este estudo particular importância para o estudo das movimentações sociais n Sul do País, particularmente no Alentejo.

"Escrituras matrimoniais em Setúbal no século XVIII"

O trabalho de Laurinda Abreu, distinguido com Menção Honrosa, parte da análise dos contratos matrimoniais para fazer alguma luz sobre o ambiente mental, social e económico de Setúbal no século XVIII.

A sua base de estudo foram as "Escrituras de dote para casamento"; as "Escrituras de dote e arras" e "Escrituras de contrato de casamento", que são os três diferentes tipos de escrituras matrimoniais feitas em Setúbal nesse período.

Interessante – praticamente inédito – é a análise que a autora faz do "dote", o seu papel económico protegendo e/ou controlando a nova célula familiar que se constitui e a identificação a que procede dos grupos sociais dos dotadores, dos dotados e dos bens doados.

(O maior grupo social identificado – na primeira metade do Século XVIII – é constituído pelos "homens do mar": mareantes, pescadores, marítimos, navegantes.)

Curiosas e importantes são as questões que a Autora deixa no final do seu trabalho: entre as quais a que questiona a razão do desaparecimento progressivo, ao longo do Século XVIII, dos homens do mar dos cartórios dos tabeliões, eles que na primeira metade haviam sido o grupo social que mais dotes haviam feito às filhas.

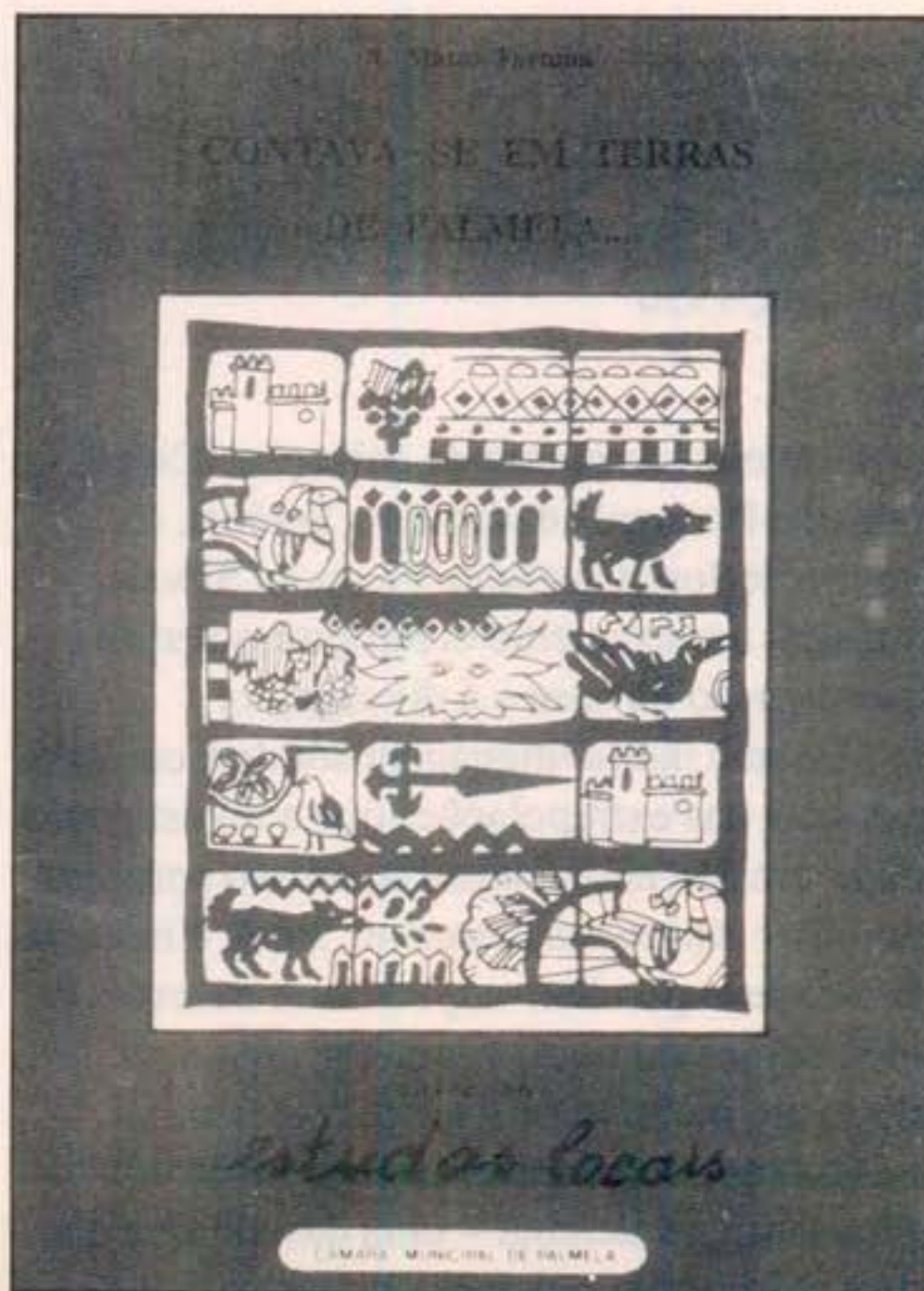
De realçar o rigor metodológico e o valioso apêndice documental, anexo ao presente trabalho.

CONTAVA-SE EM TERRAS DE PALMELA...

• A. MATOS FORTUNA

Câmara Municipal de Palmela 1989

Trabalho iniciado no foro escolar, com a colaboração da comunidade populacional, A. Matos Fortuna conseguiu reunir um conjunto



de antigas lendas populares de Palmela: "geralmente episódios mesclados com um pouco de verdade e muito de fantasia... conservados, por via de regra, apenas na tradição, foram ditos, contados, ouvidos e repetidos em sucessivas gerações mas, a certa altura, começaram a cair no silêncio, a mergulhar no esquecimento..."

Recordemos algumas que fazem parte da compilação: "Porque se chama Palmela assim"; "O nome de Marateca"; "O anjo da fonte do anjo"; "Uma Batalha em Alhos Vedros no Domingo das Brotas"; "Um grande susto para os setubalenses". O autor identificou, em cada uma, a respectiva proveniência, e se lhe introduziu algo da sua lavra – e que de outro modo poderia ser em trabalho deste género? – foi com a intenção de ganharem expressividade, sem ofender o essencial, do que lhe fora narrado.

Para Palmela, onde neste momento se assiste a uma profunda transformação económica e social por via da introdução de indústria, esta colectânea será, em breve, bem precioso para a constituição da memória colectiva do povo deste concelho.

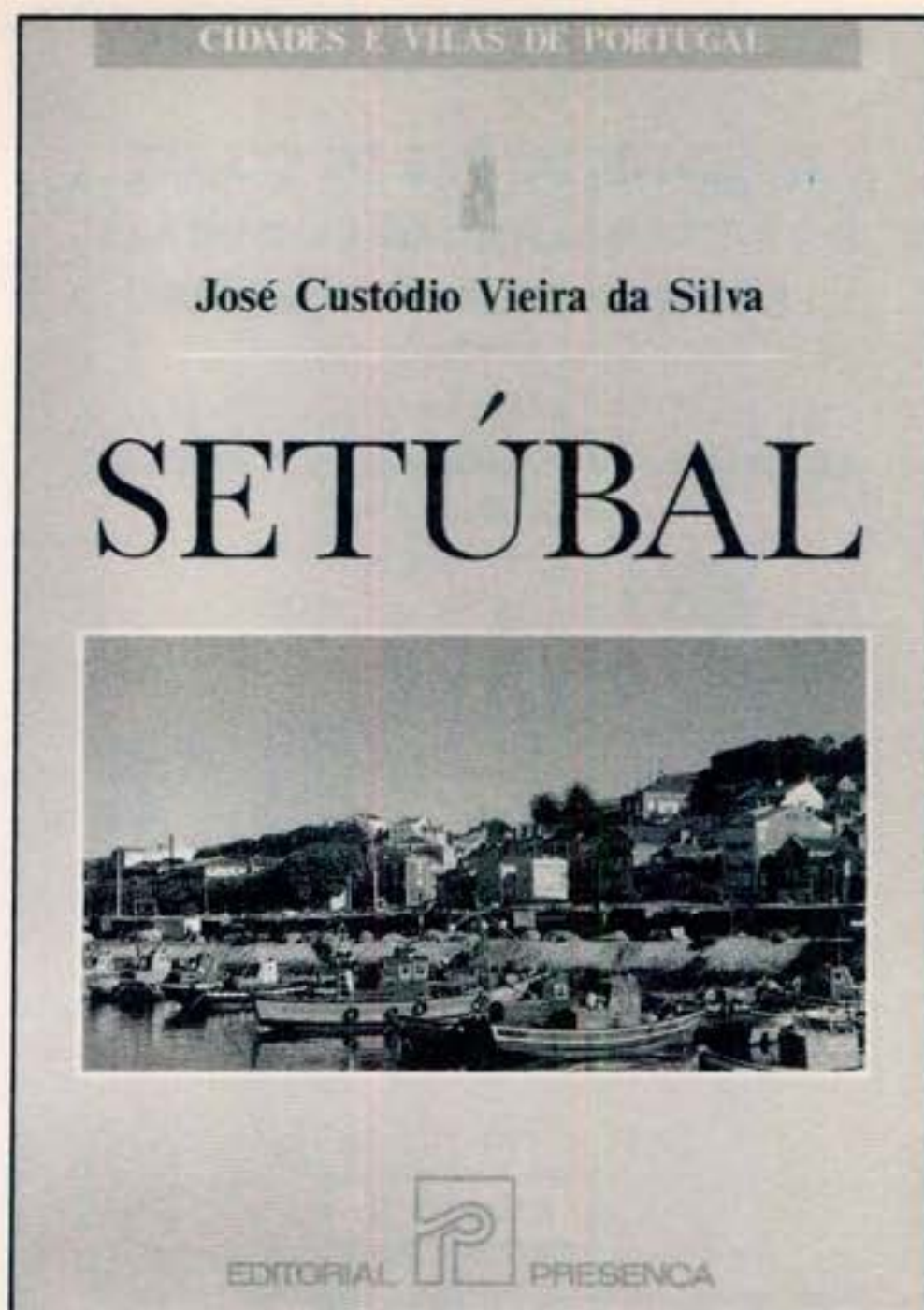
SETÚBAL

• JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA
Presença, 1990

Este oitavo volume da colecção "Cidades e Vilas de Portugal" dedicada a Setúbal, da autoria de José Custódio Vieira da Silva, constitui um excelente compromisso entre a investigação de base e a divulgação.

Assente numa linguagem sólida e cuidada, prudente nas extrapolações que a investigação ainda escassa não avalizaria, o livro perpassa um olhar rápido mas sensível sobre a história da cidade, aqui além salpicado de excertos de documentos ou peças literárias, com a propósito incluídos em caixa no texto.

O Autor aborda depois a evolução urbanística de Setúbal – uma das cidades que mais sofreu com o devastador terramoto de



1755. Através destas páginas podemos-nos inteirar das sucessivas etapas de formação da urbe "percorrendo ruas e praças, visitando igrejas e monumentos – como é o caso das igrejas de Jesus, de Santa Maria ou de São Julião, ou da Fortaleza de São Filipe, que são tratados em capítulos próprios."

De entre esses capítulos, destacaria aquele em que José Custódio Vieira da Silva analisa a cidade fora das muralhas, a sua expansão nos séculos XIX e XX. Aí, mais liberto do peso da história, assemelha-se mais a um visitante que, surpreendido e apaixonado, anseia por partilhar a descoberta.

O MUSEU DE SETÚBAL

• FERNANDO ANTÓNIO BAPTISTA PEREIRA
Editora Soctip 1990

O presente volume inaugura uma nova colecção dedicada aos museus e colecções de Portugal que, por feliz coincidência, começa pelo Museu do Convento de Jesus de Setúbal,

a que não é estranho o facto do seu principal impulsionador, mestre Lima de Freitas – que também assina o Prefácio – ser natural de Setúbal.

A obra compõe-se de cinco capítulos, assim distribuídos: "História do Edifício"; "As Colecções"; "Pintura antiga"; "Escultura e Ourivesaria Sacras, Artes Sacras, Artes Decorativas" e "Arte Contemporânea". Particular destaque mereceu o famoso retábulo quinhentista, um dos núcleos mais importantes da pintura portuguesa, cuja paternidade o autor procura estabelecer com o bem fundado da investigação e documentação disponível.

Graficamente é um livro de qualidade, bem impresso, onde sobressaem as cerca de uma centena de reproduções que valorizam a obra (infelizmente o nome do fotógrafo está omissa). O Autor, conservador do Museu, é um profundo conhecedor do edifício e das colecções, já com numerosa bibliografia neste campo. Não seria esta a ocasião para apresentar novas investigações, o objectivo primeiro e essencial era reunir a informação e apresentar de forma concisa e clara, um texto fundamentado e que estimulasse o leitor. O que conseguiu, dotando o Museu de uma excelente obra de divulgação.

O MUSEU DE SETÚBAL



SINES, TERRA DE VASCO DA GAMA
• ARNALDO SOLEDADE
Edição da Câmara Municipal de Sines
1990 (3ª ed.)

SINES

TERRA DE VASCO DA GAMA



de
arnaldo soledade
câmara municipal de sines

Esta obra, do historiógrafo Arnaldo Soledade, que vai na terceira edição, pretende, nas palavras do autor "descrever a panorâmica histórica de Sines, desde o alvor da Pré-História até à implantação da República em 1910".

Assente em numerosa documentação inédita e original, fruto de minuciosas investigações, o livro constitui hoje ainda, não só a mais exhaustiva monografia de Sines, como uma preciosa fonte para a compreensão da figura de Vasco da Gama, descobridor das Índias.

Esta 3ª edição apresenta-se enriquecida com novos elementos históricos, pois Arnaldo Soledade, sineense apaixonado, tem prosseguido a sua investigação com a mesma determinação com que a iniciou há vinte e cinco anos atrás.

Noticiário sociocultural

ALCÁCER DO SAL

• TRABALHO E PRODUÇÃO NO SADO DURANTE A ÉPOCA ROMANA

Foi o título de uma interessante exposição levada a cabo pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal que chama a atenção para o facto de ali se ter desenvolvido, durante a época romana, uma importante indústria de Conserva e Transformação do Pescado.

Complementarmente, como sublinham A. M. Dias Diogo e João C. Faria no catálogo, houve necessidade de extrair o sal em grandes quantidades, fabricar barcos, anzóis e redes, construir cetárias, armazéns, fornos e habitações e comercializar as produções.

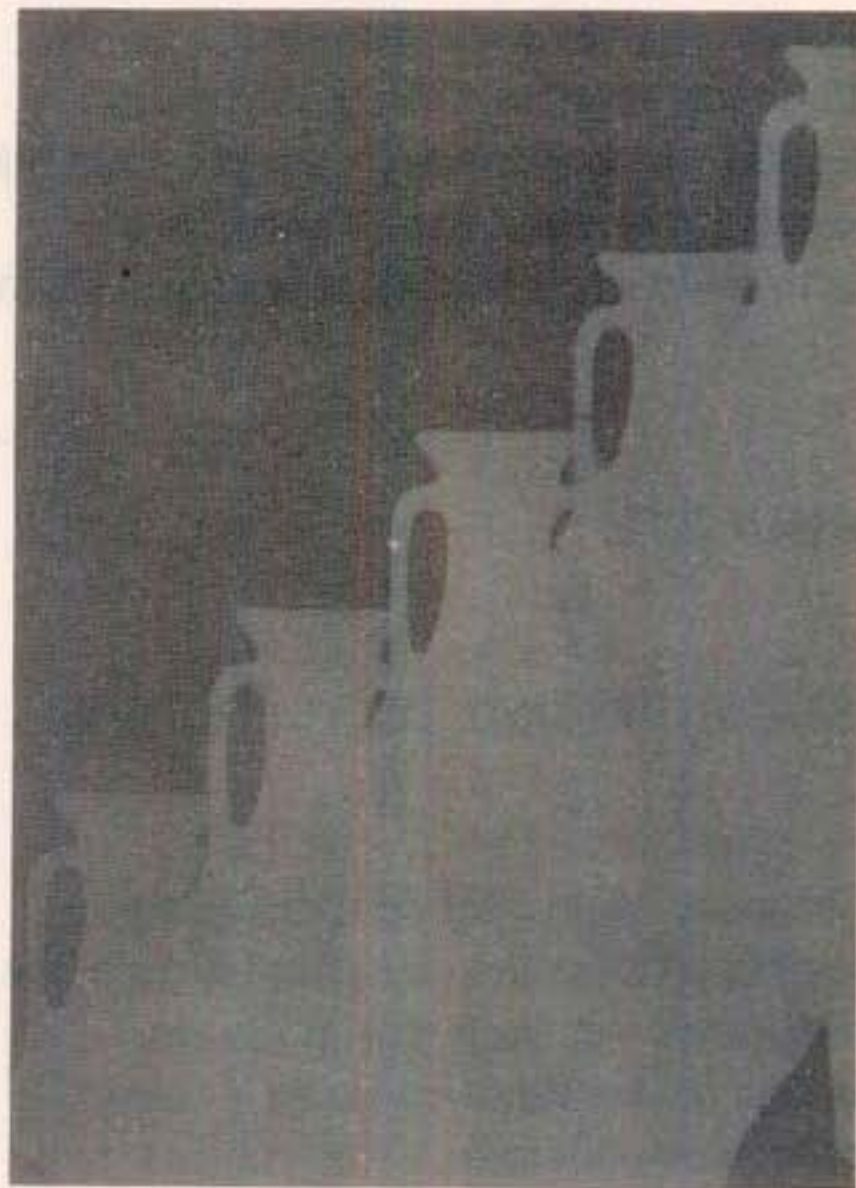
No Sado, os romanos salgaram o peixe ou transformaram-no em produtos comestíveis: garum, liquamen, hallec, muria. Estes produtos eram envasados em recipientes cerâmicos, potes e ânforas, e comercializados a grandes distâncias, atingindo os mais diversos mercados.

A quantidade de formas de ânforas já descobertas (e que ascendeu a mais de duas dezenas), dá uma ideia da importância da indústria e permite estudar a economia do Sado na época romana. Por outro lado, graças à análise das marcas que as ânforas ostentam, é possível compreender a forma como se organizava a produção.

• A PRODUÇÃO EM FERRO FORJADO de João António dos Santos

João António dos Santos é um dos elementos do Núcleo de Artesenato da AURPICAS, ferreiro de profissão (que exerceu até aos 65 anos, altura em que se reformou). Nutre especial paixão pela feitura de miniaturas em ferro forjado, que executa com perfeição e minúcia, quase sempre subordinado ao tema: "Alcácer do Sal, seus usos e costumes"

O talento evidenciado nas obras que cria justificou a publicação de uma pequena brochura pela Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de



TRABALHO E PRODUÇÃO NO SADO DURANTE A ÉPOCA ROMANA

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Alcácer do Sal, que foi apoiada pela Câmara Municipal com o objectivo de as divulgar e homenagear o seu autor.

• O RIO, OS BARCOS E OS HOMENS

Também por iniciativa das AURPICAS, através do seu núcleo de artesanato, se publicou um pequeno volume dedicado a Domingos Maria Rebelo, o qual pretende "não só destacar o seu trabalho pessoal, mas também retratar... a importância do Rio Sado

em termos económicos e culturais".

Homem do rio, onde labutou nos barcos de mercadorias do Sado que uniam Alcácer do Sal e Setúbal, aí passou grande parte da sua vida. A experiência e a arte levaram-no, nas poucas horas vagas, a reproduzir em miniaturas as embarcações que cruzavam o rio: os "laitéus", as canoas, os lugres, os iates, os galeões que, deste modo, através da navalha e engenho de Domingos Maria Rebelo ficam a testemunhar toda uma época.

ALCOCHETE

MUSEU MUNICIPAL DE ALCOCHETE

O Museu Municipal de Alcochete que representa o Concelho na multiplicidade dos seus aspectos – económicos, políticos, tecnológicos, artísticos culturais – compreende vários núcleos.

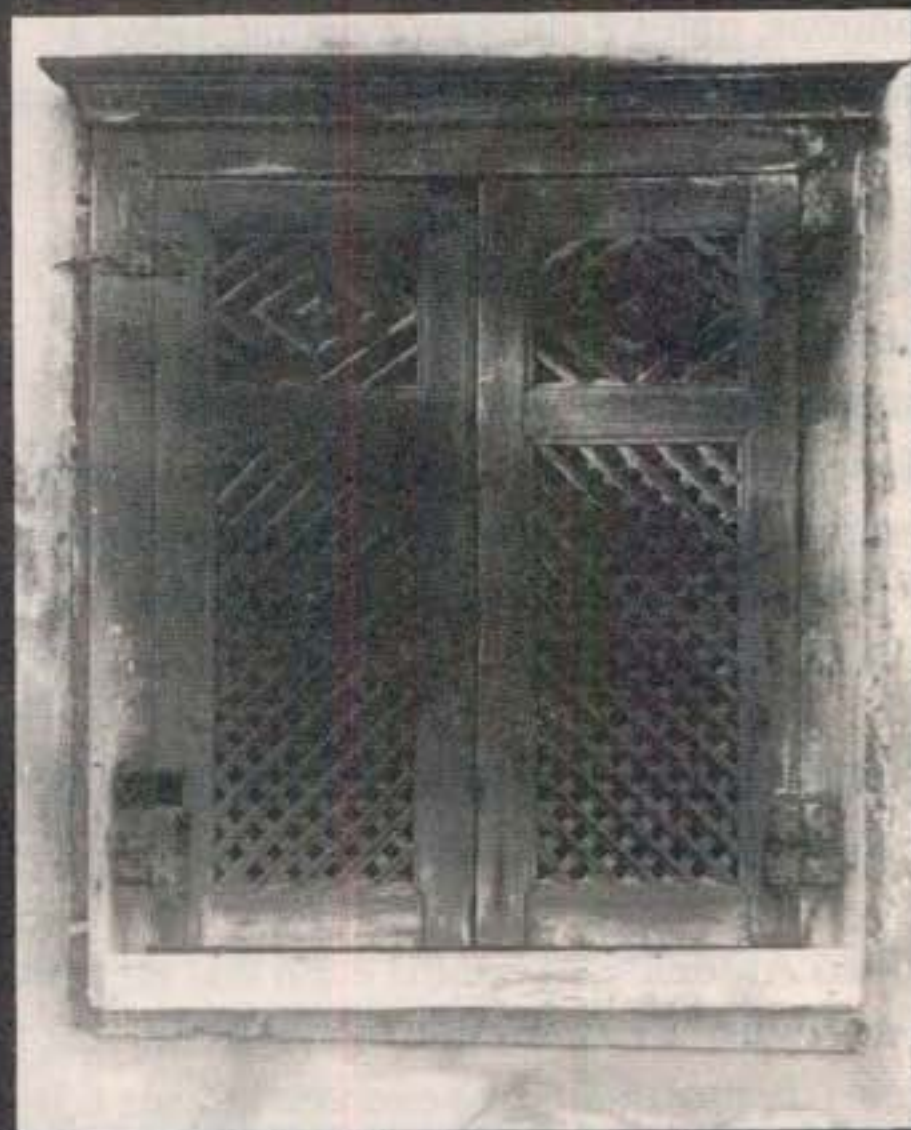
Os núcleos museológicos, que se encontram distribuídos por todo o território, oferecem elementos para a compreensão dos vestígios materiais que documentam a vida económica e cultural que, ao longo dos tempos, influenciaram a vida das populações ribeirinhas.

Contam-se entre eles, além do Núcleo Sede, o Núcleo Naval, Centro Histórico da Vila, Núcleo de Arte Sacra, Núcleo das Salinas, Núcleo Agrícola, Estação Arqueológica Romana, S. Francisco (Ruínas do Convento), Samouco (Povoação ribeirinha)

As visitas aos diversos locais de interesse museológico deverão ser previamente marcadas no Museu-Sede, situado na Rua Dr. Ciprião de Figueiredo. O seu funcionamento é de terça a sábado, entre as 14.00 horas e as 17.30 horas.

O Museu Municipal de Alcochete concorreu ao Prémio Europeu de Museu do ano, referente a 1990.

MUSEU MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

• POETAS ALCOCHETANOS

A autarquia tem fomentado a produção poética através de um conjunto de iniciativas, entre as quais destacamos: "Encontros de Poetas", publicação da "Antologia de Poetas Alcochetanos" em dois volumes, o livro "Poemas de um Mareante", de António Rui, "A Voz do Regresso" de Manuel Rui. Em preparação estão ainda: um livro de poemas de Maria José Branco e o III volume da "Antologia de Poetas Alcochetanos".

Trabalho meritório, sem dúvida, e ao mesmo tempo surpreendente neste "país de poetas" a quem as editoras e o Estado continuam a negar o seu apoio.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho

- Festival de Folclore, organizado pelo Rancho Folclórico "As Camponesas" de S. Francisco
- Festas Populares de Nossa Senhora do

Carmo de Samouco e Festas Populares do Entroncamento

- Exposição "Pintura e Escultura" de Ana Maria Botelho e Eduardo Fialho.

Agosto

- Festival de Fado Amador
- Festas do Barrete Verde e das Salinas
- Exposição "Alcarte/91" – Pintura, Artesanato, etc.

Outubro

- Comemorações do "Dia Mundial da Música"
- Exposição de pintura de Sousa Martins

Novembro

- Mini-Festival de Folclores, organizado pelo Grupo Cultural "Danças e Cantares da Fonte da Senhora".

Dezembro

- Exposição de Artesanato (Cerâmicas).

ALMADA

• EXPOSIÇÃO "VER ALMADA CRESCER"

Exposição organizada pela Galeria Municipal de arte, e integrada nas Comemorações do Foral, foi excelentemente concebida e dirigida pelo pintor Rogério Ribeiro, coadjuvado por uma equipa competente e dedicada.

O catálogo, de notável qualidade gráfica e excepcional riqueza documental e iconográfica, apoia-se, em substância, nas publicações editadas pela Câmara Municipal

de Almada e teve a colaboração especial de Ana Isabel Melo Ribeiro, Daniel Tércio, Jaime Manuel de Sousa, Renata Araújo, Vitor Medinas, do Mestrado de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e de Fernanda Marques, socióloga.

No seu interior espelha nos capítulos as partes em que se desdobra a Exposição: o Rei, o Foral, o Rio, a Cidade, o Trabalho, a Cultura, o Homem. Destaque para o Diaporama "Ver Almada" que teve origem num levantamento fotográfico de mais de 5000 diapositivos. Desde o barco que rodeou a



costa, às costas, às casas, e às pessoas que permitiram tirar "vistas" dos seus andares, bem situados, à grande torre da Lisnave, ao Cristo Rei, a máquina fotográfica guardou o momento, parou o tempo "para ajudar a nossa memória quando a rapidez da cidade a crescer se recusar ao retrato".

Sem dúvida constituiu um dos momentos altos do programa das Comemorações dos 800 anos do Foral, que honra quem o promoveu. A Câmara Municipal de Almada tem razões para justificado regozijo (Cf. a propósito das Comemorações do Foral de Almada, ver notícia desenvolvida noutra local da revista).

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

- Galeria Municipal de Arte – Exposição Comemorativa dos 30 anos de Pintura de Louro Artur.
- XI Festival de Música dos Capuchos – Este importante Certame de Música realizar-se-á este ano entre 6 e 31 de Agosto, sob a direcção de Adelino Tacanho.
- Seminário de Verão "Alfabetização Musical".
- Biblioteca Pública – Exposição Bibliográfica do Distrito de Setúbal; Exposição Cerâmicas de Diamantina Costa.
- Museu Municipal – Abertura do NÚCLEO NAVAL "EXPOSIÇÃO DE ARQUITECTURA NAVAL"; Exposição "A Região de Almada das origens do Séc. XX".

BARREIRO

• EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARTE POSTAL

Realizada pela primeira vez em 1989, o Salão Internacional de Arte Postal, que desde logo constituiu um assinalável êxito, tem vindo a ter a continuidade merecida, com as alterações que a experiência vem aconselhando.

A Exposição do Barreiro, dotada de características próprias, que inclui o emoldu-

ramento da generalidade dos trabalhos, a determinação de um formato e a existência de um tema diferente em cada ano – respeita os princípios fundamentais que caracterizam, desde há mais de 30 anos, o movimento internacional de Arte Postal, como seja o seu carácter não comercial e democrático.

A Exposição, promovida anualmente por ocasião do Dia da Cidade do Barreiro, tem todas as condições para vir a constituir um acontecimento singular e relevante no pano-

rama cultural da região. Em 1991 é subordinada ao tema "A Paz".

- **SEMANA DA JUVENTUDE: "SER JOVEM, NUMA JOVEM CIDADE"**

A Semana da Juventude, no Barreiro, decorreu este ano sob o tema "Ser Jovem – Numa Jovem Cidade" e partiu do princípio de que "a integração dos jovens na vida da cidade, enquanto agente motor de desenvolvimento, não pode passar à margem das actividades formativo-recreativas e do conhecimento de uma cultura local expressão da história e da identidade cultural de uma população".

Foram, por isso, diversas as iniciativas promovidas pela autarquia e associações juvenis do concelho, desde provas desportivas, debates, exposições, concertos.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho

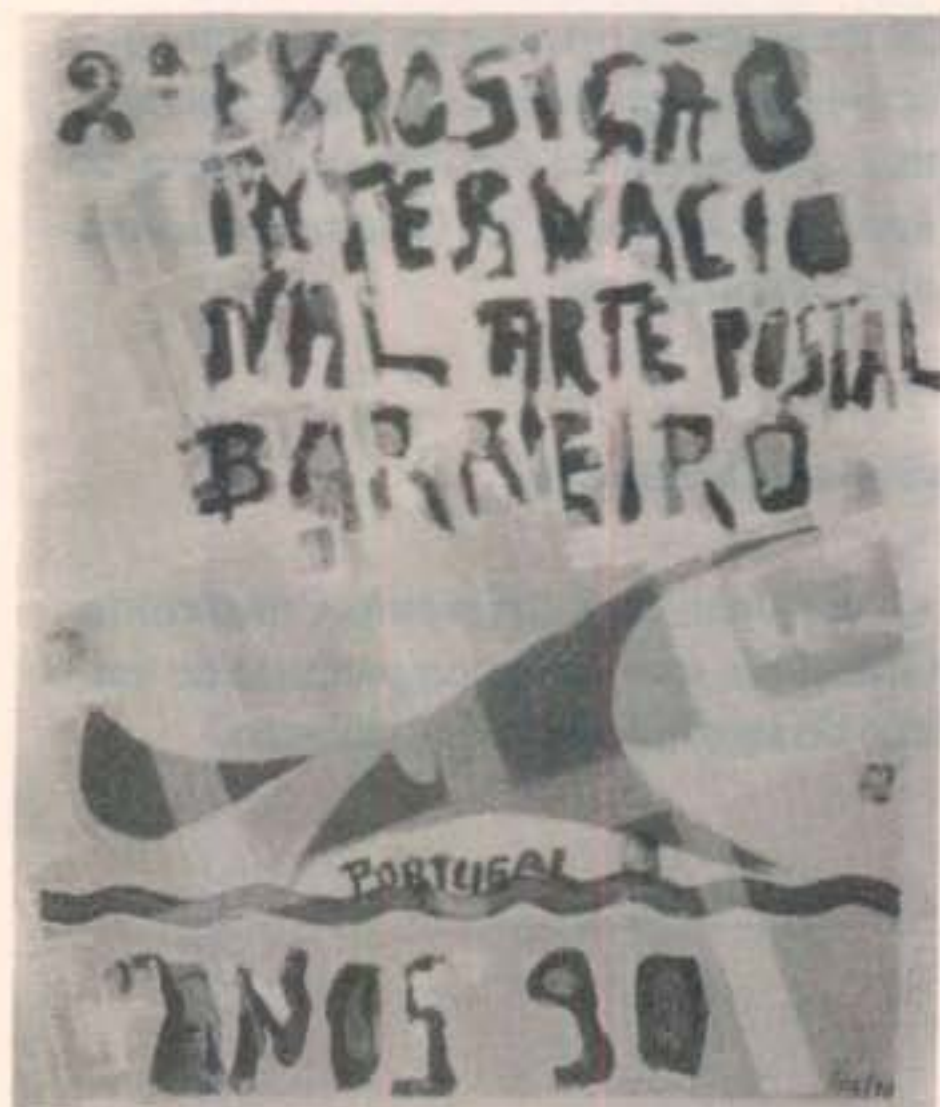
- 3ª Exposição Internacional de Arte Postal, subordinado ao tema "A Paz".

Setembro

- Feira de Materiais Pedagógicos: Dirigida à Comunidade Educativa integrará Exposições, Acções de Formação, Debates.

Dezembro

- 25ª Edição Internacional do Salão de Arte Fotográfica do Barreiro: criado em 1955 (de 1951 a 1955 teve âmbito nacional), realizou-se regularmente durante duas décadas promovido sempre pelo Grupo Desportivo da CUF. De 1981 a 1989 teve um interregno. A partir daí, com carácter bienal, reactivou-se, numa organização conjunta do Grupo Desportivo da Quimigal, Casa de Cultura dos Trabalhadores da Quimigal e Câmara Municipal do Barreiro.



CATÁLOGO

• GRÂNDOLA

III JOGOS TRADICIONAIS DE GRÂNDOLA E FEIRA DE ARTES E OFÍCIOS DO LITORAL ALENTEJANO

A terceira edição dos Jogos ocorreu este ano em simultaneidade com uma Feira de Artes e Ofícios do Litoral Alentejano.

Assim, a par dos Jogos Tradicionais como a corrida de burros, carrinhos de quatro rodas, cântaros, espiribol, pau ensebado, quebra bilhas, gincana de andas, palito, pião, arco e gancheta, tracção à corda e porco ensebado, decorreu no mesmo local um certame que pretendeu divulgar e promover as actividades artesanais em vias de extinção. A preservação do património cultural continua pois a constituir uma das preocupações primeiras do município grandolense.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho/Setembro

- **Animação de Verão:** o Programa de Animação de Verão inclui espectáculos de música, teatro e sessões de cinema.

MOITA

MUSEU DA CORTIÇA - PROJECTO AVANÇA

A Câmara da Moita apresentou nas "I Jornadas Ibéricas de Património Industrial y de la obra Pública" um projecto para a criação de um Museu da Cortiça, único a nível

Agosto

- **Feira de Agosto (23 a 27 de agosto):** Do programa de animação há a destacar a realização de um Festival de Folclore e um espectáculo musical.
- **Prémio Revelação de Poesia de Ary dos Santos:** Com a colaboração da Associação Portuguesa de Escritores será levada a efeito a 2ª edição.

Setembro

- **Exposição sobre a "Vida e a Obra de D. Jorge de Lencastre,** integrada nas comemorações do Concelho.
- **VII Encontro da Feira do Livro (20 a 29 de Setembro):** que incluirá, entre as actividades paralelas ao certame, encontros com escritores, sessões de cinema, no âmbito de um ciclo "O Cinema e a Literatura", exposições.

Novembro/Dezembro

- **Exposição do Património Construído de Grândola,** que será acompanhada de um folheto de sensibilização à população.

ibérico e europeu.

O espaço reservado situa-se na antiga **Socorquex** e com este Museu pretende-se falar de uma indústria e de uma fábrica que marcaram profundamente o crescimento do Concelho da Moita e o desenvolvimento industrial português. O Museu da Cortiça pre-

tende assim reabilitar de alguma forma a história do município e a memória do trabalho corticeiro, hoje quase extinto no Sul do País.

Recorde-se que foi a partir de 1946 que a **Socorquex** se assumiu como a mais importante unidade fabril corticeira portuguesa na produção de aglomerados. Daí sairá até ao ano do seu encerramento (1982) aglomerado negro de cortiça para os Estados Unidos da América, Inglaterra, França e Alemanha.

O Concelho da Moita teve aliás, a primeira fábrica portuguesa de aglomerados negros, em 1924, trinta e dois anos depois da sua descoberta nos EUA e sete anos depois de se ter iniciado a sua produção na Europa.

CADERNO SÓCIO-CULTURAL

A Câmara, através da sua divisão sócio-cultural, publicou um útil caderno para o enquadramento histórico e geográfico do Concelho da Moita, contendo ao mesmo tempo um roteiro dos principais recursos que o município põe à disposição dos interessados.

Da caracterização da margem sul do estuário do Tejo à caracterização do Concelho, descrevendo a paisagem natural e incluindo uma sinopse histórica, a divulgação do património cultural

(histórico-artístico, naval, industrial) e natural.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho

- Exposição dos trajes tradicionais do Distrito de Setúbal

Setembro

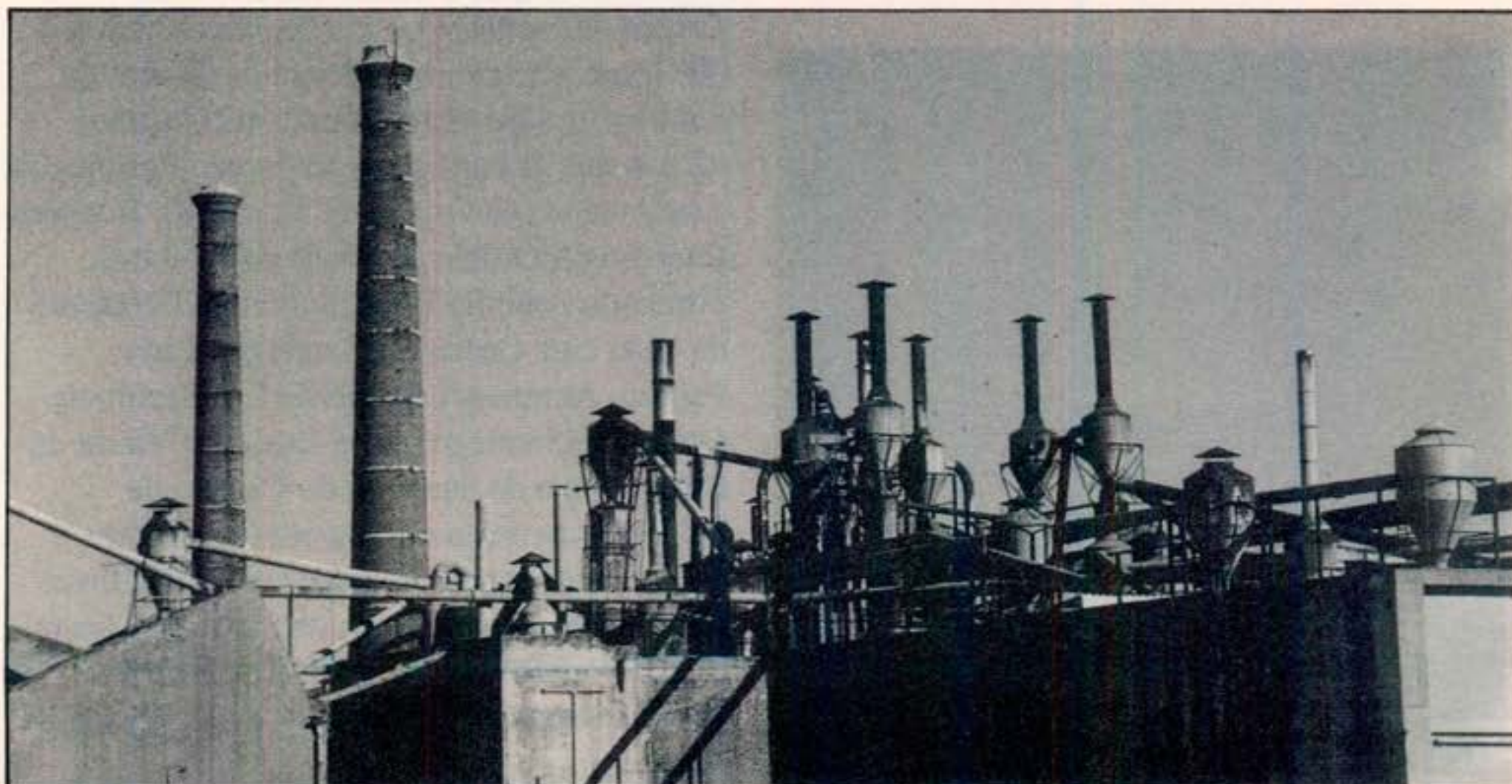
- Exposição do X Concurso de Fotografia; Exposição de Artesanato (Festas da Moita)
- Comemorações dos 200 anos da morte de Mozart e homenagem de Michel Giacometti (até Dezembro)

Outubro

- Continuação do Projecto "Biblioteca Viva".

Novembro/Dezembro

- Comemorações do tricentenário da elevação da Moita a Vila.



PALMELA

EXPOSIÇÃO "O CASTELO E A ORDEM DE SANTIAGO NA HISTÓRIA DE PALMELA"

Esta exposição que foi o culminar de quase três anos de trabalho de investigação histórica, de remodelação das instalações do Castelo, da selecção de peças de museus e coleccionadores de todo o país - conforme teve ocasião de sublinhar o Presidente da Câmara Municipal de Palmela, Carlos Alberto Pésinho - constitui indubitavelmente um grande acontecimento nacional e com profunda repercussão regional e local.

Tratou-se da primeira exposição que foi organizada, em Portugal, sobre uma Ordem Militar (no caso a de Santiago de Espada) e que fez regressar, ainda que episodicamente, e pela primeira vez desde 1834, data da extinção das Ordens Religiosas, ao Convento que foi cabeça dessa ordem, parte significativa do seu espólio, em especial dos valiosos tesouros artísticos e patrimoniais que acumulou ao longo dos séculos.

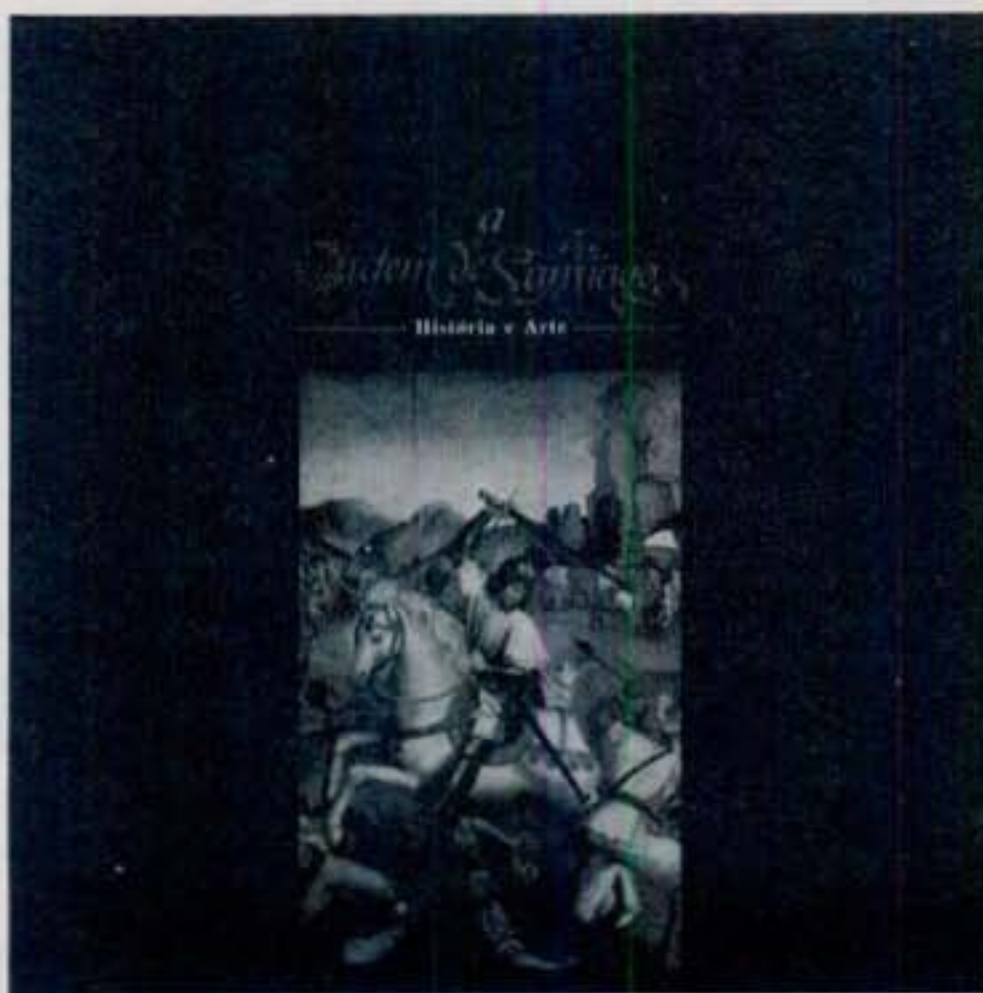
O programa da Exposição perseguiu uma visão compreensiva da história e do património que foram definindo, ao longo de vários séculos, a Ordem de Santiago como

corpo religioso, político, administrativo e ordenador de valores culturais e artísticos num espaço territorialmente amplo, que praticamente prefigurou, durante centenas de anos, o actual Distrito de Setúbal (com prolongamentos pelo Baixo Alentejo, até ao Guadiana).

Para concretizar essa panorâmica, foram concebidos os seguintes núcleos: Arqueologia do Concelho de Palmela e história do Castelo; História da Ordem de Santiago; Armaria; Cavaleiros e Mestres, com especial referência a D. Jorge, Duque de Coimbra; Património e Arte, incluindo um sector alusivo à iconografia de Santiago; e, finalmente, um referente à Administração e Quotidiano.

Acompanhando a realização da Exposição foram organizados espectáculos de diversas expressões artísticas, uma série de conferências científicas e um vasto programa de visitas escolares.

Realce-se, por fim, o valioso Catálogo editado, graficamente muito bem concebido, rico do ponto de vista informativo e iconográfico, e que contou com a colaboração de vários especialistas: António Rafael Carvalho (Arqueologia do Concelho de Palmela), Luís Adão da Fonseca (Introdução sobre a História da Ordem de Santiago), António Matos Fortuna (O Castelo de Palmela), Rainer Dachnhardt (A Armaria da Ordem de Santiago), Luís Pequito Antunes (D. Jorge, Cavaleiro e Mestre da Ordem de Santiago), José Caro Proença (O Castelo-Convento de Palmela, a Expansão Portuguesa e os Arcanos da Ordem de Santiago), Joaquim Caetano (A Ordem de Santiago e a Arte), Fernando António Baptista Pereira (Retábulo da Vida e da Ordem de Santiago), Luís Pequito Antunes (Património Construído da Ordem de Santiago), José Custódio Vieira da Silva (Igreja de Santiago do Castelo de Palmela), Armando de Castro (A História, e a Economia como Cultura), Fernando Olival (As Comendas da Ordem de Santiago), Isabel Lago (Visitações), Luís Adão da Fonseca (Vida e Morte dos Cavaleiros e dos Freires de Santiago).



- **RECUPERAÇÃO E ANIMAÇÃO DO CASTELO DE PALMELA**

A Câmara Municipal de Palmela e o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) celebraram um acordo para a recuperação e animação do Castelo.

Segundo o acordo, cabe à autarquia promover e executar o projecto de salvaguarda e valorização do Castelo, realizar obras nos espaços e edifícios interiores, desenvolver diligências junto dos actuais utilizadores do Castelo com vista ao estabelecimento de uma proposta de utilização e gestão futura, bem como contratar uma equipa

de projecto e acompanhar os trabalhos, enquanto ao IPPC cabe pronunciar-se nas fases decisivas do trabalho e financiar os estudos, projectos e obras necessárias.

Este acordo surge integrado numa estratégia de acção sócio-cultural da Câmara (cf. as Comemorações do VIII Centenário do Foral de Palmela, 1985; e do dia do Castelo, 1986; o Encontro sobre Ordens Militares, 1989; o Projecto História ao Vivo, 1989), que vem dando grande atenção ao Castelo como equipamento de vital importância, cultural e educativa e conta, para a sua concretização, com fundos comunitários aprovados para o efeito no âmbito da OID/PS.

SANTIAGO DO CACÉM

RUÍNAS ROMANAS DE MIRÓBRIGA

Os Serviços Culturais de Santiago do Cacém elaboraram diversos materiais de divulgação do património histórico-artístico e arqueológico do Concelho, incluindo uma breve cronologia de acontecimentos e efemérides no Concelho de Santiago do Cacém.

Uma das suas publicações respeita, como seria "obrigatório", a **Miróbriga**, que constitui a mais importante estação arqueológica do Concelho de Santiago do Cacém e uma das mais valiosas a nível nacional. Conhecidas desde o Século XVI, as ruínas romanas de Miróbriga foram escavadas por diversos arqueólogos a partir do Século XIX, sendo de destacar os trabalhos dirigidos pelo Dr. Cruz e Silva, advogado natural de Santiago do Cacém, na década de 40 e, sobretudo, os de Dr. Fernando de Almeida que aí efectuou campanhas de escavação durante 19 anos, desde 1959. De 1981 a 1985, uma equipa de arqueólogos luso-americana tem desenvolvido

pesquisas na estação.

Em estreita colaboração do Instituto Português do Património Cultural com a Câmara Municipal foi organizada a exposição "Miróbriga no Mundo Romano" que, recorrendo a textos pontuados por imagens, visou fornecer aos visitantes pistas para a compreensão do que foi Miróbriga e do porquê da sua implantação naquele local.



ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

- Julho /25 de Julho): Comemorações do Dia do Concelho
- Setembro (1 de Setembro): Dia do Monte
Em datas a definir:

- Festival de Dança
- Festival de Folclore
- Encontro Concelhio de Artesãos
- Jornadas sobre Fortificações Militares do Litoral Alentejano
- Evocação de Efemérides Culturais, Ambientais e Históricas (durante todo o ano).

SEIXAL

O PLANO DE ACÇÃO CULTURAL – 1990-1991

O Plano de Acção Cultural da Câmara Municipal do Seixal procura ser a síntese da qualidade e da diversidade das iniciativas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas, autarquias e outros agentes educativos, e é o produto de uma metodologia centrada em várias reuniões colectivas e individuais com todos os órgãos representativos das escolas do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundários e em múltiplos contactos pessoais

com responsáveis de projectos.

Os projectos integrados no PAC para 1990-1991 foram seleccionados na base de candidaturas propostas pelas escolas, e de acordo com uma preocupação da autarquia de contemplar o máximo de instituições representadas e de apoiar preferencialmente as iniciativas educativas interdisciplinares que de alguma forma tenham repercussão comunitária e/ou partam da história e vida locais e, daqueles, os projectos que manifestassem continuidade e tradição escolares.

O PAC é distribuído pelas seguintes secções: Animação Cultural, Património Histórico-Cultural, Desporto Escolar, Formação e Edições. A diversidade e riqueza de muitos dos projectos apresentados vale bem uma leitura atenta do folheto editado pela Câmara Municipal do Seixal.

APOIOS À ACÇÃO CULTURAL

Pelo seu interesse divulgamos alguns dos apoios regulares que a Câmara Municipal do Seixal põe à disposição dos agentes culturais do seu Concelho:

- BIBLIOTECAS ESCOLARES: Apoio técnico e documental às bibliotecas escolares e incentivos à criação de novas bibliotecas nas escolas.
Organização de visitas de estudo à Biblioteca Nacional.



- **TEATRO ESCOLAR:** Fomento do teatro escolar no Concelho e apoio financeiro em equipamento aos grupos de teatro constituídos nas escolas do Concelho.
- **IMPrensa ESCOLAR:** Apoio documental, material e financeiro aos jornais escolares.
- **VISITAS DE ESTUDO:** Organização pela Autarquia de um conjunto de visitas de estudo guiadas, para as escolas, aos Núcleos Museológicos do Seixal, ao Concelho (itinerário geral ou por áreas temáticas), e passeios de falua no Tejo e visitas de estudo para fora do Concelho (museus, fábricas, arquivo...)
- **ACTIVIDADES HORTOPEDAGÓGICAS:** Apoio a projectos das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico nas áreas da Horticultura e Hortofloricultura.
- **ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL's):** Apoio ao funcionamento dos ATL's das escolas do 1º Ciclo Básico, a grande maioria organizados pela Santa Casa da Misericórdia do Seixal.
- **CENTRO DE APOIO LOCAL:** Em estreita colaboração entre a Câmara Municipal do Seixal e o Pólo do Projecto Minerva da Faculdade de Ciências e Tecnologias da U.N.L., vai iniciar a sua actividade o 1º Centro de Apoio Local do país, estrutura esta vocacionada para o apoio a professores e projectos na área da utilização de computadores na escola. O CAL está a funcionar nas instalações da Escola nº 2 dos Foros de Amora.
- **ASSOCIAÇÃO DE PAIS/ESTUDANTES:** Apoio a projectos e iniciativas das Associações de Estudantes das Escolas do Concelho.
- **COORDENAÇÃO CONCELHIA DA EXTENSÃO EDUCATIVA (CCEE):** Apoio regular ao funcionamento desta estrutura educativa e à realização de diversos projectos inscritos no programa anual da CCEE do Concelho do Seixal.
- **EQUIPA DO ENSINO ESPECIAL:** Apoio ao funcionamento da Equipa Especial do Concelho do Seixal (estrutura educativa da DREL), instalada na escola nº 2 dos Foros de Amora.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho

- PROGRAMA ESTIVAL DE ANIMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS (Julho a Setembro)
Actuação aos fins de semana de agrupamentos musicais do Município em várias localidades do Concelho: bandas filarmónicas, grupos de música popular, ranchos, orquestras ligeiras, entre outros.
- FESTA POPULAR DE PAIO PIRES (26 de Julho a 4 de Agosto)
- FESTA POPULAR DA ARRENTELA, REDONDOS E TORRE DA MARINHA

Agosto

- FESTA POPULAR DA AMORA (10 a 18 de Agosto)
- FESTA POPULAR DE CORROIOS (24 a 1 de Setembro)

Setembro

- RECEPÇÃO À COMUNIDADE EDUCATIVA DO CONCELHO (Setembro)
Jornada de convívio entre representantes das Autarquias e da Comunidade Educativa do Concelho destinada a assinalar o início do ano lectivo.

- GRANDE ESPECTÁCULO PARA A JUVENTUDE (21 de Setembro)
- IV SEIXALÍADA: JOGOS CONCELHIOS DO SEIXAL 91 (21 de Setembro a 4 de Outubro).

Julho

- OUTUBRO MUSICAL (Outubro)
Série de concertos destinados a assinalar o Dia Mundial da Música e o bicentenário da morte de Wolfgang A. Mozart, com a participação, entre outros, da Nova Filarmonia Portuguesa e Opus Ensemble.
- FESTIVAL DE BANDAS FILARMÓNICAS PROMOVIDO PELA SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE (Outubro/Novembro).

SESIMBRA

- CEGADAS DE SESIMBRA

Editou a Câmara de Sesimbra, recentemente, um pequeno livro com textos de "Cegadas" representadas por grupos do concelho por ocasião dos festejos populares do Carnaval durante a década de 80 (com excepção do texto do grupo de Aiana de Cima que não tem nos tempos correntes nenhum grupo representativo).

Realizando-se há mais de cem anos estavam, contudo, em 1981 prestes a extinguir-se, quando a Câmara através do seu pelouro da Cultura iniciou uma bem sucedida campanha de sensibilização junto da população e de antigos elementos de grupos de cegadas, tendo como objectivo a recuperação desta antiga tradição popular (cf. Movimento Cultural, nº 1, artigo de Isabel Conceição Mota e Fernando Carvalho). Hoje são vários os grupos em

Novembro

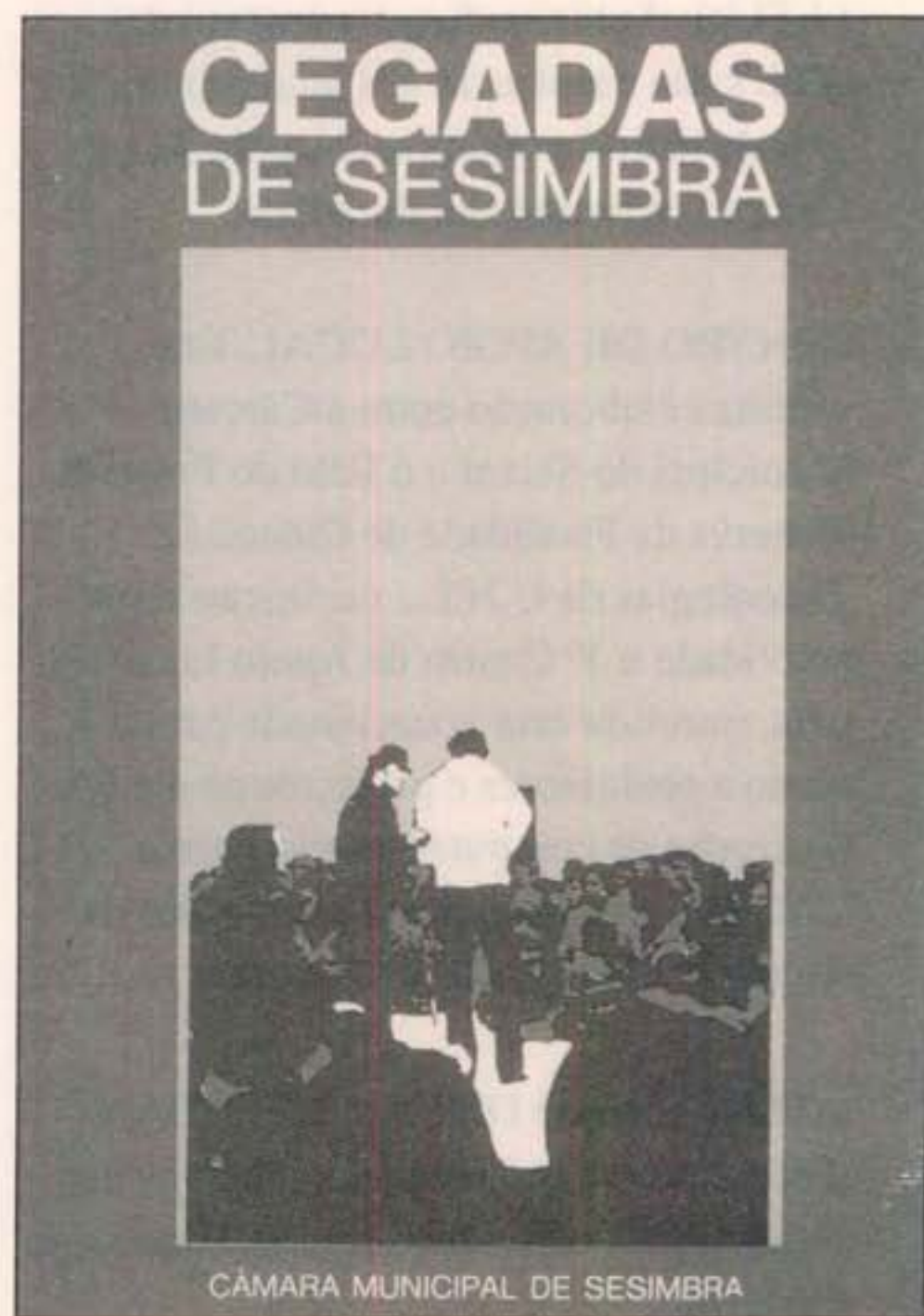
- VIII ENCONTRO CONCELHIO DE TEATRO (Novembro)
Conjunto de espectáculos teatrais por companhias profissionais de teatro e grupos amadores do Município.

Dezembro

- CONCERTOS DE NATAL (Dezembro)
Concertos de música sacra a realizar nas igrejas paroquiais das Freguesias do Município.

TODO O SEMESTRE

- VISITAS TEMÁTICAS AO CONCELHO DO SEIXAL
Organizadas pela Divisão do Património Histórico e Natural da C.M.S.



actividade.

Uma palavra para o prefácio de Zillah Branco, que caracteriza de uma forma breve mas elucidativa esta curiosa expressão da cultura popular pondo em relevo o papel social assumido pelas Cegadas quando, por carência dos meios de Comunicação ou por pressão política que limitava a expressão popular, constituía uma oportunidade rara do povo manifestar as suas opiniões de uma forma em geral sarcástica, sem esquecer a função lúdica que obviamente desempenhava.

• SESIMBRA CULTURAL (Nº 0 - JAN/90)

"Sesimbra Cultural" é uma revista de estudos locais editada pelo município sesimbrense e que contou neste "primeiro" número, com a colaboração de técnicos da Câmara e vários investigadores convidados, entre os quais o de Eduardo da Cunha Serrão, entretanto falecido, e que ao longo da sua vida manteve com Sesimbra uma relação privilegiada de dedicação.

Bem apresentado graficamente conta entre os seus artigos e colaboradores: "Museu Municipal como Pólo Dinamizador das Actividades Culturais" (Isabel Mota, João Pinhal); "Para uma caracterização do Con-

celho de Sesimbra" (Luís M. Carvalho); "Turismo Cultural" (Eduardo da Cunha Serrão); "Dinossauros em Sesimbra e Zambujal: Episódios de há cerca de 140 milhões de anos" (Miguel Telles Antunes); "A Lapa do Bugio – Sesimbra" (João Cardoso); "O Brasão de Sesimbra e as Armas dos Martins de Deus – Contornos de uma polémica" (Ana Luísa Viseu; Luís M. Carvalho); "D. Carlos de Bragança, Pioneiro da Oceanografia em Portugal" (Aquário Vasco da Gama); "O Caso de Sesimbra – Memória de uma conspiração política nos finais do Século XIX" (Ana Luísa Viseu); "As Cédulas Camarárias" (António Reis Marques); "Poesia Popular" (Celestina Cagica e Augusto P. Sobral); "Subsídios para o conhecimento da Arquitectura Popular do Concelho de Sesimbra" (Vitor Mestre).

Entretanto, encontra-se em preparação um segundo número.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

- Festival do Mar – Iniciativas de cariz cultural, desportivo e turístico (Setembro/Outubro)
- Comemorações do Dia da Música (Outubro)
- Publicação de "Sesimbra Cultural" (nº 1).

SETÚBAL

• TABERNAS - LUGARES DE ENCONTRO E SOLIDÃO EM SETÚBAL

Na continuidade de um ciclo de actividades sobre formas de trabalho e lazer, levado a cabo pelo **Museu de Trabalho de Setúbal**, foi publicada uma brochura sobre as **Tabernas de Setúbal**, com fotografias de Maurício de Abreu e texto de João Afonso dos Santos.

Na **Introdução** se refere ao verdadeiro significado das tabernas: "tantas vezes acusadas de "lugares de perdição" elas foram

antes, porém, o desembocar da miséria e ignorância das classes trabalhadoras de Setúbal, socialmente marginalizadas. Ainda nos anos 40 os cafés eram escassos e os seus frequentadores estavam obrigados ao uso de gravata, o que não faria com certeza parte do vestuário dos pescadores, descarregadores ou operários conserveiros que, em alguns casos, recebiam parte da jorna em copos de vinho".

Na impossibilidade de publicar fotografias das tabernas, foi deixado à sensibilidade do fotógrafo a selecção de espaços e situações que mais o impressionaram.

CASA DO BOCAGE/GALERIA MUNICIPAL DE ARTES VISUAIS

- De Julho a Dezembro estão previstas exposições dos seguintes artistas: LUÍSA PARIENNES, Escultura; FRANCISCO RUBIO; MESTRE AUGUSTO JÚLIO – RETROSPECTIVA VÍTOR REIS; ROGÉRIO CHORA; MAURÍCIO ABREU, Fotografia.

SINES

• Centro Cultural Emmerico Nunes, C.R.L.

Inaugurado em 15 de Agosto de 1986, está instalado em edifício da Santa Casa da Misericórdia, Largo do Muro da Praia.

Tendo nascido por iniciativa da Câmara Municipal, é hoje uma cooperativa de 1º grau do ramo da Cultura, que desenvolve diversas actividades.

Conta com Atelier de Artes Plásticas, Laboratório de Serigrafia e Fotografia e desenvolve acções na área da Arqueologia, Música, Artes e Ofícios, para além da realização de exposições temporárias.

ACTIVIDADES PREVISTAS (2º SEMESTRE)

Julho

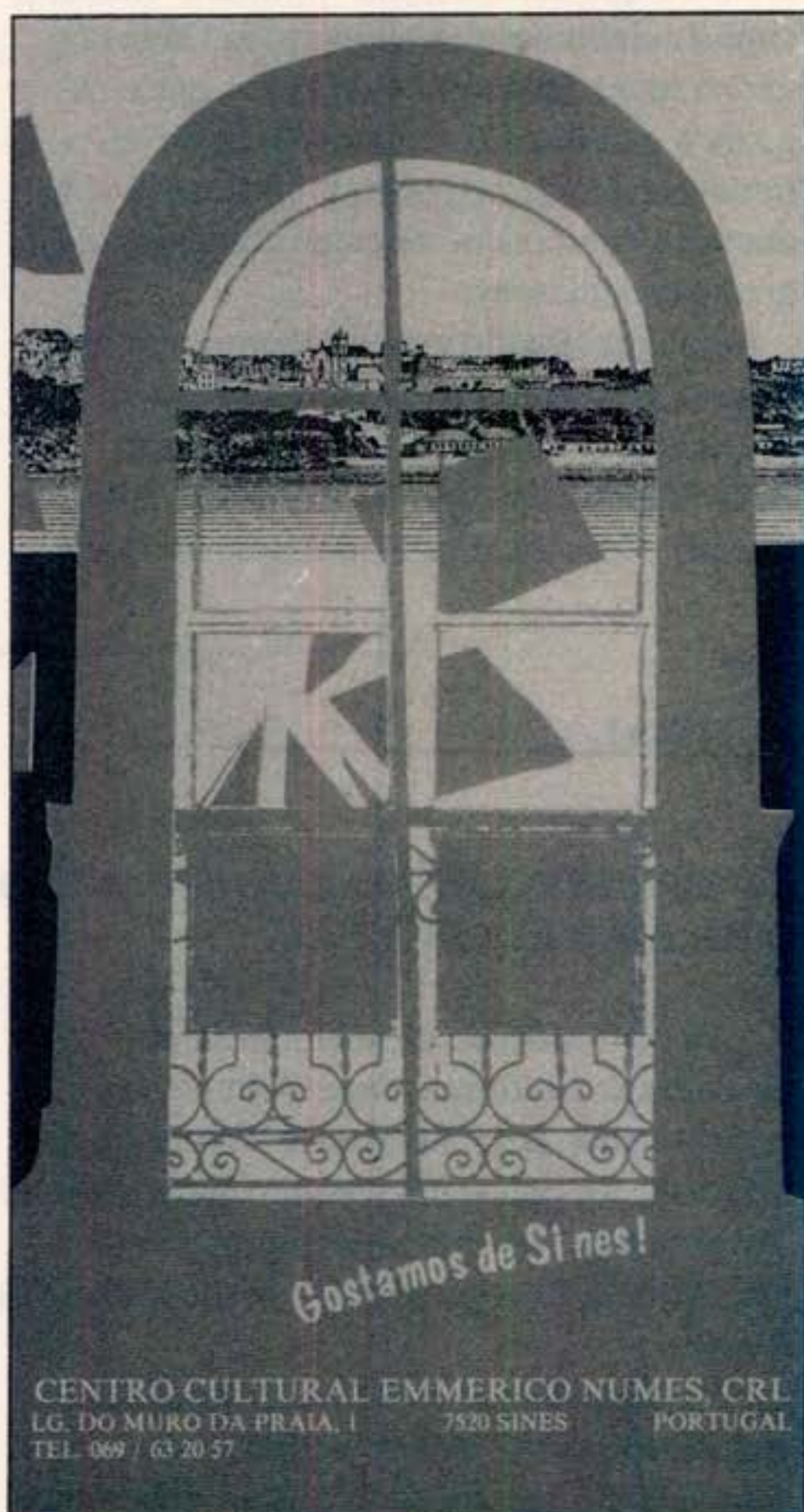
- Feira de Artes e Ofícios

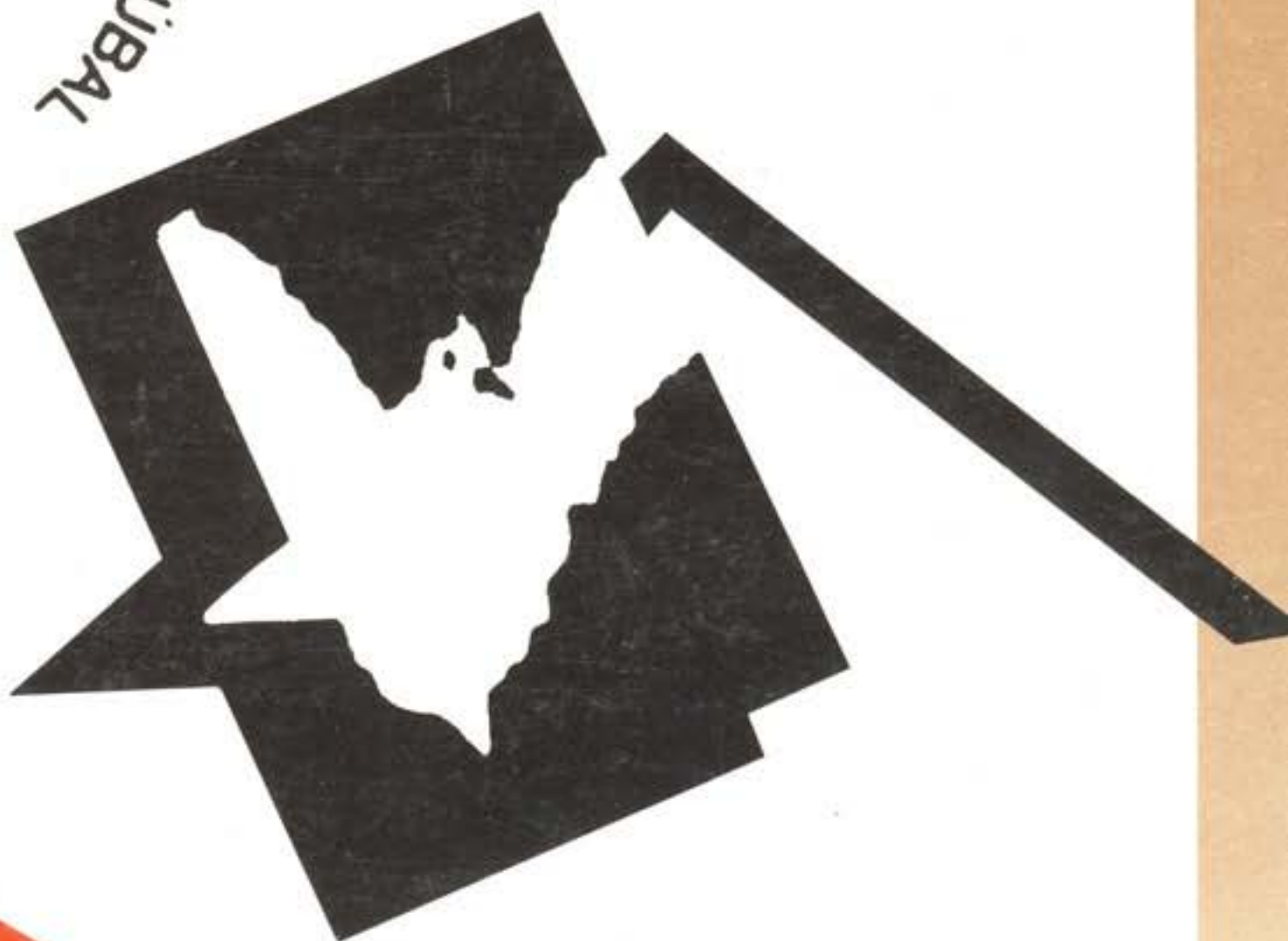
Agosto

- Comemorações do Dia da Nossa Senhora das Salvas
- Feira Anual do Município (inclui numerosas actividades culturais)
- Festas de Nossa Senhora da Soledade
- Feira Anual do Porto Covo
- Festa da Terra e do Mar

Novembro

- Comemorações do Dia do Município
- Concurso de Gastronomia





PLANO INTEGRADO
DE DESENVOLVIMENTO
PARA O DISTRITO DE SETÚBAL